



# SEMIC

XXXIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - UEMA

# UEMA PRODUZINDO CONHECIMENTO

*(Ciclo 2020-2021)*

**CIÊNCIAS HUMANAS**

**VOLUME III**

*Comissão Organizadora:  
Marina Bezerra Figueiredo  
Eliane Pinheiro de Sousa  
Rita de Maria Seabra Nogueira*

**UEMA PRODUZINDO  
CONHECIMENTO  
*(Ciclo 2020-2021)***

**CIÊNCIAS HUMANAS  
Vol. III**

**Organizadoras:** Marina Bezerra Figueiredo; Eliane Pinheiro de Sousa; Rita de Maria Seabra Nogueira

**Instituição:** Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

### **Instituições apoiadoras**

Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

### **Informações gráficas**

Capa: Leonardo Leal Chaves

Diagramação: Priscilla Piccolo Neves

**Revisão:** Leonardo Leal Chaves; Priscilla Piccolo Neves

### **Divisão de Editoração**

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

### **Editor responsável**

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

### **Conselho Editorial**

Adilto Pereira Andrade Cunha

Adriana Araújo Diniz

Adriana Maria de Souza Zierer

Alana Lislea de Sousa

Ana Carla Marques da Costa

Ana Lucia Cunha Duarte

Ana Patrícia Sá Martins

Andrea Teresa Martins Lobato

Ariadne Enes Rocha

Barbara Irene Wasinski Prado

Bráulio Roberto de Castro Loureiro

Danilo Cutrim Bezerra

Edvan Moreira

Eliana Campêlo Lago

Emanoel Cesar Pires de Assis

Ewaldo Eder Carvalho Santana

Fábio Henrique Monteiro Silva

Flávio Nunes Pereira

Flor Maria Guedes Las-Casas

Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento

Gislane da Silva Lopes

Gonçalo Mendes da Conceição

Grete Soares Pflueger

Helder de Moraes Pereira

Ícaro Gomes Antonio

Irlane de Regina Moraes Novaes

Isabel Azevedo Carvalho

Jaqueline Diniz Pinho

José Leonardo Annunziato Ruivo

Josiane Isabela da Silva Rodrigues

Laice Fernanda Gomes de Lima

Ligia Tchaicka

Lourival Matos de Sousa Filho

Marcia Rayka e Silva Lima

Maria Cleoneide da Silva

Maria Edileuza Soares Moura

Maria Inez Fernandes Carneiro

Maria Teresinha de Medeiros Coelho

Marivania Leonor Souza Furtado

Maura Celia Cunha e Silva

Monique Hellen Martins Ribeiro

Nancyleni Pinto Chaves Bezerra

Quesia Guedes da Silva Castilho

Regina Célia de Castro Pereira

Rosalva de Jesus dos Reis

Rosirene Martins Lima

Sandra Imaculada Moreira Neto

Sannya Fernanda Nunes Rodrigues

Silvana Maria Pantoja dos Santos

Thiago Allisson Cardoso de Jesus

Viviane Corrêa Silva Coimbra

Wanessa David Canedo Melo

Wellinton de Assunção



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO  
MARANHÃO



C694

Coletânea SEMIC [recurso eletrônico] - UEMA PRODUZINDO  
CONHECIMENTO (*Ciclo 2020-2021*): Ciências Humanas. Vol.3/  
Organizadoras Marina Bezerra Figueiredo; Eliane Pinheiro de Sousa;  
Rita de Maria Seabra Nogueira. – São Luís: [s.n.], 2022.

568 p.

Coletânea de artigos.

ISBN: 978-85-8227-279-4 (E-book)

1. UEMA. 2. PIBIC. 3. SEMIC. I. Figueiredo, Maria Bezerra. II. Sousa,  
Eliane Pinheiro de. III. Nogueira, Rita de Maria Seabra. IV. Título.

CDU 001.891 (081.1)

**Elaborada por Rosiene Santos - CRB 13/837**

# Sumário

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>FILOSOFIA .....</b>	<b>11</b>
<b>FUNDAMENTOS DEMOCRÁTICOS NO LIBERALISMO-IGUALITÁRIO RAWLSIANO .....</b>	<b>12</b>
João Gabriel Porto de Melo Prof. Dr. José Carlos de Castro Dantas	
<b><i>RETOMADA NA FILOSOFIA DE ERIC WEIL .....</i></b>	<b>29</b>
David Mendonça do Nascimento Francisco Valdério	
<b>GEOGRAFIA .....</b>	<b>55</b>
<b>APLICAÇÃO DO PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO RÁPIDA DE RIOS COMO ANÁLISE DOS FENÔMENOS DE ENCHENTES E INUNDAÇÕES NO MÉDIO CURSO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SANTO ANTÔNIO, ILHA DO MARANHÃO .....</b>	<b>56</b>
Thaís da Silva Rodrigues Euclides Castro Gomes Danyella Vale Barros França Quésia Duarte da Silva	
<b>CONFLITOS DE USO DA TERRA NAS MARGENS DO RIO MUNIM: análise cartográfica baseada nos parâmetros legislativos .....</b>	<b>77</b>
Marcos Vinicius Lima de Sousa Silas Nogueira de Melo Juciana da Conceição Birino de Souza Swanni Tatiana Alvarado Fabrício Sousa da Silva	

**ESTUDO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL E O MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DO ENTORNO DAS RUÍNAS DA BEIRADA DE ALCÂNTARA-MA. ....100**

Tallita Rayanne Santos Arouche  
Sasha Fernanda de Oliveira Sousa  
Ana Rosa Marques

**FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA: racionalidade construída na Universidade para a sala de aula da Educação Básica ..... 126**

Francisco de Oliveira Viana  
Iris Maria Ribeiro Porto

**O GEOSSIMBOLISMO DO SANTUÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, MARANHÃO: os festejos e o turismo religioso ... 143**

André Lucas dos Santos Ferreira  
José Arilson Xavier de Souza

**HISTÓRIA.....164**  
**A HISTÓRIA DOS TEMPOS DE HOJE E OS CORPOS FEMININOS QUE AINDA SÃO MARCADOS: fatores associados à violência contra a mulher no Leste maranhense entre 2000 e 2016..... 165**

Rebecca Kauanne Mourão Mendes  
Jakson dos Santos Ribeiro

**A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO MARANHÃO E A CONCESSÃO DE DOTES ÀS MOÇAS POBRES NO SÉCULO XIX ..... 183**

Ana Caroline Silva Caldas  
Elizabeth Sousa Abrantes

**A VISÃO DAS ELITES MARANHENSES SOBRE SUJEITOS ESCRAVIZADOS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO (1850-1888) .....202**

Beatriz Sousa Silva  
Yuri Costa

**AGROECOLOGIA E ECOFEMINISMO: o protagonismo feminino no campo e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra ..... 219**

Nathalia da S. Pontes

Isaac Giribet Bernat

**APLICATIVOS EDUCACIONAIS PARA AULAS DE HISTÓRIA: História local na palma da mão - Caxias - MA.....242**

Francisco Lucas Gonçalves dos Reis

Jakson dos Santos Ribeiro

**AS CARTOGRAFIAS CONTIDAS NA OBRA DE FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO .....273**

Bruno Santos da Silva

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho

**BANDEIRAS VERDES: fronteira agrícola e migração no Maranhão em tela..... 296**

Pamella Ferreira Paiva

Marcia Milena Galdez Ferreira

**CLEÓPATRA E O EGITO NO CINEMA OCIDENTAL: Discursos e representações em *Astérix e Obélix, Missão Cleópatra* (2002) .....325**

Thiago Eduardo Prata Passos

Viviane de Oliveira Barbosa

**DESONRADAS, DESONESTAS E DESAMPARADAS: denúncias de defloração contra mulheres do sertão maranhense na Primeira República.....350**

Veronica Lima de Amorim Matos

Jakson dos Santos Ribeiro

**DOCÊNCIA NO ENSINO DE HISTÓRIA: a formação continuada de professores de História da rede de educação básica no estado do Maranhão. .... 372**

Lucenildo do Lago Holanda

Sandra Regina Rodrigues dos Santos

**ESTRATÉGIAS QUE SE CRUZAM NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO LUSO-BRASILEIRA: as violações dos direitos humanos através da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista ..... 407**

Thayane Cristine Santos Sousa

Monica Piccolo Almeida Chaves

**O GRUPO CLARIDADE E A EMERGÊNCIA DA CABOVERDIANIDADE (1936-1955) ..... 431**

Igor Santos Carneiro

Tatiana Raquel Reis Silva

**O MODELO IDEAL DE BOM CRISTÃO: a definição de moralidade e de comportamentos ideais através da *Visão de Túndalo* e da Trilogia das *Barcas*, de Gil Vicente ..... 457**

Laura Milena Garcez Serra

Ricardo Marques de Jesus

Adriana Maria de Souza Zierer

**OS “CRIMES DE SANGUE”: homicídios entre as notas policiais da imprensa de Caxias-MA durante a Primeira República... 484**

Lais Isabelle Rocha de Souza

Jakson dos Santos Ribeiro

**OS SONHOS DE ABRIL: a desarticulação da PIDE/DGS em meio à dissolução do império do ultramar através do Jornal O Século (1974-1976).....505**

Monica Piccolo Almeida Chaves

Luana dos Anjos Pereira

**POBRES E POBREZA DO MARANHÃO NAS CRÔNICAS  
MISSIONÁRIAS: o olhar do Pe. João Felipe Bettendorff.....530**

Van Joseph Rodrigues Correia

Helidacy Maria Muniz Corrêa

**REGISTRANDO O ASPECTO MEMORIALÍSTICO DA  
FOTOGRAFIA URBANA DE CAXIAS-MA (1950-1990) .....547**

Marinalva Aguiar Teixeira Rocha

Max Mateus Moura da Silva

# APRESENTAÇÃO

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, apresenta a coletânea: UEMA PRODUZINDO CONHECIMENTO, ciclo 2020-2021.

A coletânea reúne trabalhos desenvolvidos por alunos da Iniciação Científica da UEMA, que foram apresentados durante o XXXIII Seminário de Iniciação Científica-SEMIC, referente ao ciclo 2020-2021.

O XXXIII SEMIC é uma ação de popularização, disseminação e promoção da ciência promovida pela UEMA que, ao divulgar os resultados de pesquisas desenvolvidas por alunos da graduação, valoriza e prioriza a preparação de nossos jovens por meio da produção do conhecimento, para que sejam atores de destaque no esforço de melhorar os índices de desenvolvimento do Estado, trazendo mais qualidade de vida à nossa população.

O XXXIII SEMIC ocorreu no período de 06 a 10 de dezembro de 2021, no qual foram apresentados e discutidos os resultados obtidos nos projetos de Iniciação Científica, ciclo 2020/2021. O evento deste ano compreendeu 580 trabalhos institucionais, sendo 558 do Programa de Iniciação Científica (PIBIC FAPEMA, UEMA, CNPq e PIBIC/Ações Afirmativas) e 22 do Programa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI). Todos os trabalhos foram divulgados de forma online. A difusão dessas pesquisas para mais de 1194 inscritos atinge os objetivos de

repercussão necessários na Universidade e na comunidade maranhense.

A coletânea tem por objetivo reunir e divulgar trabalhos de elevada qualidade científica realizados por discentes e seus orientadores docentes da UEMA. Através do despertar pela vocação científica e incentivo de talentos potenciais entre estudantes de graduação, a coletânea possibilita a publicação dos trabalhos resultantes de suas pesquisas. A publicação dos resultados reunidos em capítulos da Coletânea aumenta o envolvimento discente na produção científica da UEMA, colocando em evidência a ciência no estado do Maranhão.

Esta Coletânea está organizada por áreas de conhecimento, dividida em quatro volumes a saber:

Volume 1: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciência da Saúde, Engenharias, Ciências Exatas e da Terra.

Volume 2: Ciências Sociais e Aplicadas

Volume 3: Ciências Humanas

Volume 4: Educação, Linguística, Letras e Artes

Desejamos uma boa leitura e aquisição de conhecimentos!

CIÊNCIAS HUMANAS

# FILOSOFIA

## FUNDAMENTOS DEMOCRÁTICOS NO LIBERALISMO-IGUALITÁRIO RAWLSIANO

João Gabriel Porto de Melo<sup>1</sup>  
José Carlos de Castro Dantas<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

O problema da democracia encontra-se na sua justificação: como justificar os fundamentos democrático descoladas ou não condicionadas por doutrinas pessoais e, sobretudo abrangentes? Como fundamentar e justificar a democracia, por natureza contraposta a orientações e desdobramentos práticos demarcados por formas sombrias de comandos e violências? Esse texto trata da teoria político-moral em modelo liberal-contratualista de John Rawls onde se estabelecem fundamentos primordiais, destacadamente a razão pública para uma cultura política democrática favorável às discussões e as deliberações plurais entre cidadão livre e iguais interessados na concepção e implemento da justiça como equidade. Um dos célebres debates estimulados pelo conceito de razão pública registrado entre Rawls e Habermas, é caracterizado por aproximações e distanciamentos a partir das perspectivas teóricas dos respectivos autores. Como democrata deliberativo, Habermas está mais interessado na racionalidade comunicativa politicamente focada práticas deliberativas públicas.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Filosofia da Universidade Estadual do Maranhão

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Educação e Filosofia da Universidade Estadual do Maranhão

## IDEIAS FUNDAMENTAIS DO LIBERALISMO POLÍTICO-DEMOCRÁTICO

O liberalismo é o paradigma de fundo a partir do qual o filósofo norte-americano John Rawls arquiteta sua teoria moral-política, ajustada, porém, aos caracteres culturais contemporâneos. A partir daí é que ele volve-se para o problema da justiça em contexto democrático, cujo esforço e empreendimento teórico é, primeiramente, talhado na sua magna obra *Uma Teoria da Justiça* (*Theory of Justice*), de 1971 a qual indiscutivelmente o notabilizou<sup>3</sup>, dentro e fora das academias, no *revival* das teorias político-morais, os respectivos debates críticos desencadeados. Coerente à sua conduta dialógica, Rawls acolheu críticas, respondeu a objeções e ampliou ideias na sua segunda obra relevante, *O Liberalismo Político*, de 1993. Na verdade, antes e depois dessa obra, ele entabula discussões de suas ideias em diversos artigos e livros até pouco antes de sua morte, em novembro de 2002.

Rawls justamente ressalta sua proposição ético-política da *justiça como equidade* é condicionada pela estabilidade democrática: “uma concepção de justiça para uma democracia constitucional que é razoavelmente sistemática e praticável.” (RAWLS, 1992, p. 28);

---

<sup>3</sup> Conforme Werle (2010), desde o pós-guerra, a obra de Rawls é um marco na filosofia política, inclusive porque, há mais de quarenta anos, os debates político-morais incluem temas ou questões nela tratados: objeto e finalidade da justiça; conciliação possível entre liberdade e igualdade democrática; critério distributivo dos bens básicos (liberdades, oportunidades, rendas, bem-estar etc.); problema da justificação e orientação das instituições sociais básicas numa sociedade justa; inclusão da pluralidade de valores e interesses no debate público; problema da conciliação entre interesses subjetivos e o bem comum.

como homem do seu tempo, ele compreende a cultura democrática abarcando doutrinas religiosas, políticas e filosóficas opostas e irreconciliáveis.

Nesse sentido, nos interessa destacar nos limites desse texto, quatro fundamentos impregnados à constituição democrática argumentada por Rawls: sociedade como sistema de cooperação equitativa, posição original; conceito de pessoas livres e iguais e consenso sobreposto.

Em primeiro lugar, no interior de uma cultura democrática caracterizada pelas discussões políticas os cidadãos não concebem, com efeito, a ordem social como uma prescrição natural nem como veredito hierárquico institucionalizado por aristocracias ou religiões. E é nesse sentido que os cidadãos estão dispostos a cooperar. A cooperação distinta de qualquer ordem ditada, “é orientada por regras e procedimentos publicamente reconhecidos e aceites pelos cooperantes [...] encarados como adequados à regulação de sua conduta.” (RAWLS, 1997, 44). Segue-se, conforme Rawls, que benefícios recíprocos regem a justa cooperação.

Cidadãos cooperantes enquanto livres e iguais, conforme Rawls são capazes abstrair ethos, desejos, interesses, circunstâncias etc. privadas para disporem racional e razoavelmente a acordos possíveis sobre princípios de justiça equitativa, através do procedimento figurativo da posição original. Ora, esse é um processo possível em contexto democrático.

A posição original associada ao “véu da ignorância” situados na perspectiva contratualista rawlsiana, “[...] não se permite que as partes conheçam as posições sociais ou as doutrinas abrangentes específicas das pessoas que elas representam.” (RAWLS, 1997, p. 51). Obstruem-se, de resto, referências a sexo e etnias e a dotes natos, tais como força e inteligência. Com efeito, a posição original e o véu da ignorância como que numa radicalização democrática, incompatibilizam-se com certo perfeccionismo teleológico que conceba um princípio de excelência humana supostamente superior.

À parte a ficção um artifício hipotético, a posição original idealiza a capacidade descomprimida, livre, franca e ampla das discussões democráticas entre cidadãos interessados nas deliberações importante ao universo dos envolvidos; na teoria rawlsiana, focados na justiça política ou equitativa.

O conceito de pessoas livres e iguais - enquanto pessoas políticas inerentes às democracias, em terceiro lugar, é explicado por Rawls (1997), como cidadãos que exigem o direito da independência recíproca, isto é, livres que qualquer sectarismo teleológico. Quando, ao contrário, direitos básicos dependem de uma filiação, “[...] essa sociedade tem uma diferente concepção política da pessoa. Falta-lhe uma concepção da igual cidadania, pois esta concepção acompanha a de uma sociedade democrática de cidadãos livres e iguais”. Rawls (2007, p. 56).

Na qualidade de pessoas políticas, livres e iguais os cidadãos podem avançar para outro elemento básico da justificação

pública da teoria da justiça como equidade, que é o consenso sobreposto (*overlapping consensus*)<sup>4</sup>.

Cidadãos têm opiniões religiosas, filosóficas e morais conflitantes e portanto afirmam a concepção política a partir de doutrinas abrangentes diferentes e opostas [...] por razões diversas. [...] elas são todas igualmente aceitáveis desde que respeitem os limites impostos pelos princípios da justiça política. (RAWLS, 2000, p. 261).

A exequibilidade do consenso sobreposto motiva e regra as pessoas pautadas pela liberdade a se assumirem como racionais e razoáveis entre suas orientações contextuais e teórico-práticas e a pauta das discussões propositivas em torno de projetos de justiça social. Esse exercício político, por assim dizer, assegura as procedimentalizações democráticas abertas, pois, às deliberações públicas. Enfim, o consenso sobreposto não um artifício imaginário tampouco um *modus vivendi* oportunista, mas a prática da tolerância e oportunidade dos tráfegos de ideias entre cidadão livre e iguais, ainda quando ancorados em doutrinas específicas.

Portanto, é correto dizer que na arquitetônica do pensamento rawlsiano, essas condições brevemente descritas constituem democracias pluralistas como amplo espaço para perspectivas de

---

<sup>4</sup> A crítica do filósofo estadunidense ressalta que a tradição ancorou-se, de praxe, moral e politicamente, em algum tipo de doutrina abrangente unilateral. Na modernidade, por exemplo, Kant e Mill primaram a liberdade individualista e o utilitarismo de Bentham, e Sidwick centrou-se na felicidade geral calculada. Portanto, impossibilitou-se, em qualquer uma dessas formas, a perspectiva do consenso sobreposto.

doutrinas abrangentes<sup>5</sup> razoáveis ressaltando, reversamente, que nenhuma delas é suficientemente capaz de homogeneizar e decidir, por si só, questões e decisões básicas de justiça política. Numa situação inversa, podemos interpretar que constituições democráticas encorpam e favorecem aquelas mesmas condições. Em Rawls, as demandas e as discussões são expurgadas de considerações metafísicas fechadas, como em Habermas cujas questões públicas e os discursos se movimentam tem pensamentos pós-metafísicos.

Contudo, avancemos para a ideia de razão pública. Inspirado na definição kantiana de razão pública, em *Aufklärung*<sup>6</sup>, Rawls concebe-a como fundamento e caráter especial, porque ela integra a própria ideia de democracia.

## A RAZÃO PÚBLICA COMO PROCEDIMENTO DEMOCRÁTICO

O que é a razão pública? Na perspectiva liberal, em *O Liberalismo Político*, Rawls esclarece com nitidez:

A razão pública é a característica de um povo democrático: é a razão de seus cidadãos, daqueles que compartilham o status de igual cidadania. O objeto dessa razão é o bem público: aquilo que a concepção política de justiça requer da estrutura básica das

---

<sup>5</sup> Doutrinas abrangentes não razoáveis inviabilizam a democracia, porque “seus princípios e ideais não correspondem à exigência da reciprocidade e, por isso, não têm condições de estabelecer de várias maneiras, as liberdades fundamentais equânimes iguais. São exemplos típicos: doutrinas religiosas fundamentalistas, formas de aristocracias, autocracias e ditaduras.

<sup>6</sup> No opúsculo, *Resposta à pergunta: que é Esclarecimento?* de 1783, Kant frisa o Esclarecimento como superação da tutela pelo entendimento autônomo capaz, portanto, de justificar-se perante outros mediante o usufruto da razão pública.

instituições da sociedade e dos objetivos e fins a que devem servir. (RAWLS, 2000, p. 261-262).

Assim, na sociedade política a razão pública visa articular projetos, priorizar fins e decidir conforme esses procedimentos. E por isso, é a razão do público cujo objeto é o que é público e seus conceitos pertinentes são públicos. Com razão, em outra obra, Rawls (2003, p. 127), enfatiza que “[...] se estamos falando de razão pública, o conhecimento e os modos de argumentação [...] que fundamentam a escolha que as partes fazem de princípios de justiça têm que ser acessíveis à razão comum dos cidadãos” indicando, com isso, um procedimento recorrente entre pesquisas de opinião, debates públicos políticos entre os consensos e as controvérsias. Rawls defende a necessidade delimitar a razão pública em três esferas: a valores ou problemas políticos, tais como: direito de votar, tolerância religiosa, igualdade equitativa de oportunidades e direito de propriedades; aos fóruns de discussões públicas no espaço público do político: partidos, candidaturas, campanhas; logo, nem pensamentos políticos pessoais e nem discussões entre membros restritos de associações eclesiásticas e universitárias, dizem respeito à razão pública; e em terceiro, às autoridades do Estado em fóruns oficiais e pronunciamentos públicos.

Procedimentos como esses associam-se ao contexto da natureza e da necessidade justificativa da democracia, em meio às complexas doutrinas divergentes entrelaçados aos princípios da cultura política pública; Rawls argumenta, entretanto, que se há possibilidade de que todos vejam-se como cidadãos plenamente

cooperativos, mesmo possuindo doutrinas diferentes ou conflitantes, é porque há, por conseguinte, *concepção de justiça* associada à *razão pública* capaz de encorpar tanto elementos constitucionais quanto discussões e julgamento entre os cidadãos. Para Rawls a ideia de razão pública vincula-se ao anseio de cidadania democrática que, no ideário liberal, significa que o poder político é exercido à luz de elementos constitucionais aceitáveis e endossados por cidadãos racionais e razoáveis. “Os cidadãos defendem o ideal a razão pública não em consequência de uma barganha política, como um *modus vivendi*, mas em virtude de suas próprias doutrinas razoáveis.” (RAWLS, 2000, p. 267).

Faz-se, então, necessário, identificá-la dentro da *estrutura básica*, que é o espaço que compreende os das instituições democráticas. Realmente, dado fato do pluralismo derivado das doutrinas abrangentes, viabilizam-se convicções no seio da sociedade expressas em termos de liberdade e equidade e que são os frutos do processo histórico de desenvolvimento das instituições capazes, conseqüentemente, de superar outras convicções arraigadas, como a escravidão e a intolerância. Rawls concebe, nesse sentido, a própria sociedade como uma expressão onde todas as concepções gerais coexistem umas com as outras atuando em um mesmo espaço social e que, ao mesmo tempo, são irreconciliáveis (RAWLS, 2000a, p. 45). Trata-se do *fato do pluralismo* que se deve a um longo exercício da razão humana encarada em um contexto democrático próprio, portanto, de instituições livres e duradouras.

Mas, então, o problema está justamente no *fundamento* dessa conciliação entre concepções conflitantes: como é possível essa esfera ou esse estado onde todas essas concepções conseguem dialogar, assumindo os mesmos princípios? E achado esse fundamento, qual a teoria mais adequada para reunir princípios que contemplem, por assim dizer, esse fato e o fundamento desse fato?

Por fim, convém acentuar que o conteúdo da razão pública nesse modelo liberal-democrático de onde procede a argumentação geral rawlsiana, dirige-se a certos direitos, liberdade e oportunidades associados tanto ao bem geral quanto aos meios que garantam aos indivíduos uso de suas liberdades e oportunidades. É por isso que par ele, a razão pública guia as instituições democráticas compreendidas no contexto da *estrutura básica da sociedade*, cuja prioridade básica diz à concepção e ao compromisso com os dois princípios mais apropriados para cidadãos livres e iguais e, que, portanto, traduzem e sintetizam o a natureza e o telos da teoria da justiça política como equidade. Esses dois princípios são os seguintes:

- a. Todas as pessoas têm igual direito a um projeto inteiramente satisfatório de direitos e liberdades básicas iguais para todos, projeto este compatível com todos os demais; e, nesse projeto, as liberdades políticas, e somente estas, deverão ter seu valor equitativo garantido.
- b. As desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer dois requisitos: primeiro, devem estar vinculadas a posições e cargos abertos a todos, em condições de igualdade equitativa de oportunidades; e, segundo, devem representar o maior benefício possível aos membros menos privilegiados da sociedade.” (RAWLS, 2000a, p. 47-48)

Assim, dentro do modelo democrático-liberal, essa forma *igualitária* de liberalismo inclui, como vimos, a valoração equitativa dessas liberdades políticas; as oportunidades equitativas; e o *princípio de diferença*, considerando, nesse caso, que desigualdades econômicas efetivas ofereçam os maiores benefícios aos cidadãos menos favorecidos da sociedade.

## A RAZÃO PÚBLICA ENTRE RAWLS E HABERMAS

A razão pública enquanto recurso político indispensável nas estruturas democráticas para as discussões acerca de valores, proposições, desafios e contingências político-morais, suscita uma dialética discursiva atual interessante entre Rawls e Habermas, cuja amplitude e desdobramentos não são possíveis nesse espaço exíguo.

Em primeiro lugar, Rawls e Habermas, irão dar respostas análogas a esse problema: a própria normatividade só será possível na *autonomia* moral dos próprios cidadãos, da cooperação e discussão entre eles e as condições de liberdade e de igualdade, de maneira que os seus direitos de comunicação sejam voltados para o bem público; não considerando, no entanto, essa autonomia como um valor extrínseco ao processo político democrático, mas sim de maneira *pragmática* como um conjunto *institucionalizado* de ações e processos que garantem que os mesmos cidadãos são responsáveis pelos princípios que devem nos submeter (AUDARD, 2005, p. 82). A empreitada proposta por Habermas vem exatamente da fragilidade

que ele vê nas democracias modernas, partindo da sua teoria da discussão afirmando, segundo Audard (2005, p. 83),

[...] não basta para um Estado ter as instituições do Estado de direito, do *Rechtsstaat* ou da *rule of law*. É ainda necessário completá-los como uma cultura democrática e uma sociedade civil vivas, emancipadas do poder político, tudo que faltou à República de Weimar.

Para Habermas, as normas válidas devem satisfazer as condições pelas quais os efeitos secundários advindos do fato de que a norma foi *universalmente* observada intencionando a responder aos interesses de todos, conseguem ser aceitas sem limitações por todos os indivíduos. Assim, seu ponto de vista define-se como aquele que todos os interesses de todas as pessoas foram levados em conta. “A liberdade de cada um deve poder conviver com a igual (*gleiche*) liberdade de todos, segundo uma lei geral.” (HABERMAS, 1997, p. 157).

Os autores parecem extremamente distantes quanto ao método de justificação: Rawls utiliza a posição original justificando o processo democrático quanto ao estado hipotético em que os indivíduos assumem o processo político para si, reconhecendo-se nele privados de qualquer conhecimento sobre sua posição particular, status, concepções etc. Para Habermas, isso quebra com os princípios de *universalização* pelo discurso, já que é um teórico, e não os cidadãos, que desenvolve toda a descrição do *processo de argumentação*, ao definir não só as instituições morais fundamentais,

quanto as informações acessíveis àqueles que estão sendo beneficiados pelo contrato.

Porém, tanto Rawls quanto Habermas convergem entre si no seu objetivo de justificação. Tanto o princípio de universalização, quanto a concepção política de justiça, querem que os cidadãos se reconheçam como autores do direito pelos quais estão se comprometendo. A resposta que advém do *falhabilismo* da democracia, onde são diluídas as referências de certeza, e a justificação deve ser tomada pelos cidadãos e a sua comunicação “[...] no centro da experiência e dos direitos democráticos” (AUDARD, 2005, p. 91). Daí o desenvolvimento de Habermas no princípio de discussão democrático se faz da maneira seguinte: as ações e normas são válidas quando as pessoas envolvidas poderiam aprovar sendo participantes das discussões racionais. Isso é o que vai distinguir do princípio moral universal, onde só irá validar o julgamento racional e não as práticas dentro do sistema democrático, definindo-as pela garantia das liberdades.

Segundo Audard, os mesmos princípios que envolvem o Liberalismo Político, na nova empreitada da justificação democrática, da *razão pública*, irão dialogar com o novo princípio democrático assumido por Habermas. O processo é assumido por todos os cidadãos por intervenção ativa no processo político (AUDARD, 2005, p. 91).

Uma crítica feita por Habermas ao liberalismo pode deixar mais clara a questão. Ele o critica por tentar no processo extrair da

constituição uma referência externa ao político. Ele a compreende exatamente o que já foi dito quanto ao problema da justificação democrática: em um mundo já “pós-metafísico” as normas não podem se submeter à princípios externos, como um “direito natural”; elas devem se fazer no próprio jogo político tendo os próprios cidadãos como protagonistas das questões públicas. Mas, nem mesmo Rawls afirma que a constituição tenha valor externo a esse jogo; muito pelo contrário, o liberalismo político de Rawls afirma, como já vimos, que a *razão pública está direcionada aos elementos constitucionais essenciais*, e que o poder político só pode ser exercido mediante a essa constituição, que é endossada razoavelmente por todos os cidadãos à luz dos princípios da concepção política. Como diz Audard: “Se a constituição tenta limitar a supremacia dos parlamentos e da política comum, é para defender a política constitucional do ‘povo’.” (2005, p. 107).

Além disso, convém acrescentar que para Habermas conforme Rúrion Melo (2011), a razão pública conforme o argumento de Rawls complicaria o entendimento sobre o papel que o procedimento na justificação normativa da teoria no sentido que cidadãos podem ser razoáveis a partir de sua teoria abrangente particular, dito de outra maneira, um cidadão pode ser razoável perante os demais não necessariamente na esfera da deliberação pública. “O equilíbrio correto entre os diversos interesses e necessidades privadas seria obtido como o recurso não a uma formação ampla da opinião e da

vontade, mas a uma perspectiva razoável inerente às convicções dos próprios cidadãos.” (MELO, 2011, p.71).

Assim, a razão pode verificar e acompanhar a “sobreposição feliz”, de pessoas que ainda que não se submeta a uma “determinação” da formação da sua vontade pública pode, conceber e agir à luz da razoabilidade em relação ao esquema de suas particularidades.

O filósofo irlandês Philip Pettit, afirma essa possibilidade quando define a essência democrática no ideal de liberdade como não-dominação. Essa condição democrática reconhece os diferentes ou “estrangeiros” o espaço e a voz que precisam ter. No entanto, os que assumem essa condição precisam se balizar pelas diretrizes constitucionais democráticas para que suas condutas possam ser ordenadas seguindo essa essência democrática. Ninguém pode ser excluído da certeza do direito estabelecida nesse ideal liberdade. Isso barra os avanços unilaterais do espaço do político.

Assim, trata-se de modificar os princípios do funcionamento democrático, os seus direitos fundamentais no processo histórico, assumindo com base no julgamento dos próprios cidadãos, na cultura pública de fundo, as liberdades básicas sejam inseridas na constituição, protegidas pelos dispositivos constitucionais, e separadas das concepções privadas e individuais. Esse, retomamos, é o *ideal da razão pública* e da *concepção política de justiça* que são as bases rawlsianas para a justificação democrática.

Então, assentamos que, em um primeiro momento, a tese rawlsiana deve ser expressa com base no conteúdo dos princípios da justiça, enquanto sua concepção política liberal igualitária de justiça, levando em conta o ideal da razão pública. Afirmamos primeiro o fato do pluralismo na sociedade democrática, tornando-o plenamente possível nas diretrizes constitucionais com base nos princípios da justiça, onde cada cidadão pode endossá-las, partindo do próprio contexto da cultura pública de fundo, se considerando uns aos outros como indivíduos livres e iguais, e agentes cooperadores do meio social.

Partindo, assim, da discussão Rawls/Habermas compreendemos o contexto da necessidade da justificação democrática, e um desenvolvimento mais minucioso da teoria de Rawls, no tocante a constituição e a razão pública nesse contexto, relacionada com ao princípio de discussão.

De qualquer forma, entre Rawls e Habermas apreendemos da relação entre liberdade, responsividade convergentes no exercício da razão pública as possibilidades abertas para a coerente mediação das doutrinas abrangentes por meio de uma cultura política democrática “viva”, onde todos os cidadãos se reconhecem enfaticamente como cidadãos democráticos e, enquanto tais, interessados e comprometidos com o sentido de uma sociedade mais justa, portanto, política e eticamente emancipada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto hodierno de debates complexidade e controvérsias entre autores e teorias políticas que tomam por objeto a democracia, o modelo liberalismo- igualitário proposto por John Rawls desde os anos 70 do século passado, constitui-se numa referência importante porque ao associar progresso econômico e emancipação civilizatória alcançados na justiça política com equidade fixa, por conseguinte, que seus os princípios concernentes da liberdade, das oportunidades e da diferença ou desigualdades sociais são condicionados pelo contexto democrático, onde a razão E pública, em particular deve nortear e favorecer os debates plurais e as deliberações públicas entre cidadãos livres e plurais.

A teoria rawlsiana continua suscitando interlocutores críticos e Habermas é um deles. Em poucas palavras, ele aproxima-se de Rawls em certos argumentos acerca da liberdade e da deliberação democrática, por exemplo através do uso público da razão. Por outro lado, num viés mais próximo do republicanismo, Habermas insiste numa racionalidade comunicativa de cidadãos engajados em práticas democráticas deliberativas fundadas em procedimentos discursivos livres e inclusivos.

## REFERÊNCIAS

AUDARD, Catherine. **O princípio de legitimidade democrática e o debate Rawls/Habermas.** In: ROCHLITZ, Rainer (org.) **Habermas: o uso público da razão.** Tradução de Lea Novaes. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade.** Tradução de Flávio B. Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v.1.

\_\_\_\_\_. **A inclusão do outro; estudos de teoria política.** Tradução de George Speber; Paulo A. Soethe; Milton C. Mota. São Paulo: Loyola, 2007.

MELO, Rúrion. **O uso público da razão; pluralismo e democracia em Jürgen Habermas.** São Paulo: Loyola, 2011.

PETTIT, Philip. **Republicanism: uma teoria sobre la libertad y el gobierno.** Tradução de Toni Domènech. Barcelona: Paidós, 1999.

RAWLS, John. **Liberalismo político.** Tradução de Dinah de A. Azevedo. 2 ed. São Paulo: Ática, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Liberalismo político.** Tradução de João Sedas Nunes. 1. ed. Lisboa: Presença, 1997.

\_\_\_\_\_. **Justiça e democracia.** Tradução de Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Uma Teoria da Justiça.** Tradução de Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Justiça como Equidade; uma reformulação.** Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes: 2002.

REALE, Giovanni. **História da filosofia: de Freud a atualidade.** São Paulo: Paulus, 2006.v.7.

WERLE, Denilson Luis. **Vontade geral, natureza humana e sociedade democrática justa; Rawls leitor de Rousseau.** Dois pontos, Curitiba, São Carlos, vol. 7, n. 4, p.31-52, setembro, 2010

**RETOMADA NA FILOSOFIA DE ERIC WEIL***David Mendonça do Nascimento<sup>1</sup>**Francisco Valdério<sup>2</sup>***INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa tem como tema principal o estudo das *retomadas* na filosofia de Eric Weil (filósofo franco-alemão que viveu de 1904 a 1977) e sua relação com a ação humana no mundo e no tempo histórico, especificamente em sua obra *Lógica da filosofia*, *Filosofia moral* e *Filosofia política*. A *retomada*, grosso modo, é um conceito que compreende que os discursos dos homens ao longo da história foram produzidos a partir de outros discursos anteriores, por isso a retomada é uma “condição narratológica” (BERNARDO, 2013, p. 3) necessária da produção de linguagens, pois se relaciona com a capacidade de criatividade, pela dinâmica inventiva com as suas intenções que lhe são próprias, pelo sentimento e pela fé. Todo ato linguístico que pretende ser novo pressupõe uma retomada de ideias, conceitos e procedimentos comunicativos anteriores reinserindo-os em novas roupagens.

Percebendo esse fenômeno na formação dos discursos humanos Weil irá desenvolver sua investigação apontando a formação das categorias do pensamento como feitas de várias retomadas. Portanto, a retomada também será um recurso

---

<sup>1</sup> Graduado em História/UEMA; mestrando em filosofia/PPGFIL-UFMA; graduando em Filosofia/UEMA; bolsista PIBIC/UEMA cota 2020-2021 e 2021-2022.

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia; Professor do Curso de Filosofia/UEMA e do PPGFIL-UFMA; Orientador do Plano de Trabalho originário desta pesquisa.

metodológico em que faz a compreensão da relação das categorias discursivas com a realidade. Deste modo este trabalho justifica-se não apenas por ser uma reflexão teórica sobre a discursividade contribuindo para a *teoria* do discurso e da argumentação e para o campo da hermenêutica filosófica, mas por ter, sobretudo, uma investigação sobre a ação *prática* dos homens no mundo, sobre sua forma de construir e viver o sentido de suas realidades históricas, sociais, culturais e políticas a partir do e pelo discurso. O discurso transforma a realidade, bem como a realidade é transformada pelo discurso e cabe saber como o discurso é recepcionado. É neste ponto em que a presente pesquisa dialoga também com os campos da história das ideias, da história sociocultural e sociopolítica, proporcionando chaves de leituras, tornando-se pertinente, principalmente, no presente tempo histórico em que estamos atravessando em que a linguagem e o discurso estão cada vez mais fragmentários e inseridos na violência. Recorremos a Eric Weil em suas obras para *demonstrar* de forma breve como ele mesmo opera a retomada<sup>3</sup>.

Faz-se aqui um trabalho de conceituação da retomada, demonstrando, nos próprios textos de Weil, o seu sentido. Utilizamos o *juxta propria principia*, método de interpretação adotado por Marcelo Perine (2013) para os textos de Weil que consiste em demonstrar o pensamento do autor de acordo com seus

---

<sup>3</sup> “[...] Uma antiga categoria que apreende a nova atitude e fala da nova categoria, e ao falar a seu respeito, também a esconde e deturpa” (WEIL, 2012, p. 123).

próprios princípios, ou seja, fazê-lo explicar a si mesmo expondo seus pensamentos quando questionado. Segundo Perine, para praticar esse método não é necessário ser filósofo, mas está com um ouvido atento à leitura<sup>4</sup>. Essa *leitura estrutural*<sup>5</sup> nos ajudou acompanhar o discurso interno do autor, suas nuances de pensamento, suas mudanças e suas construções especialmente na introdução da *Lógica da filosofia*. Levando em consideração de que na ação sensata do texto o movimento de interpretação pode ser feito da *compreensão à explicação* e da *explicação à compreensão* (RICOEUR, 1986). Daí a importância de uma hermenêutica que se apropria e/ou se constitui a partir do texto weiliano.

O projeto filosófico de Eric Weil possui uma “[...] estrutura conceitual formada por *atitude, categoria e retomada* [...]”, no qual “[...] a retomada cria a unidade sistemática do empreendimento teórico weiliano [...]” (CASTELO BRANCO, 2013, p. 3, grifos do

---

<sup>4</sup>“A tarefa de compreender um filósofo *juxta propria principia* não exige, como condição necessária, ser filósofo, mas implica uma sintonia (que pode se transformar, ou não, em simpatia e até mesmo cumplicidade) só alcançável pelos que não consideram o próprio falar mais importante do que o pensar e o ouvir [...] A única pretensão que alimento ao expor os resultados das leituras de Weil é a de apresentá-lo por ele mesmo, para que ele mesmo fale toda vez que se trate de compreender seu discurso, devolvendo-lhe a palavra para que ele mesmo responda às objeções que se lhe apresentem, recorrendo a seu próprio discurso, a fim de que ele mesmo se interprete para nós e, assim, mostre a sua coerência” (PERINE, 2013, p. 22 e 23).

<sup>5</sup>Seguimos aqui as orientações bastante genéricas de Ronaldo P. Macedo Júnior sobre leituras de textos filosóficos no artigo *O método de leitura estrutural*. Aqui o autor esclarece que esse método “[...] não se trata da pressuposição de que todos os argumentos de um autor sejam lógicos num sentido da lógica formal, mas sim no sentido de que pressupõem uma coerência construtiva e sistemática” (MACEDO JR, 2007, p. 7).

autor). Segundo Daniel Lins Júnior (2013, p. 4), sem a compreensão desse “tripé conceitual básico [...] é improvável a compreensão dessa obra e da filosofia de Eric Weil”. Outro núcleo de relação conceitual em que a retomada está inserida é *retomada, filosofia e sentido*, pois “a retomada [...] é a atualização do questionamento da filosofia pelo sentido da realidade”<sup>6</sup>. Para Marcelo Perine (2013, p. 9) não há muitas discrepâncias entre os estudiosos de Eric Weil sobre o conceito de retomada, “[...] dada a importância do conceito, todos os intérpretes são obrigados a passar por ele”.

## O CONCEITO DE *ATTITUDE*

A obra *Lógica da filosofia* é uma teoria filosófica da história da filosofia na qual Weil analisa como ao longo do tempo o homem construiu seus discursos com base em *atitudes-categorias* em face da violência. Daniel Benevides Soares explica que “[...] como propedêutica para a *Lógica da filosofia* [...]” é necessário primeiro entender a “[...] relação entre filosofia e aquilo que Weil denomina como seu outro: a violência” (2020, p. 2). A violência constitui o problema da filosofia. A razão leva o homem negar sua natureza animal e, portanto, sua violência constitutiva. A filosofia é movida ante a existência da violência. É seu objetivo eliminá-la, pois ela é o que ameaça a existência do homem e da comunidade.

---

<sup>6</sup>Loc. cit.

Soares (2020) explicita também que a violência possui um caráter multifacetado em Weil. Ela pode ser entendida em várias dimensões da realidade humana. Mas em última análise, ela, enquanto ação humana, é a recusa da razão, da compreensão e do discurso. Ela nega a verdade, o sentido e à coerência da linguagem, ela é irredutível e radical. Ao lado da razão (discurso) e do silêncio ela é mais uma possibilidade ao homem que pode a escolher para nela viver. Nela vivendo ele recusará ao discurso e se instalará na barbárie. E por isso ela é oposição à filosofia, é seu outro, é o outro da razão, porque a filosofia visa o sentido e à coerência. É tarefa da filosofia compreender a violência, porque a filosofia deve a tudo compreender, inclusive aquilo que não se presta a nenhuma compreensão. “A filosofia busca compreender a violência para poder fazer frente a ela” (SOARES, 2020, p. 3). O filósofo quer evitar a violência, ele não quer ser violento, ele não a escolhe, ele nega sua natureza animal e busca transcender a si mesmo, busca a razão.

A *atitude*, em Weil, é a maneira de viver do homem, nem sempre consciente, no mundo em que vive, em sua temporalidade, com todos os seus interesses fundamentais:

O homem está no mundo (compreendido como aquilo no que ele vive) de determinada maneira, ele vive numa determinada *atitude*. Essa *atitude* não é necessariamente consciente: de costume ela não o será, mas realizar-se-á, negando na ação, no sentimento, na linguagem não coerente, sem refletir sobre si mesma; mas é sempre possível, para o discurso, apreender essa *atitude* – para o discurso, isto é, para o homem que reflete sobre o que faz, sente, expressa, que quer transformar isso em discurso coerente e que, para fazê-lo, presta contas a si mesmo da medida em que sua vida

é universal e válida para todos os homens (para todos que são homens para ele) (WEIL, 2012, p. 105-106, grifo do autor).

Ele explicita “[...] que o discurso do indivíduo concreto [...] é o *empreendimento* do indivíduo no qual ele se universaliza, se forma e se formula como homem e, ao apreender a situação, tenta dominá-la” (WEIL, 2012, p. 112, grifo do autor). O homem age no mundo e ao refletir sobre sua ação tentando compreender e apreender a si mesmo produz um discurso que pretende possuir sentido e coerência, então “[...] toda expressão do homem pode ser compreendida nas categorias do discurso [...]” (WEIL, 2012, p. 116). A categoria é a apreensão da atitude em forma de conceito: “[...] toda atitude pode ser transformada em discurso, que toda atitude fundamental pode produzir [...] uma categoria” (WEIL, 2012, p. 118).

Quando isso ocorre, o discurso do próprio homem, que vive a atitude, consegue conceituar-se em categoria<sup>7</sup>, Weil chama isso de *atitude pura*, pois é a tomada de consciência de si mesmo que se transforma em *discurso razoável*<sup>8</sup>: a atitude elabora para si mesma

---

<sup>7</sup>Vale ressaltar aqui que esse homem que formula a categoria de sua atitude não é o homem comum (ou homem concreto), mas o filósofo que quer compreender e a tudo compreender. Uma vez essa categoria formulada em discurso coerente, em sua época, tal categoria servirá para a análise da *Lógica da Filosofia*, como atitude pura.

<sup>8</sup>O conceito de *razoável* em Weil leva em consideração o fato de que o homem quer ser razão, porém, ele também é violência, porque é natureza: “O homem é um animal dotado de razão e de linguagem: isso quer dizer, portanto [...] que os homens não costumam dispor da razão e da linguagem razoável, mas que delas *devem* dispor para serem homens *plenamente*. O homem natural é um animal; mas o homem tal como ele quer ser, tal como ele quer que o outro seja para que ele próprio o reconheça como seu igual, *deve* ser razoável” (WEIL, 2012, p. 14, grifos do autor). Na tentativa de dar coerência, sentido, às suas atitudes e ações no mundo,

num discurso “[...] aquilo que em seu mundo é o essencial para ela [...] Em suma, ela apreende o essencial de seu mundo como conceito. Esse conceito, nós o designaremos sob o nome de *categoria*” (WEIL, 2012, p. 108, grifo do autor). Quando uma atitude desenvolve uma categoria essa atitude é *pura* e ao mesmo tempo *irredutível* – pois não pode ser refutada por nenhum outro discurso na medida em que ela cria para si uma relação interna de sentido coerente.

## O CONCEITO DE CATEGORIA

A *categoria* seria, então, essa forma discursiva da atitude pura: “Atitudes para o homem na vida, categorias para o filósofo, juntas elas permitem compreender o homem, permitem ao homem compreender-se” (WEIL, 2012, p.108). Um *conceito* que permite ao homem “[...] construir um mundo coerente e que confere um sentido a tudo que é e à vida do próprio homem que, nesse discurso, apreende e edifica ao mesmo tempo a si mesmo e a seu mundo” (WEIL, 2012, p. 112). Em outras palavras, é uma tomada de consciência do homem na qual este compreendeu suas realizações na história e nelas se compreendeu. “A categoria representa o conceito que organiza um pensamento filosófico” (SOARES, 2020, p. 5).

---

o máximo que o discurso consegue é ser razoável, pois ainda não podendo livrar-se totalmente da natureza, da violência, ele a nega preferindo a razão e ele poderá ser plenamente razoável uma vez que a violência lhe é constitutiva.

Isso explica por que Weil afirmou que “*para nós*, a atitude que pode se transformar em discurso coerente – mesmo que, aos nossos olhos, apenas parcialmente – ocupa um lugar especial, e ocupa-o de modo legítimo” (WEIL, 2012, p. 106, grifos do autor). Quando Weil põe em destaque o “para nós” (1º) ele está considerando a si mesmo em sua investigação e (2º) está considerando o leitor de seu texto. Weil pretende aqui mostrar o caráter universalizante das categorias que se formam a partir dos próprios atores históricos que as formularam. Essas categorias serão privilegiadas.

Entretanto, o filósofo quer compreender o homem temporal não só em suas *atitudes puras*, produtoras de discursos coerentes, mas também naquelas que recusam o discurso e se negam a designar o que é essencial em seu mundo<sup>9</sup>. Todo homem (mesmo aquele sem discurso coerente, o que vive no silêncio e o que prefere a violência – o louco, o místico e o violento) está inserido em alguma atitude e pode, e deve, ser compreendido pelo discurso, pois ele “[...] apresenta sempre um lado compreensível para o discurso que busca compreendê-lo [...]” (WEIL, 2012, p. 107). Por isso para Weil todas as atitudes “[...] revelam o sentido da história a quem escolheu o sentido, porque elas se compreendem (acabam por se compreender) como a obra da história” (WEIL, 2012, p. 109).

---

<sup>9</sup>Embora o próprio Weil tenha dito que “[...] nem todas as atitudes são de igual importância *para o discurso* e que é legítimo e necessário voltar-se para aquelas que produzem discursos coerentes, que, se for permitido falar assim, se produzem em discursos” (WEIL, 2012, p. 107, grifos do autor).

Weil apresenta na *Lógica da filosofia* as seguintes categorias: *Verdade, Não-sentido, O verdadeiro e o falso, Certeza, A discussão, O objeto, O eu, Deus, Condição, Consciência, Inteligência, Personalidade, O absoluto, A obra, O finito, A ação, Sentido e Sabedoria*. Sua filosofia é entender o sentido da própria filosofia, de uma filosofia que é discurso que compreende a si mesmo. A filosofia só pode ser sistemática quando toma consciência de sua própria história: “[...] a filosofia só se compreende em sua própria história e nada é senão essa tomada de consciência [...]” (WEIL, 2012, p. 104). Nesse conceito a relação entre *filosofia* e *história* é estreita: ambas vieram da mesma raiz humana: da *ação* do homem no mundo e seu *discurso* sobre sua ação, que é tomada de consciência. O homem fala e age, age e fala. Fala porque quer dar sentido à sua ação. Age porque quer ser dirigido por seu discurso coerente. É desse movimento produtor de discursos que a história e a filosofia (enquanto saberes) se alimentam. A filosofia “[...] compreende-se como uma obra do homem em sua história, oriunda da violência, diante da violência, pronta, se o discurso o exige, para retornar à violência” (WEIL, 2012, p. 109).

Mas a *Lógica da filosofia* de Weil não pretende ser uma história da filosofia, mas sim, como o próprio nome mesmo já diz: uma *lógica*. Porém, essa lógica não é aquela lógica do princípio da não-contradição (tal como na lógica formal) e também não pode ser entendida como aquela lógica da pesquisa científica. E, ela é, para Weil (2012, p. 115): “*logos do discurso eterno em sua historicidade*”

(grifos do autor), em que ele mesmo, o discurso, se compreende. A lógica da filosofia, portanto, teria a tarefa de “[...] descobrir o sentido das compreensões do mundo [...]” que foram expressos em diversos discursos na história (SOARES, 2020, p. 4). Seria compreender a compreensão.

## O CONCEITO DE *RETOMADA*

Nesse sentido filosofar para Weil é compreender as *retomadas* que os diversos discursos históricos fizeram, dentro de suas atitudes, para elaboração de suas categorias. Weil explica que:

No início de uma nova época – no momento em que um novo interesse, ao querer destruir um mundo envelhecido, organiza um mundo novo –, é, portanto, uma antiga categoria que apreende a nova atitude e fala da nova categoria, e ao falar a seu respeito, também a esconde e deturpa. O homem *retoma* (para nós que, ao chegar mais tarde, conhecemos a categoria que ele está apenas desenvolvendo) um discurso que, em sua ação, ele já ultrapassou, e pode-se dizer que todo o trabalho de uma lógica *aplicada da filosofia* consiste na compreensão dessas *retomadas* de antigas categorias que formam a linguagem e os discursos (não coerentes, embora se pretendam coerentes) dos homens (WEIL, 2012, p. 122-123, grifos do autor).

Esta citação é chave central, pois nela Eric Weil explica o que é a *retomada*. Ele começa falando sobre o “início de uma nova época”, isso demonstra que sua visão, antes de olhar para o discurso do homem, está voltada para a “época”, e não para uma época estática, mas para uma época que se *inicia*, uma época que, pode-se dizer, também é *ruptura* com o passado e, portanto, está em movimento. Ele olha aqui para o movimento da história e para o discurso do

homem dentro desse movimento. Esse homem temporal está sujeito a mudanças de interesses morais e espirituais (de estilo de vivência) e ao mudá-los ele pretende destruir o mundo antigo.

Mas a fratura desse tempo não se dá abruptamente, é preciso elaborar em linguagem coerente os novos interesses, as novas atitudes, a nova forma de viver nesse mundo. Para tanto, tal homem *retoma* (recupera, reprise, reacende, faz uma *reassunção*) a antiga linguagem que dava sentido, coerência e conceito à sua antiga forma de viver, sua antiga ação, portanto, “[...] a retomada é a condição de possibilidade de criação da ‘primeira linguagem’ [...], ou seja, de um primeiro universo de significação comum, constituído por uma narrativa particular” (BERNARDO, 2013, p. 2) que será retomada mais tarde por outros processos de retomada. A retomada visa criar nova atitude, nova ação no mundo e nova linguagem. De maneira que a categoria formulada ainda está dentro da fratura do tempo.

A antiga categoria apreende a nova atitude, fala da nova categoria e ao mesmo tempo a deturpa. É como colocou Costeski (2013, p. 1): no processo de retomada existe um “[...] *dýnamis* poético da liberdade humana” que se transforma em “[...] coerência discursiva das categorias [...]”. Antes da atitude se tornar categoria pela reflexão e tomada de consciência de si, existe um estado de “ingenuidade” em que se vive a atitude. Em outras palavras, antes da atitude fazer uso de linguagem coerente para formular a categoria ela é vivida dentro de um “[...] conteúdo poético [...]” e “[...] a causa última das retomadas se encontra na própria *dýnamis* infinita da

liberdade *poética* das atitudes”, daí resulta o fato de que “a liberdade, irreduzível e incoerente das atitudes, é essencial para a compreensão do discurso coerente”, logo “[...] um dos objetivos da *reprise* é, justamente inserir essa realidade da não coerência – entendida como ‘malvado infinito’ das atitudes – no discurso coerente das categorias” (COSTESKI, 2013, p. 2)<sup>10</sup>. Em seu artigo Costeski relaciona essa liberdade da linguagem humana na formação de categorias à dimensão do sentimento e da fé, porque as retomadas (*reprises*) permitem ao homem falar daquilo que ainda não é nem coerente e nem razoável, mas que faz sua passagem ao discurso coerente e razoável na medida em que retoma discursos anteriores.

Vale ressaltar aqui que a palavra “retomada” é tradução brasileira da palavra francesa “reprise”, conforme constante na *Lógica da filosofia*, feita primeiramente por Marcelo Perine, o grande estudioso brasileiro de Eric Weil. Entretanto, em solo lusitano, Luís Manuel Bernardo, outro grande estudioso de Weil, preferiu antes o termo “reassunção”, pois conforme ele mesmo pontua: ela “[...] melhor distingue o processo em causa de outros congêneres no campo da hermenêutica filosófica e, desta feita, não se presta, com a mesma facilidade, a aproximações equívocas” (BERNARDO, 2013, p.

---

<sup>10</sup>Costeski (2012, p. 1) explica que existem “[...] três funções principais da *reprise*: faz com que a atitude se transforme em categoria (LP, p. 98), cria a linguagem (LP, p. 99) e, por último, possibilita, tal qual o *Schéma* kantiano, a aplicação da categoria à realidade (LP, p. 82). Nas duas primeiras funções, a *reprise* é mais ligada ao *dýnamis* próprio da liberdade e espontaneidade da atitude, enquanto, na terceira, quando é compreendida como *esquema*, a retomada é um conceito puramente lógico, necessário para se pensar a relação da filosofia com a história”.

12). Sem pretender compreender essa discussão em sua profundidade, observamos aqui que, ao que nos parece, para Bernardo sua escolha de tradução tem razões hermenêuticas mais específicas, ela distinguiria esse processo feito por Weil de outros autores no campo da hermenêutica filosófica, visto ser esse um fenômeno não somente weiliano, mas um fenômeno geral da filosofia. Em outras palavras, “retomada” seria um recurso hermenêutico presente na história da filosofia e vista em quase todos os pensadores, mas a “reassunção” seria a especificidade desse mesmo fenômeno na filosofia de Eric Weil. Arremeto aqui à outra explicação mais completa de Luís Manuel Bernardo sobre a retomada:

Retomar decorre, por conseguinte, antes de mais, e ao contrário do que se costuma considerar, da inventividade inerente à linguagem, que perpassa, igualmente, o discurso, que este reconfigura de acordo com princípios de intencionalidade e de coerência que lhe são próprios: o que há de repetitivo, de esquemático, de mecânico no gesto de retomar é, assim, a consequência da dinâmica da inventividade que faz depender a construção de textualidades significativas da mimese parcial de textualidades disponíveis. Com efeito, estamos perante uma condição narratológica, na medida em que, em consequência do desdobramento pressuposto pela reflexividade, envolve sempre a estruturação de segmentos de carácter textual, ficcionais e não-ficcionais, por mais básicos que se ofereçam. Neste sentido, retomar é o que permite a invenção do sentido da e na linguagem, depois de ter sido compreendido como condição transcendental da produção do sentido no discurso. Por conseguinte, sendo claro que a linguagem é o mais comum, em extensão, só pelas retomadas é que, nessa imensidade relativamente indefinida de enunciações possíveis, se demarcam aquelas aptas a tornarem-se comuns,

compreensivamente, ou seja, a figurarem como estâncias narratológicas que, por sua vez, podem ser reconhecidas pelos falantes como merecedoras de retoma (BERNARDO, 2013, p. 13).

## **RETOMADA COMO RECURSO HERMENÊUTICO**

Marcelo Perine (2013) demonstrou como uma categoria passa a outra ao tomar como exemplo a passagem da *Discussão* à categoria do *Objeto*. Ele explicou que Sócrates foi o maior exemplo na história de uma pessoa que viveu numa atitude de vida pautada na discussão e apontou a Platão, discípulo de Sócrates, como aquele que, vendo a morte de seu mestre, compreende a discussão como necessitando de superação. Platão, portanto, seria um exemplo de quem viveu na atitude que visava a apreensão do objeto do conhecimento por meio da investigação.

[...] podemos dizer que a retomada é a compreensão de uma atitude (ou categoria) nova sob uma categoria anterior, compreensão realizada no interior e por meio dessa atitude anterior. O budista não se cala necessariamente. Ele pode falar do não sentido, assim como da verdade. É possível indagar, e isso foi indagado, por que o Buda, o realizado que se libertou, ainda fala (WEIL, 2012, p. 143).

*Verdade* e o *Não sentido* são duas categorias distintas na *Lógica da filosofia*, mas que possuem uma relação de dependência de significados uma vez que “o não sentido é” e que no budismo ele “pode ser compreendido como a verdade da verdade” (WEIL, 2012, p. 143). O praticante do budismo, embora *vivendo* o silêncio e o vazio, ele pode falar dessa experiência como sendo a *verdade*. Nesse sentido, para uma categoria vim à tona é necessário partir de outra atitude-

categoria, o *Não sentido* retoma a *Verdade*. A experiência do modo de viver o não sentido é para o praticante de tal atitude a sua verdade (que paradoxalmente é carregada de sentido), ou seja, Buda é a própria verdade, “e essa verdade, que é a categoria do discurso do Buda, apreende o não sentido” (WEIL, 2012, p. 144). “A retomada”, diz Weil, “é sempre ‘verdadeira’”. É um processo em que existe uma primeira reflexão que ainda não entra na consciência e ainda não é consciência da consciência, mas é uma reflexão simples em que “a categoria retorna para si mesma sob a forma de uma categoria precedente [...]. É por meio da retomada que a atitude se torna categoria” (WEIL, 2012, p. 144, grifo nosso). A retomada é quando um homem “[...] se utiliza de discursos antigos diante desse novo” e que a *Lógica da filosofia* tem o trabalho de “[...] compreender as retomadas de antigas categorias” (LINS JÚNIOR, 2013, p. 6).

Luís Manuel Bernardo (2011, p. 7) explica que Weil, para elaboração das suas obras *Filosofia moral* e *Filosofia política*, faz um regresso a Aristóteles, Kant e Hegel, operando assim uma retomada “[...] da relação clássica entre moral e política [...]” devendo à “[...] categoria configuradora da discursividade e do agir atuais como a da *Ação*”. Os discursos da filosofia moral e da filosofia política “[...] dependem da lógica própria do discurso da *Ação*”. Marcelo Perine (2013, p. 215) fala que a passagem da categoria da *Ação* para o *Sentido* (ou seja, da vida à filosofia) não é obrigatória, mas “[...] a passagem da filosofia à vida, do sentido à sabedoria [...]” sim, pois aquele que escolhe a filosofia, e não a violência como possibilidade de atitude,

está envolto em uma escolha moral. Mas para demonstrar a retomada na obra *Filosofia política*, precisaríamos de maior espaço, o que seguramente extrapolaria os limites desta apresentação. Pressupomos desdobramento futuros para fazermos essa demonstração.

Na *Filosofia moral* para estabelecer uma teoria moral, Weil parte da ideia de que é necessário primeiro empreender uma reflexão sobre as morais concretas (regras, critérios e princípios de bem e de mal) existentes nas múltiplas comunidades humanas. É o viver em uma comunidade que possibilita ao homem um sentido existencial e oferece a segurança contra a violência da natureza e do próprio homem, sem a comunidade o homem está esvaziado de seus referenciais. A ideia de comunidade de Weil se relaciona com sua teoria da discursividade, sua lógica da filosofia (WEIL, 2012, p. 37-52). Ele não concebe o discurso sem a comunidade, pois é nela que os homens exercem a compreensão de seu mundo construindo quadros interpretativos de sua história para sua orientação existencial sob a base do debate, da disputa de teses, de visões individuais distintas, de nuances de pensamentos e de choques de discursos e ideias, ou seja, na contradição. O discurso ontológico, aquele discurso do ser, da verdade, que fundamenta a ciência empírica, a técnica, as leis, as formas organizativas, o universo imediato do homem, daquilo que tal comunidade compreende ser o sentido último das coisas, é o resultado dessa dinâmica interna de discussões. O indivíduo sem essa base precisará fazer de si mesmo o seu *outro de si* para

elaboração de um diálogo-debate interno e autoanalítico, mas nunca se verá sem a lembrança de sua origem. Em todo caso o discurso precisa ser coerente, formador de sentido existencial capaz de neutralizar os efeitos da violência na realidade humana.

Somente retomando essa pluralidade multiforme de morais concretas dessas diversas comunidades humanas é possível perceber que existe um fundo comum a todas elas: “[...] a diversidade não exclui a unidade: qualquer que seja a moral, ela distingue o bem do mal. [...] no momento, essas diferenças são eliminadas: só deve ficar a pura compreensão do bem, oposta à compreensão, igualmente pura, do mal” (WEIL, 2011, p. 27). Dessa forma o filósofo opera uma retomada de análise: resgata a análise das morais concretas para se estabelecer uma reflexão desinteressada e a possibilidade de *uma* moral filosófica. Portanto, a filosofia moral seria essa reflexão que busca, segundo a natureza própria da filosofia, um universal.

O que Weil pretende em sua obra é fazer uma *lógica aplicada da filosofia* para a compreensão dessas retomadas históricas<sup>11</sup>. Essa lógica aplicada, não é outra senão a *da* filosofia, ou seja, uma lógica que se propõe à compreensão de todos os discursos, uma vez que para Weil filosofia é a compreensão da *totalidade dos discursos na unidade*. A retomada, então, se torna um *recurso metodológico-*

---

<sup>11</sup>Nas palavras de Luís Bernardo: “Ora, o que a *Lógica da Filosofia* patenteia é a existência de um conjunto de discursos matriciais, cujo núcleo generativo pode ser identificado, e que formam um patrimônio discursivo comum, disponível para ser retomado pelos discursos efetivamente tidos em contextos históricos particulares” (BERNARDO, 2013, p. 4).

*hermenêutico*, pois “[...] permite a aplicação da lógica à realidade histórica, em outras palavras, que permite a compreensão dos discursos concretamente sustentados pelos homens do passado e do presente” (WEIL, 2012, p. 123). A categoria apreende a realidade histórica do discurso: “a retomada, para empregar um conceito kantiano, é o esquema que torna a categoria aplicável à realidade e que permite assim realizar concretamente a unidade da filosofia e da história”<sup>12</sup>. Assim é construída a obra *Lógica da Filosofia* de Eric Weil. A consciência que se pergunta sobre o sentido de cada experiência e discurso humano: práxis e teoria, ação e discurso.

É possível considerar a retomada como um fenômeno comum do processo de construção de conceitos como também um instrumento de análise de textos filosóficos e políticos. Repitamos: uma vez que “a retomada é a condição de possibilidade da criação da ‘primeira linguagem’, na medida em que ‘tão logo exista a retomada, existe linguagem’” (BERNARDO, 2013, p. 2), pode ser entendida (1º) com o fato de que todo ato de linguagem já a pressupõe e que (2º) um primeiro universo de significação comum da linguagem é possível a uma narrativa particular mais restritiva de um determinado discurso, além de (3º) numa *compreensão dialética* é possível ver a onipresença da linguagem no discurso de modo que a retomada é seu signo necessário na potencialidade de geração de

---

<sup>12</sup>Loc. cit.

narrativas de variada ordem capazes de trazer a compreensão, traduzir ou mesmo inventar sentidos.

## **PASSAGEM DA RETÓRICA À DIALÉTICA. DIALÉTICA E RETOMADA**

Para comparar a *dialética* com a *retomada* é necessário primeiro compreender o seu conceito e aqui se instala um problema. Segundo Sichirollo (1980, p. 11-12) “[...] ou se aceita um conceito genérico da ‘dialética’ [...], um símbolo para aplicar com significados e matizes diversos, ou se assume como meio de interpretação uma das formas históricas da dialética”. Dialética vem do substantivo *dialegein* e do verbo *dialegestai*. Este verbo pode ser entendido como “explicar-se com alguém”, “discutir para chegar a uma explicação” (SICHIROLLO, 1980, p. 16).

Nicola Abbagnano (2007, p. 269) explica que na história da filosofia essa palavra *dialética* não foi empregada com significado único, em “[...] que possa ser determinado e esclarecido uma vez por todas; recebeu significados diferentes, com diversas interrelações, não sendo redutíveis uns aos outros ou a um significado comum”. Ele identifica o sentido do termo em quatro direções: (1) como a forma de um método da divisão, ligada historicamente a Platão, (2) como lógica do provável, ligada à Aristóteles, (3) como lógica, ligada aos estóicos, e como (4) a capacidade de sintetizar e juntar ideias opostas de um debate, ligada a Hegel.

A dialética no ambiente cultural grego, na época sofística, era concebida como diálogo e também como um aspecto da *retórica*. “A dialética [...] representa a consciência política, democrática, da retórica”. Ela nasce ao nível da *consciência comum* e se desenvolve a nível da *consciência filosófica*. Na sua origem ela é “teoria da ciência integral”, “método e ciências particulares [...] que promovem a consciência comum à consciência filosófica” e que procura uma justificação do saber comum na filosofia (SICHIROLLO, 1980, p. 35). Somente depois com a figura de Sócrates ela se torna uma técnica, um exercício filosófico de pergunta e resposta, consistindo na *análise* e *síntese*.

Depois de um longo diálogo com Fedro examinando a inconsistência da arte retórica, Sócrates põe a dialética como sendo a melhor escolha:

Eu também sou muito dado, caro Fedro, a esta maneira de reduzir e analisar as ideias, pois é o melhor processo de aprender a falar e a pensar, e sempre que me convenço de que alguém é capaz de aprender, simultaneamente, o todo e as partes de um objeto, decido-me a seguir esse homem como se “seguisse as pegadas de um deus”! Em verdade aos homens que possuem este talento – se tenho ou não tenho razão ao dizer isto, o deus o sabe! – sempre os tenho chamado por dialéticos (*Fedro*, 266, c).

Explicando a diferença entre a retórica sofística e a dialética socrática Livio Sichirollo (1980, p. 38) diz que:

[...] a retórica sofística é o desenvolvimento harmônico e persuasivamente coerente de um ponto de vista, é a universalização no discurso de uma opinião, enquanto a dialética socrática é exatamente o conflito das opiniões,

a destruição da sua certeza, a dissolução do seu aparente equilíbrio.

Na experiência socrática a dialética é um fato irrepetível, uma postura investigativa sobre alguma ideia geral, um critério de juízo, um valor ou um princípio onde se analisa decompondo, dividindo e juntando ideias de tal modo que todos possam compreender (*Fedro*, 265, c). Nesse exercício se traz à baila a ambiguidade da linguagem da opinião comum mostrando a ilusão do saber individual e a contradição. O interlocutor é confrontado com novas opiniões que se opõem às anteriores; *retoma* as raízes das antigas e de novo as confronta ao máximo para chegar à unidade. Ele “ergue o discurso acima das fáceis afirmações dogmáticas e do desalento” (SICHIROLLO, 1980, p. 38). Sócrates reconhece a opinião na variedade de suas estruturas e relações em que *a unidade limite é o conceito*. É um método ético-prático e não teórico, “[...] dirige-se à formação da consciência e da responsabilidade pessoal” (SICHIROLLO, 1980, p. 39). Em Platão a dialética é uma discussão honesta, sem inveja, contrária à contestação oratória e à alocação pública. Nela deve haver empenho para ajudar o adversário mostrando-lhes os erros, respondendo com verdade e dentro daquilo que ele crê saber. Há um jogo livre de perguntas e respostas, de aceitação e refutação da hipótese, há retomadas de pensamentos e ideias.

A dialética na modernidade com Hegel ganha forma de *síntese dos opostos*, sendo a condição própria e natural do pensamento, pois é no pensamento que as contradições da realidade finita se resolvem.

Ela é a lei da realidade<sup>13</sup>. É dessa *dialética hegeliana* que Eric Weil desenvolve a sua própria teoria da discursividade na *Lógica da filosofia* à qual a *retomada* é sua operação fundamental. O próprio Weil falando de Hegel explica que a dificuldade de compreendê-lo está no fato de que seu sistema tenta dar conta da *totalidade*, pois ele quis *a tudo compreender*. Hegel quer “[...] compreender a realidade una na unidade da verdade” e não simplesmente construir mais um discurso coerente e redutor, “[...] ele quer ouvir a todos [...]” (WEIL, 2019, p. 64). Ele não quer *compreender* a ciência, a política, a religião, a poesia, a razão, tudo em sua unidade, “[...] sem nunca querer compreender a partir de um ponto de vista *exterior* ou *superior* ou mais *profundo*” (WEIL, 2019, p. 65, grifo nosso). Ele quer compreender a razão com todas as suas contradições, cada tese que pretende ser o todo da verdade. “A realidade é a unidade das contradições: o fruto contradiz a flor porque ele é a morte da flor, mas somente juntos fruto e flor formam o organismo vivo” (WEIL, 2019, p. 65). Ou seja, *é justamente na realidade que vemos todas as contradições dos discursos*, ou *são as contradições dos discursos que formam a unidade da realidade* na medida em que esta é *dever, vir a ser, movimento e mudança constantes*. Essa é “[...] uma dialética que não é senão a realidade que se compreende a si mesma” (WEIL, 2019,

---

<sup>13</sup>Abbagnano explica que para Hegel “toda a realidade move-se dialeticamente e, portanto, a filosofia hegeliana vê em toda parte tríades de teses, antítese e sínteses, nas quais a antítese representa a ‘negação’, ‘o oposto’ ou ‘outro’ da tese, e a síntese constitui a unidade e, ao mesmo tempo, a certificação de ambas” (ABBAGNANO, 2007, p. 273).

p. 65). Uma realidade na medida em que admite as contradições dos discursos. Essa dialética *é o próprio mundo* tal como ele se apresenta no discurso humano.

Diante destas características poderemos, brevemente e esquematicamente, comparar a retomada com a dialética, uma vez que também já sabemos o que é a retomada e como identificá-la nos discursos. Vale sublinhar que em todo ato discursivo em que a linguagem é processada de maneira a produzir narrativas, trazer a compreensão de alguma realidade e inventar sentidos, a retomada se faz presente, pois ela é uma “condição narratológica”, “condição transcendental da produção do sentido do discurso” (BERNARDO, 2013, p. 13). Ela se aproxima da dialética na medida em que no processo do ato discursivo se faz um retorno, uma repetição de ideias anteriores para refutá-las ou para sintetizá-las à nova realidade em que o discurso deseja expressar-se em categoria de pensamento.

Da mesma forma se pode entender que a retomada weiliana é uma forma dialética ou uma *compreensão dialética* (ao modo hegeliano) dos discursos históricos organizando-os em categorias lógicas (unidades discursivas), pois as formas de vida (atitudes) que produziram discursos (categorias) na experiência histórica humana na medida em que são superadas (envelheceram) por novas atitudes, dão lugar à necessidade, de mesmo na antiga linguagem, da produção de novos discursos (categorias). Na retomada há a *síntese* de uma antiga linguagem com uma nova atitude, não sem ser acompanhada, necessariamente, de *análise*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dito tudo isso, consideramos que a filosofia weiliana tem como sua principal base de leitura filosófica o mecanismo da *retomada*, uma vez que sua lógica pretende ser uma leitura filosófica da história da filosofia, em que, a exemplo de Hegel, ele analisa as diversas atitudes e discursos humanos que tiveram lugar na história colocando-as em *categorias filosóficas*.

Podemos considerar que a retomada (ou na *Lógica da filosofia* de Weil ou em algum outro fenômeno discursivo) é tanto uma operação de análise e síntese *na* elaboração de discursos em formas conceituais e categoriais quanto um método de análise *para* leitura de discursos de qualquer natureza. Isso se dá porque quando compreendido esse conceito operatório weiliano podemos vê-lo como uma realidade própria no universo de produção de sentidos e significados da linguagem humana. Weil percebendo isso o organiza em conceito e, simultaneamente, em método na sua obra.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução, coord. e rev. Alfredo Bossi; rev. da trad. e trad. dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BERNARDO, Luís Manuel. Retomar: uma condição narratológica de textualidades comuns. **Cultura**: revista de história e teoria das ideias. V. n. 31, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cultura/1904>. Acesso em: 03 de out. 2020.

BERNARDO, Luís Manuel. O herói moral na *Filosofia moral* de EricWeil. **Argumentos**: revista de filosofia. Fortaleza, ano 6, n. 11, jan./jun., 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/19040>. Acesso em: 24 de ago. 2021.

BERNARDO, Luís Manuel. Moral, Educação e Sentido: uma leitura da *Philosophie morale* de EricWeil. **Itinerarium**: Revista Quadrimestral de Cultura, ano 57, n. 199, p. 3-40, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/revista/15539/V/57>. Acesso em: 24 de ago. 2021.

CASTELO BRANCO, Judikael. Retomada e sentido: a base da relação entre filosofia e história da filosofia na *Logique de la Philosophie* de Eric Weil. **Cultura**: revista de história e teoria das ideias. V. n. 31, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cultura/1812>. Acesso em: 30 de out. 2020.

COSTESKI, Evanildo. Sentimento, fé e reprise em Eric Weil. **Cultura**: revista de história e teoria das ideias. V. n. 31, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cultura/1826>. Acesso em: 01 de nov. 2020.

LINS JÚNIOR. Daniel da Fonseca. Filosofia, retomada e sentido. **Cultura**: revista de história e teoria das ideias. V. n. 31, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cultura/1812>. Acesso em: 30 de out. 2020.

MACEDO JÚNIOR. O método de leitura estrutural. **Cadernos direito GV**. São Paulo, v. 4. n. 2, março 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2814/caderno%20direito%2016%20-%20revisado%20031207.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 de fev. 2021.

PERINE, Marcelo. **Filosofia e violência**: sentido a intenção da filosofia de EricWeil. 2.ed. rev. São Paulo: Edições Loyola, 2013 (Coleção filosofia).

PERINE, Marcelo. Da Discussão ao Objeto: Platão retoma Sócrates? **Cultura**: revista de história e teoria das ideias. V. n. 31, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cultura/1802>. Acesso em: 15 de fev. 2021.

PLATÃO. **Fedro ou Da beleza**. Tradução Pinharanda Gomes. 6.ed. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.

RICOEUR, Paul. O modelo do texto: a acção sensata considerada como um texto. *In*: \_\_\_\_\_. **Do texto à acção**: ensaios de hermenêutica II. Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Lisboa: Rés, 1986, p. 185-212.

SICHIROLLO, Livio. **Dialética**. Tradução Lemos de Azevdo. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

SOARES, Daniel Benevides. Uma apresentação dos conceitos de atitude e categoria em Eric Weil. **Veritas**. Porto Alegre, v. 65, n. 3, p. 1-13, set./dez. 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/veritas/article/view/37517/26568>. Acesso em: 15 de fev. 2021.

WEIL, Éric. **Lógica da filosofia**. Tradução Lara Christina de Malimpensa. São Paulo: É-Realizações, 2012 (Coleção Filosofia Atual).

WEIL, Éric. **Filosofia moral**. Tradução Marcelo Perine. São Paulo: É-Realizações, 2011 (Coleção Filosofia Atual).

WEIL, Éric. **Hegel e nós**. Francisco Valdério; Judikael Castelo Branco; Marcelo Perine; Evanildo Costeski (Orgs). Caxias do Sul, RS: Educs, 2019.

CIÊNCIAS HUMANAS

# GEOGRAFIA

# **APLICAÇÃO DO PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO RÁPIDA DE RIOS COMO ANÁLISE DOS FENÔMENOS DE ENCHENTES E INUNDAÇÕES NO MÉDIO CURSO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SANTO ANTÔNIO, ILHA DO MARANHÃO**

Thaís da Silva Rodrigues<sup>1</sup>

Euclides Castro Gomes<sup>2</sup>

Danyella Vale Barros França<sup>3</sup>

Quésia Duarte da Silva<sup>4</sup>

## **INTRODUÇÃO**

Nos últimos 30 anos, a análise da dinâmica das bacias hidrográficas tornou-se mais recorrente devido às transformações do meio urbano e seu crescimento acelerado. Para Lima (1986), o comportamento hidrológico de uma bacia hidrográfica é função de suas características geomorfológicas (forma, relevo, área, geologia, rede de drenagem, solo, entre outros) e do tipo de cobertura vegetal.

As mudanças ocasionadas por intervenções antrópicas em bacias hidrográficas podem causar alterações na sua dinâmica natural e para a população em seu entorno. Guerra e Marçal (2012) destacam que o rápido crescimento das cidades causa significativa pressão sobre o meio físico urbano, refletindo-se em diversos

---

<sup>1</sup> Bolsista do Programa de Iniciação Científica (CNPq) da Universidade Estadual do Maranhão - thatasr18@gmail.com

<sup>2</sup> Graduando do curso de Geografia bacharelado da Universidade Estadual do Maranhão - gomesequelides1@gmail.com

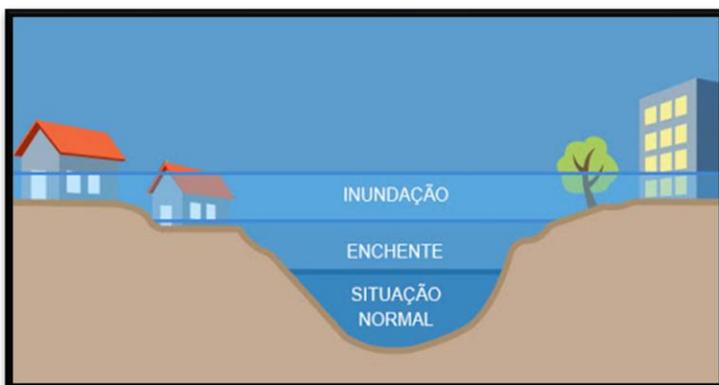
<sup>3</sup> Mestra em Geografia pelo programa de Pós-graduação em Geografia, Dinâmica da Natureza e Conservação do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão - danyellabarro-geo@hotmail.com

<sup>4</sup> Professora Doutora, do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão - quesiaduartesilva@hotmail.com

problemas, tais como a poluição atmosférica, a poluição do solo e corpos hídricos, deslizamentos, enchentes, inundações etc.

As enchentes e as inundações são fenômenos naturais ocorrentes em bacias hidrográficas. Enquanto as enchentes ocorrem quando o nível de vazão do canal fluvial eleva-se ao leito menor, em decorrência do aumento ou recorrência da precipitação, as inundações são o extravasamento do nível de água ao leito maior ou excepcional.

Para Pinheiro (2007), as enchentes são fenômenos hidrológicos de elevação da vazão, tendo nas inundações um processo de escoamento da enchente pelo leito maior. Jha, Bloch e Lamond (2012) discorrem que as inundações urbanas se originam de uma complexa combinação de fatores contribuintes, resultantes de eventos extremos meteorológicos e hidrológicos, como a alta da precipitação e dos fluxos, mas também ocorrem como resultado de atividades humanas, como o crescimento urbano em áreas de planícies fluviais (Figura 1).

**Figura 1: Representação de enchentes e inundações.**

Fonte: Cemaden (2016).

Considerando a dinâmica hidrológica das bacias hidrográficas, os fenômenos que nela ocorrem e a pressão exercida nesse sistema pelo processo de urbanização e crescimento das cidades, afirma-se que o protocolo de avaliação rápida de rios (PARS) é uma ferramenta que visa analisar as alterações antrópicas nas bacias hidrográficas urbanas, pois essas bacias são mais suscetíveis a modificações ambientais, o que pode agravar os fenômenos de enchentes e inundações.

O protocolo de avaliação rápida de rios (PARS) surgiu em 1980 nos Estados Unidos em função da necessidade de aplicação de novos modelos qualitativos de avaliação ambiental. Rodrigues (2010) relata que em resposta ao relatório da Agência Ambiental dos Estados Unidos "*Surface Water Monitoring: A Framework for Change*" (EPA, 1987), que enfatizava a reestruturação dos programas de monitoramento praticados, foi publicado por Plafkin *et al.* (1989) um documento que estabeleceu então os primeiros protocolos. Esses

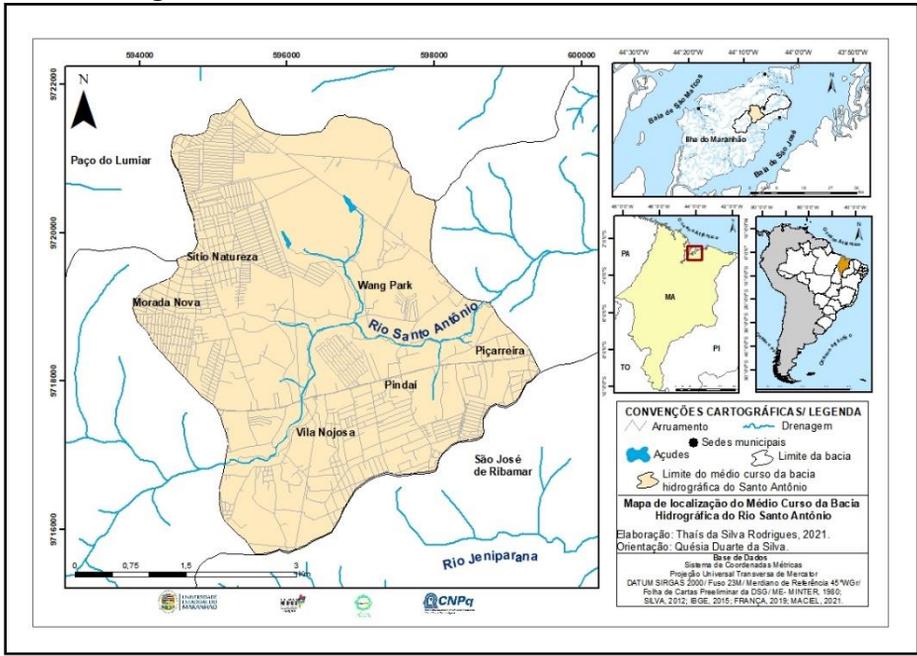
protocolos foram adequados para fornecer dados básicos sobre a vida aquática para fins de qualidade da água e gerenciamento de recursos hídricos.

O PARS busca identificar as características hídricas e as alterações ocorridas em canais urbanizados. Segundo Carvalho *et al.* (2010), o PARS é importante para fundamentar as ações de planejamento e gestão territorial e de recursos hídricos. Estes autores defendem que é cada vez mais consensual a necessidade de informações dinâmicas e qualificadas que possam subsidiar as ações de gestão e permitir um planejamento pautado na realidade e diversidade das regiões hidrográficas.

Na Ilha do Maranhão, diversos são os problemas relacionados à pressão antrópica oriunda da expansão da cidade sobre os sistemas fluviais. Segundo Santana, Silva e França (2019), os fenômenos de enchentes e inundações são recorrentes na referida ilha, o que, em virtude da periodicidade dos fenômenos, tem gerado estudos anuais em diversas bacias hidrográficas desde o ano de 2014.

Partindo destes pressupostos, desenvolveu-se este trabalho no médio curso da bacia hidrográfica do rio Santo Antônio, que está situado na porção leste da Ilha do Maranhão, objetivando analisar a ocorrência dos fenômenos supracitados a partir da aplicação do protocolo de avaliação rápida de rios, pois a área em questão apresenta-se em constante processo de urbanização (Figura 2).

**Figura 2 - Mapa de localização do médio curso da bacia hidrográfica do rio Santo Antônio, Ilha do Maranhão**



Fonte: Própria da pesquisa, 2021.

De acordo com dados levantados em 2021, o médio curso da bacia hidrográfica do rio Santo Antônio apresenta uma área de 19,25 Km<sup>2</sup>, limitando-se ao norte com a bacia hidrográfica do rio Paciência, ao sul com a bacia do rio Jeniparana a leste com o baixo curso da bacia do rio Santo Antônio e a oeste com o alto curso da bacia hidrográfica do rio Santo Antônio.

## METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa foram feitos estudos bibliográficos em livros, artigos e dissertações, assim como em *sites*

especializados a fim de se compreender os fenômenos de enchentes e inundações. Em seguida, foi elaborada a caracterização da área de estudo, através da elaboração de mapas temáticos, trabalhos de campos realizados ao longo da pesquisa e aplicação do PARS.

O ambiente de trabalho foi organizado através de um banco de dados referente ao *software ArcGis for Desktop Advanced*, versão 10.2<sup>5</sup>, para a vetorização das Cartas Planialtimétricas da Diretoria de Serviço Geográfico do Exército (DSG-1980), com escala 1:10.000.

Foi realizada a correção da vetorização das cartas planialtimétricas, tendo como resultado a melhoria da qualidade dos arquivos digitais das curvas de nível, cotas altimétricas, drenagem, os divisores de águas e açudes.

Para este trabalho foi aplicado o modelo de protocolo de Lobo (2011), o qual fez uma adaptação do modelo de Callisto *et al.* (2002). Lobo (2011) justifica que foi realizada a adaptação do protocolo com o objetivo de ajustá-lo às condições ambientais locais, tornando-o eficiente, de fácil utilização e capaz de identificar os impactos ocorrentes nas bacias hidrográficas (Quadro 1).

O modelo aplicado do PARS permite a análise das características dos canais de forma a facilitar a identificação das alterações presentes neles em decorrência do crescimento urbano. Esse modelo é de fácil aplicabilidade e possui baixo custo para a sua realização. Para a aplicação do protocolo foram definidos 5 pontos na

---

<sup>5</sup> Licença EFL999703439

área de estudo em virtude da proximidade deles em relação às áreas com ocorrência de inundações anuais (Figura 3). Essas áreas foram visitadas e analisadas quanto aos parâmetros contidos no modelo adotado.

**Quadro 1: Modelo de Protocolo Lobo (2011).**

Código do ponto de coleta:			
Local:			
Data:			
Corpo Hídrico:			
Bacia Hidrográfica:			
Coordenadas UTM:			
Altitude (m):			
<b>PARÂMETROS</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>		
	<b>4 PONTOS</b>	<b>2 PONTOS</b>	<b>0 PONTOS</b>
1. Tipo de ocupação das margens do corpo d'água (principal atividade)	Vegetação natural	Campo de pastagem/ Agricultura/Monocultura / Reflorestamento	Residencial/Comercial / Industrial
2. Impactos antrópicos nas margens	Ausente	Moderada	Acentuada (fábricas, siderúrgicas, canalização, retilização de curso do rio, esgoto, lixo)
3. Impactos antrópicos no leito	Ausente (livre de qualquer material em suspensão/lixo)	Moderada	Acentuada
4. Odor da água e/ou dos sedimentos	Ausente	Moderada	Acentuada (ovo podre, óleo/ industrial)
5. Oleosidade da água e/ou dos sedimentos	Ausente	Moderada	Acentuada

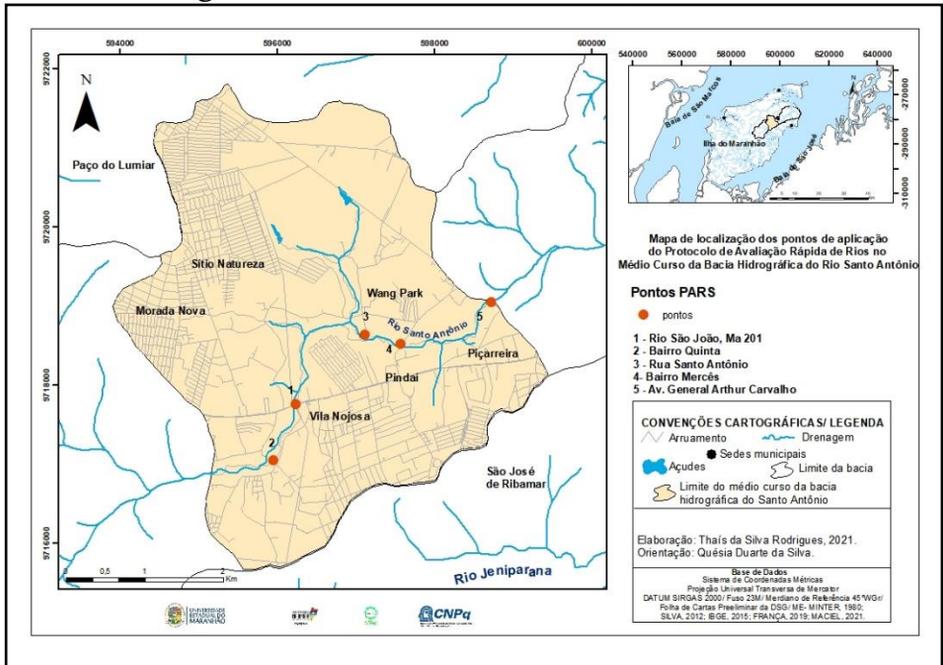
6. Presença de plantas aquáticas	Parcial	Total	Ausente
7. Tipo de fundo	Pedras/Cascalho/Areia	Lama/areia	Cimento/canalização

PARÂMETROS	PONTUAÇÃO			
	5 PONTOS	3 PONTOS	2 PONTOS	0 PONTOS
8. Diversidade de habitats	Mais de 50% com habitats diversificados (pedaços de troncos submersos, cascalho, remansos, folhiço ou outros habitats estáveis).	30 a 50% de habitats diversificados	10 a 30% de habitats diversificados	Menos que 10% de habitats diversificados
9. Deposição da lama	Entre 0 e 25% do fundo coberto por lama	Entre 25 e 50% do fundo coberto por lama	Entre 50 e 75% do fundo coberto por lama	Mais de 75% do fundo coberto por lama
10. Alterações no canal do rio	Canalização (retificação) ou dragagem ausente ou mínima; rio com padrão normal	Alguma canalização presente, normalmente próximo à construção de pontes	Alguma modificação presente nas duas margens; 40 a 80% do rio modificado	Margens modificadas; acima de 80% do rio modificado
11. Presença de mata ciliar	Acima de 90% com vegetação ripária nativa, incluindo árvores, arbustos ou macrófitas; mínima evidência de desflorestamento	Entre 70 e 90% com vegetação ripária nativa; desflorestamento evidente, mas não afetando o desenvolvimento da vegetação	Entre 50 e 70% com vegetação ripária nativa; desflorestamento óbvio; trechos com solo exposto ou vegetação eliminada	Menos de 50% da mata ciliar nativa; desflorestamento muito acentuado

<p>12. Estabilidade das margens</p>	<p>Margens estáveis; evidência de erosão mínima ou ausente; pequeno potencial para problemas futuros. Menos de 5% da margem afetada</p>	<p>Moderadamente estáveis; pequenas áreas de erosão frequentes. Entre 5 e 30% da margem com erosão</p>	<p>Moderadamente instável; entre 30 e 60% da margem com erosão. Risco elevado de erosão durante enchentes</p>	<p>Instável; muitas áreas com erosão; frequentes áreas descobertas nas curvas do rio; erosão óbvia entre 60 e 100% da margem. Canalização</p>
---	---	--	---	---

Fonte: Callisto et al. (2012), adaptado por Lobo (2011).

**Figura 3: Mapa de localização dos pontos de aplicação do Protocolo de Avaliação Rápida de Rios no Médio Curso da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio, Ilha do Maranhão.**



Fonte: Própria da pesquisa, 2021.

Após a aplicação do protocolo em campo, foi realizada a somatória dos parâmetros em cada ponto da área de estudo e posteriormente foi feita a classificação das áreas quanto ao nível de perturbação, com base na tabela 1. Assim, os dados foram analisados através dos números de referência e das características ambientais de cada local.

Foi elaborado um mapa com a localização das áreas com ocorrência dos fenômenos de inundação com base em trabalhos de campo, com a criação do *shape* de polígonos. As áreas com ocorrência de enchentes não foram espacializadas, porque este fenômeno ocorre em toda a bacia hidrográfica.

**Tabela 1 - Classificação dos parâmetros do PARS.**

Pontuação	Nível de Perturbação
0 - 22	Impactado
23 - 32	Alterado
> 32	Natural

Fonte: Lobo (2011).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As bacias hidrográficas urbanas são suscetíveis às alterações em seu sistema de drenagem em virtude do assoreamento dos canais, impermeabilização do solo, retirada da vegetação, poluição dos canais de drenagem por meio do descarte de resíduos sólidos e despejo de efluentes sem nenhum tipo de tratamento adequado,

sendo as atividades antrópicas as principais causadoras dessas alterações.

Buscando compreender as alterações ocorridas na área de estudo e a relação delas com a ocorrência dos fenômenos de enchente e inundação, aplicou-se o protocolo de avaliação rápida de rios proposto por Lobo (2011), que apresenta 12 parâmetros, com 3 pontuações diferentes para cada parâmetro (Tabela 2).

O primeiro ponto de aplicação do PARS foi no rio São João, que está localizado na Rodovia MA - 201, no município de São José de Ribamar. O ponto apresentou significativa presença de vegetação natural, mas com alterações antrópicas em seu entorno, como uma torre de energia em sua margem. Os impactos antrópicos nas margens e no leito foram considerados moderados. Não foi percebido odor da água ou dos sedimentos e nem oleosidade da água ou sedimentos. Quanto ao tipo de fundo, foi observado que tem lama e areia.

**Tabela 2: Resultado da aplicação do Protocolo de Avaliação Rápida de Rios no médio curso da bacia hidrográfica do rio Santo Antônio, Ilha do Maranhão.**

PARÂMETROS	PONTO 1	PONTO 2	PONTO 3	PONTO 4	PONTO 5
01	4	4	0	0	4
02	0	2	2	2	2
03	0	2	2	2	2
04	2	2	4	4	0
05	4	4	4	4	4
06	2	4	0	0	0
07	4	2	2	2	2
08	5	3	2	2	2
09	2	0	0	0	5
10	2	3	3	3	2
11	2	3	2	2	3
12	2	3	3	3	0
<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>29</b>	<b>32</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>26</b>
<b>AVALIAÇÃO</b>	<b>ALTERADO</b>	<b>ALTERADO</b>	<b>ALTERADO</b>	<b>ALTERADO</b>	<b>ALTERADO</b>

Fonte: Própria da pesquisa (2021).

O ponto 2 está localizado na Quinta. Tem vegetação natural em suas margens (Figura 5), porém existem construções residenciais na planície fluvial e resíduos sólidos depositados nas margens e no canal fluvial. O rio apresentou odor moderado, presença de plantas aquáticas em determinados trechos e no fundo do canal há lama e areia. Os impactos antrópicos nas margens e no leito foram considerados moderados.

O ponto 3 está localizado na rua Santo Antônio, próximo ao Parque Aquático Wang Park no município de Paço do Lumiar. Observou-se áreas residenciais e comerciais próximas ao canal (Figura 6). Os impactos antrópicos nas margens e no leito foram considerados moderados. Não foi percebido odor da água ou dos sedimentos e nem oleosidade da água ou sedimentos. Quanto ao tipo de fundo, foi observado que tem lama e areia.

O ponto 4 está na localidade conhecida como Mercês. Há residências próximas às margens do canal principal com impacto moderado em seu leito. Não foi percebido odor no rio e o fundo do canal é composto por lama e areia. O canal possui um nível de fluxo e turbidez elevado e apresenta moderada quantidade de resíduos sólidos (Figura 7).

**Figura 4: Ponto 1 localizado no rio São João.**



Fonte: Própria da pesquisa (2021).

**Figura 5: Paisagem do ponto 2 na localidade Quinta.**



Fonte: Própria da pesquisa (2021).

O ponto 5 está localizado na Avenida General Arthur Carvalho, área conhecida popularmente como “Joelho de Porco”, no município de Paço do Lumiar. A área apresenta vegetação natural, porém possui resíduos sólidos nas margens do rio e os impactos antrópicos nas margens são moderados. Constatou-se forte odor em relação aos outros pontos analisados; o fundo do leito contém grande quantidade de pedras e cascalhos, porém, infere-se que eles foram depositados em razão de atividades antrópicas (Figura 8).

**Figura 6: Canal próximo ao parque aquático Wang Park no ponto 3.**



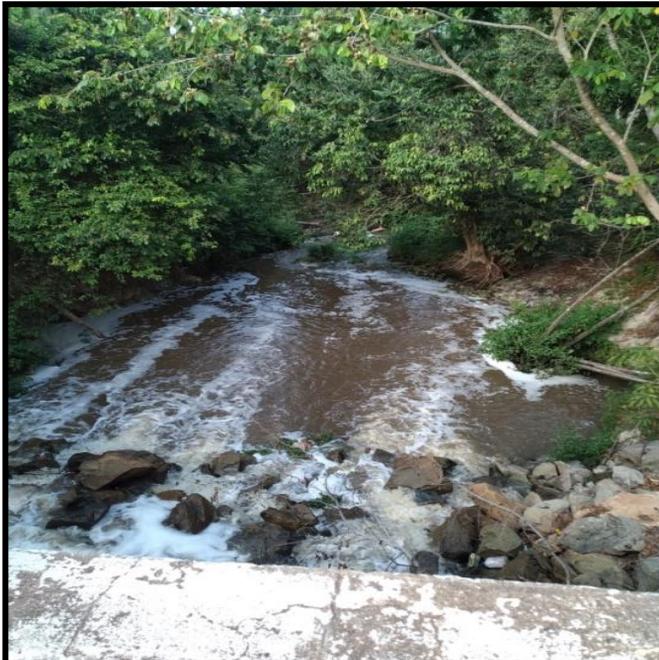
Fonte: Própria da pesquisa (2021).

**Figura 7: Canal na localidade Mercês no ponto 4.**



Fonte: Própria da pesquisa (2021).

**Figura 8: Canal localizado no Joelho de Porco no ponto 5.**



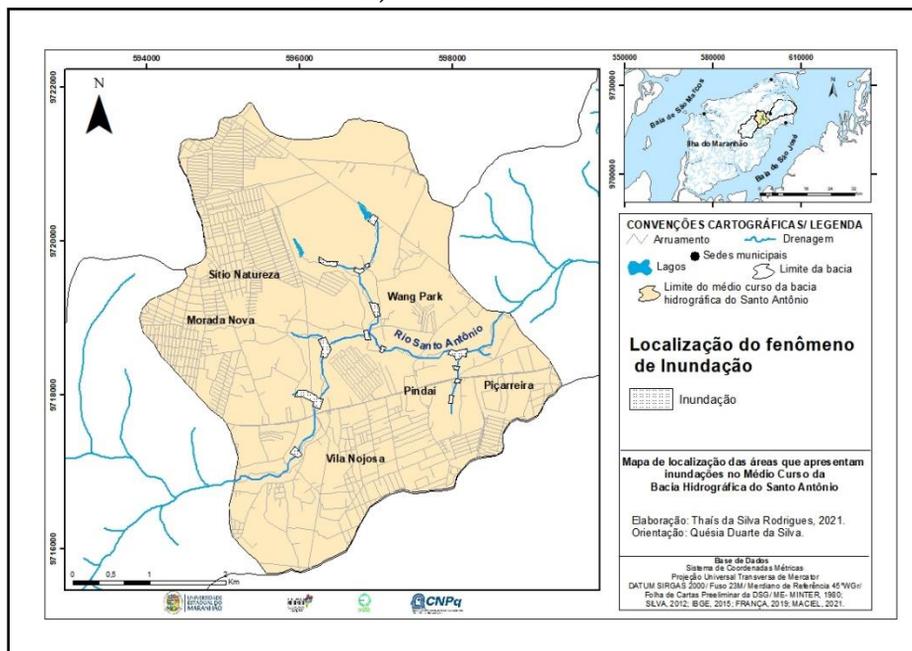
Fonte: Própria da pesquisa (2021).

Todos os pontos selecionados e analisados quanto ao protocolo foram classificados de acordo com a proposta de Lobo (2011). Com o somatório de cada parâmetro e a análise realizada a partir dos trabalhos de campo, todos os pontos foram classificados como alterados em decorrência da intensidade do crescimento das ocupações urbanas e conseqüentemente das alterações na bacia.

As alterações presentes na área de estudo causam transtornos para a população residente próxima as suas margens, principalmente no período chuvoso, onde ocorre a elevação dos níveis de vazão dos canais fluviais. Fragoso e Silva (2019) enfatizam que no meio urbano, as inundações se manifestam em forma de calamidade, dada à falta de racionalidade na ocupação e do gerenciamento do espaço urbano.

As enchentes apresentaram ocorrência em toda a rede de drenagem do médio curso do rio Santo Antônio, ora afetando a população direta ou indiretamente. Os pontos que apresentaram maior ocorrência do fenômeno de inundação foram os localizados próximos aos condomínios e conjuntos residenciais. Essas áreas apresentaram grandes alterações urbanas nos canais de drenagem (Figura 9).

**Figura 9: Mapa de localização do fenômeno de inundação do médio curso da bacia hidrográfica do rio Santo Antônio, Ilha do Maranhão.**



Fonte: Própria da pesquisa (2021).

No médio curso da bacia hidrográfica do rio Santo Antônio foi possível identificar a presença de residências e resíduos sólidos nas margens do canal principal, localizado na Rodovia MA- 201 (Figura 10). Esse fato acarreta alterações na drenagem e gera problemas na mobilidade urbana, podendo atingir as residências.

**Figura 10: Margem do rio São João.**

Fonte: Própria da pesquisa (2021).

Afirma-se que é no período chuvoso que ocorre o aumento da vazão dos canais, ocasionando os fenômenos de enchentes e inundações, os quais geram transtornos para as populações residentes próximas aos canais do médio curso da bacia hidrográfica do rio Santo Antônio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A identificação de áreas com ocorrência do fenômeno de inundação e a análise das consequências das alterações presentes no sistema de drenagem e do crescimento populacional são fundamentais para o planejamento territorial da área de estudo.

No médio curso da bacia hidrográfica do Santo Antônio foram identificadas alterações nos canais fluviais, como descarte irregular

de resíduos sólidos, retirada da mata ciliar, ocupação nos leitos fluviais, processos erosivos às margens do canal, assoreamento e ocorrência de áreas impermeáveis. Tal quadro ambiental é favorável para a ocorrência de enchentes e inundações na área no período chuvoso, gerando transtornos para a população residente e que transita na área.

Os principais fatores deflagradores das inundações na área de estudo foram a impermeabilização de alguns dos canais da bacia hidrográfica, em virtude da presença de bairros e conjuntos residenciais próximos aos leitos fluviais, assim como, a canalização e assoreamento de canais.

Para compreender as alterações ocorrentes na área foi aplicado o modelo de Protocolo de Avaliação Rápida de Rios (LOBO, 2011) em 5 pontos da área de estudo e todos eles foram classificados como alterados.

Tendo em vista a ocorrência dos fenômenos de inundação, recomenda-se a aplicabilidade de ações mitigadoras que possam contribuir de forma concreta para o melhoramento da qualidade de vida das pessoas que residem nas áreas suscetíveis ao fenômeno.

O PARS é uma importante ferramenta de identificação de alterações presentes em bacias hidrográficas, em destaque para as que são urbanizadas. A aplicação foi simples, eficiente, de baixo custo e foi de grande relevância para a análise das características de cada ponto pesquisado. Afirma-se que é um ótimo instrumento de

monitoramento das modificações ocorridas em bacias hidrográficas e pode ser aplicado em qualquer área.

## REFERÊNCIAS

CALLISTO, M.; FERREIRA, W.R.; MORENO, P.; GOULART, M. & PETRUCIO, M. Aplicação de um protocolo de avaliação rápida da diversidade de habitats em atividades de ensino e pesquisa (MG-RJ). **Acta Limnológica Brasileira**, 34: 91-97, 2002.

CARVALHO, L. E. P; BITOUN, J; CORREA, A. C. B. Canais fluviais urbanos: proposta de tipologias para a região metropolitana do Recife (RMR). **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. especial VIII SINAGEO, n. 3, Set. 2010.

ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY (EPA). **Surface water monitoring: A framework for change**. 1987. Washington: U.S. Environmental Protection Agency, Office of Water, Office of Policy Planning and Evaluation.

FRAGOSO, M.L.C; SILVA, T.A.A. Desastre, risco e vulnerabilidade urbana: uma análise a partir das enchentes e inundações no município de Escada/Pe. **Revista Cadernos de Ciências Sociais**, Recife, v. 1, ano 8, n. 14, p. 1-18, jan/jun 2019.

GUERRA, A. J. T. e MARÇAL, M. S. **Geomorfologia Ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

JHA, A. K; BLOCH, R; LAMOND, J. **Cidades e Inundações: um guia para a Gestão Integrada do Risco de Inundação Urbana para o Século XXI**. The World Bank. Washington DC 20433, 2012.

LIMA, W. P. **Princípios de hidrologia florestal para o manejo de bacias hidrográficas**. São Paulo: Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, 1986. 242p.

LOBO, A. E; VOOS, J. G; ABREU JUNIOR, E. F. Utilização de um protocolo de avaliação rápida de impacto ambiental em sistemas lóticos do sul do Brasil. **Caderno de Pesquisa**, Série Biologia, v. 23, n. 1, p. 18-32 jan/abr, 2011.

PINHEIRO, A. Enchente e Inundação. In: SANTOS, R. F.dos. (Org.). **Vulnerabilidade Ambiental: desastres naturais ou fenômenos induzidos?** Brasília: MMA, 2007. p. 95-106.

PLAFKIN, J.L.; BARBOUR, M.T.; PORTER, K.D.; GROSS. S.K.; HUGHES R.M. **Rapid bioassessment protocols for use in streams and rivers: Benthic macroinvertebrates and fish.** Washington: EPA 440-4-89-001, 1989.

RODRIGUES, A.S.L.; CASTRO, P.T.A.; MALAFAIA, G. Utilização dos protocolos de avaliação rápida de rios como instrumentos complementares na gestão de bacias hidrográficas envolvendo aspectos da geomorfologia fluvial: uma breve discussão. **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer**, Goiânia, v. 6, n. 11, p. 1-9, 2010.

SANTANA, R. G.; SILVA, Q. D.; FRANÇA, D. V. B. Análise espacial em áreas de inundações na sub-bacia hidrográfica do Riacho do Angelim, São Luís – MA. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Dossiê: Estudos da Geografia Física do Nordeste brasileiro, v.21, n.2, p.502-520 set, 2019.

# **CONFLITOS DE USO DA TERRA NAS MARGENS DO RIO MUNIM: análise cartográfica baseada nos parâmetros legislativos**

Marcos Vinicius Lima de Sousa<sup>1</sup>

Silas Nogueira de Melo<sup>2</sup>

Juciana da Conceição Birino de Souza<sup>3</sup>

Swanni Tatiana Alvarado<sup>4</sup>

Fabrcio Sousa da Silva<sup>5</sup>

## **INTRODUÇÃO**

O crescimento populacional acelerado e a ocupação inadequada da terra acarretam grandes mudanças na superfície terrestre e, conseqüentemente, na destruição de áreas que deveriam ser protegidas. Santos (2008) afirma que as porções territoriais ocupadas pelo homem alteram de forma desigual a natureza, criando assim novas definições. Nesse sentido, é importante estabelecer leis que determinam o ordenamento e uso adequado dos diferentes tipos de uso e cobertura existentes na terra.

Os estudos acerca do uso e cobertura da terra surgiram através da preocupação do homem em relação ao desmatamento das florestas tropicais, durante a década de 70, e foi se desenvolvendo no decorrer das décadas. Atualmente, possui ampla aplicação no que se

---

<sup>1</sup> Graduado em Geografia Bacharelado pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

<sup>3</sup> Graduada em Geografia Bacharelado pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

<sup>4</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

<sup>5</sup> Técnico da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA)

refere a perda da biodiversidade, a degradação do solo, a emissão de gases de efeito estufa, a capacidade biológica dos sistemas naturais, entre outros (CORTÊS e D'ANTONA, 2014).

De acordo com Castanheira (2010), as alterações no uso da terra estão associadas de forma complexa aos fatores econômicos, demográficos, tecnológicos e mudanças ambientais, podendo ser mudanças de área ou mudanças de intensidade de uso, refletindo a história e talvez o futuro da humanidade.

Para Lambin (2001), as causas de mudança de cobertura da terra estão relacionadas a globalização que amplifica, atenua e conduz as forças de mudança no uso da terra, referindo-se aos mercados globais, informações e fluxos de capital, e convenções internacionais. Também atribui a incorporação de uma região em cenário econômico mundial, afinal as forças globais cada vez mais substituem ou reorganizam os fatores locais, construindo novos padrões globais de uso da terra.

Tendo em vista estas alterações nas dinâmicas do uso da terra, o planejamento e a formação de políticas ambientais fornecem um importante suporte para a orientação das ações gerenciais e à tomada de decisão nas diversas instâncias governamentais em diferentes setores que utilizam informações para o desenvolvimento de suas atividades e pesquisas (IBGE, 2018).

A utilização correta do uso e cobertura da terra pode ter impactos positivos e benéficos ao ser humano, dentre eles estão os serviços de provisão, tais como alimentos, energia e materiais;

regulação, como a manutenção das condições físicas, químicas e biológicas; e serviços culturais (IBGE, 2020).

Nas últimas décadas o bioma amazônico tem sido alvo de mudanças da vegetação nativa em outros tipos de uso decorrentes da ação antrópica. O desaparecimento da cobertura vegetal na região afeta a preservação e a conservação da biodiversidade, causando grandes impactos no ambiente (COSTA, 2011).

Nesse sentido, este trabalho tem como área de estudo a Região do Baixo Munim, uma entre as 32 regiões de planejamento do estado do Maranhão que visa potencializar e desenvolver territórios para que se efetue ações governamentais e políticas públicas (MARANHÃO, 2008).

Está inserida, em grande parte, no bioma amazônico, que historicamente vem passando por profundas alterações de uso e cobertura. Suas extensas áreas de florestas são convertidas em uso alternativo do solo (pastagens, agroindústrias, mineradoras e madeireiras) ocasionado assim altas taxas de desmatamento e queimadas, com expressiva perda de biodiversidade, emissões de gases de efeito estufa e diminuição de territórios de populações tradicionais (MARANHÃO, 2011).

Assim, surge a urgente necessidade da compreensão e aplicação do conceito de uso formal na região do Baixo Munim, que se trata de uma compreensão da relação entre o espaço geográfico e as normas jurídicas que geram a regulação do território, podendo ser econômica, social ou política (MARTINS, 2014).

Tomando como base o exposto, artigo tem por objetivo identificar os conflitos de usos da terra a partir da comparação entre o uso (formal) previsto na legislação e o uso real nas margens do Rio Munim. Além de identificar a associação entre as informações espaciais disponíveis dos padrões de uso e ocupação do solo (Mapbiomas) em relação ao uso (real) e identificar a associação entre as informações espaciais disponíveis dos Padrões de Uso e Ocupação do solo (IBGE) em relação ao uso (formal) previsto na legislação dos órgãos.

Para este trabalho serão apresentados os resultados referentes a análise de uso e cobertura nas margens do Rio Munim, contido na região de planejamento do Baixo Munim entre os anos de 1985 e 2019.

Tal pesquisa se torna relevante, uma vez que busca evidenciar a intensificação do avanço do capitalismo sobre o Rio Munim, prejudicando assim a biodiversidade existente na Amazônia (em sua maioria) e no Cerrado, biomas que compõem a área e estão sendo alterados com os usos que divergem com os marcos regulatórios. O estudo é voltado para a comunidade acadêmica, podendo servir como subsídio para a produção de futuras pesquisas e políticas intervencionistas que buscam equilibrar a produção humana com os recursos naturais.

## **LOCALIZAÇÃO DA ÁREA E ESTUDO**

O Maranhão utiliza da regionalização dos municípios para transformar regiões administrativas em territórios de

desenvolvimento, aproximando o Governo dos cidadãos (SEPLAN, 2020). Os critérios utilizados para o agrupamento dos municípios maranhenses são: condições de acesso rodoferroviário e flúvio-marítimo e, também comparação das distâncias entre os municípios; demanda de serviços públicos; relações socioeconômicas definidas pelo fluxo de negócios; identidade ambiental natural, cultural e étnica.

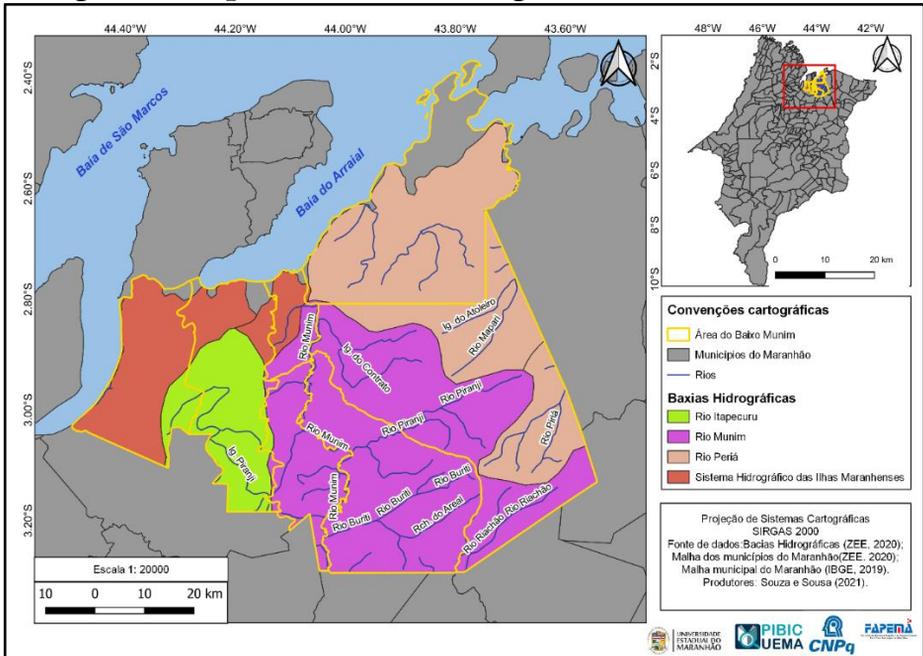
A região do Baixo Munim faz parte dessa regionalização e está localizada ao Norte do estado, nas planícies fluvial e costeira e compreende os municípios de Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino e Rosário (SEPLAN, 2007).

No que tange os corpos hídricos que formam esta região, se destacam as bacias do Rio Itapecuru, Rio Munim, Rio Peria e os Sistema Hidrográficos do Litoral Ocidental (Figura 1). A bacia hidrográfica do Rio Itapecuru está localizada na porção centro-leste do estado do Maranhão, correspondendo à cerca de 16% do território maranhense (ALCANTARA, 2004). Na região do Baixo Munim banha os municípios de Rosário, Bacabeira e presidente Juscelino, onde se destaca como um dos seus afluentes na região o Igarapé Piranji.

O Rio Munim é o principal rio contido dentro da bacia hidrográfica do Rio Munim, a qual compreende 26 municípios maranhenses, sua área é estimada em 5.926,94 Km<sup>2</sup> o que corresponde a 4,8% do Estado (MARANHÃO, 2006 apud JÚNIOR, 2008). Com hectares de aproximadamente 226.987 hectares, o rio abrange os municípios de Morros, Presidente Juscelino, Cachoeira

Grande, Rosário e Icatu na região estudada, tendo como principais afluentes o Igarapé do Contrato, Rio Piranji, Rio Buriti, Riacho do Areal, Rio Riachão e o seu homônimo, o Rio Munim, tido como o rio principal da área.

**Figura 1- Mapa das bacias hidrográficas do Baixo Munim.**



Fonte: Reproduzido pela pesquisa (2020).

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Durante a execução da pesquisa, observou-se a importância da adoção de determinados procedimentos com o intento de auxiliar na descrição e na explicação da problemática levantada. Com base nisso, para a realização da mesma, as abordagens qualitativas e quantitativas foram fundamentais no levantamento dos dados,

possibilitando averiguar inúmeras contradições entre os usos formais e reais, bem como seus conflitos, ao longo dos anos na Região do Baixo Munim.

Para compreensão da problemática, foi realizada a pesquisa de gabinete, implicando em suas fases inerentes, ou seja: revisão literária fundamentada em periódicos, artigos, dissertações, monografias, legislações estaduais e federais, manuais técnico-científicos, disponibilizados pelo IBGE, MapBiomas e ZEE (MA). Além disso, essa fase é caracterizada pela aquisição de dados vetoriais para confecção dos mapas temáticos, os quais podem ser entendidos como uma “representação plana da área delimitada por acidentes naturais, político-administrativos, com fins temáticos, culturais ou ilustrativos” (IBGE, 1998, p.25).

O download das imagens de satélite do uso do Rio Munim foi retirada do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil (MapBiomas), que se trata de uma iniciativa que envolve uma rede colaborativa de especialistas dos biomas, usos da terra, sensoriamento remoto, SIG e ciência da computação que utiliza processamento em nuvem e classificadores automatizados, desenvolvidos e operados a partir da plataforma Google Earth Engine, com a finalidade de gerar uma série histórica de mapas anuais de cobertura e uso da terra do Brasil.

Inicialmente foi feito a adição do *plugin Toolkit do GEE4* na plataforma *Google Earth Engine*, que já possui scripts prontos que

possibilita o download de informações por estado, bioma, município ou qualquer outra geometria desejada.

Em seguida foi selecionado a região de estudo, na coleção 5.0, aplicando o item sobre informações de uso e cobertura, os anos utilizados para a realização da pesquisa e, por fim, o download das imagens em formato raster. Utilizar o Mapbiomas e o *Google Earth Engine* é de extrema relevância, uma vez que permite ao usuário ter acesso as cenas unidas e gratuitas, facilitando o processamento das imagens. Posteriormente, as informações baixadas foram manuseadas também software Qgis 3.10.11, permitindo a classificação das imagens de satélite com base no código de classes da Coleção 5 do MapBiomas, como mostra o tópico seguinte.

Após a extração das imagens do Google Earth Engine, os dados foram importados no Qgis, uma ferramenta livre que permite que o usuário crie mapas com dados em formato raster e vetoriais. Cada raster foi recortado pela camada de máscara do shapefile dos rios Itapecuru e Munim, a fim de destacar somente a delimitação da área.

Por conseguinte, as respectivas imagens foram categorizadas em onze classes – com o objetivo de avaliar visualmente a dinâmica do uso da terra entre os anos de 1985, 1995, 2005, 2015 e 2019 - usando na propriedade das camadas a “Renderização - paletizado/valor único” e classificando cada tipologia conforme o manual de cores disponível no MapBiomas.

Para confecção análise das tendências, extraiu-se as tabelas de atributos das imagens rasterizadas do Mapbiomas, equivalendo aos

anos de 1985, 1995, 2005, 2015 e 2019. No software Qgis, na caixa de ferramenta, usou-se o item “Reportar camada raster de valor único” para adquirir as tabelas que continham três campos: os códigos das classes de uso e cobertura (value), o número de pixel (count) e de cada área de cada pixel.

Através dessa tabela, pode-se calcular a área total de todos os usos no Baixo Munim, determinando o os valores de área total, em que, através do recurso de soma automática e incorporando a tabela de atributos exportada realizou-se a conversão. Assim, usando o valor de conversão "0,009" e multiplicando por cada célula representada por "count" transformou-se a quantidade de pixels de cada área de uso e cobertura em km<sup>2</sup>, como mostra a fórmula abaixo:

$$A = X * 0,0009$$

Onde: **A** = o valor da área em quilômetros quadrados; **X** = o valor de cada pixel de uso ou cobertura (count); **0, 0009** = a área de preenchimento de pixel.

Para se chegar ao valor das porcentagens (P%), dividiu a área de cada pixel em km<sup>2</sup> pela área total de todo usos e o resultado multiplicou-se por 100.

Por fim, organizou-se uma planilha para agrupar todas as porcentagens dos anos estudados e montou-se um quadro no qual foram analisadas as frequências em que aparecem os usos e a cobertura na área, podendo inferir qual se ouve ou não alteração, além de construir uma tabela com cada uso para calcular a diferença

entre os anos, a fim de auxiliar nas verificações de mudanças usando a fórmula:

$$T = A_1 - A_2$$

Em que:  $T = A$  tendência dos usos;  $A_1$  e  $A_2$  = O primeiro ano com o segundo; segundo com o terceiro (sucessivamente).

Com a finalidade de reconhecer remotamente o uso e a cobertura das margens do Rio Munim, realizou-se o Normalized Difference Water Index - NDWI (na língua portuguesa significa “Índice de Diferença Normalizada da Água”) que, segundo Brenner e Guasselli (2015) é uma metodologia que possibilita evidenciar as feições hídricas e eliminar o restante dos alvos.

Ainda conforme os autores, a técnica foi concebida com o objetivo de automatizar a limiar entre água e vegetação por imagens de satélite, maximizando a refletância da água, no qual usa-se o comprimento da onda do verde; minimiza a baixa refletância hídrica do comprimento de onda no infravermelho e realça o contraste entre a água e a cobertura vegetal oriunda do infravermelho próximo.

O NDWI produz uma nova imagem com valor de pixels que varia de -1 a 1, sendo o o limiar entre os alvos que são água e o que não são água. Desta forma, o valor dos pixels com valor igual ou menor que zero não são água ( $NDWI \leq 0$ ) e todos os pixels que tenham valor superior a 0 são água ( $NDWI > 0$ ), inferindo-se na imagem que o elemento com maior valor de brilho são os corpos hídricos (GIL, PADOVANI e COELHO, 2019).

A água absorve energia em comprimentos de onda do infravermelho próximo (NIR) e ondas menores de infravermelho (SWIR). Obtém-se o NDWI através das bandas que variam conforme o sistema do sensor e a fórmula é a razão da diferença pela soma das bandas, conforme é descrito abaixo:

No presente trabalho utilizou-se o mosaico de imagens do satélite SENTINEL 2, lançado em 2017, que monitora a vegetação, solos, desastres naturais, águas interiores e costeiras da superfície terrestre e possui sensor óptico com alta resolução multispectral MSI contendo 13 bandas espectrais que variam em 443 a 2190 nm, resolução de 10 m para bandas do visível, 20 e 60 para o infravermelho e bandas de correção atmosférica, respectivamente (EMBRAPA, s, n).

Para realizar tal procedimento, necessitou-se baixar o mosaico referente ao recorte do Baixo Munim, pelo Google Earth Engine através de uma adaptação script de uso do MapBiomas. Adotou-se um parâmetro sazonal entre o intervalo da época chuvosa e seca na região com o intento de adquirir a imagem onde a refletância da água estaria em mais evidência nos canais estudados. As datas escolhidas compreendiam entre o dia 01/05/2019 a 31/10/2019.

Após as imagens serem baixadas, as mesmas foram importadas no Qgis para realizar o procedimento do NDWI. Foram escolhidas as bandas 3 e 4 que correspondem as bandas do infravermelho próximo e do verde, usando a equação abaixo, encontrada na Calculadora Raster do software.

Este processo resultou em uma banda raster com valores que variavam de -1 a 1, semelhante ao Índice de Vegetação da Diferença Normalizada (NDVI). Os valores maiores que o tenderam a ser água, exceto em algumas áreas com a presença de nuvens, pois a sombra da nuvem confundia com os corpos hídricos, neste caso ao fim, foi preciso removê-los manualmente.

Por seguinte, realizou-se um SET, um procedimento que permitiu separar os valores maiores que o como água e deletar os outros que não são água. Para tanto, fez-se o uso da calculadora SAGA RASTER no menu processar com o objetivo de configurar a calculadora.

O uso da função da condicionante IFELSE foi extremamente importante, pois assume o NDWI (na expressão representado pela letra A), quando for maior que 0, receberá o valor 1. Contudo, se for diferente disto, assumirá o valor 0.

O próximo passo foi transformar a imagem raster em vetor, acessando o menu raster “Raster”> “Converter” > “Raster para vetor (poligonizar)”. Adicionou-se a camada setada e em “Vetorizado” criou-se o polígono. Por fim, filtrou-se somente os elementos referentes aos corpos hídricos e fazer a limpeza manualmente dos ruídos de pixels aleatórios na região.

Com a finalidade de separar o corpo hídrico, utilizou-se a ferramenta de edição e remoção do ArcMap para extrair o mangue dos rios. É importante destacar que o rio Munim apresentou alguns problemas de resolução, decidindo-se trabalhar somente com os rios

centrais e eliminando os meandros, necessitando também de vetorizar manualmente o restante para corrigir os erros topológicos.

Após esta fase, para delimitação das APPs estaduais e federais do Rio Munim, o novo vetor gerado foi importado no Qgis. Fazendo o manuseio do plugin “Geometric Attributes”, acessou-se a caixa de ferramentas e, em seguida, o ícone python, fazendo com que o plugin ficasse disponível no painel. A seguir, marcou-se na ferramenta “Polygon Tools” > “Centerlines” configurando-a tal para criar as linhas centrais que delimitaram igualmente as margens dos cursos de água.

Considerando os amortecedores e a imagem rasterizada de toda área do Baixo Munim e das APPs recortou-se a espacialização de uso e cobertura e as tabelas de atributos das séries temporais em análise, classificando-as conforme o MapBiomas e verificando a dinâmica ocorrida nesses anos.

Para validação dos dados analisados através do levantamento bibliográfico e pela análise dos padrões de uso e cobertura na série temporal realizou-se uma atividade de campo nos municípios de Morros e Cachoeira Grande no dia 28 de julho de 2021 visitando alguns pontos próximos a margens do Rio Munim.

## **ANÁLISE DO USO FORMAL NO RIO MUNIM COM BASE OS PARÂMETROS LEGISLATIVOS ESTADUAL E FEDERAL**

### **a) Análises das tendências e mudanças do Rio Munim (Buffer Estadual)**

Analisando a dinâmica da formação florestal pôde-se observar que no ano de 1985 e 1995 sua porcentagem representava 60%, no ano de 2005 e 2015 esta classe teve um aumento de 4% e 5%, respectivamente e por fim representou 5% no ano de 2019.

A Formação Savânica não representou valores significativos durante todos os anos estudados (1985 - 2019), sua porcentagem foi menor que 1%. Seguindo porcentagens semelhantes, a classe 05 (mangue) representou apenas 1% durante todos os anos estudados.

A Formação Campestre representava apenas 1% nos anos de 1985 e 1995 e nos anos de 2005 e 2015 houve um crescimento de 1% em cada ano, mas em 2019 sua porcentagem voltou a representar 1% novamente.

A Pastagem apresentou uma estabilidade de 16% nos anos de 1985 e 1995, e um crescimento de 1% em 2005, mas 2015 houve uma queda de 4% e por fim representou apenas 13% no ano de 2019.

A classe 24 (Infraestrutura Urbana) representou 2% nos anos de 1985 e 1995 e seguiu em crescimento de 1% durante o ano de 2005 e 2015 e por fim expressou 4% em 2019.

A classe Rio, Lago e Oceano apareceu de forma expressiva nos anos de 1985 e 1995 representando 20%, mas em 2005 houve uma queda 8% e representou apenas 12% neste ano, mais tarde em 2015

houve um aumento de 2% e expressou 14%, este crescimento seguiu no ano de 2019 e representou 16%.

Por fim a classe 41 (Outras Lavouras Temporárias) apareceu apenas na década de 2005, 2015 e 2019, mas não representou valores maiores que 1%.

### **b) Análises das tendências e mudanças do Rio Munim (Buffer Federal)**

Durante os anos de 1985 e 1995 a Formação Florestal representou 57%, em 2005 e 2015 sua porcentagem cresceu para 62% e por fim em 2019 houve uma queda de para 61%.

A Formação Savânica não representou valores significativos durante todos os anos estudados (1985 - 2019), sua porcentagem foi menor que 1%. Seguindo porcentagens semelhantes, a classe 05 (mangue) representou apenas 2% durante todos os anos estudados.

A Formação Campestre representava apenas 1% nos anos de 1985 e 1995 e no ano de 2005 houve um crescimento de 2%, em 2015 esta classe representou 4% e em 2019 houve uma queda 3% o que representou em apenas 1%.

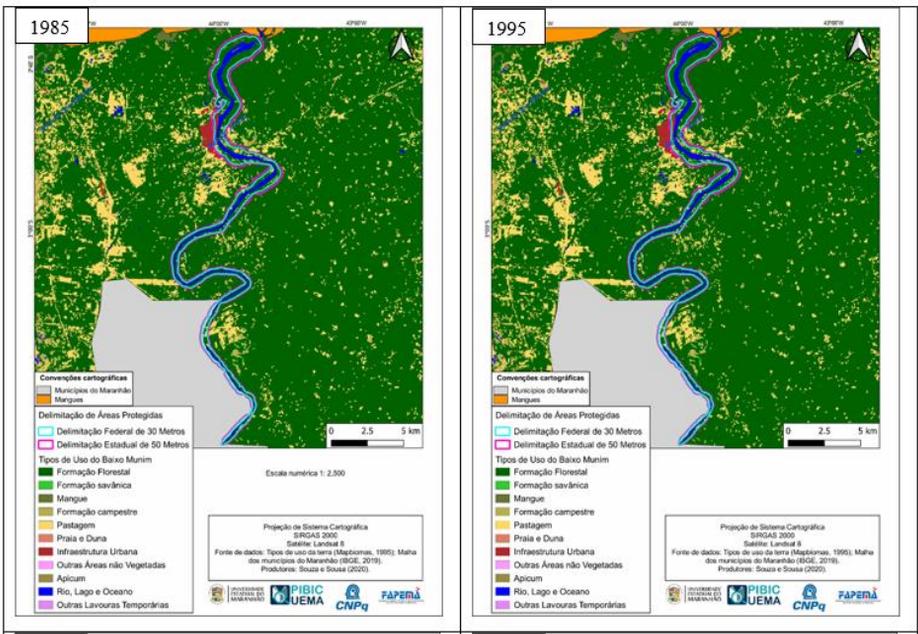
A Pastagem apresentou a porcentagem de 13% nos anos de 1985 e 1995 e aumentou 1% em 2005, em contrapartida houve uma queda de 4% em 2015 e um leve crescimento de 1% em 2019.

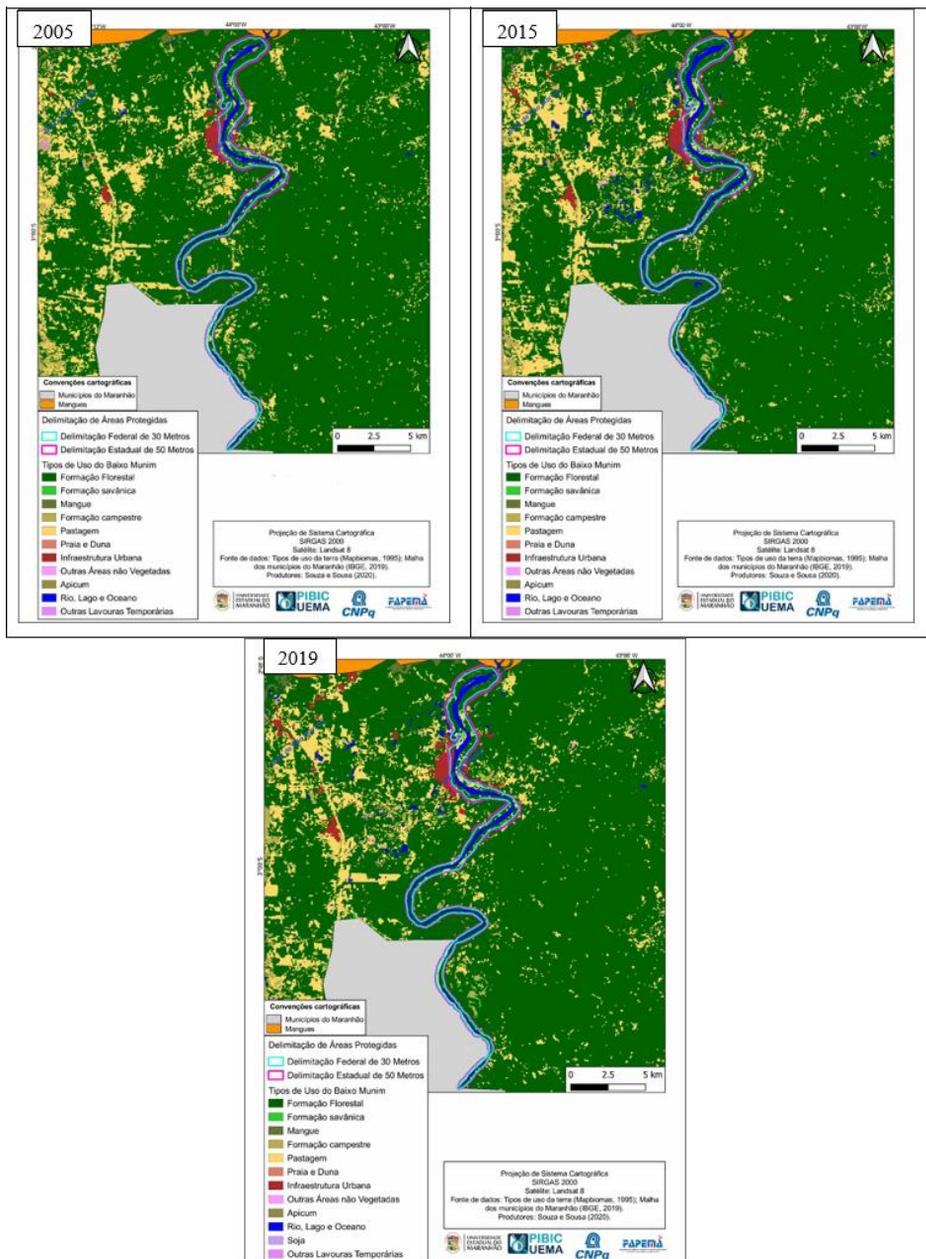
A classe 24 (Infraestrutura Urbana) representou 2% nos anos de 1985 e 1995 e seguiu em crescimento de 1% durante o ano de 2005 e 2015 e por fim expressou 4% em 2019.

A classe Rio, Lago e Oceano apareceu de forma expressiva nos anos de 1985 e 1995 representando 26%, mas em 2005 houve uma queda 10% e representou apenas 16% neste ano, mais tarde em 2015 houve um aumento de 2% e expressou 18%, este crescimento seguiu no ano de 2019 e representou 22%.

Por fim a classe 41 (Outras Lavouras Temporárias) apareceu apenas na década de 2005, 2015 e 2019, mas não representou valores maiores que 1%. Estas mudanças podem ser observadas através dos mapas abaixo (Figura 2).

**Figura 2 - Uso e cobertura nas APPs do Rio Munim no ano de 2019.**





Fonte: Reproduzido pela pesquisa (2020).

**c) Validação e identificação de conflitos decorrentes do uso formal e real no Baixo Munim**

Durante a atividade de campo, foram percorridos alguns pontos catalogados durante o mapeamento do rio Munim. Foi identificado uma zona urbana próxima da margem do rio Munim no município de Morros, onde observou-se a importância do rio para atividades de navegação, turismo e pesca com a presença da mata ciliar que é um berçário nativo, contudo, precisa ser preservado uma vez que recebe uma quantidade de efluentes da população (Figura 3).

O segundo local está situado no município de Cachoeira Grande, qual se trata de um povoado situado as margens do Rio Munim que vive basicamente da pesca e do comércio. O local possui mata ciliar a beira do rio, bancos de areias finas e esbranquiçadas que sofrem a influência das águas fluviais, modelando também corpos rochosos, comprovando com o mapeamento feito em gabinete (Figura 3).

**Figura 3 - Rio em torno da área urbana.**



Fonte: Reproduzido pela pesquisa (2020).

**Figura 4 - Mata Ciliar com presença de areias finas.**



Fonte: Reproduzido pela pesquisa (2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa, tem sido observada a dinâmica de uso da terra através dos marcos regulatórios (uso formal) quanto do processo de produção e ocupação da área (uso real), nos últimos anos. O território do Baixo Munim tem acompanhado o desenvolvimento urbano-industrial do estado do Maranhão, mesmo que de forma gradual, onde se observa que praticamente todos os municípios ainda apresentam populações rurais.

Predominada pela Amazônia, a área apresenta uma excelente posição geográfica para o litoral, com dinâmicas pluviométricas irregulares que possibilita a existência de grandes rios, além da execução de atividades marítimas voltadas para a navegação, pesca e existência de portos.

A região do Baixo Munim ao longo dos últimos trinta anos vem passando por transformações das formas de cobertura pelos usos. Consoante os dados estatísticos, a infraestrutura urbana vem crescendo especialmente próximo aos leitos dos rios, especialmente do Rio Munim, graças a forma de ocupação que se deu a área. Juntamente com esse aumento, verificou-se a redução das áreas de mangue, da formação savânica, das praias e dunas e das áreas de apicum.

Um dado interessante adquirido é também a diminuição das áreas de pastagem que nos últimos anos vem aparecendo com pouca expressão, dando lugar a atividades ligadas a sojicultura, necessitando assim de mais estudos para chegar a explicações

fundamentadas. Contudo, a ausência de um documento técnico atualizado e fundamentado com base na realidade dos municípios, que regule e descreva os limites de interferência humana sobre essas áreas, tal como o Plano Diretor, a fim de preservar a região.

## REFERÊNCIAS

ALCANTARA, E. H. de. **Caracterização da Bacia Hidrográfica do Rio Itapecuru**. Maranhão – Brasil, Caminhos da Geografia. 7 (11) 97-113, fev/2004. Disponível em: [www.igufubr.caminhosdageografia.html](http://www.igufubr.caminhosdageografia.html). Acesso em: 05 de jan. 2019.

BRENNER, V. C.; GUASSELLI, Laurindo Antônio. **Índice de diferença normalizada da água (NDWI) para identificação de meandros ativos no leito do canal do rio Gravataí/RS-Brasil**. Anais XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto-SBSR, João Pessoa-PB, Brasil, v. 25, 2015. Disponível em: [dsr.inpe.br/sbsr2015/files/po727.pdf](http://dsr.inpe.br/sbsr2015/files/po727.pdf). Acessado em: 12. Jul. 2021.

CASTANHEIRA, Luiz Artur. **Estudo das mudanças de uso e cobertura da terra no parque nacional da serra do cipó e entorno no período de 1989 a 1999**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, p. 147, 2010.

CÔRTEZ, Julia Corrêa; D'ANTONA, Álvaro De Oliveira. **Dinâmicas no uso e cobertura da terra: perspectivas e desafios da Demografia**. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO (IMPRESSO), v. 31, p. 191-210, 2014.

COSTA, Jorge Alberto Lopes da. **"Avaliação de dados de radar do sensor SAR-R99B no mapeamento do uso e cobertura da terra na Amazônia Central, município de Manaus, AM"**. (2011).

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **SENTINEL - Missão Sentine**, 2020. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/satelites-de-monitoramento/missoes/sentinela>. Acessado em: 12. Jul. 2021.

GIL, Andressa Padovani; PADOVANI, Carlos Roberto; COELHO, André Luiz Nascentes. **Comparação entre NDWI e MNDWI para o mapeamento de áreas inundadas no Pantanal do Taquari**. In: Embrapa Pantanal-Artigo em anais de congresso (ALICE). In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 19., 2019, Santos. Anais... São José dos Campos: INPE, 2019., 2019. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1110126>. Acessado em: 12. Jul. 2021.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Monitoramento da cobertura e uso da terra do Brasil: 2014–2016**. 2018.

\_\_\_\_\_. **Monitoramento da cobertura e uso da terra do Brasil: 2016 – 2018**. 2020.

\_\_\_\_\_. **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro, 1998. 128p.

JÚNIOR, M. G. SILVA; COSTA, C. L. da; BEZERRA, D. da S.; PEREIRA, J. de R. R.; NOGUEIRA, J. A. **Programa União pelas Águas - Gestão Participativa para Elaboração e Formação do Pró-Comitê da Bacia do rio Munim**. Revista Brasileira de Recursos Hídricos, v. 13, p. 05-13, 2008.

LAMBIN, E. et al. **The causes of land-use and land-cover change: moving beyond the myths**. *Global Environmental Change: Human and Policy Dimensions*, v. 11, n. 4, p. 261-269, 2001.

MARANHÃO. **Regiões de desenvolvimento do estado do Maranhão proposta avançada**. São Luís: IMESC, 2018. Disponível em: [https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/Proposta-IMESC\\_22-Regi%C3%B5es-de-Desenvolvimento-do-Estado-do-Maranh%C3%A3o-2018.pdf](https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/Proposta-IMESC_22-Regi%C3%B5es-de-Desenvolvimento-do-Estado-do-Maranh%C3%A3o-2018.pdf). Acesso em: 20. dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no estado do Maranhão**, 2011. Disponível em: <[http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/prevencao-e-controle-do-desmatamento/Plano\\_Estadual\\_Maranhao.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/prevencao-e-controle-do-desmatamento/Plano_Estadual_Maranhao.pdf)>. Acesso em 10 de jan. 2021.

MARTINS, Natalia Pivesso. **"Uso real e uso formal do espaço urbano na Região Metropolitana de Campinas: uma análise para o planejamento e gestão territorial"**. (2014).

PROJETO de conservação e utilização sustentável da santos - PROBIO. **Metamorfose do Espaço Habitado. Fundamento Teórico e metodológico da geografia**, 2008. EDUSP, São Paulo, 28 pp.

SECRETARIA de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN. **Maranhão regiões de planejamento**, 2007. Disponível em: <[https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/regionalizacao\\_MA\\_2007.pdf](https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/regionalizacao_MA_2007.pdf)>. Acesso em: 20 de dez. de 2020.

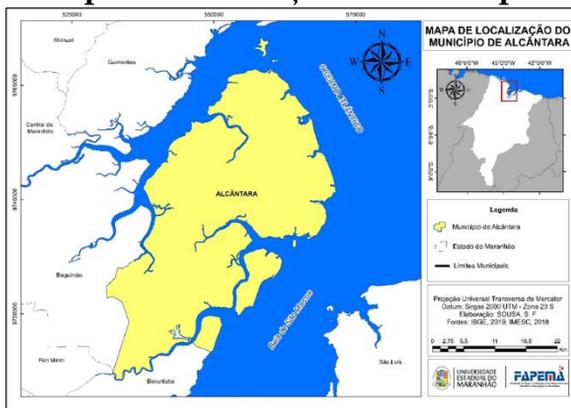
# ESTUDO DA PERCEÇÃO AMBIENTAL E O MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DO ENTORNO DAS RUÍNAS DA BEIRADA DE ALCÂNTARA-MA

Tallita Rayanne Santos Arouche<sup>1</sup>  
 Sasha Fernanda de Oliveira Sousa<sup>2</sup>  
 Ana Rosa Marques<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

Alcântara é um dos municípios mais antigos do Estado, localizada na Mesorregião Norte Maranhense (Figura 1). A área, conforme Lima (1998, p. 57), recebia a denominação de Tapuitapera, habitação dos índios tapuias ou cabelos compridos, uma região que se destacava por suas terras férteis e por ser um ponto estratégico nas rotas marítimas, viabilizando as relações comerciais e políticas.

**Figura 1 - Mapa de localização do município Alcântara.**



Fonte: Própria pesquisa, 2021.

<sup>1</sup> Graduanda no curso de Geografia Bacharelado da Universidade Estadual do Maranhão; Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMA (2020- 2021).

<sup>2</sup> Graduanda no curso de Geografia Bacharelado da Universidade Estadual do Maranhão; Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMA (2020-2021).

<sup>3</sup> Profa Adjunta III Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão.

Alcântara integra os 217 municípios do Maranhão. Segundo o Instituto Água e Saneamento IAS (2020), a estimativa populacional no município é de 22.097 habitantes, sendo, 29,28% em área urbana e 70,72% em área rural, distribuídos em um território de 1.168,25 km<sup>2</sup>.

Pflueger (2011, p. 23) nos elucida sobre o panorama histórico de sua formação, fundada como Vila portuguesa religiosa de Santo Antônio de Alcântara em 1648. As vilas, segundo Lima (1998), eram pequenos espaços que tinham em sua área, igreja, câmara com estrutura destinada para cadeia, um pequeno comércio pobre e o largo.

Entre os séculos XVII e XVIII, conforme Pflueger (2011), foi o momento da concretização da ocupação territorial e as chamadas vilas, seguiram mantendo suas estruturas simples e vivenciando seu apogeu social e econômico no momento que se tornou sede da aristocracia rural agroexportadora de algodão. Contudo, as mudanças no mercado vinculadas às questões de crise na linha da agroexportação influenciaram na queda econômica da cidade. Dessa forma, ocorre a saída da elite para São Luís e o abandono local torna-se evidente.

Devido à sua importância histórica e o potencial de seu patrimônio cultural, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), concedeu o título de Monumento Nacional em 1948, estabelecido através das construções que compõem o conjunto da arquitetura colonial luso-brasileira, consolidado durante todo o século XVII (IPHAN, 2014). As ruínas estão distribuídas pelas ruas da

cidade, destacando a igreja de São Matias no ponto principal da cidade (sede), as ruínas do Imperador, as ruínas da rua da Amargura, entre outras. Amarante (2013), destaca que as ruínas transformadas em monumentos, correspondem a signos e mitos de origem, um símbolo formado e repassado aos atuais observadores como forma de manutenção de uma memória social reconhecida pelo Estado, ou seja, refere-se a um espaço com sentido e representação que vão além das estruturas.

Assim, o artigo tem como objetivo estudar a percepção ambiental dos moradores e mapear de forma participativa a área das ruínas históricas que compõem a Beirada de Alcântara. Para o desenvolvimento do trabalho, utilizou-se abordagem da pesquisa qualitativa, atrelando-se a ideia de compreensão de um determinado aspecto que não provém de uma quantificação. O campo qualitativo, possibilita compreender os significados e características do problema em questão, englobando a investigação e o aprofundamento do ponto chave do trabalho (LIMA; MOREIRA, 2015).

As características de tal abordagem, segundo Guerra (2014, p. 11), provêm de um aprofundamento e entendimento dos fenômenos, as ações dos sujeitos, grupos ou organizações vinculadas ao seu ambiente ou contexto social.

As bases práticas e técnicas que compõem a metodologia concedem a possibilidade de organização da pesquisa, além das ações participativas do processo. A metodologia é, para Albino e Faquetti (2014, p. 5), (...) o tipo de pesquisa, os procedimentos técnicos, as

técnicas que serão utilizadas e como os dados serão tabulados e analisados, assim como, busca destacar os possíveis materiais utilizados e a equipe envolvida. Inicialmente, para se compreender a temática foram iniciados os estudos em recursos bibliográficos, como a busca para fundamentar e discorrer sobre o conteúdo, através de teses, livros, artigos, revistas etc., (Quadro 1). Na proposta de ações práticas e de comunicação com os sujeitos da pesquisa foram desenvolvidas atividades de campo e aplicação das entrevistas, bem como registros iconográficos.

### **Quadro 1 - Etapa 1 de desenvolvimento das atividades.**

Etapa 1
Organização das atividades;
Buscas bibliográficas em teses, artigos, livros, e etc., uso das literaturas para fundamentação teórica da pesquisa.

Fonte: Própria Pesquisa, 2021.

A etapa 2 do trabalho foi constituída pela aplicação das entrevistas em uma segunda atividade em campo (Quadro 2). A entrevista foi elaborada de forma individual e semiestruturada. De acordo com Minayo (2001), a entrevista é o processo mais utilizado durante o trabalho de campo, no qual se obtêm informações dos sujeitos, desenvolvidos mediante um diálogo de forma coletiva ou individual. As entrevistas contaram com o auxílio de gravação e recurso de imagem em alguns momentos. Portanto, tornou-se

necessário o termo de autorização de uso de imagem e depoimento de cada um dos entrevistados, devidamente assinado e datado.

### **Quadro 2 - Etapa 2 de desenvolvimento das atividades.**

Etapa 2
Execução de 7 entrevistas para consolidação dos dados levantados durante os dias 22/06 à 26/06/2021.

Fonte: Própria Pesquisa, 2021.

A aplicação e desenvolvimento das entrevistas ocorreram durante os dias 22 a 26 de junho de 2021, em dias e horários alternados. É importante ressaltar que este trabalho derivou de um projeto maior desenvolvido desde 2017 através da extensão universitária, portanto, as escolhas dos sujeitos foram pautadas na participação anterior nestas ações de 2017 e o envolvimento constante com as questões ambientais da área. Proporcional a essas questões, outro ponto de escolha destes sujeitos foi de pessoas que residiam próximo a área da Beirada.

A entrevista foi desenvolvida por meio de abordagem aberta em alguns momentos, como medida de vivenciar o lugar estudado. Foram entrevistadas ao total 7 pessoas, com variação entre o gênero masculino e feminino, correspondendo a idade entre 20 e 70 anos e profissões como pescador, gestor, artesão e estudantes do Instituto Federal do Maranhão/ IFMA (Quadro 3). É importante ressaltar que o quantitativo de pessoas entrevistadas é justificado em função da

duração do diálogo, visto que, as perguntas por serem abertas, possibilitaram falas consideravelmente longas, no qual, estão expostos aqui, extratos desses momentos.

**Quadro 3 - Perfil dos entrevistados.**

	Faixa etária	Profissão	Sexo
Entrevistado 1	40-50 anos	Gestor	M
Entrevistado 2	40-50 anos	Artesão	M
Entrevistado 3	20-30 anos	Gestora de Turismo/ Estudante	F
Entrevistado 4	60-70 anos	Pescador	M
Entrevistado 5	20-30 anos	Estudante	F
Entrevistado 6	60-70 anos	Gestor de turismo/ Estudante	M
Entrevistado 7	20-30 anos	Estudante	F

Fonte: Própria Pesquisa, 2021.

## **PERCEPÇÃO AMBIENTAL E O MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DO ENTORNO DAS RUÍNAS DA BEIRADA DE ALCÂNTARA-MA.**

A ciência geográfica nos proporciona estudar diferentes questões da natureza, relacionadas aos fatores ambientais, culturais, políticos e sociais. Desta forma, quando se fala de questões

pertinentes a subjetividades, o campo de grande predominância de tal apontamento é a Geografia Humanística. Portanto, em meados dos anos 60, sendo o período de grande evidência de tal corrente, essas questões direcionaram os estudos para a compreensão dessas relações mais íntimas do indivíduo e a natureza, no qual, demonstram tal motivação, por meio de suas vivências e experiências nos lugares.

Desta forma, a inquietação em função das relações subjetivas, desenvolveram na geografia humanista uma importante base para compreensão dessas questões, sendo ela, a Percepção. A Percepção, relaciona-se a um exercício mental do indivíduo com o espaço, fazendo uso de suas ferramentas cognitivas no desenvolvimento de sua intelectualidade, perante suas percepções que são captadas por meio dos estímulos externos (tato, paladar, visão etc.). Segundo Silva (2019), para além da compreensão desses elementos subjetivos, têm-se também, a compreensão das contradições da sociedade no uso e apropriação do meio ambiente.

Um dos principais representantes do estudo da percepção foi o geógrafo Yi-Fu Tuan (1980). Em suas análises, as percepções podem agregar dois tipos de reações nos indivíduos, o afeto e a rejeição, definidas como Topofilia (as relações de afetividade) e Topofobia (rejeição). Além do mais, destaca-se também, que as percepções são estabelecidas de forma individual ou coletiva, visto que, cada pessoa enxerga, reage e lida afetivamente com um determinado ambiente.

De acordo com Silva e Lopes (2014), as percepções são ocasionadas através de estruturas sociais, físicas e históricas. As sociais, são identificadas por meio das interações entre os grupos humanos (amigos, moradores etc.). As físicas, através das estruturas construídas em um determinado espaço. E os elementos históricos, simbolizados por meio dos processos de fundação de um determinado lugar. Portanto, entende-se que, o estudo da percepção utiliza-se da categoria “lugar”, pois, é o campo que representa e viabiliza essas vivências, as construções de valores e as relações de afetividade, sendo desta forma, de acordo com Lopes (2012), a base de experiências pessoais e simbólicas.

O pensamento de Del Rio (1995 e 1999) em conformidade com Tuan, também considera a percepção um exercício mental que se utiliza dos aspectos cognitivos e sentidos externos para estabelecer as relações existentes entre o homem e natureza, mas a caracteriza também, como um processo seletivo, no qual, nossa mente conscientiza-se de uma parte das sensações e tem o sentido da visão mais aguçada. Outra questão apresentada por ele, é a classificação para a percepção, direcionada para uma atividade que abarca sentimentos, conhecimentos antecipados, valor, expectativa, julgamentos e necessidades.

A percepção é utilizada como suporte para estudos voltados às questões de impactos ambientais, riscos ambientais e entre outras abordagens, principalmente na iniciativa de entender os comportamentos e ações humanas. De acordo com Oliveira e

Machado (1989), para além dessas questões, também amparam a base de elaboração de projetos para a conservação do meio ambiente.

Segundo Linhares e Santos (2017), uma das formas de percepção do ambiente é o mapeamento participativo. O mapeamento participativo é considerado um método não utilizado para fins espaciais, pois, é uma ferramenta de pesquisa em si mesma, utilizada para explorar a relação e o diálogo mais amplo entre o pesquisador e o pesquisado (IVR, 2010).

O mapeamento participativo é uma técnica recente na ciência cartográfica, que enfatiza o conhecimento popular, simbólico e cultural. As produções tiveram início nas décadas de 1950 a 1960, por meio de auxílio de geógrafos e cartógrafos que contribuíram nas negociações dos direitos à terra para os povos nativos e indígenas canadenses. Logo após esse período, não há registros de outros mapeamentos de cunho participativo (CHAPIN, et al., 2005). Somente após 20 anos do primeiro registro de produção de mapas participativos, houve um maior interesse por esse procedimento. Com o objetivo de integrar geógrafos, antropólogos, povos indígenas e ambientalistas para realizar levantamentos ambientais, comprometendo-se com o reconhecimento das terras e focando em projetos de educação e gestão ambiental e territorial.

A participação da comunidade é fundamental no que diz respeito à conservação e gestão de biodiversidade pois, quando não há a participação destes, os custos operacionais de manejo e conservação são maiores. De acordo com Bavaresco (2009), os

etnomapas, gerados com base nos conhecimentos das próprias comunidades, produz discussões a respeito de uma educação para gestão ambiental.

Algumas questões como descarte irregular de resíduos sólidos, questões ambientais (erosões e início de voçorocamento), certificaram a necessidade de compreender como os moradores enxergam essas problemáticas, dentre as quais, poderão prejudicar as estruturas físicas e até mesmo a população. Assim, o presente trabalho traz a percepção ambiental e mapeamento de forma participativo das ruínas que compõem a área da Beirada de Alcântara, como forma de identificar as visões de cada sujeito a respeito do lugar em que vivem, buscando compreender as suas subjetividades, a atuação dos poderes mediante a área, além de pautas relacionadas à conservação e preservação.

### **Caminhada transversal como processo de mapeamento participativo inserido no Projeto de Educação Ambiental: “Cuidar da beirada de Alcântara: Caminhos possíveis”**

O processo de mapeamento teve um início em junho de 2021, com o intuito de recuperar a área da Beirada onde estão localizadas as ruínas. Ocorreu por meio de encontros online e presenciais (Tabela 2), e contou com a colaboração do Prof.º Dr José Fernando Rodrigues Bezerra, os técnicos de Meio Ambiente de Alcântara, o Grupo Guardiões do Patrimônio, Sítio Escola Praia do Barco, a equipe

do Museu Histórico de Alcântara, juntamente com a Orientadora da pesquisa.

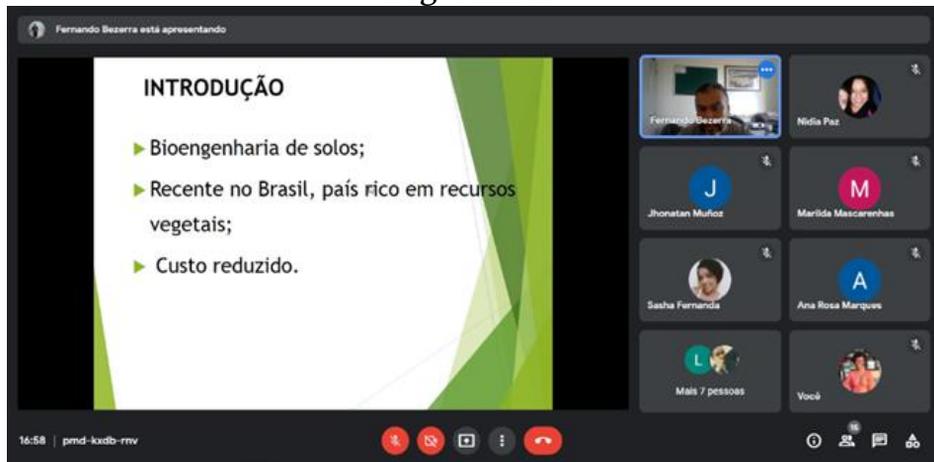
**Tabela 2: Reuniões para o processo do mapeamento participativo.**

<b>1º encontro 22/07/2021 (Online)</b>	Resgate dos procedimentos alcançados no primeiro momento da pesquisa.
<b>2º encontro 27/08/2021 (Presencial)</b>	Oficina de Educação Ambiental
<b>3º encontro 09/09/2021 (Online)</b>	Memória da oficina de Educação Ambiental
<b>4º encontro 19/10/2021 (Online)</b>	Diálogo com o secretário de Meio Ambiente devido a ocorrência de queimadas na área pesquisada.

Fonte: Própria Pesquisa; 2021

Foram 4 encontros via Google Meet (devido a pandemia da COVID-19) e também de forma presencial. O primeiro encontro foi realizado do dia 22/07/2021, com o intuito de resgatar todos os procedimentos que foram realizados. Na reunião estavam presentes a equipe da pesquisa, representantes de órgãos públicos da cidade Alcântara. Durante a reunião foi apresentado o diagnóstico sobre os impactos ambientais nas áreas da encosta da Beirada de Alcântara. Após apresentação do diagnóstico, ocorreu a apresentação da sugestão de recuperação das áreas de degradação (Figura 5).

**Figura 5: Apresentação da sugestão de recuperação das áreas degradadas.**



Fonte: Própria pesquisa, 2021.

Os principais questionamentos após as apresentações, foram sobre como seriam iniciadas tais ações, no que diz respeito a sensibilização para a comunidade por meio da educação ambiental e sobre o planejamento como um todo.

O segundo encontro ocorreu de forma presencial, no museu Histórico de Alcântara, no dia 27/08/2021, tendo como tema “Cuidar da Beirada Alcântara: Caminhos Possíveis” e contou com a presença de 23 pessoas. A oficina foi dividida em duas partes, manhã e tarde. No período da manhã foram feitas apresentações das pessoas presentes na oficina e a tarde foi realizada a caminhada transversal. Os participantes foram direcionados à rua da Amargura (antiga rua Bela Vista), onde constatou-se que a voçoroca ali existente, teve um aumento muito significativo, devido ao descarte inadequado de

resíduos sólidos no local, o qual coloca em risco o patrimônio arquitetônico e a área de proteção ambiental (Figura 6).

Uma das mais importantes ruínas citadas pelo jornalista foi o Palácio Negro (Figura 7), segundo ele o palacete foi construído do século XIX, foi construído para filha do Barão de Mearim, o monumento recebeu esse nome após uma das filhas do Barão se casar com um negro, o que causou muito desgosto no pai. Ele então teria posto luto no sobrado, fechado com cortinas pretas e deserdado a filha. Além de vivenciar as histórias mais significativas dessa área, relatadas no processo da caminhada, foram coletadas imagens pelo drone, que possibilitou a visualização mais ampliada dessas ruínas, gerando conjuntamente com os relatos dos participantes, um croqui das Ruínas da Beirada (Figura 8).

**Figura 6: Deposição de Resíduos Sólidos na Rua da Amargura.**



Fonte: Própria Pesquisa, 2021.



## **Estudo da Percepção Ambiental dos moradores do entorno das ruínas da Beirada de Alcântara-Ma: Análise e discussão dos dados da pesquisa**

Durante o processo de aplicação das entrevistas, os momentos que antecederam esta ação, foram marcados por uma caminhada pelo entorno (área de estudo) no intuito de analisar as fragilidades, as potencialidades e entender os elementos que estruturam aquela área. A aplicação das entrevistas foi essencial para compreender como esses elementos citados são percebidos por esses sujeitos.

No dia 22 ao dia 26/06/2021, foi realizada a atividade de campo no município de Alcântara. O roteiro de entrevistas foi composto com questões relacionadas às ações dos poderes municipais, estaduais e federais em função da área e as práticas de conservação da população em relação ao patrimônio, como será abordado a seguir. Vale destacar a dificuldade em executar as entrevistas, visto que, o momento pandêmico requer cuidados e restrições. Assim, as entrevistas foram realizadas por meio do distanciamento social, com a utilização de máscara e álcool em gel.

Sobre a ação dos poderes na cidade, as respostas foram variadas, contudo, em sua maioria contou com a avaliação “ruim”, “muita coisa ainda precisa ser feita” além de relacionar o cuidado ineficiente por parte do poder público. Notou-se que as falas se complementam e demonstraram sentimentos similares em relação à forma como Alcântara é gerenciada e tratando-se principalmente de

uma área que corresponde a um Patrimônio Histórico (Quadro 4).  
Conforme o quadro a seguir:

#### Quadro 4 - Extrato das entrevistas, questão 1.

<b>1) Como você percebe o cuidado do poder público (Municipal, Estadual e Federal) em Alcântara?</b>
<i>“Na minha visão, esse poder público poderia participar mais, porque a participação do poder público aqui é bem... como é que se diz? É bem nula, é bem invisível. Tem muitas coisas que necessitam da visão desse pessoal, deles estarem em cima e acaba não acontecendo, aí eu acredito que eles deveriam ter mais pé firme, já que eles são o poder poderiam usar esse poder para fazer as coisas acontecerem”</i>

Em relação às ações individuais da sociedade perante a natureza, como uma forma de compreender as percepções dos mesmos (Quadro 5), foram ditas questões como: “as relações são inadequadas”, “tento contribuir da melhor forma possível” e “procuro preservar”.

#### Quadro 5 - Extrato da entrevista, questão 2.

<b>2) Para você, como ocorre a relação do indivíduo com a natureza?</b>
<i>“Hoje nós temos aqui cursos profissionalizantes de nível superior que são 35 ministrados pelo IFMA, um deles é na área de gestão ambiental, gestão de turismo e técnico em meio ambiente. Então, essas pessoas estão sendo preparadas para cuidar deste lugar, elas já têm uma capacitação. <b>Mas tem muita gente que não tem essa consciência que joga lixo no lugar inadequado, que não cuida do seu próprio lixo e que de repente acha que pode jogar o lixo na praça porque acha que é obrigação da prefeitura recolher.[...] Então, tem uma parte que tem a consciência e o envolvimento, enquanto outra parte não tem consciência e a responsabilidade às vezes não assumida pelos poderes”</b></i>

A Beirada de Alcântara é a área do entorno da cidade, que corresponde à paisagem natural e urbana, vinculada ao ecossistema

manguezal, além da presença das ruínas. A pergunta foi: *Para você, o que é a Beirada de Alcântara? E o que mais chama sua atenção?* (Quadro 6). As respostas foram pautadas principalmente nas questões de *representação*, o espaço era muito utilizado pelos pescadores para subsistência. Outra questão é em função do tempo, o pouco contato que algumas pessoas possuem do lugar, levando ao entendimento da área ser invisível aos olhos de uma determinada parcela da população que reside ali. Outro ponto bastante citado foi a situação do descarte de resíduos de forma irregular.

### Quadro 6 - Extratos das entrevistas, questão 3.

<b>3) Para você, o que é a Beirada de Alcântara? E o que mais chama sua atenção?</b>
<i>“Para muitas pessoas, essa trilha aí da Beirada é o lugar dele buscar o comer dele, ter o sustento, tem uns que não são empregados, aí eles têm que tirar o sustento deles tudo aí, dos peixes, camarão, né? E já a gente lá algumas vezes a gente tem que ir por divertimento”</i>
<b>O que mais chama atenção?</b>
<i>“Na Beirada assim, desde 2012 para cá, o que mais chama atenção é o mangue. O mangue tem importância porque lá que nasce os filhotes de camarões os filhotes dos peixes, e tem toda essa riqueza.”</i>

Sobre as possibilidades que eles enxergam para área da Beirada, foi citado o desenvolvimento de uma trilha sustentável aproveitando a trilha já existente, contudo, fazendo uso por meio das ações que considerem a capacidade de carga e informações sobre o trecho. As respostas foram positivas, no sentido de se ter algo que valorize mais e mais aquele ambiente (Quadro 7).

### Quadro 7 - Extratos das entrevistas, questão 4.

**4) Quais as possibilidades que você enxerga para esse espaço? (Relacionando a questão da criação de uma trilha sustentável)**

*“Sim.*

*[...] Seria interessante colocar essa trilha voltada para os moradores, não tanto para os turistas mesmo. Deu pra perceber na rua da amargura, muito lixo, então se fizessem uma trilha ecológica, mostrando a biodiversidade, mostrando as frutas mesmo, as coisas que podem ser cultivadas, tipos de espécies que possam ser sustentadas com essa flora, então as pessoas dariam mais valor a esse terreno e a parar de jogar o lixo”*

Foram abordados assuntos a respeito das relações de afeto com o lugar e o que a paisagem representava para eles, além das contribuições ambientais. Sobre as relações de afeto e representação, o pensamento de conservação e preservação foram os mais recorrentes (Quadro 8).

### Quadro 8 - Extratos das entrevistas, questão 5.

**5) Você possui alguma relação de afeto com o lugar? O que essa paisagem representa para você?**

*“Afetividade total”*

*“É uma poética, eu vejo poesia em cada canto desta cidade, em cada lugar que ainda é preservado na questão ambiental”. “Eu sinto e vejo poesia em cada canto desta cidade, em cada lugar de Alcântara onde você encontre mangue, praia, restinga, apicum, lajeiro, existe poesia em cada lugar desta cidade. Daí que está repleto de cantaria, por aqueles caminhos andaram nobres, escravos, comerciantes e europeus, pesquisadores que visitaram esta cidade. Tudo isso está gravado na memória da terra, na memória das ruínas, na memória do mangue. Então, quando você percorre estes lugares, você entra em contato com essa força, com essa energia, no meu caso é impossível não se identificar com todo esse contexto maravilhoso”*

Sobre o significado das ruínas, os entrevistados desenvolveram falas que referenciam aspectos atuais com o turismo e as marcas históricas. A referência das ruínas para as questões

turísticas é principalmente como ponto atrativo em que as pessoas se deslocam até a região para testemunhar as estruturas e elementos que compõem o acervo arquitetônico (Quadro 9).

### Quadro 9 - Extratos das entrevistas, questão 6.

<b>6) As ruínas são marcos significativos para você? Por qual sentido?</b>
<i>“Essas ruínas são muito significativas justamente por contar de fato a história dos alcantarenses, quem foram essas pessoas e a gente percebe que todo mundo que chega aqui é pra conhecer essas ruínas, a maioria, né!?![...] se não tivesse essas ruínas aqui, essa cidade passaria em branco e tendo essas ruínas aqui é uma prova que a cidade teve um desenvolvimento alto e uma grande importância para a história.</i>

As respostas das entrevistas demonstraram certa preocupação às questões ambientais locais. Esses fatores foram percebidos no momento que se questionou sobre a atuação dos poderes públicos na área com respostas imediatas para ineficiência relatando a falta de cuidado com a questão de manutenção (limpeza) de alguns pontos, principalmente por ser uma cidade que recebe constantemente muitos turistas.

Outra questão referiu-se ao descarte de resíduos sólidos em áreas inapropriadas, principalmente na área de estudo que corresponde ao entorno das ruínas e em alguns pontos da Beirada. Assim, como foi destacado que o poder municipal não tinha muita atuação no lugar, alguns entrevistados assinalaram que as responsabilidades e exigências de cuidar do ambiente não devem ser executadas unicamente pelo município, desenvolvendo assim, uma

relação conjunta (gestão e população) para cuidar dos bens existentes na cidade.

Sobre a Beirada (área do entorno), a pergunta foi no intuito de compreender como aquele espaço é visto pelas pessoas e o que chama atenção para eles principalmente pela representação ambiental. Para tal questão, uma única pessoa destacou o fato de ser uma Área de Proteção Ambiental. Já os demais, ressaltaram a beleza da paisagem natural, a biodiversidade e os elementos presentes (fauna e flora) e os demais não tinham algo concreto para falar do local.

A área da Beirada comporta uma trilha com pontos característicos da biodiversidade local e uma paisagem indescritível, por tal razão, considerando a potencialidade do lugar, foi-se questionado sobre a criação de uma trilha sustentável. As respostas foram positivas, visando o uso para moradores e estabelecendo a importância da execução de ações de Educação Ambiental. Outros pontuaram o uso para o turismo e lazer, e pensando também sobre a capacidade de carga desta trilha, Pires (2005) fala da capacidade de carga como conceito operacional no campo da logística de uso sobretudo por visitantes, considerando

principalmente a redução dos impactos especialmente em áreas protegidas.

Ressaltando a questão da afetividade e representação das ruínas, as respostas tornando-as uma evidência. Em meio a isso, compreende-se que as paisagens podem ser representadas ao olhar

natural dos sujeitos de maneiras distintas. Segundo Grometti, Pitton e Ortigoza (2012), é o vínculo a essas temporalidades (passado, presente e futuro), que as tornam únicas e possibilitam compreendê-las como um produto social e histórico, viabilizando retratar as sociedades que a desenvolveram.

Portanto, compreende-se que a percepção é uma representação das vivências e experiências de um indivíduo com os lugares, estruturas, objetos, etc, onde são construídos seus laços de afetividade. E dessa forma, Melazo (2005), destaca que esse estudo deve ir além do entendimento das relações do homem e a natureza, a fim de que se promova a sensibilização e a consciência ambiental. Bem como, entender que a percepção da população como enfatiza Rodrigues *et al.* (2012), representa um grande aliado ao poder público, na ação de leitura da realidade social, integrando um sistema de apoio para a gestão do meio ambiente. Estudar a percepção ambiental, caracteriza a tomada de decisões e planejamento de ações intervencionistas na resolução, por exemplo, das demandas ligadas aos impactos, riscos e problemáticas ambientais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, o presente artigo demonstrou quão complexa é a relação dos sujeitos com seus lugares e suas paisagens, retratando relações afetivas ou não. Vinculando as discussões das entrevistas em modo geral, entende-se que ainda existe uma certa fragilidade a respeito das questões ambientais da área, tal qual, uma indignação

pela falta de amparo por parte do poder municipal. Ainda que existam muitas insatisfações, por outro lado, foi possível atentar para as questões de representação social, por meio das falas que evidenciam as marcas históricas como um símbolo de resistência e as riquezas presentes nos conjuntos naturais e acervo arquitetônico, como uma poética.

Desta forma, Alcântara é retrato de diferentes temporalidades, é história, representação, resistência e símbolo. Nos mangues com sua fauna e flora, que representa muito para os pescadores que tiram de lá sua subsistência, bem como, as ruínas que representam um período de ascensão e sofrimento. Alcântara é terra de potencialidades, no qual, necessita ser melhor gerenciada, para que os resultados possam ser satisfatórios e que beneficiem tanto suas estruturas quanto a sua população.

## REFERÊNCIAS

ALBINO, S. F.; FAQUETI, M. F. **PROJETO DE PESQUISA**. Disponível em: <https://biblioteca.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/9/2014/07/Como-elaborar-um-projeto-de-pesquisa-de-Inicia%C3%A7%C3%A3o-Cient%C3%ADfica.pdf>.

AMARANTE, B. **A estética da ruína como poética**. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais. 2013. Dissertação (mestrado). Pós-Graduação em Artes. Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, 2013.

BAVARESCO, A.A. **O pjê e a cartografia: Os mapeamentos participativos como ferramenta pedagógica no diálogo entre saberes ambientais**. Brasília. Universidade de Brasília, Dissertação.

Mestrado em Desenvolvimento Sustentável -Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CHAPIN, M.; LAMB,Z.; THRELKELD, B. **Mapping Indigenous Lands**. Annu. Rev. Anthropol., 2005.

DEL RIO, V. Cidade da mente, cidade real: percepção ambiental e revitalização na área portuária do RJ. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1999, p.3-22.

DEL RIO, V. Paisagens, realidade e imaginário: a percepção do cotidiano. **Paisagem e Ambiente**, [S. l.], n. 7, p. 93-101, 1995.

GIOMETTI, A. B. dos R.; PITTON, S. E. C.; ORTIGOZA, S. A. G. **Leitura do espaço geográfico através das categorias: lugar, paisagem e território**. Unesp/UNIVESP, v. 9, n.1, 2012.

GUERRA, E. L. de A. **Manual pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: GRUPO ANIMA EDUCAÇÃO. 2014. Disponível em <<https://docente.ifsc.edu.br/luciane.oliveira/MaterialDidatico/P%C3%B3s%20Gest%C3%A3o%20Escolar/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas/Manual%20de%20Pesquisa%20Qualitativa.pdf> Acesso em: 20 mai 2021> .

IAS - Instituto Água e Saneamento. **ALCÂNTARA (MA)**. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/ma/alcantara>. Acesso em: 1 de Novembro, 2021.

IVR - INSTITUTE FOR VOLUNTEERING RESEARCH. **Using participatory mapping to explore participation in three communities – Pathways through Participation**. 2010  
LIMA, C. **Vida, paixão e morte da cidade de Alcântara**. São Luís: Plano Editorial SECMA,1997/1998, p. 60.

LIMA, M. S. B.; MOREIRA E. V. A PESQUISA QUALITATIVA EM GEOGRAFIA QUALITATIVE RESEARCH IN GEOGRAPHY PESQUISA CUALITATIVA EN GEOGRAFÍA. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n.37, v.2, p.31, ago./dez. 2015.

LINHARES, T. dos S.; SANTOS, L. F. U. dos. MAPEAMENTO PARTICIPATIVO: SUBSÍDIO À GESTÃO PARTICIPATIVA E AO MANEJO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS. Artigo. **Sociedade e Território – Natal**. Vol. 29, N. 1, p. 50 - 70. Jan. Junho de 2017.

LOPES, J. G. As Especificidades de Análise do Espaço, Lugar, Paisagem e Território na Geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, vol. 16, n. 2, maio/ ago. 2012. <Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/viewFile/7332/4371>. Acesso em: 09 Nov, 2021.

LOPES, K. M.; SILVEIRA, E. S.; MARQUES, A. R. O MANGUEZAL DA Beirada de ALCÂNTARA E SUAS POTENCIALIDADES. In: XVIII Encontro de Geografia **A construção do Brasil: Geografia, ação política e democracia, 2016**. São Luís, 2016. <Disponível em: [http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468265926\\_ARQ\\_UIVO\\_artigoeng2016.pdf](http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468265926_ARQ_UIVO_artigoeng2016.pdf) f > Acesso em: 16 Mai, 2021.

MARQUES, A. R.; LOPES, K. M.; SILVEIRA, E. S.; RIBEIRO, L. A. ASPECTOS DA PAISAGEM CULTURAL DA BEIRADA DE ALCÂNTARA POTENCIALIZADA PELA EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Geografia em Questão**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2018. DOI: 10.48075/geoq.v11i2.19343. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/19343>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MELAZO, Guilherme Coelho. Percepção ambiental e educação ambiental: Uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares & Trilhas**. Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 45-51, 2005.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.  
**Alcântara** (MA). Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/345>> Acesso: 27 jan 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, L., Machado, L., Wanderley, V., & Meneses, E. (1989). A percepção da paisagem como metodologia de investigação geográfica. *ENCUENTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA*.

PIRES, P. dos S. Capacidade de Carga como Paradigma de Gestão dos Impactos da Recreação e do Turismo em Áreas Naturais. Artigo. **Turismo em Análise**, v. 16, n. 1, p. 5- 28, maio de 2005.

PFLUEGER, G. S. **Redes e ruínas - apogeu e declínio de uma cidade: o caso de Alcântara - Maranhão**. Tese (Doutorado) – UFRJ/PROURB, Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Convênio Dinter Capes UFRJ UEMA, 2011. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB. 2011, p. 114.

RODRIGUES, L. M.; MALHEIROS, T.F.; FERNANDES, V.; DARÓS, T. D. **A Percepção Ambiental Como Instrumento de Apoio na Gestão e na Formulação de Políticas Públicas Ambientais** *Environmental Awareness as a Support Tool in the Management and Formulation of Environmental Public Policies*. Artigo. *Saúde Soc. São Paulo*, v.21, supl.3, p.96-110, 2012.

SILVA, G.da, LOPES, C. S. **TOPOFILIA E TOPOFOBIA: UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO EM PAIÇANDU - PR**. Artigo. **OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE**. Paraná, v.1, 2014.

SILVA, S. de C. **PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES SOBRE O LOTEAMENTO NOVA ITUIUTABA I E III NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG** . Dissertação (mestrado). UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA- FACULDADE DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DO PONTAL, Minas Gerais, Brasil, 2019.

SOUZA, C.A.; DUARTE, L.F.A. JOÃO, M.C.A. & PINHEIRO, M.A.A. 2018. Biodiversidade e conservação dos manguezais: importância bioecológica e econômica, Cap. 1: p. 16-56. In: Pinheiro, M.A.A. Talamoni, A.C.B. (Org.). **Educação Ambiental sobre Manguezais**. São Vicente: UNESP, Instituto de Biociências, Câmpus do Litoral Paulista, 165 p.

TUAN, Y. Fu. **Topofilia - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Ed. Difel: São Paulo, 1980.

# **FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA: racionalidade construída na Universidade para a sala de aula da Educação Básica**

Francisco de Oliveira Viana<sup>1</sup>

Iris Maria Ribeiro Porto<sup>2</sup>

## **INTRODUÇÃO**

Atualmente tem se intensificado cada vez mais o desenvolvimento de pesquisas acerca da formação inicial de professores no Brasil. Há algumas justificativas para o aumento de pesquisas desse cunho. Uma delas é entender o contexto educacional contemporâneo, o que leva ao estabelecimento de novos paradigmas acerca da formação inicial desses profissionais, tendo em vista que é perceptível na realidade escolar, a prática docente de modelos tradicionais. Essa realidade pode ser um reflexo da estrutura de cursos superiores que fazem a formação inicial.

Para Porto (2017), tais modelos e paradigmas tradicionais têm orientado práticas e políticas de formação inicial de docentes no Brasil e em vários outros países do mundo, especialmente em Geografia. Nessa perspectiva, esses modelos formam profissionais da educação para esta geração, como já referenciado, apesar do seu contexto complexo e “do aumento das exigências e manutenção das velhas verdades que não funcionam” (IMBERÓN, 2009, p. 16).

---

<sup>1</sup> Graduando em Geografia Licenciatura- Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

<sup>2</sup> Doutora em educação (UFPA)- Professora Adjunta da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Entendemos que o conjunto de ações, vivências e conteúdo programático do que é ensinado no âmbito acadêmico de licenciatura, em grande parte é praticado nas salas de aula pelos docentes egressos dos Cursos. Posteriormente, a formação continuada poderá acrescentar os saberes com maiores especificidades de acordo com a área de interesse. Ou seja, os saberes da formação inicial perpassam os muros da Universidade, até às práticas dos seus egressos.

Este artigo tem como principal objetivo levantar algumas reflexões sobre o lugar da Universidade na profissionalização do docente que atua nas salas de aula da educação básica, sobretudo na educação geográfica e as racionalidades que regem a formação desses profissionais.

Em um primeiro momento valemo-nos de um levantamento bibliográfico acerca dos temas inerentes a este trabalho, tais como a formação de professores e ensino de Geografia e suas racionalidades; saberes docentes; metodologias de ensino; ensino-aprendizagem e alguns outros afins que se constituírem como contribuinte para o desenvolvimento deste artigo. Nesse sentido, o problema da pesquisa exigiu buscar a literatura que trata de saberes e práticas na educação quanto às questões teóricas metodológicas o que envolve uma complexidade para suas especificidades. Diante dessa realidade, a pesquisa qualitativa definiu-se como a perspectiva mais adequada para a investigação, conforme afirmam Minayo (2014) e Gil (2012) de

que esse tipo de pesquisa responde a questões com um nível de realidade que não pode ser quantificada.

### **O ensino de geografia na Academia: Saberes que perpassam a Universidade (Historiografia)**

A temática formação de professor de Geografia possui como um dos discursões centrais estabelecer uma reflexão entre a Geografia acadêmica e a escolar, aspecto preponderante para essa área de conhecimento. Torna-se importante pontuar a relação simbiótica que há entre ambas no ensino dessa ciência, tendo em vista que ainda há uma dissociação entre as duas. Portanto, repensar o ensino de Geografia na contemporaneidade está associado a uma questão epistemológica e pressupõe repensar o diálogo estabelecido na Universidade entre ela e a escola (MENEZES, 2015).

Em contexto com a presente pesquisa, fazemos uma breve análise acerca da epistemologia da Geografia e sua trajetória no Brasil. Nesse sentido, a princípio como já citado anteriormente, a primeira etapa da Geografia no território brasileiro se pautou na Geografia escolar. Ainda no período imperial, em 1937, a Geografia foi implantada como disciplina pela primeira vez no colégio primário Pedro II, localizado no então estado do Rio de Janeiro. (MORAES, 1994)

Nesse período, faz-se importante lembrar que o ensino de Geografia tinha um caráter enciclopédico com metodologias de memorização, além da reprodução de conteúdo oriundos de

estudiosos de outros países, sobretudo Alexander Von Humboldt e Karl Ritter, uma vez que ainda não havia nessa época produção acadêmica geográfica no Brasil. Era somente a reprodução de uma Geografia da descrição, que tratava de relatos de viagem, informações sobre países, alguns dados de curiosidades, entre outros. “Essa pulverização refletia o estado em que se encontrava a Geografia até o início do século XIX” (MORAES, 1994, p. 34).

Somente em 1934 a Geografia se sistematizou como curso acadêmico quando foi implantada na Universidade de São Paulo (USP). Nesse primeiro momento o quadro de professores se configurava como de influência de correntes francesas, sobretudo em métodos positivistas, em uma geografia que considera o homem apenas como um elemento da paisagem. Assim, para Moraes (1994, p.24) “a unidade do pensamento geográfico tradicional adviria do fundamento comum domado ao positivismo, manifesto numa postura geral, profundamente empirista e naturalista”. Ainda que com essas características limitadas, a ação da criação de um curso superior em Geografia se materializou como de fundamental importância para a pesquisa geográfica no Brasil e para o desenvolvimento da própria Geografia escolar.

Com a evolução das pesquisas surgiram novas correntes que contribuíram para o desenvolvimento desta como uma ciência para além das descrições, como pontua Santos (1998) ao afirmar que a Geografia acompanha as transformações no mundo. Sobretudo após as inúmeras mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais

ocorridas no âmbito do espaço geográfico, a Geografia não deve e não consegue mais se limitar a isso, e se for pra descrever, que seja do ponto de vista da criticidade e da ação, para assim propor compreensões acerca dos acontecimentos que permeiam a superfície terrestre.

Nesse sentido, a partir das mudanças que se materializaram com a introdução da geografia nas Universidades, sobretudo nos cursos de licenciatura, com o passar do tempo acabaram desencadeando também mudanças na Geografia escolar. Haja vista que o ensino de geografia das instituições de ensino superior, quando concluída não devem ficar retidos a academia, ao contrário, devem perpassar os muros da Universidade, pois caso contrário a geografia não seria reconhecida como uma ciência da ação, como uma ciência humana.

Refletiremos a seguir quais são as bases de referências, ou seja, as diretrizes que podem auxiliar os cursos de graduação em Geografia a formarem professores contextualizados com a complexidade do cenário em que irão atuar.

### **A Formação Inicial de Professores de Geografia: Para qual Racionalidade?**

É fato que a ciência geográfica caminha sempre na atualização de seus métodos, acompanhando as mudanças que ocorrem dentro da sua área de estudo. Isso se torna importante sobretudo para os professores de Geografia em formação inicial que devem estar

sempre atualizados desses processos mutáveis, para que assim possam fazer disso sua prática docente em sala de aula.

Ainda que historicamente sejam perceptíveis as ideias de que há uma necessidade de repensar o ensino de Geografia em decorrência dos novos paradigmas que se estabelecem, ainda há uma certa relutância no quanto ao reconhecimento dessas mudanças. Callai (2013), afirma que sobretudo nas Universidades públicas ainda há uma herança de privilégio da formação de bacharéis em Geografia, tendo as licenciaturas em geografia apenas como um complemento. Assim, os currículos são estruturados em disciplinas, conteúdos e estratégias de ensino mais voltados à formação de pesquisadores do que de professores, formando-se geógrafos em “Geografia pura” (CALLAI, 2013, p.116).

Entendemos que a Geografia acadêmica é o Norte para a Geografia escolar. No entanto nos questionamos: a formação de professores de Geografia na Universidade tem gerados profissionais resistentes a mudanças ou inovadores? A preocupação principal é que a formação de professores no ensino superior esteja ligada somente a questões teóricas, conteudistas, distante no tocante a prática da realidade cotidiana, dos muros que perpassam a Universidade.

Quanto as racionalidades na formação de professor, consideramos os 3 (três) modelos de concepções pedagógicas reconhecidos na literatura. São eles o professor da *racionalidade técnica*, o da *racionalidade prática* e o da *racionalidade crítica*. Tais

modelos e paradigmas têm orientado práticas e políticas de formação docente em Geografia. Fundamentam essas assertivas, Zeichner (1993); Tardif (2002); Schön (1992); Nóvoa (2000) e Pimenta; (1999), entre outros.

De forma resumida os 3 modelos referenciados podem ser identificados de acordo com esses autores da seguinte forma:

***O professor do modelo da Racionalidade Técnica:*** a formação de professores nas últimas décadas tem sido desenvolvida sob influência da concepção de ensino como uma intervenção tecnológica, que concebe esse profissional como um técnico-especialista, o qual deve implementar, com rigor, normas e regras derivadas somente do conhecimento científico. Esse modelo é uma herança do positivismo que durante todo o século XX sustentou a concepção epistemológica da prática docente e acabou por se tornar uma referência para a educação, dissociando as práticas educativas das realidades vigentes.

***O professor do modelo da Racionalidade Crítica:*** o Racionalismo Crítico centra sua "razão" em como os problemas podem ser investigados e resolvidos, sejam eles metódicos, racionais, sociais, políticos ou científicos. A "razão crítica" pode ser entendida em contraste com a "razão dogmática" dois conceitos que podem ser vistos como formas diferentes de interpretar a razão humana. Ela nega que o conhecimento científico tenha caráter cumulativo, alega que não é possível saber se uma teoria está mais próxima da verdade

do que outra e estabelece que toda teoria tem caráter provisório e que deve ser substituída quando uma de suas previsões for falseada.

***O professor modelo da Racionalidade Prática-reflexiva:*** o modelo dessa racionalidade é também chamado de reflexivo. Esse profissional supera a relação linear e mecânica entre o conhecimento científico-técnico e a prática na sala de aula. De acordo com Dewey, “a busca do professor reflexivo é a busca do equilíbrio entre a reflexão e a rotina, entre o ato e o pensamento” (MENEZES; SANTOS 2001).

Para o profissional prático-reflexivo os desafios não se reduzem à resolução de problemas, mas orientam-se para o esclarecimento de situações complexas em que os problemas devem ser colocados e situados para seu conhecimento. Uma atitude reflexiva permanente possibilita uma análise mais complexa do profissional e exige uma relação crítica com o saber, por compreender que é essencial para a construção da identidade de formador competente. “A prática reflexiva tem sido amplamente divulgada no campo das discussões sobre formação de professores, e incorporada à textos e documentos de forma quase integral e totalizadora” (CAMPOS; DINIZ, 2004, p.2).

Diante do exposto e para a compreensão, torna-se necessário conhecer e discutir esses modelos de profissionalização que historicamente têm marcado a formação do professor de Geografia, especificamente quando focamos na relação dele com os saberes profissionais instituídos pela academia.

Seguindo essa linha de raciocínio, entendemos que o objeto de estudo da Geografia, o espaço geográfico, tem passado por uma metamorfose de processos, sobretudo a partir do século XIX, sendo estes de cunho socioeconômico, cultural e político. Além disso os processos oriundos das revoluções industriais sobretudo a tecnológica informacional, impulsionam mais mudanças ainda e não somente no tocante a sociedade individualizada, mas também no sistema educacional. “Essas transformações provocam mudanças no contexto educacional e no trabalho docente, nos fazendo repensar a formação de professores” (MARTINS, 2013, p.153).

Sobre isso é fato que a ciência geográfica caminha sempre na atualização de seus métodos, acompanhando as mudanças que ocorrem dentro da sua área de estudo. Isso se torna importante sobretudo para os estudantes de Geografia em formação inicial que devem estar sempre atualizados desses processos mutáveis, para que assim possam aproveitar isso em suas práticas docentes em sala de aula.

No entanto, é interessante perguntarmos que professores de Geografia estamos formando nas Universidades? Qual a racionalidade que predomina na formação desses docentes? Esses questionamentos não serão respondidos facilmente e de forma determinista como uma sentença em que não pode haver alteração. No entanto, o objetivo é levantar ainda mais questionamentos para que assim os próprios professores percebam e reconheçam sua

identidade profissional: Que professor eu estou formando? Ou ainda, que professor eu sou?

Nos questionamos qual racionalidade predomina na formação desses futuros docentes, que muitas vezes ao sair da academia e adentrarem uma sala de aula da educação básica, sentem-se perdidos, ainda que carregado de referências teóricas, mas sem práticas pedagógicas a serem desenvolvidas no convívio escolar. Dentro da problematização desse contexto, na perspectiva de Freire (2013), “[...] formar é muito mais do que puramente treinar o educando para o desempenho de destrezas” (FREIRE, 2013, p.16).

Leão (2013), entende que ainda há muitas questões a serem revistas para que se possa melhorar a formação inicial de professores, sendo uma delas a dicotomia que ainda há entre licenciatura e bacharelado, além do distanciamento das instituições de formação de professores e as instituições de educação básica, e destaca o desencontro no tratamento dos conteúdos (dissociando teoria e prática).

A interlocução com a escola básica também é fundamental para a formação dos professores nos cursos de licenciatura [...]. Assim a matriz curricular de um curso de licenciatura deve considerar a realidade da escola básica na definição de tempos e espaços que compõem as unidades curriculares que se comunicam com a ciência de referência (LEÃO, 2013, p.25).

Nesse sentido concordamos com Oliveira (2012) quando este afirma que não há uma conexão entre a Geografia acadêmica e escolar como já explicitado anteriormente neste artigo, ainda que a primeira seja requisito para essa última. Para Oliveira (2012, p.137)

existe “[...] uma Geografia sendo produzida nas universidades e outra Geografia sendo ensinada nas escolas”, que Ives Lacoste (1976), denominou em sua obra: *A Geografia: isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra*, de “Geografia dos professores”, fazendo alusão a um ensino que maquia a finalidade estratégica que possui o raciocínio geográfico.

Essas reflexões não emergem de um vácuo para preencher lacunas em periódicos científicos ou apenas para instigar novas discussões, mas revelam demandas que emanam da Universidade. Mas afinal qual seria a melhor maneira de dar um “*upgrade*” para que se desenvolva essa Geografia única, sem dissociações, para assim atingir seus objetivos finais?

Partindo de tais questionamentos, defendemos que ainda há a necessidade de entender que a ciência geográfica em cursos de licenciatura deve estar pautada em síntese em educação geográfica. Isto quer dizer que como defendem Lopes e Pontuschka (2011), deve haver uma interlocução dos conhecimentos específicos em Geografia, com os conhecimentos pedagógicos.

Entrando na pauta da racionalidade do professor prático-reflexivo, Callai (2013) defende um processo sistemático de ação-reflexão-ação no ensino de Geografia e na formação dos professores dessa ciência, partindo sobretudo da perspectiva da dialética.

professor-aluno, nos cursos de formação docente caracterizado pelo que se quer ensinar e aquilo que o aluno aprende; - conteúdo e didática, trabalhados nos cursos superiores – expresso pela necessidade de selecionar o conteúdo e fazer o tratamento didático do

mesmo de acordo com os referenciais adotados e com o contexto do lugar; teoria e prática – referida ao que é a escola em suas práticas e ao que se diz a respeito dela e também que seja a Geografia trabalhada nas universidades e aquela da escola; -ao local e ao global, expresso por meio de políticas públicas, da normatização da escolaridade, do regulamento curricular e das características do contexto e da cultura escolar (CALLAI, 2013, p.77).

Nesse sentido, concordamos com Morin (2001) quando este defende o que ele chama de inter-retroação entre a ciência geográfica e a Geografia ensinada, onde para o autor é importante que as instituições formadoras além de prezarem pela carga teórica e conceitual, pensem também em práticas didático-pedagógicas e metodológicas nas disciplinas nos cursos de graduação, oferecendo ao formando subsídio para seu desenvolvimento docente. Libâneo (2002, p. 121) afirma que “a pedagogia precisa ser, ao mesmo tempo, teoria e prática”.

Zanatta (2008) ao fazer uma análise sobre o desenvolvimento de propostas pedagógicas atreladas ao ensino de Geografia, pontua que há um distanciamento dessas propostas com as práticas de ensino quando se trata dos conteúdos da referida disciplina.

Portanto, uma das propostas metodológicas que entendemos que podem auxiliar os professores de Geografia a desenvolverem uma melhor qualidade de ensino, é sempre estabelecer uma relação simbiótica entre teoria e prática. E de maneira mais específica para desenvolver melhor os conhecimentos básicos da ciência geográfica, torna-se inerente sempre relacionar os conteúdos com o cotidiano dos alunos, trazendo as percepções de questões que geralmente são

tratadas em escalas globais, mas que se apresentem também na realidade local e regional dos educandos. Segundo Cavalcanti (1998) na Geografia escolar “ao manipular as coisas do cotidiano, os indivíduos vão construindo uma Geografia e um conhecimento geográfico”. (CAVALCANTI, 1998, p. 123).

Para sustentar ainda mais nossas colocações, concordamos com Martins (2014) quando este afirma que “o estudo da Geografia deve ser prazeroso e relacionado com as experiências concretas do mundo real vivido pelo aluno no seu espaço cotidiano” (MARTINS, 2014, p. 66). Assim, investindo na coadunação da teoria estabelecida sobretudo nas universidades e aplicando-as nas escolas de educação básica de acordo com a realidade dos alunos, se obteria êxito no tocante ao atingir os objetivos propostos pela Geografia escolar, ou seja, formar cidadãos.

Importante pontuar que não se trata de desvalorizar as produções teóricas produzidas pela academia. Do contrário, reiteramos que a Geografia escolar emana da Geografia acadêmica, tendo está um papel fundamental para o ensino de Geografia na educação básica. No entanto, deixamos uma instigação a respeito da necessidade de repensar novos diálogos que devem se estabelecer entre a Geografia acadêmica e escolar, que formam uma só Geografia, e culminam como complemento uma da outra. Sobre a didática em Geografia Cavalcanti (2010) pontua essa se constitui a partir de “reflexão sobre princípios epistemológicos da Geografia e sobre o

processo de construção do conhecimento no âmbito da Geografia Escolar” (CAVALCANTI, 2010, p.369).

Além da proposta do investimento dessa didática em Geografia, outras metodologias se materializam para endossamento da evolução do ensino de Geografia, perpassando pela formação continuada até a ideia do professor pesquisador da educação básica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nos discursos apresentados foi possível repensar as inúmeras complexidades que cercam a formação inicial de professores, e em especial a dos professores de Geografia. Ficou evidente que Geografia escolar e Geografia acadêmica não podem estar tão dissociadas, pelo contrário, deve haver uma extensão da Geografia produzida nas Universidades para as escolas de ensino básico, que juntas produzem conhecimentos para o desenvolvimento da ciência geográfica e de cidadãos aptos a intervirem nos processos que emanam no espaço geográfico, cumprindo assim o objetivo principal da Geografia que é estabelecer as relações existentes entre sociedade e meio, partindo do ponto de vista analítico, crítico e acionista.

Partindo desse ideal torna-se importante também discutir as racionalidades que formam os professores de Geografia. Isso tendo em vista que racionalidades defasadas, contribuirá para uma má qualificação desses profissionais, em detrimento das racionalidades que vão além da teoria e que devolvem a sociedade professores de

Geografia aptos a cumprirem sua função social/profissional, a partir de um ensino de qualidade. Tanto na Geografia dita acadêmica como a escolar, é necessário enfatizar que a Geografia é una em seus objetivos, no que tange as análises dos processos que ocorrem na superfície terrestre, sejam eles físicos ou sociais.

## NOTA

Este artigo é fruto parcial de uma pesquisa de Iniciação Científica, desenvolvida pelo Laboratório de Ensino e Pesquisa em Geografia (LEGEO), do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Maranhão (FAPEMA). Apresenta algumas reflexões teóricas sobre a temática principal do projeto, que trata sobre a formação de professores de Geografia.

## REFERÊNCIAS

BLOISE, Denise Martins. **A importância da metodologia científica na construção da ciência**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 06, Vol. 06, pp. 105-122. Junho de 2020.

CALLAI, Helena Copetti. **O Estudo do Lugar e a Pesquisa como princípio da Aprendizagem**. Espaços da escola, n. 47, 2013.

CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito; VIADANA, Adler Guilherme. **Fundamentos históricos da geografia: contribuições do pensamento filosófico na Grécia antiga**. EM GEOGRAFIA, p. 11, 2010.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção do conhecimento**. Campinas: Papirus, 1998.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Papirus Editora, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo, Editora UNESP, 2013.

GIL, A. C. **Didática do Ensino Superior**. São Paulo: Atlas, 2012

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Permanente do professorado: novas tendências**. Tradução de Sandra Trabucco Venezuela. São Paulo: Cortez, 2009.

LEÃO, Vicente de Paula. Os Cursos de Geografia e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. In: MARTINS, Maria Adailza; FERREIRA, Joseane Abílio de Souza. **Formação, pesquisa e práticas docentes: reformas curriculares em questão**. João Pessoa. Editora Mídia, 2013, 496 p.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_, José Carlos. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação. **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. Campinas: Alínea, v. 1, p. 19-62, 2005.

MENEZES, Victória Sabbado. **A historiografia da geografia acadêmica e escolar: uma relação de (des) encontros/The Historiography of Academic and School Geography: the Relation of Meetings and Disencounters**. Geographia Meridionalis, v. 1, n. 2, p. 343-362, 2015.

MINAYO, Maria Cecilia de S.; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** Cadernos de saúde pública, v. 9, n. 3, p. 237-248, 1993.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

PORTO, Iris Maria Ribeiro. Formação de professor de Geografia: as racionalidades construídas entre novos e velhos dilemas, In: PORTO, Iris Maria Ribeiro; SÁ-SILVA, Jackson Ronie (Orgs.). **Gestão Educacional e Formação de Professores: olhares, contextos e vivências**. São Luís: EDUEMA, 2017.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, v. 5, 1997

ZAINKO, M. A. S. **Políticas de formação do professor e qualidade da educação básica: o projeto pedagógico das licenciaturas, os condicionantes da qualidade, o perfil dos professores e o desempenho dos estudantes no Estado do Paraná: análise dos projetos políticos pedagógicos de cursos de licenciaturas**. Universidade Federal do Paraná, Pró-reitoria de Graduação e Educação Profissional, Curitiba: UFPR, 2015.

ZANATTA, Beatriz Aparecida; SOUZA, Vanilton Camilo (Orgs.) **Formação de professores: reflexões do atual cenário sobre o ensino da Geografia**. Goiânia: NEPEG e Vieira, 2008.

## O GEOSIMBOLISMO DO SANTUÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, MARANHÃO: os festejos e o turismo religioso

André Lucas dos Santos Ferreira<sup>1</sup>

José Arilson Xavier de Souza<sup>2</sup>

*Tornaram a construir  
A Igreja naquele lugar  
Só que para não ruir  
Fizeram de frente pro mar  
Respeito à vontade do Santo  
São José de Ribamar  
Cidade que é um encanto  
Um bom lugar pra morar  
(O Milagre de São José de Ribamar)  
Flor de Liz de São Bento, 2009.*

### INTRODUÇÃO

São José de Ribamar, Maranhão: “um bom lugar pra morar”, passear, rezar, festejar e fazer turismo. Nesta comunicação científica focaremos nessas duas últimas expressões. Ao adotarmos uma abordagem cultural em Geografia, temos como intenção interpretar o geossimbolismo do Santuário de São José de Ribamar (Figura 1) em correlação com os festejos e às perspectivas do turismo religioso. Localizada na Região Metropolitana de São Luís, a cidade em tela

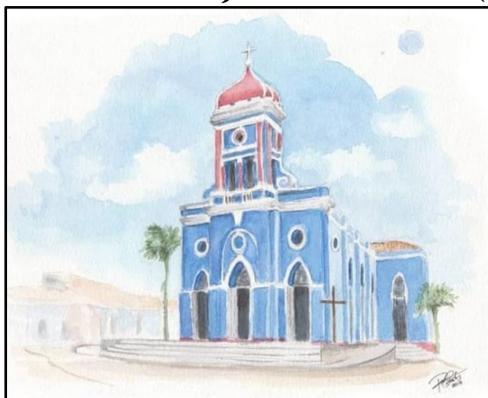
---

<sup>1</sup> Graduando em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís-MA. Membro do Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento (Marielle) e do Grupo de Estudos sobre Espaço e Cultura (GEEC). E-mail: [andrelucastot@gmail.com](mailto:andrelucastot@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís-MA, onde coordena o Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento (Marielle) e o Grupo de Estudos sobre Espaço e Cultura (GEEC). E-mail: [arilsonxavier@yahoo.com.br](mailto:arilsonxavier@yahoo.com.br)

abriga o padroeiro do Estado do Maranhão – São José de Ribamar –, e é fortemente marcada por histórias e narrativas de cunho devocional. Não por caso desponta como um espaço buscado por romeiros, peregrinos e turistas.

A saber, o presente estudo foi desenvolvido durante a iniciação científica da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), ano 2021, transcorrida, como se pode presumir, durante o período pandêmico referente à COVID-19. Na oportunidade, respectivamente, o projeto de pesquisa e o plano de trabalho levados à cabo tinham os seguintes títulos: *Quadros geográficos e comunicacionais dos festejos de São José de Ribamar, Maranhão: a cidade, o santuário e as romarias* e *O geossimbolismo do santuário: quadros geográficos dos festejos de São José de Ribamar, Maranhão*. Salientamos ainda que o estudo foi tocado em colaboração com o Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento (Marielle) e com o Grupo de Estudos sobre Espaço e Cultura (GEEC), ambos do Curso de Geografia da UEMA.

**Figura 1: Santuário de São José de Ribamar (em pintura)**

Fonte: Rosiane Bastos (*Rosi Aquarelas*), 2019.

Metodologicamente, as nossas investidas tiveram como essência trabalhos de campo, tão fundamentais à Geografia. Assim, sob a intenção de ver, sentir e escrever sobre o fenômeno religioso abordado (SOUZA, 2017), participamos, observamos e registramos os festejos (GEERTZ, 1989), gerando, de modo particular, aproximações investigativas com devotos e entrevistas com um representante eclesial e com agentes da secretária municipal responsável pelas atividades turísticas. Efetivamente, perscrutar esses agentes facilitou o entendimento da polivocalidade que coexiste naquela realidade.

Como modo de sistematizar as reflexões alcançadas, este texto ainda transcorre por três seções: uma primeira direcionada ao geossimbolismo do santuário e aos festejos; a segunda com ênfase no turismo religioso e no Complexo do Santuário; e, nas considerações finais, postulamos orientações no que ao planejamento turístico-religioso de São José de Ribamar.

## O GEOSSIMBOLISMO DO SANTUÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR E OS FESTEJOS RELIGIOSOS

Situado no centro da cidade, próximo à baía de São José, o Santuário de São José de Ribamar representa o geossímbolo mais marcante no contexto religioso de São José de Ribamar. Por geossímbolo entendemos “um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade (BONNEMAISON 2012, p.109).

Ali se anuncia que um *grande milagre* teria principiado à devoção a São José, ao que resumimos: no contexto da colonização brasileira por parte dos portugueses, um capitão português, em meio a uma tempestade, após ter se desviado de sua rota, esteve prestes a naufragar em plena baía de Guaxenduba – hoje chamada de baía de São José. Tendo invocado a intercessão de São José, o navegador e a sua tripulação viram a tempestade cessar. Grato pela providência do santo, o capitão decidiu erguer naquelas que se tornariam “terras de Ribamar” uma ermida de frente ao mar (REIS, 2001, MIRANDA, 2015). Essa seria, então, a primeira capela de São José de Ribamar.

Sobre este fenômeno de caráter mítico, mas também místico, sobre o qual não nos cabe questionar a autenticidade, e sim compreender como se desenvolve a atração do espaço sagrado, o próprio Santuário relata em sua página virtual:

Tempos depois, sem que ninguém percebesse, os moradores de Anindiba dos Indígenas, hoje Paço do Lumiar, levaram a imagem para a igreja do povoado.

Contudo, misteriosamente, ao amanhecer, notaram que a imagem de São José voltara à sua capela de origem. Mais uma vez os moradores de Anindiba levaram a imagem para sua igreja e colocaram sentinelas para tomar conta. Mas, São José, depois de ter transformado seu cajado em luzeiro, desceu, protegido por santos e anjos, de Anindiba para a capela de Ribamar<sup>3</sup>.

Com o prosseguir da história, entende-se que uma nova capela teria sido construída voltada à cidade, mas a estrutura cedia, sendo reconstruída reiteradas vezes sem que se obtivesse sucesso com a sua manutenção. Assim sendo, o povo teria compreendido que a capela deveria ser reconstruída de frente para o mar, como desejaria o santo.

Fato é que o atual prédio da igreja de São José de Ribamar teve sua a construção iniciada em março de 1915, com conclusão em 1917. Tornou-se Paróquia São José de Ribamar em 29 de abril de 1942, por intermédio das atividades de Dom Carlos Carmello de Vasconcellos Motta, arcebispo de São Luís do Maranhão naquele período, oportunidade na qual se elevou o curato de São José de Ribamar à categoria de Paróquia amovível com o mesmo orago (santo padroeiro) e a mesma Matriz. Por sua vez, em 9 de setembro de 2011, Dom Frei José Belisário da Silva, arcebispo de São Luís do Maranhão, criou o Santuário Arquidiocesano São José de Ribamar (SANTUÁRIO DE RIBAMAR, [201-]).

Diante de todo este quadro, é preciso destacar a carga simbólica que a categoria santuário impõe aos devotos e às festas religiosas desenvolvidas em tal espaço. Das nossas investidas em

---

<sup>3</sup> Ver em: <https://www.santuarioderibamar.org/historico>

campo, em outros espaços e em São José de Ribamar, apuramos que a noção de santuário desponta vinculada à ideia de busca pelo sagrado, cura, agradecimento, irmandade e louvor, podendo o santuário ser lido como lugar de encontro entre irmãos e entre estes e a divindade (SANTOS, 2008; SOUZA, 2009). Tratamos, pois, de um espaço que comporta anseios individuais e coletivos.

Notadamente, o santuário constitui-se num ponto de elevada concretização devocional, por (a)onde chegam, passam e/ou residem romarias, peregrinações e procissões. Configura-se, de maneira geral, num significativo elemento espacial de organização funcional e social das festas religiosas (ROSENDAHL, 2013), um lugar de aparente vigor sagrado.

Um santuário distingue-se de outros lugares religiosos por se reconhecer que aí está presente um grau mais elevado de sacralidade, independentemente da forma concreta que esta manifeste. Até certo ponto cada lugar é único na sua natureza e nas características peculiares de que se reveste numa perspectiva espacial-simbólica; por isso, pode-se entender o santuário, em termos figurativos, como um *regaço coletivo* ou mesmo como uma evocação do *paraíso perdido* [...] (SANTOS, 2008, p.81).

Especialmente em tempos de festejos religiosos é possível perceber a importância que o santuário tem para os fiéis. Em São José de Ribamar, os festejos religiosos são considerados o maior evento festivo da cidade e um dos maiores do Estado. Tradicionalmente, a Igreja Católica festeja São José no mês de março, sendo que em São José de Ribamar acontece em março, mas também, por razões

relacionadas ao período chuvoso na região, em setembro (MIRANDA, 2015; RIBEIRO, 2019).

Nos últimos anos, os festejos religiosos em questão vêm sendo desenvolvidos entre o primeiro dia de setembro e o último domingo do mês, realizando uma programação variada, com relevância das tradicionais missas. Neste tempo, ora as atividades acontecem no interior do Santuário, ora na parte exterior, como percebemos no ano de 2021. Durante os dias de festa são perceptíveis as mudanças na paisagem da cidade. Cartazes com a marca do evento são fixados em pontos estratégicos, há uma intensa circulação de carros e devotos, o comércio *ganha as ruas*, visitantes e moradores se misturam.

De certo é que nos últimos anos a cidade de São José de Ribamar vem sendo pensada enquanto potencialidade religioso-turística, denotando explícitas dinâmicas festivas na Grande Ilha de São Luís. Para tanto, desenvolve intensa política de imagem do seu Santo e Santuário, um dos mais relevantes do Norte-Nordeste brasileiro em homenagem a São José.

## **O TURISMO RELIGIOSO EM RELAÇÃO COM O COMPLEXO DO SANTUÁRIO E A CIDADE**

De início, esclarecemos que a noção de turismo religioso pela qual nos aportaremos valoriza o fluxo de pessoas modelando o território, atribuindo valores e significações religiosas à paisagem, refletindo uma qualidade de turismo que não necessita de legitimação religiosa e que consiste na dinamização do espaço,

tornando-o festivo (SANTOS, 2006). Por este viés, entenderemos que “o turismo religioso – e isso é essencial – não é de religiosos, nem de religião. É um turismo motivado pela religiosidade, pela cultura religiosa” (OLIVEIRA, 2004, p. 52).

Com isso não queremos dizer que o turismo religioso, que para nós também independe de agenciamentos turísticos formais, podendo se dá em romarias organizadas por grupos de religiosos (STEIL, 1996), não possa ser assistido ou mesmo desenvolvido por movimentos eclesiais. Não raro, os santuários urbanos, também chamados de cidades-santuário e de hierópolis (ROSENDAHL, 2009), se autoconstroem neste sentido, incentivando práticas religiosas associadas às visitas turísticas (CARBALLO, 2010).

Feitas as considerações acima, apresentamos como parte constituinte do Santuário de São José de Ribamar o Complexo do Santuário. Esta diz respeito a uma área situada no derredor da igreja matriz e que significa formas simbólicas espaciais religiosas (CORRÊA, 2010) que representam e instituem as práticas de devoção e dão curso às visitas ocorridas na cidade. A saber, o Complexo do Santuário é composto por “Igreja Matriz de São José de Ribamar, Centro Pastoral, Salão Paroquial, Casa dos Milagres, Praça São José (caminho de São José), Concha Acústica, Cripta (sob a Concha), Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, Monumento a São José, Museu dos ex-votos”. (SANTUÁRIO DE RIBAMAR, [201-]). No âmbito do Complexo, ainda propomos o acréscimo da Casa das Velas.

Ao que pudemos perscrutar, defendemos que todos esses pontos, religiosos enquanto convergência, também possuem caráter turístico, pelo menos em potencial. Acrescentada a Casa das Velas, estamos tratando de onze formas simbólicas espaciais religiosas que compõem o Complexo do Santuário (Figura 2). Neste instante, conduzamos nosso olhar pelo Complexo.

**Figura 2: Mapa do Complexo do Santuário**



Fonte: Os autores, 2021.

Partiremos da centralidade que é e representa a Igreja da Matriz de São José de Ribamar, forma central desta investigação e que chamamos de Santuário (item 1 da Figura 2). Situada na dianteira do Santuário, encontraremos a Casa das Velas, ou Velário (item 2 da Figura 2), tão requisitada em termos de pedidos e agradecimentos ao Santo. À direita do Santuário está o Centro Pastoral (item 3 da Figura 2), uma espécie de sede administrativa eclesial. A Casa os Milagres (item 4 da Figura 2), espaço onde se vende uma série de artigos religiosos, ponto de passagem e parada de muitos religiosos e turistas, localiza-se ao lado do Centro Pastoral. Dali, alcançamos a Concha Acústica (item 5 da Figura 2), equipamento este utilizado como palco de grandes eventos religiosos ou não. É interessante destacar a plasticidade arquitetônica da Concha Acústica, sugerindo o formato de uma bíblia aberta. A Cripta (item 6 da Figura 2) encontra-se à lateral direita da Concha, local também utilizado para fins de oração.

Ao caminharmos um pouco, estaremos na Gruta de Nossa Senhora de Lourdes (item 7 da Figura 2), um espaço de devoção secundária que reproduz o imaginário religioso atinado no Santuário de Lourdes, na França, pelo qual o simbolismo místico vincula-se à assistência aos enfermos. Em São José de Ribamar, é onde também se concentram pedintes e acontece interessante dinâmica de doações. Há poucos metros dali, de destacada expressão na paisagem, pelo tamanho, forma e representação, chegamos ao Monumento em homenagem a São José e à Sagrada Família (item 8

da Figura 2). Alocada em frente à baía de São José, como que protegendo a cidade e vislumbrando as terras do Estado do Maranhão no horizonte, cujas o Santo é patrono, o Monumento possui 33m de altura. Por sua vez, o Museu de Ex-Votos (item 9 da Figura 2), abriga-se na base do Monumento a São José.

Espaço amplo, situado entre o Santuário e a Concha Acústica, onde as pessoas se concentram em período de festa, tocamos à Praça de São José (item 10 da Figura 2). Nesta Praça destaca-se o denominado Caminho de São José, um conjunto de imagens composto por oito estações que contam a história da Sagrada Família de Nazaré, Jesus, Maria e José. O Caminho destaca a história do pai adotivo de Jesus no cumprimento de sua missão e vocação. Em termos cénicos, vale dizer que a iluminação das imagens, algo notado sobretudo no período noturno do dia, propicia determinado requinte de admiração. E, por fim, fazemos alusão ao Salão Paroquial (item 11 da Figura 2), espaços de reuniões, missas e eventos outros.

Ao darmos cabo a esta apresentação do Complexo do Santuário, frisando a sua compactação espacial, defendemos que este é uma alternativa essencial para o fortalecimento do turismo religioso em São José de Ribamar. Referimo-nos a espaços que têm importantes papéis religiosos e, quando visitados, torna-se evidente a carga simbólica que condensam. Em todo caso, apesar de ser perceptível que ali o turismo religioso se desenvolve espontaneamente, uma vez que os indivíduos se direcionam à cidade devido à religiosidade e pela cultura religiosa (OLIVEIRA, 2004), faz-

se mister pensar em meios para fazer alavancar as possibilidades do referido destino. Sobre tal tema, amparados pelas entrevistas, discorreremos a partir de então sobre perspectivas de lideranças eclesiais e governamentais da cidade.

### **PERSPECTIVAS ECLESIAIS E GOVERNAMENTAIS**

De modo específico, realizamos duas entrevistas. A primeira aconteceu na sede da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, no dia 30 de setembro de 2021, onde tivemos a oportunidade de entrevistar o secretário da SEMTUR, o senhor Urubatan Lima De Melo Neto, e a secretária adjunta de turismo e cultura, Poliana Ferreira Paixão. Em nossos diálogos iniciais, o secretário debateu sobre a relação da cidade com o turismo religioso, dando importância especial ao Santuário, ao Monumento a São José e da ligação do Santo com o Estado, pois, como ele bem afirmou: “*ele é o padroeiro do Maranhão e merece ser pensado por esta dimensão, grande, não é mesmo!?*”.

A respeito da promoção do turismo religioso entre o município e o Estado, os representantes da Secretaria colocaram que o turismo religioso em São José de Ribamar já consolidado, mas que vêm trabalhando para melhorar as condições pelas quais a oferta se estrutura. Ademais, a Secretaria esclareceu a sua atenção não residia somente em tal tipologia de turismo, pois o território ribamarense seria amplo, apresentando, portanto, potenciais para a prática de outros tipos de turismo, a exemplo do turismo náutico, turismo de

aventura, turismo gastronômico, turismo de contemplação, turismo cultural e o turismo rural, alguns destes já endossados e/ou ensaiados para o futuro.

Como percebemos nas nossas observações de campo e por meio da entrevista, é possível afirmar que, pelo menos no período dos festejos religiosos, a Secretaria vem realizando investidas para que o turismo religioso tenha uma projeção maior em São José de Ribamar. Em 2021, por exemplo, folders tratando de turismo religioso foram distribuídos e uma equipe da Secretaria esteve presente na festa no intuito de informar os visitantes sobre aspectos gerais da cidade e dos festejos. A bem da verdade, os agentes da Secretaria, ainda que se dizendo sabendo do tamanho do desafio, falaram do desejo que tinham em ver São José de Ribamar projetando-se em nível nacional, quiçá internacional. Foi assim que mencionaram *“Aparecida, São Paulo, e a festa do Círio de Nazaré, Belém, são como “grandes espelhos para nós [...] É um sonho”*.

Em relação à rede de hotéis e restaurantes, os entrevistados disseram que esta é uma questão que, sem dúvidas, pode melhorar, sendo necessário buscar e fechar parcerias logo que a pandemia do Covid-19 arrefecer. Nas suas visões, os turistas (religiosos) merecem este bom tratamento. Na continuidade das reflexões, a Secretaria informou que as ditas *“parcerias terão o intuito de capacitar os trabalhadores e estruturas os estabelecimentos e atrair a construção de novos equipamentos, podendo, assim, gerar renda para a população local e valorizar os atrativos da cidade”*. Embora também nos tenham

dito que algumas negociações já foram iniciadas neste sentido, não tomamos conhecimento de políticas concretas.

Ao falarmos sobre a importância dos meses de março e setembro para o turismo religioso para o turismo na cidade, os nossos interlocutores começaram destacando que *“são momentos essenciais para expressão da religiosidade, e que em março encontramos, sobretudo, os denominados ‘devotos fervorosos’, e que em setembro já tem uma mescla maior, com a presença de muitos moradores, devotos, peregrinos e, sim, muitos turistas”*.

Desenvolvemos também uma entrevista como o representante eclesial, Pe. Gutemberg Feitosa, vice-reitor do Santuário, no dia 8 de dezembro 2021, no centro pastoral, em São José de Ribamar. Provocado por nossas questões, o Padre iniciou discorrendo sobre a importância das romarias para os festejos. O mesmo lembrou que *“as romarias são formas de exercer a fé, um momento devocional essencial para cidade e o Santuário”*.

No tocante ao simbolismo da cidade para o povo ribamarense, devotos e turistas, o Padre colocou que é indissociável a história do lugar com relação ao Santo, ao ponto de afirmar que *“das muitas características da cidade, a religiosidade é fundamental no reconhecimento da identidade dessas terras e pessoas”*. O turismo religioso, por sua vez, para o Clérigo, apesar de ser *“uma das molas econômicas da cidade”*, precisaria ser problematizado entre Igreja, Prefeitura, Estado e o comércio local. Neste contexto, dispensou as seguintes palavras: *“o Estado também precisa apoiar, subsidiando*

*para que essa experiência seja da melhor forma possível. Para isso é preciso de melhores estradas, criar acessos, segurança nos pontos turísticos e outras ações”.*

O Padre ainda asseverou que *“para pensar em um turismo religioso é importante melhorar a rede de hotéis, já que existem quatro festas para São José ao longo do ano; mas setembro é a mais emblemática, e é preciso que tenha uma rede de hotéis que suporte altas demandas”*. Por outro lado, reconheceu que a cidade e a Igreja eram carentes de guias de turismo especializados em questões religiosas, mas que a Igreja buscava alternativas para sanar tal falta. Como? O próprio responde: *“nós treinamos nossa equipe de funcionários para que bem repassem informações da maneira mais correta possível. Pensado para que a atividade turística fique mais interessante, é preciso capacitar uma equipe de guias e implementar roteiros turísticos e religiosos”*.

Seguindo o patamar de discussão realizado até então, na sequência realizaremos uma breve sistematização feita a partir das percepções e investigações gerais que empreendemos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Reservamos como palavras finais deste trabalho pontuais orientações quanto ao planejamento turístico-religioso de São José de Ribamar. De certo, tais orientações valorizam a história do Santuário e dos festejos, as formas simbólicas espaciais envolvidas no Complexo do Santuário e as noções de geossimbolismo e turismo

religioso. Neste bojo, temos como referência os estudos de Rosendahl (2007), para quem, ao investigarmos espaços de cunho religioso, é preciso que levemos em consideração três dimensões de análise: a dimensão do lugar, a dimensão política e a dimensão econômica.

De início, apontamos como sendo de fundamental relevância um *estudo do perfil dos visitantes de São José de Ribamar*. É preciso saber quem são os visitantes da cidade e dos festejos. De onde vêm? Quais as suas motivações e expectativas? São devotos? Turistas? Devotos turistas? Excursionistas? Como ocorrem as suas viagens e logísticas na cidade? Quais são os sítios de interesse? Têm críticas e/ou elogios? Quais as suas apreciações acerca das diferentes valências da cidade de São José de Ribamar? As questões poderiam ser estendidas, contudo, o que queremos por ora é sinalizar a importância deste estudo para fins de planejamento político do destino em debate (SANTOS, 2006).

Um *trabalho coordenado entre as secretarias de turismo municipal, estadual, administração do Santuário e setor privado* é outra condição interessante ao desenvolvimento do destino religioso-turístico São José de Ribamar. Em campo, notamos que este estreitamento necessita de uma melhor problematização. O setor privado, que bem lucra com a festa, precisa se enxergar melhor enquanto agente corresponsável pela produção dos festejos. A parceria entre esses agentes deve pensar a festa de março, de setembro e as festividades natalinas, nas quais a família de Jesus é realçada. Nesta conjuntura, a parceria tende a ser valiosa em termos

de infraestrutura, urbanismo e embelezamento paisagístico, segurança, mídia, entre outras frentes. Uma dessas se refere à melhoria e qualificação da rede hoteleira, bares e restaurantes.

A terceira orientação sobre a qual discorreremos ganha corpo na *criação e difusão de outras tipologias de turismo em associação com o turismo religioso*. Assistimos hoje uma grande concorrência dos destinos turísticos. De tal modo, as cidades precisam se preparar e diversificar as suas ofertas de visitação. É nestes termos que defendemos que o turismo religioso em São José de Ribamar crescerá na medida em que outras tipologias de turismo forem endossadas e difundidas, a exemplo de como vem instigando a SEMTUR com relação ao turismo de sol e praia, ao turismo náutico, ao turismo de aventura e ao turismo gastronômico.

*A implementação de roteiros turístico-religiosos no Santuário e no âmbito do Complexo do Santuário* é mais uma alternativa possível de crescimento. Na nossa concepção, no mínimo dois roteiros turístico-religiosos podem, rapidamente, se tornar realidade profissional. O primeiro diz respeito a um roteiro proposto no âmbito da parte interna do Santuário, aproveitando a riqueza histórica, cultural, religiosa e folclórica gravada nos seus vitrais, tão físicos quanto simbólicos (SOUZA; SANTOS, 2022). O segundo roteiro se refere à potência e plasticidade do Complexo do Santuário, afinal, como muitas vezes escutamos em campo: “está tudo ali”. De modo profissional, faz-se mister organizar guiamentos fundamentados no intuito de rememorar a história mítica e mística

da cidade. Este trabalho pode ser feito tanto por agentes ligados à Igreja, como por agentes vinculados ao setor do turismo.

*Potencializar as mídias do Santuário* é a última orientação que aqui dispensamos. Enquanto atividade contemporânea, o turismo em muito se estrutura pelo poder midiático dos lugares. Isso também é uma verdade com os lugares de evidência religiosa. Relevantes cidades-santuário não só sabem disso como agem para que as suas mensagens possam ecoar pela internet, televisão, rádio, jornal etc. Como que num jogo de retroalimentação, neste caso, a difusão é propensa à atração. No que pese ao Santuário de São José de Ribamar ter alavancado suas ações midiáticas durante a pandemia, torna-se salutar acrescer o investimento em plataformas digitais a fim de que seu engajamento cresça com o público virtual.

Em todo caso, do aproveitamento das cinco orientações colocadas, destacamos que a identidade da cidade de São José de Ribamar corresponde à pujança da devoção que ali se desenvolve, o que faz daquele lugar uma paisagem cultural impressionante, política, não por natureza, mas resultado das combinações de mundos que se tocam no território. Do passado ao futuro, do sagrado ao profano, do estritamente religioso ao econômico, da mais autêntica peregrinação ao turismo religioso: *Ribamar* está lá; em Santuário, festejo e para turista crer.

## REFERÊNCIAS

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia cultural: uma antologia I**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

CARBALLO, Cristina Tereza. Hierópolis como espacios em construcción: las prácticas peregrinas en Argentina. In: ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Trilhas do sagrado**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

CORRÊA, Roberto, Lobato. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, 8 fev. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13530/8730>. Acesso em: 09 de nov. 2021.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1989.

MIRANDA, Antônio. **Lenda de São José de Ribamar**. São José de Ribamar, MA: Paróquia de São José de Ribamar, 2015.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. **Turismo religioso**. São Paulo: Aleph., ABC do turismo, 2004.

REIS, José Ribamar Sousa dos. **São José de Ribamar: a cidade, o santo e sua gente**. São Luís, 2001.

RIBEIRO, Jorlany Thainá Martins. **A romaria dos motoqueiros em São José de Ribamar – MA: experiências no catolicismo popular**. Monografia (graduação) – curso de história, UEMA, 2019.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço, cultura e religião: dimensões de análise. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **Hierópolis: o sagrado e o urbano.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

\_\_\_\_\_. Os caminhos da construção teórica: ratificando e exemplificando as relações entre espaço e religião. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia cultural: uma antologia II.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

SANTOS, Maria das Graças Mougá Poças. **Espiritualidade, Turismo e Território: Estudo Geográfico de Fatima.** Estoril: Principia, 2006.

\_\_\_\_\_. Os santuários como lugares de construção do sagrado e de memória hierofânica: esboço de uma tipologia. In: ROSENDAHL, Zeny. CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Espaço e Cultura: pluralidade temática.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

SANTUÁRIO DE RIBAMAR. **Histórico.** In: paróquia e santuário de São José de Ribamar. São José de Ribamar, [201-]. Disponível em: <https://www.santuarioderibamar.org/historico>. Acesso em: 2 nov. 2021.

SOUZA, José Arilson Xavier de. **A resignificação religiosa do turismo regional: um estudo geográfico-cultural do Santuário de Fátima da Serra Grande.** 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

\_\_\_\_\_. **Espaços de peregrinação: ver e sentir o sagrado na Romaria de Nosso Senhor do Bonfim – TO.** 2017. 229 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SOUZA, José Arilson Xavier de; SANTOS, José de Ribamar Carvalho dos. **Artegeografia devocional: pelos vitrais do santuário de São José de Ribamar, Maranhão, Brasil.** 2022. [no prelo – UNQ, Argentina].

STEIL, Carlos Alberto. **O sertão das romarias**: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa – Bahia. Petrópolis: Vozes-CID, 1996.

CIÊNCIAS HUMANAS

# HISTÓRIA

**A HISTÓRIA DOS TEMPOS DE HOJE E OS CORPOS FEMININOS QUE AINDA SÃO MARCADOS: fatores associados à violência contra a mulher no Leste maranhense entre 2000 e 2016**

Rebecca Kauanne Mourão Mendes<sup>1</sup>

Jakson dos Santos Ribeiro<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de um trabalho iniciado pelo Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), que busca tabular o perfil do agressor e os fatores que ocasionam e resultam na violência que as mulheres da Região Leste do Maranhão vêm sofrendo ao longo do recorte temporal de 2000 a 2016, por meio de órgãos da saúde, pesquisas e estatísticas que visam datar esses casos. É importante ressaltar que a violência contra a mulher existe em diversas formas e atinge diferentes classes sociais, credos e grupos econômicos. Só para citar um exemplo, dentro do ambiente doméstico, segundo a Lei

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso História - Licenciatura, da Universidade Estadual do Maranhão, campus Caxias, CESC-UEMA, bolsista PIBIC- FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão). Email: [rebeccamendes1919@gmail.com](mailto:rebeccamendes1919@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor Adjunto II da Universidade Estadual do Maranhão (CESC/UEMA). Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Email: [noskcajzaionnel@gmail.com](mailto:noskcajzaionnel@gmail.com).

Maria da Penha<sup>3</sup>, uma mulher pode sofrer violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Neste contexto, torna-se necessário discutir a questão de gênero, que surgiu como importante reflexão para o feminismo.

No fim dos anos 1940, a filósofa francesa Simone de Beauvoir afirmou que “ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher”. Ao afirmar isso, ela contesta o pensamento determinista do final do século XIX que usava a biologia para explicar a inferiorização do sexo feminino e as desigualdades sociais entre os gêneros. Para a filósofa, o “ser mulher” é uma construção social e cultural. Para Saffioti “Rigorosamente, os seres humanos nascem machos ou fêmeas. E através da educação que recebem que se tornam homens e mulheres” (SAFFIOTI, 1987, p. 10).

Depois de clarificados os conceitos e de se perceber como a violência doméstica se tornou um objeto de estudo, do que realmente se trata e quais as suas principais manifestações, será útil compreender como surge e como se mantêm as relações violentas, quais os seus mecanismos de base e o porquê de tais abusos. Em seguida, irão ser apresentados alguns modelos teóricos que se

---

<sup>3</sup> A lei nº 11.340, de 7 De agosto De 2006, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do 8o do art. 226 da Constituição Federal, da convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher; dispõe sobre a criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher; altera o código de processo penal, o código penal e a lei de execução penal; e dá outras providências.

debruçaram sobre a temática procurando explicar a origem e manutenção deste problema.

Efetivamente, parece lógico pensar que se o objetivo é desenvolver um modelo explicativo que embarque o fenômeno complexo que é a violência doméstica, este deva incluir dados não só relativamente ao indivíduo, mas também ao seu contexto, ao estilo de vida do casal, às características das relações interpessoais que se estabelecem com os mais próximos e a quantidade de interação com os mesmos (CARRASCO, 2004), servindo estes modelos como uma espécie de avaliação de possíveis fatores de risco contribuindo para a explicação e predição de comportamentos agressivos e violentos.

Estudos evidenciam que entre 60% e 70% dos homicídios de mulheres correspondem a feminicídios e as vítimas são jovens, pobres, pertencentes a minorias étnicas, migrantes e trabalhadoras sexuais, portanto, atingem predominantemente as vulneráveis (CARCEDO, 2010; SCHRAIBER, GOMES, COUTO, 2005).

Sob diversas formas e intensidades, a violência doméstica e familiar contra as mulheres é recorrente e presente no mundo todo, motivando crimes hediondos e graves violações de direitos humanos. As taxas de mulheres agredidas fisicamente pelo parceiro em algum momento de suas vidas, variaram entre 10% e 52% (OMS, 2005). Como destaca Saffioti (1987, p. 7): “Ora, no momento em que o homem entender que também ele é prejudicado pelas discriminações praticadas contra as mulheres, a supremacia masculina estará ameaçada”.

No Brasil, a pesquisa sobre Tolerância Social à violência contra as mulheres realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2014, informou que os entrevistados na proporção de 63% concordam que os casos de violência contra a mulher devem ser discutidos entre os membros da família, 89% informaram que “roupa suja deve ser lavada em casa” e, 82% consideram que “briga entre marido e mulher ninguém mete a colher”, o que ocasiona ainda mais a violência em torno de uma sociedade altamente patriarcal, envoltos em um único pensamento da mulher ser propriedade do homem e ela se restringir a uma casa.

Não obstante todas estas diferenças, que tornam, a vida de mulher mais ou menos difícil, a responsabilidade última pela casa e pelos filhos é imputada ao elemento feminino. Torna-se, pois, clara a atribuição, por parte da sociedade, do espaço doméstico a mulher. Trabalhando em troca de um salário ou não, na fábrica, no escritório, na escola, no comércio, ou a domicílio, como é o caso de muitas mulheres que costumam, fazem crochê, tricô, doces e salgados, a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação educação dos filhos. Assim, por maiores que sejam as diferenças de renda encontradas no seio do contingente feminino, permanece esta identidade básica entre todas as mulheres.” (SAFFIOTI, 1987, p. 9)

Com isso, a autora mostra estruturalmente e historicamente quanto são pungentes as diversas visões patriarcais sobre o lugar social de uma mulher e o quanto ela é tratada como objeto. Nos diversos meios acadêmicos, sociais e políticos, a luta pelo reconhecimento do fenômeno da violência contra a mulher e pela criação de uma política nacional de seu enfrentamento é urgente e de suma importância. Portanto, o presente texto aborda a temática

de violência contra a mulher na região Leste Maranhense, destacando quais os órgãos e medidas públicas existentes, tendo como objetivo geral apresentar o perfil do agressor que envolve questões de gênero e apresentar os fatores que levam o transgressor a cometer a violência contra a mulher.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Para a concretização desta pesquisa foi imprescindível o desenvolvimento envolto nas seguintes etapas: a realização de leituras, fichamentos e análise de bibliografia pertinente à temática; coleta de dados e fichas de mulheres (Pesquisa documental) que registraram queixa no recorte temporal proposto (Ministério da Saúde, IBGE, Sistema de informação do município, periódicos brasileiros, artigos, livros, teses); uso de dados das Secretarias da Mulher existentes em todos os municípios que fazem parte da pesquisa; e a organização dos dados obtidos em formulários com todas as informações necessárias de qualquer violência.

Primeiramente, para o início da pesquisa, foi feita uma pesquisa em livros, artigos, teses, relacionadas às temáticas sobre gênero e violência contra a mulher, assim como o contexto histórico que foi inserido até chegar nos dias de hoje.

Foram realizados fichamentos de livros, artigos, cartilhas, indicadores e mapas da violência no âmbito nacional e estadual, para conseguir mais dados dos municípios do Leste maranhense, ainda que não tenhamos muita informação de violência na internet sobre

esses municípios. Devido ao período pandêmico no momento em que a pesquisa foi realizada, foi impossibilitada uma pesquisa de campo para uma maior catalogação dos dados.

Os resultados desta pesquisa foram obtidos com ajuda de pesquisa exploratória em sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério Público, Governo do Maranhão e Secretaria Estadual e Municipal da Mulher, além de Mapas e Cartilhas da Violência. É importante ressaltar que as informações dos casos de violência contra a mulher em algumas cidades aqui propostas só aparecem por conta do número da população demográfica que é relativamente grande comparado a outras cidades que possuem no máximo a faixa de 20.000 habitantes segundo dados do IBGE, concluindo assim que muitas cidades precisam de planos de políticas e órgãos que mapeiem e protejam essas mulheres de agressões de seus familiares e companheiros. Portanto, o que foi possível traçar em relação ao perfil do agressor, e também da vítima, foi a partir de dados em sua maioria em âmbito estadual, não sendo possível elaborar o perfil do agressor em cada cidade do leste maranhense, uma vez que as informações municipais são bastante escassas, e o meio pandêmico que vivemos também dificultou essa coleta.

Foi executada uma pesquisa acerca da quantidade e quais cidades dispõem desses órgãos de proteção à mulher na região Leste maranhense, sendo eles: Delegacias de proteção a Mulher (DEM); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);

Secretarias Municipal de Políticas Públicas para Mulheres (SMM); Núcleos Regionais e Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM).

Foram pesquisados também os casos de violência registrados nos municípios entre 2000-2016 no Ministério Público e Ministério da Saúde, porém, 75% das cidades pesquisadas não possuem informações e nem fichas de casos de violência contra a mulher em sites públicos, e nem casos que apontam o perfil do agressor de cada denúncia, e os inquéritos que possuem são da capital do Estado.

De acordo com a pesquisa exploratória do leste maranhense, nota-se que a violência de gênero mostrou-se ser um evento frequente na vida dessas mulheres vivenciado por um ciclo vicioso entre os casais com maior tempo de relacionamento, sendo o parceiro/companheiro íntimo apontado como principal agressor, e os sites do estado do Maranhão somente disponibilizaram 10 Planos Municipais de Políticas Públicas para Mulheres entre os anos de 2013 e 2015.

## **DISCUSSÃO**

A partir dos textos lidos, foi possível compreender como os estudos de gênero se tornaram uma categoria histórica, cuja pesquisa e investigação tem resultado muito investimento intelectual. Assim, enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em vários âmbitos, como aparelho relativo (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais qualificadoras de representações, conceitos normativos;

como grade de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (SAFFIOTI, 1992; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995), e o que difere essas relações são a hierarquia e o patriarcalismo da sociedade ligada ao machismo enraizado, de acordo com Saffioti no livro “Gênero, violência e patriarcado”, reeditado no ano de 2015.

De um modo geral, os estudos indicam que se manifesta numa série de condutas que são resultado de fatores biológicos e da personalidade, relacionados com uma série de antecedentes familiares e outros fatores ambientais. O conceito clínico de psicopatia repousa na presunção de que existem certos indivíduos que partilham um conjunto de traços de personalidade associados a certos sintomas. Cleckley apresentou um perfil de psicopatia, indicando que os traços mais significativos da perturbação são: (1) encanto superficial e boa inteligência; (2) inexistência de alucinações ou de outras manifestações de pensamento irracional; (3) ausência de nervosismo ou de manifestações neuróticas; (4) ser indigno de confiança; (5) ser mentiroso e insincero; (6) egocentrismo patológico e incapacidade para amar; (7) pobreza geral nas principais relações afetivas; (8) vida sexual impessoal, trivial e pouco integrada; (9) ausência de sentimento de culpa ou de vergonha; (10) perda específica do *insight*; (11) incapacidade para seguir qualquer plano de vida; (12) ameaças de suicídio raramente cumpridas; (13) raciocínio

pobre e incapacidade para aprender com a experiência; (14) comportamento fantasioso e pouco recomendável com ou sem ingestão de bebidas alcoólicas; (15) incapacidade para responder na generalidade das relações interpessoais; (16) exibição de comportamentos antissociais sem escrúpulos aparentes. Para este autor, a principal característica do psicopata é a deficiente resposta afetiva face aos outros, o que explicaria a forte relação com condutas antissociais. É no trabalho de Cleckley (1941/1976) que se baseiam as definições mais recentes de psicopatia, principalmente as que se inserem numa vertente clínica do conceito (GONÇALVES, 2002; SOEIRO & GONÇALVES, 2010).

Há vários tipos de violência segundo a Lei Maria da Penha que os tipifica (Lei nº 11.340/2006), tais como: **violência física** (bater, espancar, empurrar, atirar objetos, sacudir, morder ou puxar os cabelos, mutilar, torturar, usar arma branca como faca ou ferramentas de trabalho, ou de fogo); **violência psicológica** (xingar, humilhar, ameaçar, intimidar e amedrontar; criticar continuamente, desvalorizar os atos e desconsiderar a opinião ou decisão da mulher; debochar publicamente, diminuir a autoestima; tentar fazer a mulher ficar confusa ou achar que está louca; controlar tudo o que ela faz, quando sai, com quem e aonde vai; usar os filhos para fazer chantagem); **violência sexual** (forçar relações sexuais quando a mulher não quer ou quando estiver dormindo ou sem condições de consentir; fazer a mulher olhar imagens pornográficas quando ela não quer; obrigar a mulher a fazer sexo com outra(s) pessoa(s);

impedir a mulher de prevenir a gravidez, forçá-la a engravidar ou ainda forçar o aborto quando ela não quiser); **violência patrimonial** (controlar, reter ou tirar dinheiro da mulher; causar danos de propósito a objetos; destruir, reter objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais e outros bens e direitos); **violência moral** (fazer comentários ofensivos na frente de estranhos e/ou conhecidos; humilhar a mulher publicamente; expor a vida íntima do casal para outras pessoas, inclusive nas redes sociais; acusar publicamente a mulher de cometer crimes; inventar histórias e/ou falar mal da mulher para os outros com o intuito de diminuí-la perante amigos e parentes).

O estudo também demonstra que em 76,1% das mortes, o instrumento do crime foi um objeto cortante, uma arma branca. A arma de fogo foi usada em 49,2% das ocorrências. Outro detalhe identificado no levantamento é que 61,2% dos agressores usam mais de uma forma de agredir a vítima, como golpes físicos (31,3%), estrangulamento (23%) e esganadura (13%). Os ferimentos são causados por objetos que estão ao redor, no ambiente do crime. Uma faca da cozinha, uma ferramenta, fios, qualquer objeto que esteja a mão. O fato do agressor não ter arma de fogo não impede que o crime ocorra, e diferentemente de outros tipos de homicídios, onde só se usa arma de fogo ou só arma branca, no feminicídio é usado mais de um tipo de ação. Começa com uma agressão e segue, a não utilização de veneno ou de outro método que precisaria de uma premeditação,

mostra que é tudo no calor da emoção, o agressor age quando atinge um ápice.

Foi visto que ao contrário do que parece ao senso comum, uma boa parte das pessoas que vivem em situações de violência tentaram por diversas vezes romper com a mesma. Mas muitas vezes tais pessoas não foram bem-sucedidas pelas fragilidades psicossociais, bem como pelas limitações das instituições às quais recorreram. Sendo o destino da maioria das mulheres, que por um motivo ou outro o utilizam, os serviços de saúde deveriam constituir-se como um local de acolhimento e elaboração de projetos de apoio. Não deviam, pois, serem mais um obstáculo na tentativa empreendida pelas mulheres de transformação de sua situação. Fica aqui a certeza de que com um serviço básico de saúde bem implementado de profissionais competentes para tal atendimento o fenômeno da violência poderia ser melhor visualizado, podendo ser delimitado e, posteriormente, prevenido e tratado.

É necessário que a situação de violência enunciada seja acolhida, qualificada e tratada com respeito, ética e sigilo. Sendo a violência um problema com sérias consequências para a saúde, ela é uma situação que extrapola em muito esta esfera e continua sendo uma situação de vida, com toda a complexidade que isto implica. A pressa dos profissionais de saúde em tratar o problema pode ser prejudicial ao paciente. Essa pode ser diagnosticada como uma outra violência, já que é capaz de desrespeitar e cronificar a trajetória de sofrimento da pessoa. Qualificar a violência como algo indesejado e

inaceitável abre possibilidades de transformação pela consciência do processo a que está submetida. Então, resta ao profissional possuir a qualificação necessária para saber em que casos agir e como deverá ser essa ação.

O presente projeto foi iniciado com a pesquisa e aprofundamento das questões de gênero e violência contra a mulher no âmbito geral, ou seja, a nível nacional, e foi aprofundada a Região Leste Maranhense, que corresponde às mesorregiões e municípios (44 cidades) do estado que são: Caxias, Chapadinha, Timon, Coroatá, Codó, Coelho Neto, Araisos, Parnarama, Colinas, Matões, Urbano Santos, São Bernardo, Buriti, Timbiras, Alto Alegre do Maranhão, Aldeias Altas, São João do Sóter, Santa Quitéria do Maranhão, Buriti Bravo, Peritoró, Paraibano, Mirador, Magalhães de Almeida, Pastos Bons, Passagem Franca, Barão de Grajaú, São benedito do Rio Preto, São João dos Patos, Mata Roma, Anapurus, Santana do Maranhão, Água Doce do Maranhão, São Francisco do Maranhão, Duque Bacelar, Lagoa do Mato, Capinzal do Norte, Sucupira do Norte, Jatobá, Milagres do Maranhão, Belágua, Afonso Cunha, Sucupira do Riachão e Nova Iorque.

De acordo com a pesquisa exploratória, os sites do estado do Maranhão somente disponibilizaram 10 Planos Municipais de Políticas Para as Mulheres, baseado no Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, criado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/ PR, 2005), que compreendem as cidades de: Caxias, Chapadinha, Parnarama, Pastos

Bons, São Benedito do Rio Preto, São João dos Patos, São João do Sóter, Timon, Colinas e Aldeias Altas, para mulheres entre os anos de 2013 a 2015/2016, arquivos esses disponibilizados pela Secretaria Estadual da Mulher (SEMU), observa-se que não houve muitas mudanças nas cidades, mas que os casos e denúncias de agressões registrados só aumentaram, sendo as mais comuns: abuso sexual, estupro, ameaças, agressão física e maus tratos.

Foi executada uma pesquisa acerca da quantidade, e quais cidades dispõem desses órgãos de proteção à mulher na região leste maranhense, sendo eles Delegacias de proteção à mulher (**DEM**); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (**CREAS**); Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres (**SMM**); Núcleos Regionais e Centro de Referência de Atendimento à Mulher (**CRAM**). Foi pesquisado também os casos de violência registrados nos municípios entre 2000-2016 no Ministério Público, Ministério da Saúde, porém 75% das cidades pesquisadas não possuem informações e nem fichas de casos de violência contra a mulher em sites públicos, e nem casos que apontam o perfil do agressor de cada denúncia, e o acesso às informações a respeito de gênero e suas questões é altamente escassa e muito precisa ser feito, pois sem órgãos que lutem pelas mulheres não existem leis e nem métodos para as mesmas serem respeitadas e colocadas igualmente na sociedade em relação aos opressores. Isso mostra que ao longo dos anos os agressores se sentem mais confortáveis em cometer a violência contra as mulheres, sendo os seus principais agressores

familiares e cônjuges, o que se torna um problema público a ser combatido pelos órgãos do município.

## RESULTADOS

Esta pesquisa teve por fim pesquisar e catalogar os dados de violência contra a mulher compreendendo as 42 cidades do leste Maranhense, porém, por causa dos meios pandêmicos no qual fomos inseridos neste período anual, não foi possível a pesquisa de extensão em Secretarias e Delegacias, pois de início faríamos uma pesquisa de campo, e os e-mails enviados às Secretarias da Mulher de todos os municípios da região Leste Maranhense não foram respondidos, e os dados coletados foram de sites vinculados ao Ministério Público do Maranhão e do Governo do Maranhão, em especial a Secretaria Estadual da Mulher (SEMU).

Foi concluído que existem muitas cidades que não detém de órgãos e políticas de defesa e proteção à mulher e nem Secretarias da Mulher, e nem nos casos a qual são vítimas de violência, no máximo possuíam uma Delegacia Civil, pois como se sabe, delegacias que não têm por finalidade a proteção a mulher exercendo ainda um poder machista e não prestam o devido apoio que a vítima necessita, muitas por serem cidades pequenas com menos de 20.000 habitantes, e as que detinham de muitos órgãos e informações eram cidades literalmente grandes e estruturadas.

Destacaram-se as violências física e psicológica entre os tipos mais prevalentes desse estudo, e o uso de álcool foi frequentemente

associado aos atos violentos. Tal fato reforça a necessidade de políticas públicas, inerentes ao controle desse exacerbado consumo, que promovam mudança de comportamentos e ambientes saudáveis, por meio da educação em saúde que possam favorecer melhores estilos de vida na comunidade. Outro fator marcante é a questão de ciúmes e da não aceitação do fim do relacionamento, fazendo assim com que pensa que a mulher é sua propriedade e por isso ele pode fazer o que quiser, pensamentos esses frutos do patriarcado enraizado, disfarçados de cuidado e amor.

Diante do exposto, percebe-se que é imprescindível compreender o perfil do agressor e dos fatores associados à violência, para que profissionais de saúde e a sociedade em geral possam desenvolver medidas fundamentadas e interventivas para a prevenção, promoção da saúde e assistência das mulheres, aprimorando a rede de cuidados e de atendimento das vítimas em situação de violência.

De acordo com os planos dos municípios disponíveis publicamente, o perfil da mulher vítima de violência doméstica, na sua maioria, são negras, desempregadas, solteiras e/ou casadas, entre 35 a 59 anos (41,74%); seguida das mulheres entre 26 e 34 anos (31,20%); e das mulheres entre 18 a 25 anos (22,82%) e acima de 60 anos (1,74%). “Apreende-se com essas características que a natureza da união reforça um perfil social de mulheres afetivamente ligadas ao ser agressor, o que denota a dificuldade das vítimas de romper com a situação ou mesmo de perceber que estão em um relacionamento

abusivo” (Vara da Mulher, 2019), aponta a pesquisa das cidades mapeadas.

Em relação aos agressores, a pesquisa mostrou 33,2% dos homens apontados como agressores eram ex-companheiros das vítimas, e em relação à faixa etária, a maioria dos agressores tem entre 26 e 34 anos (29,96%), entre 35 e 43 anos (29,79%) e por fim, entre 44 e 52 anos (14,19%). O estado civil dos autores de agressão revela 41,08% de solteiros; 19,34% em união estável; 17,84% casados e 5,23% divorciados.

De acordo com os dados das Secretarias municipais percebemos que ainda existe uma desvalorização de órgãos e medidas de proteção à mulher, pois vemos que existem leis e projetos para melhorar sua qualidade de vida e segurança de acordo com as informações publicadas pelo Governo, mas é algo utópico que só está no papel, e na prática vemos que até os municípios analisaram essa situação de qualquer forma, porque notamos a diferença na escrita de cada plano, como se tivesse feito de qualquer jeito, muitos sem as devidas informações necessárias.

Apesar do recorte temporal, 2000 a 2016, observa-se que não houve muitas mudanças nas cidades, mas que os casos e denúncias de agressões registrados só aumentaram, e que a falta de informação a respeito de gênero e suas questões é preocupante e muito ainda precisa ser feito, pois sem órgãos que lutem pelas mulheres não existe leis, e nem métodos para as mesmas serem respeitadas e colocadas igualmente na sociedade em relação aos opressores.

Enquanto os homens não se policiarem e se desconstruírem acerca de uma história e modos herdados de gerações passadas, haverá uma dominação e manipulação em cima do sexo feminino, assim como alienaram as mesmas a duvidarem de sua capacidade, que muito já se tem avançado, mas ainda assim há muitas barreiras a serem destruídas, sendo assim uma luta diária e contínua, mas não impossível de vencer.

## REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Carina Tatiana Menchero. **Perfil Psicopatológico de Agressores Conjugais e Fatores de Risco**. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Sociais e Humanas, Psicologia Clínica e da Saúde, Universidade da Beira Interior, Portugal, 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS 55ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA -**Mapa da Violência contra a Mulher**, 2018, 79 p.

CARCEDO A, **No olvidamos ni aceptamos: feminicídio em centro America**. 2000-2006 San José: CEFEMINA; 2010.

CARRASCO, J. C. Violencia física, psicológica y sexual en el ámbito de la pareja: papel del contexto. **Clinica y Salud**, 1 (15), 33-54, 2004.  
GONÇALVES, R. **Delinquência, crime e adaptação à prisão**. Coimbra: Quarteto, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Secretaria de Estado da Mulher** – SEMU. Rede de enfrentamento e atendimento às mulheres em situação de violência pela Secretaria de Estado da Mulher (Todos os municípios do Maranhão), 220 p. 2013-2016.

LAURETIS, Teresa. The technology of gender, In: LAURETIS, T. de . **Technologies of gender**. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press, 1987, p. 1-30.

LIARA, Cíntia. A violência contra a mulher - IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). 61p, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica) 120 p.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. de O, e BRUSCHINI, C. (orgs.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992, p. 183-215.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. e ALMEIDA. **Violência de gênero – Poder e impotência**, Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999.

SCHRAIBER LB, GOMES R, COUTO MT. **Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva**. *Cien Saude Colet* 2005; 10(1):7-17.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol.16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5.

SOEIRO, C. & GONÇALVES, R. (2010). O estado de arte do conceito de psicopatia. **Análise Psicológica**, 18, 227-240, 2010

# A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO MARANHÃO E A CONCESSÃO DE DOTES ÀS MOÇAS POBRES NO SÉCULO XIX

Ana Caroline Silva Caldas<sup>1</sup>

Elizabeth Sousa Abrantes<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado da pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida na Universidade Estadual do Maranhão, com o fomento do CNPq (PIBIC-CNPq), intitulada “Dotar para Arranjar Marido: a assistência da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão a moças pobres no século XIX”, que visa o estudo da prática dotal pela Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, tendo como beneficiárias as moças pobres da província, especialmente da cidade de São Luís.

Costume trazido de Portugal, o dote foi crucial para o casamento e para a constituição das famílias, tornando-se um símbolo para (de)limitar fronteiras sociais. Entre as famílias elitizadas, a prática dotal significou a manutenção de riqueza, linhagem e a possibilidade de ascensão social. Para as mulheres pobres, o dote significou a oportunidade de casamento como meio para ter uma vida com estabilidade, visto que as instituições de caridade, como a Santa Casa de Misericórdia desenvolviam intensa atividade caritativa para proteção feminina, com o objetivo de resguardo da moral e a proteção feminina contra a prostituição.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão; Bolsista PIBIC/FAPEMA

<sup>2</sup> Doutora em História Social. Professora Adjunta do Departamento de História (UEMA).

Para a realização do estudo, além do levantamento bibliográfico sobre as temáticas da Santa Casa de Misericórdia e a prática dotal, foram catalogadas as fontes de imprensa disponibilizadas digitalmente pela Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), que nos possibilitou realizar análises dos discursos e o conhecimento sobre a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão no tocante aos cuidados assistencialistas às mulheres durante o século XIX, com suas características e peculiaridades que traçaram os destinos de pobres órfãs em São Luís.

### **A prática dotal nas Santas Casas de Misericórdia em Portugal**

Na sociedade portuguesa, após o Concílio de Trento (1545-1563), houve maior preocupação com a defesa da honra feminina, especialmente entre as órfãs e pobres, consideradas à mercê do perigo em decorrência da ausência da figura paterna ou por trabalharem em locais pouco seguros. Durante a Idade Moderna, a honra foi considerada a “prova de uma conduta socialmente aceite, onde a vergonha se achava intimamente associada e conferia uma boa fama” (ARAÚJO, 2008a, p. 3). Para o feminino, manter a honra significou a obediência e submissão, bem como o mínimo contato com homens entre as solteiras, algo que na época pós-tridentina resultou na reclusão de mulheres em asilos, conventos ou recolhimentos em toda Europa do Sul, à espera do matrimônio ou a devoção a Deus.

Os atos caritativos, de acordo com os ideais em voga, foram uma das formas de salvação. Dessa forma, os nobres não mediram esforços para doar ou fundar quantias generosas para garantir seu lugar no céu (ARAÚJO, 2008a, p.6). Os locais de reclusão, em grande parte erguidos por homens preocupados com a conduta feminina, destinavam-se às meninas pobres e órfãs.

Sem pai que as guardasse e impusesse respeito, estas crianças estavam mais desprotegidas e considerava-se que se podiam perder mais facilmente. Tornava-se, portanto, urgente, recolhê-las e dotá-las para que se tornassem mais atractivas no mercado matrimonial.

[...] Nos recolhimentos aprendiam a ser boas esposas, a fazer trabalhos manuais, como bordados, costura e fição e a viver para Deus. Em algumas destas casas aprendiam também a ler e a escrever. Para além de serem sustentadas e dotadas eram ainda auxiliadas na doença e enterradas em caso de morte (ARAÚJO, 2008a, p.4).

Em Portugal, a Santa Casa de Misericórdia<sup>3</sup> foi a principal Instituição no cuidado das jovens desvalidas. Comumente “a viverem com mães velhas, doentes e incapazes de as vigiarem, as órfãs transformavam-se em alvos de caridade e dotar estas jovens passou a ser corrente em muitas Santas Casas” (ARAÚJO, 2008b, p. 63). A dotação de moças órfãs pobres ocorria através da entrega de roupas, dinheiro e alimentos que seriam entregues após o casamento da dotada. O dote pode ser entendido de duas formas:

---

<sup>3</sup> Fundada em Lisboa no ano de 1498 pela rainha D. Leonor, a Irmandade foi responsável por um amplo leque de assistência em hospitais, asilos, recolhimentos femininos, prisões, esmolas e a proteção de crianças e mulheres, espalhando-se nas demais regiões portuguesas e, posteriormente, em seu vasto Império.

No primeiro, o dote é visto do ponto de vista de quem o concede e definido como os bens que pais, ou outros parentes ou não parentes, concedem a uma mulher por ocasião do casamento [...]. No segundo sentido, o dote é visto do ponto de vista de seus beneficiários, o casal de cônjuges, e é definido como os bens que uma mulher leva consigo para a sociedade conjugal. Nesse sentido, “dote” pode ser o dote que uma noiva recebe de seus pais, bens que herdou anteriormente e leva consigo para o casamento, ou bens que possui como viúva e leva consigo ao casar-se novamente (NAZZARI, 2001, p. 19).

Os recolhimentos administrados pela Misericórdia serviam para proteger as mulheres até o momento que se casariam. Vale ressaltar que os locais de reclusão não foram erguidos em todos os locais em que a Irmandade atuava, porém, a prática dotal foi assegurada as moças que desejavam casar, com a realização da candidatura para a seleção ou sorteio (ARAÚJO, 2010, p. 368-369).

Segundo Araújo (2010, p. 374), ao analisar os dotes para casamento realizados nas Misericórdias portuguesas durante os séculos XVI ao XVIII, em algumas Santas Casas o anúncio para a dotação de jovens foi realizado através de publicação de editais nas igrejas da Irmandade, com o aviso feito pelo clérigo no púlpito, ou a inscrição deveria ser realizada até o mês de maio. Aquelas que se candidatassem deveriam expressar nas petições a vontade de ter um marido em suas vidas para que garantissem a proteção, a autoridade do lar e o sustento da casa ou pagar dívidas que foram deixadas pelos pais da jovem.

Além das petições, cada Misericórdia estipulou as condições para o recebimento do dote, como a conduta exemplar da candidata, logo, a virgindade se tornou um fator crucial, pois

A honra sexual de uma mulher não era assunto apenas seu, dizia respeito a toda a família e mesmo aos amigos. A sua importância estava diretamente associada ao prestígio familiar e à honra dos seus homens que a deviam guardar. A perda da virgindade de uma filha manchava a honra da família e afectava duramente o seu crédito na comunidade. Era, por conseguinte, necessário manter as mulheres jovens sob observação constante para que não se perdessem e denegrissem a honra. Neste sentido, a mulher era considerada a depositária da honra familiar, ou seja, do seu bom nome e crédito na localidade (ARAÚJO, 2010, p. 371).

Devido a situação de vulnerabilidade entre o feminino, o dote poderia garantir em curto espaço de tempo o casamento, dessa forma mantendo a moral e respeitabilidade na comunidade. Acrescido ao dote, as possibilidades de garantir o matrimônio caso a jovem fosse dócil, bondosa e portar trajes adequados, enquadraria a futura dotada a uma boa esposa e mãe. Nos casos em que a mulher rompia com sua moral e honra, isto é, o ato sexual antes do casamento, um vantajoso dote seria assegurado para despertar a atenção masculina.

A beleza também foi somada as características para obter o dote. Segundo o pensamento em voga, a mulher que despertasse a atenção e elogios masculinos, poderia despertar o desejo e a luxúria entre homens, condenado ante a Igreja Católica. A idade também foi levada em consideração e “em certas Misericórdias razão de longa espera para ser dotada ou, pelo contrário, motivo para rápido despacho. Tudo dependia dos limites temporais estabelecidos e do número de dotes e candidatas anuais” (ARAÚJO 2010, p. 372). Cientes do “perigo”, aos olhos dos irmãos da Instituição, a soma da beleza, os trajes, modos e idade pesaram na seleção da futura dotada.

Após a realização da candidatura, os membros da Instituição deveriam analisar cada pedido que, após seguia para a verificação no local de residência da possível dotada, com objetivos de avaliação física e colher informações a respeito de sua conduta. Se descobrissem algo desfavorável que comprometesse sua reputação, como boatos e fofocas, a candidata perderia a vaga. “As Misericórdias procuravam dotar-se de detalhes e informações fidedignas para actuarem com segurança, uma vez jogarem nesta prática muito do seu poder simbólico a nível local. Queriam fazer o bem, mas olhando a quem” (ARAÚJO, 2010, p. 375).

Para as moças que passaram na seleção, o próximo passo seria a escolha ou o arranjo do noivo, uma vez que a família da dotada deveria estar à frente nas decisões. Grande parte das mulheres desconhecia seus pretendentes, pois de acordo com o pensamento vigente, o convívio entre o recém-casal desenvolveria sentimentos de afeto e amor. Vale ressaltar que o dote, de acordo com cada localidade, tinha prazo de validade, como na Misericórdia de Portel, em que o dote durou em média doze anos para cada candidata (ARAÚJO, 2010).

Caso escolhessem o noivo, as dotadas deveriam obter a autorização da Santa Casa de Misericórdia para noivar e casar.

As Misericórdias assumiam também neste particular o lugar da família, ou melhor dito do pai, a quem era necessário pedir autorização para “conversar” e posteriormente a mão da filha. O casamento fazia-se geralmente na igreja da Santa Casa e, em muitas confrarias, escolhia-se o dia de Santa Isabel, data comemorativa da padroeira, para a sua realização.

Associava-se a festa da Casa à cerimónia dos casamentos, numa manifestação de júbilo para toda a confraria. Também neste momento, a instituição vigiava e zelava para que o acto fosse realizado dentro dos padrões estabelecidos e com a dignidade exigida (ARAÚJO, 2010, p. 379).

A mulher, casada através da Irmandade, receberia o dote, pago ao marido ou alguém de confiança, chamado procurador. Comumente o recebimento do dote poderia se tornar um processo demorado em decorrência de dívidas na Misericórdia, comprometendo os pagamentos. Dessa forma, a concessão de dotes possibilitou para órfãos pobres a possibilidade do sustento do casal, respeitabilidade da comunidade e, principalmente, a impossibilidade de a jovem seguir o caminho da prostituição e manchar sua honra perante a sociedade.

### **CASA DOS EXPOSTOS E O ASSISTENCIALISMO: a atuação da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão na reclusão dos vulneráveis**

A Santa Casa de Misericórdia do Maranhão foi uma importante Instituição na sociedade maranhense. Instalada em São Luís, provavelmente em 1623<sup>4</sup>, existem poucos registros de sua história até o século XVIII, em razão da destruição de alguns dos seus livros.

[...] Pelos idos de 1623, provável momento de sua fundação, a instituição estava bastante aquém do cumprimento de seus deveres caritativos, devido à

---

<sup>4</sup> A documentação preservada data a partir da década de 1770, portanto, a real data de sua fundação encontra-se perdida.

escassez de recursos. Ainda segundo o mesmo autor, essa irmandade ficou esquecida durante muito tempo na igreja de Santana, tendo seu respaldo perante a sociedade ludovicense aumentado principalmente a partir de 1830, momento da transferência da sede da associação para a igreja de São Pantaleão (COE, 2008, p. 55).

Nos finais do século XVIII e no decorrer do XIX, a Instituição detinha igrejas, hospitais, cemitérios, asilo e estabelecimentos para o cuidado de crianças, adolescentes e mulheres. Entre as principais construções da Misericórdia havia a igreja São Pantaleão, Hospital da Caridade, Hospital dos Lázaros e a Casa dos Expostos, que atendia significativa parcela da população.

No que tange à atuação da Casa dos Expostos, em cumprimento a doação de 2:000\$000 réis, feita pelo Coronel da Guarda Nacional, Izidorio Rodrigues Pereira, a Irmandade ergueu o estabelecimento em parte da igreja de São Pantaleão, exercendo o auxílio e proteção a recém-nascidos, crianças e mulheres.

Para assegurar e sanar as despesas do recente estabelecimento, as loterias realizadas pela Santa Casa a partir de 1820 foram responsáveis por destinar 12% dos lucros para a Casa dos Expostos, com duração de dez anos. A atratividade dos prêmios deveria beneficiar compradores, esperançosos pelo prêmio e aqueles/as que necessitavam de assistência, como no fragmento abaixo, extraído do jornal *Minerva: Folha Política, Litteraria e Commercial* (08.01.1829, p.323):

Plano da primeira extracção do anno de 1829, da Loteria concedida em beneficio da Santa Casa da Misericordia desta Cidade.

6.000 bilheres a 2.000 rs. cada hum Rs. 12:000.000

Premios.

1 Premio.....2:000.000

1 Dito.....1:000.000

2 Ditos.....500.000....1:000.000

4 Ditos.....100.000.... 400.000

10 Ditos.....50.000.... 500.000

20 Ditos.....20.000.... 400.000

50 Ditos..... 10.000.... 500.000

100 Ditos..... 6.000.... 600.000

1810 Ditos..... 3.000.... 5:430.000

1 Dito 1.º bilhete branco.. 100.000

1 Dito 2.º bilhete branco.. 70.000

Na prática, apesar dos recursos destinados, a estrutura do estabelecimento não escapava das críticas dos jornais maranhenses, que denunciam as condições insalubres. Segundo o jornal *Publicador Maranhense* (13.05.1843, p. 3), a mortalidade acometeu parte dos expostos, que sofriam com a insuficiência de espaço e a falta de ventilação na Casa, realizando a Mesa a entrega de doze crianças para tutores. Um ano após as reclamações, a Câmara Municipal alertou a Irmandade sobre a urgência em transferir os residentes para outra instalação, no entanto, pouco foi realizado. Em 1870, o estabelecimento carecia de estrutura interna e externa:

A casa dos expostos, à cargo da Santa Casa, mediante uma pequena subvenção da provincia, está longe de atingir o fim de sua instituição. O systema de educação interna é imperfeito à carencia de aulas regulares para ambos os sexos; e a criação externa, sem vantagem às amas, que della se encarregão, e sem fiscalização possivel, lega aos poucos expostos, que escapão, uma existencia morbida (ALMANACK ADMINISTRATIVO DA PROVINCIA DO MARANHÃO, 1870, p. 134).

Havia uma disparidade no encaminhamento dado aos meninos e às meninas da Casa. Os meninos que chegaram à adolescência foram encaminhados para a Casa dos Educandos e Artífices ou para a Companhia de Aprendizizes e Marinheiros, com o objetivo de tornarem-se profissionais para o mercado de trabalho, como serralheiros, ferreiro, carpinteiros, ou pedreiros, acrescido de aulas de música, francês e ciências. Para as meninas e mulheres que deveriam permanecer na Casa dos Expostos foram ensinadas a ler, escrever, a doutrina cristã, costura e bordado, desejável que permanecessem até o casamento.

## **A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO MARANHÃO E A CONCESSÃO DE DOTES**

A prática dotal no Brasil foi trazida pelos portugueses no século XVI, tornando-se comum entre as famílias abastadas. Os bens que constituíam os dotes podiam ser classificados em bens de produção ou de consumo. Os bens de produção foram comuns antes do século XIX, formado por terras, plantações de trigo e escravizados (africanos e indígenas), bens que possibilitaram a expansão da economia familiar entre a elite brasileira. Os bens de consumo, reproduzidos durante os séculos XVIII e XIX constituíram-se em enxovais, joias, móveis e dinheiro, itens que foram distribuídos entre as órfãs pobres da Colônia e Império (NAZZARI 2001, p. 164-166).

O costume em dotar moças em idade de casamento, de acordo com a época, guardaria o sexo feminino dos males mundanos,

especialmente a prostituição. Assim, o dote foi responsável por atrair candidatos para a esfera matrimonial. Todavia, o dote em determinadas situações se mostrou pouco atrativo, como entre as famílias no topo da hierarquia social baiana entre os séculos XVII e XVIII, pois as famílias priorizaram os laços com nobres portugueses, em decorrência “muitas famílias da Bahia [levaram] suas filhas para conventos em Portugal a fim de não se arriscar a que elas contraíssem casamentos socialmente indesejáveis” (RUSSEL-WOOD, 1981, p. 138). A recusa prejudicou a economia baiana que, ao impedir que os bens necessários via casamento para a produção fossem criados ou fortalecidos.

No Brasil setecentista e oitocentista, a manutenção do status familiar foi considerado de suma importância no estabelecimento de privilégios e alianças. Para os homens, o sistema dotal garantiu a possibilidade de ascensão social e/ou estabilidade financeira, bem como o estabelecimento de uma aliança entre famílias. A figura masculina no costume se tornou a peça central para a dupla proteção da mulher, ou seja, no aspecto moral e material, uma vez que as esposas foram coproprietárias de seus bens.

Com as diferentes implicações entre as classes, a garantia do dote entre as mulheres pobres possibilitou o início de uma vida com um pouco menos dificuldades. Especialmente no século XIX, em São Luís do Maranhão, existem mais registros da atuação da Santa Casa de Misericórdia como responsável por assegurar as órfãs e pobres da cidade a possibilidade de saírem da pobreza e desamparo. No

entanto, alguns obstáculos foram encontrados para que as mulheres da cidade se tornassem dotadas e, posteriormente, casadas.

No trecho publicado pelo jornal *Pacotilha* (12.07.1886, p. 2), uma matéria em tom jocoso, falava de um homem desafortunado, à beira da falência, recorre ao seu amigo para conselhos. Segundo seu amigo, a única solução seria o casamento com a prima do rapaz, que possuía um grandioso dote. Entretanto, ao avaliar o físico de sua possível esposa, o homem a reprovava ao comparar seu corpo a uma tábua, acreditando não conseguir se submeter ao ato. Apesar da insistência de seu amigo, relatando que seja sua única salvação, o homem pouco concorda em se casar.

A ênfase nas características físicas das mulheres compõe os registros analisados, encontrados nos jornais maranhenses durante o Oitocentos, categorizando o sexo feminino como objeto suscetível de boas ou más escolhas no tocante a vida privada. Em São Luís, entre as “qualidades” da mulher, a beleza se tornou um fator crucial, aumentando ou diminuindo suas chances se conseguir um pretendente. Entre os anos de 1843 a 1878, nos jornais analisados, notamos um possível dilema: de um lado, a aliança entre o dote e a estética foram importantes para o casamento e, do outro, as mulheres consideradas belas que não possuíam dote não foram atraentes aos olhares masculinos. O noticiário do *Publicador Maranhense* (03.07.1878, p.2) aborda a situação de Mlle. X<sup>5</sup>, uma

---

<sup>5</sup> De origem francesa, o termo Mademoiselle se refere de forma cortês às mulheres solteiras.

jovem de cabelos loiros, olhos castanhos escuros e voz lírica, todavia, suas características magníficas não foram suficientes, logo sua mãe lhe dizia que “Todos estão promptos a oferecer-lhe o braço e ninguém lhe oferece a mão!

Possuir um dote não significou o casamento imediato. Em pesquisa, encontramos dificuldades da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão para casar suas expostas. No ano de 1859 na Instituição, apesar de haver casado uma exposta, havia “sete a oito meninas em circunstância de tomar estado, sem que a mesa saiba o destino que lhes ha de dar” (PUBLICADOR MARANHENSE, 10.05.1859, p.2). Apontando a raridade dos casamentos durante a época para essas moças na Casa dos Expostos, as órfãs pobres que esperavam o candidato para matrimônio foram destinadas a costurar as roupas dos hospitais da Santa Casa.

As expostas maiores, isto é, as mulheres que residiram por longo período no estabelecimento da Misericórdia, a partir de 1860 foi estabelecida uma comissão que designou que as expostas fossem encaminhadas para as casas de famílias, pois a segundo a Irmandade, o sustento dessas jovens se tornou um acréscimo às despesas, inviável que “continue com o encargo de sustenta-las, a espera do casamento” (O CONSERVADOR: FOLHA POLÍTICA E INDUSTRIAL, 06.06.1860, p.4). As mulheres que não fossem órfãs foram entregues aos parentes que estivessem vivos, no total foram três, respectivamente a madrinha, irmã de criação e mãe.

As mulheres que conseguissem se casar pela Instituição foram pagas com uma quantia pré-determinada, relatada em sessão acerca do orçamento das despesas realizado na Assembleia Provincial, no qual entra em discussão o direito da ex-exposta D. Emilia em receber seu dote e enxoval que, “quando a Santa Casa da Misericórdia casa alguma das expostas, tem sido costume, e costume antiquissimo, dar-lhe um dote; este dote tem se limitado até hoje a 400\$000 rs” (PUBLICADOR MARANHENSE, 08.10.1861, p.2).

D. Emilia se casou após deixar o estabelecimento da Irmandade, que deixou devido ao seu responsável desejar sua saída para educar a jovem. Os deputados da sessão, Sotero e Salazar não rejeitam a legitimidade do seu pedido. Apesar de não especificar com exatidão a datação, ressaltam o antigo costume da Santa Casa em dotar as moças da cidade com 400\$000 (quatrocentos mil réis). O caso da ex-exposta encerra com a autorização do recebimento de seu dote e enxoval, bem como o acordo que o dinheiro para os dotes deve ser retirado dos orçamentos da Santa Casa.

Apesar de poucas ocorrências nos jornais na cidade e a menção aos raros casamentos, a Santa Casa de Misericórdia ao longo do século XIX continuou a assegurar proteção e amparo as pobres órfãs. A partir do ano de 1840 foi decretada pela Assembleia Legislativa Provincial, e aprovada pelo presidente da província do Maranhão, João Antônio Miranda, a Lei Provincial nº 95 que aprovava os estatutos sobre o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios e a Misericórdia.

O decreto concedeu que as expostas da Irmandade poderiam, caso a Mesa autorizasse, enviar meninas com 7 anos de idade, que seriam sustentadas com mesada, cessada após completarem 21 anos ou se casassem. Para as mulheres que conseguissem contrair matrimônio, o dote de 400\$000 réis foi assegurado. As relações entre os estabelecimentos para a reclusão feminina tinham como objetivo a educação eminentemente voltada para o lar, uma vez que a Casa dos Expostos e Recolhimento dos Remédios voltaram o ensino para a formação da mulher casada, com ensinamentos dos afazeres domésticos e bordados, por exemplo.

Os artigos contidos no decreto ainda propõem que as expostas receberiam o dote após o casamento e com a aprovação do Presidente da Província. No tocante a mesada, o valor não poderia ser alterado para as moças desvalidas, “que não podendo ser admittidas gratuitamente por não o permitirem já as rendas do recolhimento, tiverem contudo um protector” (JORNAL MARANHENSE, 07.12.1841, p.1). A transferência e o sustento assegurados nos estabelecimentos não escaparam as críticas encontradas nos jornais, com ênfase nas condições habitacionais do Recolhimento.

Como exposto, as meninas na Casa dos Expostos conviviam em condições pouco confortáveis. Apesar da transferência, as moças continuaram a viver sob condições parecidas. Em 1850, a Comissão de Negócios Eclesiásticos determinou que o Recolhimento estava em ruínas, prestes a desabar, assim como internamente, com falta de vestuário e mesas comuns para todas as educandas “senão para as

pobres numerarias ou para essas que são sustentadas pelo auxilio dos cofres prouvinciaes e rendimentos do Estabelecimento” (PUBLICADOR MARANHENSE, 31.10.1850, p.3). As pobres citadas no jornal se referem as expostas e moças cuidadas no estabelecimento pela província, que realizavam as refeições juntas, ao contrário das filhas de pais abastados, que detinham suas próprias mulheres escravizadas para que servissem suas refeições em seus dormitórios.

Com as duras críticas, no ano de 1864 a qualidade do Recolhimento dos Remédios sofreu significativa melhora, atribuída a nova direção, que na administração interna e externa prosperou, “tudo isto devido às prudentes medidas pela tomada pelo Exm. bispo diocesano, que o tem debaixo de suas vistas immediatas” (PUBLICADOR MARANHENSE, 09.05.1864, p.1).

Dessa forma, notamos os diversos obstáculos para o casamento das expostas cuidadas pela Santa Casa de Misericórdia do Maranhão que, apesar do valor atrativo do dote, poucos registros foram encontrados que comprovem o alto número de casamento entre as órfãs pobres, que se valeram do trabalho nos hospitais da Misericórdia ou foram sustentadas no Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios.

## CONCLUSÃO

A expansão da assistência caritativa portuguesa percorreu o vasto Império Português através da Santa Casa de Misericórdia, criada em 1498 pela Rainha D. Leonor. Com destaque devido a seu

amplo leque no auxílio e proteção dos vulneráveis, a Irmandade foi responsável por dotar moças pobres. Expostas aos perigos, assegurar o casamento para essas jovens possibilitou o impedimento a prostituição, bem como manter a honra.

Na cidade de São Luís do Maranhão, fundada por volta de 1623, a Misericórdia exerceu considerável influência, especialmente em finais do século XVIII e decorrer do XIX, na criação e administração de estabelecimentos para tratar de enfermos, mortos, recém-nascidos, crianças e jovens. No tocante ao auxílio às mulheres, a Casa dos Expostos proporcionou a manutenção da conduta feminina, ao educar mulheres para posteriormente dotá-las, algo que no período em voga garantiria ao feminino maiores chances de casar, bem como garantir maior estabilidade ao recém-casal entre as moças pobres órfãs da cidade.

O valor assegurado do dote de 400\$000 réis não foi suficiente para garantir a alta nos casamentos entre as expostas. Todavia, foram registrados casamentos e o recebimento e requerimento do dote, assegurando o ideal de feminilidade da época, pautada no recato e submissão. Para as expostas maiores que não haviam almejado um noivo, seja por motivos estéticos ou pelo valor dotal, foram designadas a costurar nos hospitais da Irmandade ou enviadas para casas de famílias, à mercê da caridade e proteção da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Primárias

#### Almanaques:

REGO, João Cândido de Moraes (Org). Almanack Administrativo da Província do Maranhão. São Luís, 1870.

#### Jornais:

*Jornal Maranhense*, São Luís, 07.12.1841, p.1.

*Minerva: Folha Política, Litteraria e Commercial*, São Luís, 08.01.1829, p.323.

*O Conservador: folha política e industrial*, São Luís, 06.06.1860, p.4.  
*Pacotilha*, São Luís, 12.07.1886, p. 2.

*Publicador Maranhense*, São Luís, 13.05.1843, p. 3.

*Publicador Maranhense*, São Luís, 31.10.1850, p.3.

*Publicador Maranhense*, São Luís, 10.05.1859, p.2

*Publicador Maranhense*, São Luís, 08.10.1861, p.2.

*Publicador Maranhense*, São Luís, 09.05.1864, p.1.

*Publicador Maranhense*, São Luís, 03.07.1878, p.2.

### Bibliografia:

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. A assistência às mulheres nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En línea]. V.1, n. 1, p. 1-11, 2008a.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Casadas com trigo e cevada. Os dotes das órfãs da misericórdia de Portel no século XVIII. In: **Faces de Eva: Estudos sobre a mulher**. V.9, n. 20, p. 59-71, Lisboa, 2008b.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Fazendo o bem, olhando a quem: órfãs e dotes de casamento nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII). In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. ESTEVES, Alexandra (coord). **Tomar estado: dotes e casamentos** (séculos XVI-XIX). Braga: CITCEM, 2010.

COE, Agostinho Júnior Holanda. “**Nós, os ossos que aqui estamos, pelos vossos esperamos**”: a higiene e o fim dos sepultamentos eclesiásticos em São Luís (1828-1855). Dissertação (mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa Mestrado em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Eduardo Gomes. **Assistência a alienados na Santa Casa de Misericórdia do Maranhão (1882-1892)**. Dissertação (mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

## **A VISÃO DAS ELITES MARANHENSES SOBRE SUJEITOS ESCRAVIZADOS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO (1850-1888)**

Beatriz Sousa Silva<sup>1</sup>Yuri Costa<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A Província do Maranhão se insere no contexto agroexportador somente a partir da segunda metade do século XVIII com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755. A partir desse ano, foi estimulada, por meio do intenso tráfico de africanos escravizados, a produção de algodão e arroz. Além dos subsídios concedidos pela Companhia, o contexto internacional favoreceu o crescimento da província, pois neste período ocorreu também a Revolução Industrial e sua demanda por matéria prima. Ademais, as guerras de Independência da América do Norte levaram à desarticulação da produção, pois essas colônias eram fonte dessa matéria prima, o algodão. Esse contexto contribuiu para a inserção do algodão maranhense no mercado internacional. Por sua vez, o arroz se estabeleceu no mercado devido ao aumento populacional europeu e à crise da produção de trigo em Portugal. Nesse período, entre o final do século XVIII e a década de 1820, houve um crescimento econômico tanto na região de São Luís, como nas

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão; Bolsista PIBIC/FAPEMA.

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão.

áreas agrícolas próximas aos vales dos rios Itapecuru e Mearim, e a região da Baixada maranhense.

Apesar da extinção da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, o sistema de agroexportação continuou a se expandir, assim como o número de africanos escravizados trazidos pelo tráfico.

Chegavam através do porto de São Luís, vindos diretamente da África ou de outros portos do Brasil que eram grandes importadores de escravos, como Salvador, Recife e Rio de Janeiro; ou pelo interior da capitania na rota de comércio com o Nordeste, a qual saía de Salvador, passava por Pernambuco, atravessava o Piauí, terminando em Caxias (FARIA, 1998, p. 40).

Como resultado da inserção do Maranhão na rota do tráfico transatlântico de escravizados, no ano de 1822 a província apresentava cerca de 152.893 habitantes, 77.914 eram escravizados, correspondendo a 51% do total da população. Em São Luís, que concentrava um maior contingente de cativos, “o percentual de escravos chegou a 62% da população” (PEREIRA, 2001, p. 21 *apud* COSTA, 2018, p. 247).

Devido ao aumento do número de escravizados, no decorrer do século XIX, existiu uma crescente interferência do Estado na repressão e no controle de ações delituosas atribuídas a eles ou que os envolvessem como vítimas, trazendo assim a regulamentação da instituição escravista (MACHADO, 2014). A análise das representações sobre a escravidão no âmbito criminal desafia o estudo de algumas das singularidades que atingiam sujeitos escravizados quando, como autores, réus ou testemunhas de um processo, eram postos perante as autoridades judiciais do Império. A

forma de participação do escravizado em ações judiciais dependia da natureza do processo e, mais particularmente, do objeto da demanda. Nesse sentido, foram os feitos cíveis e criminais os dois grandes grupos de ações a orientar o sistema de normas aplicado aos cativos quando levados a juízo.

Entender os padrões de criminalidade nos quais sujeitos escravizados se envolviam é vital para a análise da dinâmica do cativo no Maranhão. Boa parte dela passa pela investigação da maneira pela qual as elites interpretavam a conduta de cativos quanto autores, vítimas ou testemunhas de delitos, com destaque para crimes que, de uma forma ou de outra, colocavam o cativo em questão.

Dessa forma, a proposta deste projeto de pesquisa se concentra na investigação das nuances que envolviam discursos das elites sobre sujeitos escravizados vítimas de homicídio. A exploração do tema se dará por meio da análise de um processo-crime e jornais de época que abordaram esse fato. Atentando para as peculiaridades que marcavam o cotidiano de homens e mulheres escravizados na província, mais especificamente identificando as questões que, relacionadas ao crime de homicídio, traduzem a forma das elites valorarem ações de escravos assassinados.

## **DESENVOLVIMENTO**

Perceber a relação entre o Direito e a escravidão durante os séculos, em especial o XIX, é fundamental para compreender certos

aspectos da História do Brasil. Adriana Campos demonstra como nesse período, o direito tinha como missão, “a criação de uma estrutura legal baseada em conceitos jurídicos que fundamentassem e justificassem a escravidão” (CAMPOS, 2003, p. 22). Inspirado no Código Romano e nas Ordenações Filipinas de 1603 a legislação brasileira tinha especificidades próprias, uma delas era no que diz respeito a escravidão.

[...] diversos historiadores defendem, teórica e empiricamente, que o Direito e o mundo jurídico possuíam uma tarefa estrutural e estruturante nas sociedades escravistas, com o fim de criar e sustentar o “estado” de escravidão. A estabilidade da instituição, portanto, não se realizava somente pelo uso da força, disciplinando os cativos por meio de uma pedagogia da violência, mas também por um enquadramento ético que os privava de todos os seus “direitos” (CAMPOS, 2003, p. 22-23).

Devido a isso, retornar essa documentação produzida pelos órgãos do judiciário é tão importante. Nos nossos dias, uma variedade de documentos apresenta-se disponível para que esse trabalho seja realizado, podendo assumir formas mais diversas, abordando diferentes conteúdos e podendo ser encontrados em locais como os arquivos e museus (BACELLAR, 2011). Especialmente para os Oitocentos, o período estudado, as fontes manuscritas têm destaque e possuem um papel significativo na compreensão de fatos ocorridos no Brasil durante esse século. Trata-se de documentos que permitem o resgate da burocracia das instituições daquele período, assim como a abordagem de diversos aspectos sociais da vida das classes dominadas.

Como demonstra Grinberg, "os processos criminais são fundamentalmente fontes oficiais, produzidas pela Justiça, a partir de um evento específico; o crime e seu percurso nas instalações policiais e judiciárias" (GRINBERG, 2012, p. 126). De tal forma que eles devem ser entendidos também como mecanismos de controle social, caracterizados pela linguagem jurídica e intermediação do escrivão.

André Rosemberg e Luís Antônio Francisco de Souza (2009) apresentam algumas considerações sobre o uso desse tipo de documentação, os processos- crime. Fazendo um breve debate historiográfico sobre como esse acervo documental passou a ser utilizado por diversos pesquisadores, mas como ao mesmo tempo "o uso das fontes judiciais como subsídio, como ponto de partida para abordagens que extrapolam as fronteiras temáticas propostas, sofre críticas por parte de alguns pesquisadores" (ROSEMBERG; SOUZA, , 2009, p. 172). Ao realizar a pesquisa em processos criminais é necessário saber trabalhar com esses tipos de documentos, perceber como são discursos construídos e que tem a intervenção do responsável pela transcrição e organização do documento, o escrivão. Perceber como os agentes, como a vítima, réu e as testemunhas apresentam diferentes versões do caso e ficar atento àquelas que se repetem. Apesar desses elementos, Rosemberg e Sousa (2012) afirmam que trabalhar com esses documentos é proveitoso, pois podemos retirar perspectivas, vivências, valores e conflitos daqueles envoltos na construção e culminação do processo criminal.

A pesquisa documental para esse projeto foi realizada no Arquivo do Tribunal de Justiça, localizado no bairro da Alemanha, na cidade de São Luís, na antiga sede administrativa da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), que atualmente compõe a Unidade Administrativa V do Tribunal de Justiça. Esse arquivo possui um acervo que guarda documentos processuais manuscritos, datilografados e impressos que datam a partir do século XVIII de várias Comarcas do estado, dentre elas São Luís, Alcântara, Viana, Imperatriz, etc.

Devido ao contexto de pandemia de covid-19, e uma construção que vem sendo realizada nos meses de dezembro 2020 e janeiro 2021 no Arquivo do Tribunal da Justiça, o acesso aos documentos, e os locais para leitura dos processos, estão limitados e prejudicados. Tendo em vista todas as restrições sanitárias e os cuidados que devem ser tomados nesse contexto, as idas ao arquivo foram realizadas durante os meses de dezembro de 2020 e janeiro de 2021. Ao longo desses dois meses foram realizadas cinco visitas presenciais a essa instituição para seleção e digitalização do processo crime escolhido.

Após a digitalização do processo, foi feita a leitura do mesmo por meio das imagens obtidas. Trata-se de um processo com um total de 94 folhas, sendo essas frente e verso. E o documento analisado é um traslado, que no campo jurídico refere-se a uma cópia de registro, fiel e exata caso comparada com o documento ou processo original, e que é feita pelo próprio escrivão.

Carlos Bacellar (2011), ao tratar dos Arquivos do Poder Judiciário, afirma que eles têm uma importância clara para a pesquisa histórica, pois em instituições como essas estão disponíveis para consulta grandes séries de inventários, testamentos, autos cíveis e autos crimes. Segundo o autor, “os processos crime e cíveis são fontes igualmente abundantes e dão voz a todos os segmentos sociais, do escravo ao senhor” (BACELLAR, 2011, p. 37).

Contudo, o que deve nos interessar é como se dá o processo de transformação de atos em autos, tendo em vista que ele é um conjunto de versões sobre um determinado acontecimento. Ao se ler processos criminais é necessário saber trabalhar essas versões, perceber como são construídas. Perceber como os agentes, como a vítima, réu e as testemunhas apresentam diferentes versões do caso e ficar atento a aquelas que se repetem, "as histórias que as pessoas acreditam e àquelas nas quais não se acredita" (GRINBERG, 2012, p. 128).

Ter esses aspectos em conta ao se fazer a leitura e análise de um processo crime durante um projeto de pesquisa é essencial. Tendo em vista esses elementos, o processo escolhido para investigação trata-se de uma Apelação, Traslado dos Autos de Homicídio. De acordo com os testemunhos e as partes do processo transcrita nesses autos, os fatos criminosos teriam ocorrido ao final do ano de 1851. O crime que deu início a esse processo trata-se do homicídio do escravo Paulo, de Malaquias Rodrigues dos Anjos, na Fazenda Primavera, que pertence ao Capitão Manoel Martins de

Siqueira. A escolha em trabalhar com essas fontes nos possibilita o alcance de uma:

[...] abordagem de aspectos sociais na vida das camadas dominadas, tais como relação de amizade, parentesco ou vizinhança, os padrões familiares e mesmo a organização do trabalho e sobrevivência daqueles que foram alijados das tarefas socialmente dignificadas. Porém, é o evento criminoso que condiciona as confissões e revela-se como fio condutor do documento, emprestando significado a pluralidade dos fatos registrados. O processo criminal conduz o historiador em primeira instância ao crime e deixa sua remontagem no quadro nas tensões sociais que o geraram e na multiplicidade de eventos que o qualificaram como ato social. (MACHADO, 2014, p. 33).

Nas últimas décadas, a historiografia brasileira passou a considerar a importância de recuperar a complexidade das relações sociais existentes no período escravocrata e os processos judiciais podem ser considerados importantes documentos para os pesquisadores da área das ciências humanas a medida em que fornecem um conjunto de informações que possibilitam novas interpretações a respeito de temas tradicionais. Essas fontes além de serem utilizadas para o “estudo do Poder Judiciário e das elites”, podem ser “fonte de análise das ações e da forma de pensar de sujeitos históricos coadjuvantes” (COSTA, 2009, p. 216).

No que diz respeito ao processo judicial analisado, por esse crime, foram indiciados o próprio Capitão, o seu escravo Domingos Alves e um soldado desertor de nome Antonio Justino. Os testemunhos diferem sobre si em qual seria a sequência de acontecimentos ou sobre os sujeitos envolvidos no homicídio.

Contudo, de acordo com a maioria dos testemunhos, o fato teria ocorrido da seguinte forma: Estando o Capitão Manoel Martins de Siqueira em sua casa, vira aparecer um preto, que julgou fugido. Esse escravo de nome Paulo, é capturado, mas após um momento foge novamente. O capitão Siqueira ordena que o prendam – uma versão afirma que ele deu ordem para matá-lo –, e após esse momento o escravo Paulo é morto por um tiro de uma arma de fogo.

O crime aconteceu na Fazenda Primavera e é julgado na Vila do Senhor do Bomfim da Chapada, na Comarca de mesmo nome (Figura 01). De acordo com o Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão, o verbete Chapada no que se refere Povoação, Vila e Freguesia, foi fundada por:

Antonio Francisco dos Reis, quando em 1811 navegou pelo rio Grajaú, fundou sobre a margem leste deste rio uma povoação com o nome de Porto da Chapada, fez casas para vivenda, construiu pequenos barcos, arranhou armazéns para depósito de gêneros etc [...] Finalmente, novas bandeiras foram mais felizes, e como na margem direita do rio Grajaú, 84 léguas a E. da capital, tivesse Manuel Valentim Fernandes uma fazenda por nome Chapada, foi este núcleo de povoação aproveitado, e elevado à categoria de vila. Com a denominação do Senhor do Bomfim da Chapada (MARQUES, 2008, p. 338-339).



aguardente” (MARQUES, 2008, p. 339), contudo a principal atividade, como é característica do sul do Maranhão daquele período, desde a sua frente de ocupação, é a criação de gado (CABRAL, 1992). O capitão Manoel de Martins Siqueira, principal réu do crime, no Auto de Qualificação afirma que ele é lavrador e cria gado em sua fazenda denominada Primavera. Enquanto Domingos, em determinado ponto do processo afirma que é sustentado por seu senhor, e que este o emprega em lavoura.

Os escravos no eito no Maranhão, como é o caso de Domingos, eram aqueles usados majoritariamente na grande lavoura de produtos como algodão, de arroz e açúcar. “Além de se constituírem na principal força de trabalho das grandes plantações, os cativos foram utilizados no campo, igualmente, para a criação de gado, pesca, produção de farinha de mandioca” o que contribuía para a dinâmica do mercado interno (COSTA, 2018, pp. 253-254)

No decorrer das páginas e das fases do processo, alguns trechos chamam a atenção no que diz respeito aos objetivos desta pesquisa. No que se refere aos discursos das elites observado ao longo da pesquisa neste processo, um dos aspectos que tem de ser levados em consideração é a forma como o escravo era visto pelas autoridades judiciárias e pela justiça. Yuri Costa (2009) ao abordar a questão do aceite do escravo como vítima ou como testemunha em um processo-crime como este, demonstra que

Quando pautada no reconhecimento da condição de vítima ou testemunha de delito, por outro lado, a subjetivação do escravo não atingiu igual consenso. Nesse sentido, o século XIX foi palco de variadas práticas e discursos que, influenciados pelo apego à letra da lei ou a interesses particulares, digladiavam-se na afirmação ou negação do cativo como sujeito capaz de

figurar como testemunha ou vítima de um crime, o que, pode-se afirmar, significava limitar sua subjetividade à esfera obrigacional ou ampliá-la através do reconhecimento de direitos (COSTA, 2009, p. 197).

Tal subjetividade é notada inclusive em alguns momentos quando o Promotor Público do caso, ao apelar da decisão do Juiz Municipal para o Tribunal de Relação, se refere ao “processo crime da morte perpetrada *na pessoa do escravo* Paulo de Malaquias Rodrigues dos Anjos” (TRIBUNAL DE RELAÇÃO DO MARANHÃO, 1860, grifos nossos). Apesar de ser referido como pessoa, ao mesmo tempo é ressaltado seu estado de posse referindo ao seu senhor. Em conformidade a esse aspecto, outra estratégia utilizada é que a parte acusatória ao se referir a vítima, o escravo Paulo, usam de adjetivos para enfatizar sua condição de vítima. Em trechos como “... cujo crime cometeram pelo simples facto *daquelle infeliz* procurar evadir-se depois de preso por andar fugido da casa de seu Senhor” (TRIBUNAL DE RELAÇÃO DO MARANHÃO, 1860, grifos nossos).

Como demonstra Grinberg (2012), ao se estudar um processo criminal não podemos esquecer que “não existem fatos criminais em si, mas um julgamento que os funda, e um discurso criminal que o fundamenta, o que precisamos saber é como esse discurso criminal funciona e muda, em que medida exprime o real, como aí se operam as diversas mediações” (GRINBERG, 2012, p. 128). A chave da análise está em perceber a relação entre os vários discursos sobre o crime, os acusados, a vítima, dentre outros. É perceber que tais autos são

"sempre a construção de um conjunto de versões sobre um determinado acontecimento" (GRINBERG, 2012, p. 128).

Um dos aspectos que destacamos é que no decorrer da leitura do processo, em especial a partir da sentença, é que a decisão do Júri ao ser posta em recurso, ou ao proporem recurso a ela, no processo é escrito que estão recorrendo apenas a decisão referente ao réu principal, Manoel. "Publicada a Senteça retro na presença do Promotor Público sómente por estarem os Réos nas prisões, e tendo o Juiz de Direito immediatamente appellado para o superior Tribunal da decisão do Jury *a respeito do Réo Manoel Martins de Siqueira*" (TRIBUNAL DE RELAÇÃO DO MARANHÃO, 1860, grifo nosso). Em outro trecho, já citado anteriormente, o Promotor Público ao se referir a Manoel e porque o mesmo deve permanecer preso usa de expressões como "tão horroroso crime", "um dos homens mais famigerados d'esta localidade", "pela maldade que sempre respira da prisão onde está". Tais frases são utilizadas como elementos na construção do discurso nos autos da defesa para enfatizar a culpa do réu, enfatizando tanto a natureza do crime como a natureza da pessoa que é acusada de o ter cometido. Em contrapartida, o réu Manoel ao realizar sua defesa em uma correspondência, afirma que tal acusação provém de "corações odiosos e vingativos". Infelizmente, a leitura do processo não demonstrou se havia alguma intriga particular entre o promotor e o réu, da mesma forma como a pesquisa em jornais não apresentou este resultado.

Um caso como esse, que também ocorreu na Província do Maranhão durante o século XIX, e que mostra essas peculiaridades trata-se do “crime da baronesa de Grajaú”, que aconteceu em 13 de novembro de 1876, onde Ana Rosa Viana Ribeiro, supostamente teria torturado e assassinado Inocêncio, um menino escravo de oito anos. Essa acusação guiada pelo promotor público Celso Magalhães, “ajudaram a compor um caso sem precedentes na história do Judiciário maranhense, no qual uma senhora abastada e casada com um político influente seria presa e vista como ré pelo fato de ter supostamente matado uma criança escrava” (COSTA, 2019, p. 16). Trata-se de um caso notório da história do Maranhão que demonstra como conflitos das áreas jurídicas e políticas influenciaram o decorrer desse processo.

A dimensão jurídica do processo que julgou Ana Rosa contribui para a análise da produção e da circulação de discursos das elites sobre a qualidade formal do escravo perante o Judiciário, já que discutiu o direito de disposição sobre a vida de uma criança escrava por sua senhora. [...] o tratamento jurídico dado aos escravos encontrou eco nas teses de defesa e de acusação de Ana Rosa Ribeiro. Para o advogado da senhora, interessava a retificação do escravo, pois qualquer ação violenta atribuída à sua cliente não passaria do exercício de seu direito de propriedade, sendo, por isso mesmo, impunível. Para a acusação, a natureza humana do escravo deveria ser reconhecida e, como consequência, declarada a existência do crime de homicídio, punindo-se a ré (COSTA, 2019, p. 17).

Casos como esse, demonstram como a ação da justiça nos Oitocentos não era sempre linear, não seguia um manual. Dependendo dos interesses, dos autores ou vítimas envolvidas, os

caminhos traçados pela justiça poderiam ser diferentes. No que se refere a presença de escravos nessas ações criminais e o seu status de coisa e pessoa, a diversidade de rumos que os casos poderia tomar era ainda maior. Sobre esse aspecto, um artigo do mesmo autor, Yuri Costa, ao estudar diversos processos judiciais da província do Maranhão, demonstra como ocorria a aquisição de direitos pelos escravos no sistema judicial dos Oitocentos. No âmbito criminal, foram o reconhecimento da condição do cativo como vítima de crime e a validade jurídica do testemunho do escravo (COSTA, 2009, p. 196).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este projeto de pesquisa demonstrou como em alguns casos, quando um crime era mais grave, no qual a vítima era um escravizado, poderia ir além da esfera do inquérito policial. Principalmente a partir do século XIX, o Estado interferia cada vez mais nas relações escravocratas e em crimes que envolvessem escravizados, fossem eles os réus ou as vítimas. A partir da leitura do processo, foi possível perceber que até mesmo foram interpostos recursos por parte da defesa no Tribunal da Relação, a partir dos desdobramentos da decisão do Juiz Municipal. E que correspondências de ambas as partes foram anexadas nesta cópia do processo, recorrendo das decisões tomadas pelo Júri.

Através da análise dos discursos da acusação e da defesa foi observado as nuances que envolviam discursos das elites sobre

sujeitos escravizados vítimas de homicídio. A utilização de adjetivos para enfatizar a má conduta do réu, ou enfatizar a condição de vítima do escravo Paulo que foi assassinado. Este trabalho constitui-se em mais um esforço em cada vez mais resgatar as dinâmicas das relações sociais que envolviam os escravos, em especial como eram tratados pela Justiça do século XIX. Apesar dos acusados, em especial Manoel Martins de Siqueira, não terem sido condenados pelo crime investigado, eles foram presos e vistos como réus no decorrer de vários anos que o processo estava em andamento. Analisar tais casos é importante para se recuperar a complexidade das relações sociais de denominação daquela sociedade escravista, e perceber a subjetividade de sua condição como coisa ou pessoa. E a pesquisa, leitura e análise de documentos guardados em “porões de arquivos” na tentativa de recuperar esse universo social mostra-se cada vez mais necessária.

## REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso de arquivos. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CABRAL, Maria do S. C. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. São Luís: Sioge, 1992.

CAMPOS, Adriana Pereira. **Nas barras dos tribunais: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX**. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós- Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

COSTA, Yuri. A transmutação da fala: uso e desuso de testemunhos de escravos nos tribunais do Maranhão imperial. In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (Orgs.). **O Maranhão oitocentista**. 1. ed. São Luís: Editora UEMA.

COSTA, Yuri. **Justiça infame: crime, escravidão e poder no Brasil Império**. São Paulo: Alameda, 2019.

COSTA, Yuri. Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Vol. 10, n. 20, p. 241-263, 2018.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Trabalho escravo e trabalho livre na crise da agroexportação escravista no Maranhão**. Monografia do Curso de Especialização em História Econômica Regional, Universidade Federal do Maranhão, 1998.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARQUES, Cesar Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. 3. ed. São Luís: Edições, AML, 2008.

ROSEMBERG, André; SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica. **Patrimônio e Memória**. São Paulo. v. 5, n.2, p. 168-182, 2009.

### **Manuscritos**

Tribunal de Relação do Maranhão. **Apelação – traslado dos autos homicídios**. Vila do Senhor do Bomfim da Chapada, 23 de maio de 1860.

## **AGROECOLOGIA E ECOFEMINISMO: o protagonismo feminino no campo e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra**

Nathalia da S. Pontes<sup>1</sup>

Isaac Giribet Bernat<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Na atualidade, com o impacto do avanço da produção de *commodities* em larga escala, o debate sobre meios de produção ecologicamente eficientes está em destaque, ao mesmo tempo em que se abre um importante questionamento para o lugar que deve ser ocupado pela produção realizada por trabalhadores rurais no avanço acelerado do agronegócio e das relações capitalistas no campo. Os processos de luta pela terra e luta na terra envolvem diversas nuances, dentre elas o presente artigo pretende entender qual o lugar ocupado pelas mulheres Sem Terra nesse processo de resistência, tornando-se protagonistas da transição agroecológica em andamento dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A problemática trabalhada é relevante por desmitificar o MST como uma organização livre das adversidades sociais, que, infelizmente, estão presentes no dia a dia, como é o caso do machismo. Pretende-se aqui estabelecer uma discussão sobre as

---

<sup>1</sup> Graduanda em História em Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UEMA).

<sup>2</sup> Professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

interações da agricultura de caráter familiar com o meio ambiente, passando pela Agroecologia e pelo protagonismo assumido neste quesito pelas mulheres Sem Terra. Assim sendo, abordaremos o uso de conceitos como Agroecologia e Ecofeminismo e trataremos do processo histórico de formação dos debates acerca do Setor de gênero dentro do MST.

Os procedimentos utilizados para a elaboração do texto foram a pesquisa bibliográfica em obras de referência e em documentos internos do MST, como o uso de artigos científicos, livros e publicações – produzidas por militantes do Movimento ou por pesquisadores da temática e disponibilizadas no próprio site do MST. Esta possibilidade vem alavancada em virtude da grande produção sobre questões referentes a gênero realizada por militantes do Movimento.

Desse modo, o principal objetivo desse texto é traçar os conceitos de Agroecologia, pensando a partir das discussões que norteiam a temática. Destacar o protagonismo feminino camponês no âmbito do processo de transição agroecológica vivenciada na contemporaneidade, fazendo um recorte de problemática, observando essa mudança dentro da dinâmica do Movimento Sem Terra. Concluindo, assim, com as discussões envolvidas em torno do Ecofeminismo, em que as mulheres são o sujeito, autor e destinatário da própria caminhada. A partir das características colocadas por diversas autoras, pensar se existe, dentro do MST, alguma representação do Ecofeminismo.

## A ORIGEM DO CONCEITO DE AGROECOLOGIA E SUAS CONTROVÉRSIAS

Contemporaneamente, novos processos tecnológicos são desenvolvidos para ampliação das grandes monoculturas de exportação, em muitos casos, desconsiderando os efeitos ecológicos perniciosos dessas ações. Dentre todos, a chamada agricultura de precisão é a mais intimamente vinculada ao meio ambiente, não diferente, é a que traz mais prejuízos. Os malefícios são diversos para o ambiente, afeta desde o solo, causando danos irreversíveis tornando terras que antes eram férteis em terras inapropriadas para o uso, atingindo também a fauna e flora, assim como as águas e suas nascentes. Com isso, entendemos que não se deve dissociar o lucro gerado pelo agronegócio das grandes lavouras e o manejo responsável dos recursos naturais; ou seja, a produção agrícola não pode visar apenas o lucro, prezando pela manutenção do meio ambiente, mantendo um equilíbrio entre ambas.

Com o avanço das técnicas agrícolas, já não foi imprescindível seguir as regras ecológicas mais básicas. O mínimo respeito ao meio ambiente é entendido como um mal necessário, sem pensar em medidas que possam reduzir os importantes impactos causados. Os efeitos perniciosos à natureza são muitos, o desmatamento e a perda acelerada de solo são alguns dos exemplos. A problemática ambiental veio à tona a partir de 1970, com os catastróficos impactos da “Revolução Verde”, iniciada em décadas anteriores, com uma intensificação dos problemas ecológicos. Segundo a explicação clara

e concisa presente no Dicionário de Agroecologia e Educação (HADICH; ANDRADE, 2021, p.651), a Revolução Verde se caracterizou por mudanças de fundo técnico, econômico e cultural, que impulsionaram a transformação radical da agricultura, vinculando esta a um

pacote tecnológico (fertilizantes, sementes, agrotóxicos e máquinas, (fármacos, rações, instalações, matrizes e reprodutores animais), que induziu a especialização produtiva (monocultivos e confinamentos e criação extensiva de animais) em grandes extensões de terra, com objetivo de exportação de matéria-prima. A agricultura foi subordinada à indústria e assumiu sua lógica na produção agropecuária, constituindo o que se denomina complexo agroindustrial (HADICH; ANDRADE, 2021, p.651)

A Revolução Verde apenas se tornou possível pelo aporte maciço de recursos públicos das potências ocidentais, incluindo alianças entre elites industriais e agrícolas, com uma modernização conservadora e excludente, que procurava desenvolver as relações capitalistas no campo sem alterar as estruturas de poder e propriedade. Nesse contexto, ocorreu a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1973.

A reestruturação promovida no campo pela Revolução Verde trouxe diversas consequências para a sociedade e meio ambiente. Alguns exemplos desses efeitos foram a mecanização do meio produtivo, ou seja, quando a mão de obra não é substituída por máquinas, ela necessita de qualificação profissional para a sua execução; o êxodo rural, provocado pelos altos custos de produção, onde os pequenos produtores foram sufocados pelo avanço das

monoculturas de escala, gerando uma grande concentração de terras; outra consequência, é a poluição dos recursos naturais e de diversos problemas de saúde ocasionados pelos defensivos utilizados.

Com isso, a busca de uma solução mais sustentável para a agricultura tornou-se cada vez mais necessária. Na procura por alternativas ecológicas, a agricultura “moderna” resgatou a lógica dos sistemas de produção utilizados pelas sociedades tradicionais camponesas, atribuindo a estas uma roupagem metodológica. Podemos afirmar que o exercício e desenvolvimento da Agroecologia tem a idade da agricultura no mundo. No entanto, foi a partir de 1970, que ocorreu a utilização contemporânea do termo. O conceito de Agroecologia é complexo, envolvendo várias perspectivas a respeito do próprio conceito de desenvolvimento, assim como dos sujeitos que participam dos processos. As frutíferas discussões sobre a Agroecologia estão presentes, entre muitos outros, nos trabalhos de Caporal e Costabeber (2004), em que é assumido o papel de uma ciência que proporciona as ferramentas para a transição para um futuro sustentável.

A Agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, pág.11)

Nesse mesmo sentido, Assis e Romeiro (2002) afirmam que:

A agroecologia é uma ciência, surgida na década de 1970, como forma de estabelecer uma base teórica para diferentes movimentos de agricultura alternativa que então ganhavam força com os sinais de esgotamento da agricultura moderna. No entanto, apesar de ser um

termo que surgiu vizinho às diferentes correntes da agricultura alternativa, não deve ser entendida como uma prática agrícola. É uma ciência que busca o entendimento do funcionamento de agroecossistemas complexos, bem como das diferentes interações presentes nestes, tendo como princípio a conservação e a ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas como base para produzir autoregulação e consequentemente sustentabilidade (ASSIS; ROMEIRO, 2022, p.10)

Os sistemas agroecológicos visam estabelecer agrossistemas que sejam o mais próximo possível aos naturais; ou seja, contrário ao sistema produtivo hegemônico da atualidade, pretende evitar a dependência por insumos externos como fertilizantes químicos e agrotóxicos para atingir uma alta produção e ter o controle de pragas e doenças. No entanto, por representar uma ruptura com o paradigma químico-mecanizado em voga, a Agroecologia é muitas vezes entendido como sinônimo de uma agricultura orgânica.

A diferença principal entre Agroecologia e produção orgânica está na complexidade que abrange a primeira. Enquanto a segunda é, eminentemente, uma prática agrícola, que envolve um conjunto de tecnologias e procedimentos para o desenvolvimento da produção de alimentos saudáveis com fim empresarial, que desconsidera o papel social que a produção de alimentos saudáveis deveria possuir, a Agroecologia vincula a produção agrícola ao desenvolvimento social e econômico de maneira sustentável, isto é, conciliando as necessidades dos seres humanos e respeitando os limites ecológicos. Dominique Guhur e Nívia Regina da Silva (2021) resumem a

complexidade auferida ao conceito de Agroecologia da seguinte forma:

A agroecologia tem sido reafirmada por um conjunto de sujeitos sociais, organizações, instituições de pesquisa e ensino como uma ciência, um enfoque ou disciplina científica, como prática (social) e como movimento ou luta política. Pode apresentar uma abordagem restrita, como um campo de cultivo agrícola; considerar um agroecossistema mais complexo, como uma unidade de produção (estabelecimento rural, assentamento de reforma agrária) ou mesmo uma região; abarcar todo o sistema agroalimentar; ou convidar a repensar o metabolismo sociedade-natureza, como parte de um projeto societário (GUHUR; DA SILVA, 2021, p.59)

## **AGROECOLOGIA E MULHERES, O ECOFEMINISMO EM DISCUSSÃO**

No feminismo, a relação humana com a natureza recupera um sentido de unidade e continuidade em que os vínculos entre mulheres e Agroecologia não se limitam a uma boa gestão de recursos, mas também deve ser entendido a partir do “ambientalismo feminista”. A sua proposta pode ser explicada através de seis pontos principais:

1) ser um pensamento crítico; 2) reivindicar a igualdade e a autonomia das mulheres; 3) aceitar com prudência os benefícios da ciência e da técnica; 4) fomentar a universalização dos valores da ética do cuidado entre os humanos e a natureza; 5) assumir o diálogo intercultural; 6) afirmar a unidade e continuidade da natureza a partir do conhecimento evolucionista e o sentimento de compaixão (PULEO, 2008, p. 4)

Na década de 1970, os movimentos feministas surgiram com manifestações em que também se reivindicavam pautas sobre o meio

ambiente. Nesse mesmo período, o termo Ecofeminismo foi utilizado pela primeira vez por Françoise d'Eaubonne, responsável por fundar o movimento que uniu o feminismo e a ecologia, destacando que a ecologia era também uma pauta feminista. Nessa perspectiva, o movimento feminista encontra no sistema patriarcal a gênese do desastre ecológico, enquanto as mulheres e a natureza são vistas como as reprodutoras da vida, vítimas das agressões do sistema

A primeira pessoa que uniu ambos os termos e começou a falar de Ecofeminismo foi a escritora e pensadora francesa Françoise d'Eaubonne, em sua obra "O feminismo ou a morte". Teve uma breve militância comunista na década de 60, que abandonou depois de comprovar que os assuntos relacionados com a mulher sempre se deixavam para "depois" da revolução. E como muitas vezes o importante das coisas é como acabam, pois Françoise d'Eaubonne acabou sendo anarquista, como seu pai. Em 1974 criou o termo Ecofeminista. E quando em 1978 publicou muitas vezes o importante das coisas é como acabam, pois Françoise d'Eaubonne acabou sendo anarquista, como seu pai. Em 1974 criou o termo Ecofeminista. E quando em 1978 publicou suas teses sobre Ecofeminismo, foi objeto de mofa e a ridiculizaram na Europa por unir dois conceitos que não tinham nada que ver. Apesar disso suas teses penetraram na Austrália e primeiro na América, onde o Ecofeminismo adquiriu um matiz espiritualista e mais tarde na Índia onde Vandana Shiva irá constituir-se como um levante de voz (SILIPRANDI, 2000, p.12)

O Ecofeminismo se constituiu através de um conjunto de colocações teóricas e de experiências dentro dos movimentos de mulheres que discutiam sobre a necessidade de reinterpretação das relações humanas com o meio ambiente, que não fosse sexista e que valorizasse os limites da natureza (SILIPRANDI, 2015, p.66). O processo de mudança na visão sobre a interação dos movimentos

sociais feministas e o meio natural, não era homogêneo e sofreu críticas de ambos os movimentos. Os primeiros Ecofeminismos denunciam o paradigma do ser masculino como única representação coletiva, ou seja, o pensamento masculino acima dos demais. Eles resgataram a contribuição das mulheres para o desenvolvimento das sociedades, além de trazerem à tona as formas de exclusão do conhecimento formal que as mulheres foram vítimas.

Diversas autoras contemporâneas têm trabalhado o conceito Ecofeminismo, estabelecendo novos horizontes para a correlação do feminismo com outros movimentos sociais como os antirracistas, antiglobalização e o ecológico. Alicia Puleo (2005), destaca algumas contribuições presentes nesses primeiros ecofeminismos, enfatizando a dominação patriarcal sofrida tanto pelas mulheres quanto pela natureza. Essas mesmas autoras destacam também o uso inadequado das tecnologias que trazem prejuízos para o meio ambiente e, conseqüentemente, para os seres humanos; utilizaram da opressão androcêntrica para justificar que a violência sofrida pelas mulheres, dentro dessa dominação masculina (SILIPRANDI, 2015, p.67).

Outro ponto importante faz referência a que as mulheres pobres residentes nos países da periferia do sistema capitalista são as que mais sofrem com a violência opressiva do patriarcalismo e, conseqüentemente, com a degradação ambiental. Outra consideração importante é a visão que acredita que tanto a natureza como a mão de obra feminina são fontes inesgotável de lucro para os

homens, ponto amplamente discutido na Economia Feminista (SILIPRANDI, 2015, p.67).

Esses “clássicos” do Ecofeminismo foram duramente criticados por possuírem uma visão essencialista em que todas as mulheres teriam umas mesmas características que marcariam sua “feminilidade”; em síntese, significa normas e comportamentos que apontam para o que é uma atitude aceita socialmente como feminina e essas mesmas características justificariam a proximidade das mulheres com a natureza. Esse essencialismo, assim como o movimento ecofeminista atrelado aos ideais espiritualista defendido por Vandana Shiva (1991), receberam diversas críticas quanto a concepção de separação entre os sexos. No caso essencialista, existe uma divisão em dois sentidos

o primeiro, porque uniformiza todos os possíveis comportamentos humanos, masculinos e femininos, definindo-os previamente, de forma a-histórica; e, em segundo lugar, porque, ao aceitar a existência e valorizar as características ditas “femininas”, reforça justamente o que a cultura ocidental sempre utilizou como base para a opressão das mulheres e sua segregação ao mundo privado. Seria como se as mulheres aceitassem “livremente” o lugar subalterno que lhes foi designado pelo patriarcado e passassem, em vez de denunciar o seu caráter injusto, a se orgulhar dele (SILIPRANDI, 2015, p.69)

Enquanto a vertente espiritualista, apesar das críticas, foi valorizada pelo questionamento feito ao andropocentrismo e o trabalho de localizar as origens do patriarcado na crença dos deuses. As ecofeministas, vinculadas a essa vertente, questionaram os valores “judaico-cristãos que estão na base do relacionamento das culturas

ocidentais com o meio natural, enquanto estas buscam uma religação entre humanidade e natureza em deusas “corporificadas”, “encarnadas”, situadas neste planeta” (SILIPRANDI, 2015, p. 70).

A última das três correntes do Ecofeminismo, além da espiritualista e a clássica já citadas, é a construtivista. Esta linha de pensamento critica a relação das mulheres com a natureza, não como algo natural e próprio do sexo feminino “mas é um produto do modelo de sociedade patriarcal que estabelece determinadas responsabilidades para a mulher na economia familiar, por meio da divisão do trabalho, da distribuição do poder e da propriedade” (MORO; MANTELLI, 2017).

Os princípios que norteiam o pensamento Ecofeminista, podem ser simplificados mediante o tripé economia, política e gênero. O primeiro traz o pensamento hegemônico ocidental onde a mulher tem uma intersecção com a natureza, ou seja, a dominação da mulher e a exploração da natureza são as duas faces da mesma moeda para o uso livre dos "recursos naturais" e para acumulação de capital. Desde uma perspectiva política, a partir da visão política do ocidente, o Ecofeminismo simboliza a mulher como natureza e o homem como cultura, onde a cultura seria superior e responsável por “dominar” a natureza – dessa forma, se fosse possível acabar com a exploração da natureza se daria a condição de libertação da mulher. Por fim, para pensar o degrau do gênero resulta necessário adentrar nas discussões sobre as políticas científicas e tecnológicas que não evidenciaram as formas de exclusão das mulheres; isto é, essas

políticas “tem orientado o desenvolvimento econômico moderno são políticas que reforçam essa visão, não sendo “neutras” do ponto de vista de gênero ou ambientais” (SILIPRANDI, 2000, p.63).

Para findar com essa breve discussão destacamos ainda a proposta de Ecofeminismo diagramático (SILIPRANDI, 2015). Este permite repensar a interface entre ecologia e feminismo e vice-versa, na perspectiva de ampliar os direitos das mulheres e reconhecer a sua contribuição para a luta contra as atuais demandas ambientais e sociais e a sua aceitação como um todo, pensando de modo paralelo os conceitos de ecologia e movimentos sociais feministas. Em resumo, as Ecofeministas tecem críticas a sociedade por se basear e priorizar a sua construção nos valores patriarcais. Esse movimento, procura reestruturar o modelo de sociedade partindo do pressuposto que todos os indivíduos são importantes, unindo o Feminismo e a luta pela igualdade de gênero com a defesa do projeto de preservação ambiental.

Ademais, existem alguns pesquisadores, principalmente mulheres, que estudam diversos aspectos sobre o Ecofeminismo. Seguindo com as contribuições de Vandana Shiva (1991), responsável por “demonizar” o indivíduo homem e recuperar o feminino “para liberar as mulheres, a natureza e o próprio homem, em direção a uma energia criativa, não patriarcal e sem violência” (SILIPRANDI, 2015, p.31); isto é, a restauração do princípio feminino é amplo, inclui restaurar formas femininas, masculinas e criativas de ser e perceber a natureza, o que pressupõe esta como um organismo vivo.

Em contraposição a Shiva, Bina Agarwal (1997), critica amplamente o Ecofeminismo passando a criar uma nova linha teórica chamada de "ambientalismo feminista". A economista indiana acha que a maioria do Ecofeminismo estabeleceu a ligação entre gênero e meio ambiente apenas em termos ideológicos. Além de criticar a ocupação conceitual da biologia sobre a construção social de gênero, fazendo uma generalização e ignorando as outras categorias vinculadas ao gênero. Todavia, segundo Plumwood (GODOY, 2013), não se trata de descartar a racionalidade, mas de substituí-la. Opera com uma lógica diferente da dominação, mais democrática e não hierarquizada, incluindo na mesma equação emocional e material. Então surgiu uma afirmação crítica do feminismo como uma "reconstrução crítica do feminismo" (SILIPRANDI, 2015).

Destaca-se também Alicia Puelo (2008), quem trabalha com a ideia do "Ecofeminismo ilustrado" e a validade do Ecofeminismo fora da dimensão essencialista. Ela defende a igualdade e autonomia das mulheres, destacando que as mulheres ecofeministas não desistam da luta política de cunho feminista e, ao mesmo tempo que ocorre, de forma paralela, a manutenção da consciência ecológica.

A partir da discussão sobre o conceito e abordagens do Ecofeminismo, abre-se um espaço para o questionamento, afinal, o Setor de Gênero do MST e os grupos de mulheres Sem Terra que emergem Brasil afora podem ser consideradas como formas de Ecofeminismo? Entendemos que a resposta para esse

questionamento deve ser positiva, visto que nas instancias do MST tem se trabalhado um feminismo de caráter camponês, vinculando este com ações agroecológicas. Cabe destacar que as mulheres brasileiras estão cada vez mais “engajadas nas lutas em defesa da natureza no contexto brasileiro e em muitos territórios no mundo” (ROSENDO; KUHNEN, 2019). Um dos maiores exemplos do Ecofeminismo no país é a Marcha das Margaridas, um movimento socioambiental unificado de mulheres do campo de todo o Brasil, que recebe apoio de diferentes organizações da sociedade civil, com destaque para a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), além das

[...] lutas das altivas mulheres de Altamira e região contra a privatização e barragem do Rio Xingu em Belo Monte, contra a privatização da água na cidade de Manaus, no coração da Amazônia, pelo livre acesso aos babaçuais, especialmente na pioneira luta das bravas maranhenses, contra as florestas de monocultivo de eucalipto no Espírito Santo e Paraná, contra a pesca de arrastão no Ceará, e as muitas outras lutas em que quase sempre encontramos as mulheres à frente, nos chamaram para a necessidade de renovar as reflexões de modo a permitir a compreensão da essência de tais lutas (RODRIGUEZ, 2013, p. 42)

O intenso protagonismo associado a participação social das mulheres camponesas, fez surgir novos princípios no Brasil, próximos do Ecofeminismo. Com a criação do Setor de Gênero do MST, diretrizes políticas em prol da igualdade foram estabelecidas com onde a equidade na titularidade do lote de Reforma Agrária, nas instâncias políticas de base e coordenação e nos cursos de formação. Além disso, ao longo da sua consolidação dentro do Movimento, os

vínculos estreitos do MST com a Via Campesina e o Feminismo Camponês Popular que marcaram “uma política de gênero e classe a partir da realidade das mulheres do campo” (NAHRA, 2019).

## **O MST E O PROTAGONISMO FEMININO NO PROCESSO AGROECOLÓGICO CONTEMPORÂNEO**

No ano de 2000, o MST criou seu Setor de Gênero com intuito de construir novas relações interpessoais entre suas bases, além de fortalecer as produções intelectuais para uma política de equidade dentro da organização. Através de encontros de mulheres, nas esferas estadual e nacional, foram sendo aprofundadas as discussões acerca da temática de inclusão da mulher, garantia de direitos sociais básicos e fim dos preconceitos.

O papel político da mulher dentro do Movimento é o mesmo desempenhado pelos homens, dessa forma a mulher assume a posição de sujeito que transcende o lugar até então destinado a ela pela sociedade, o de ser apenas mãe e esposa. Na Cartilha Mulher Sem Terra (1999), elaborada pelo Coletivo Nacional de Gênero, se percebe um importante avanço quanto ao conceito de gênero, concluindo que:

Nós mulheres, somos diferentes dos homens, mas não somos inferiores. Politicamente, somos iguais. Existe na sociedade o masculino e o feminino, mas está organizada PELO masculino e PARA o masculino, falta a participação do feminino. Queremos é que o ser feminino participe da organização dessa sociedade para que ela seja pensada pelos dois e para os dois. Sendo assim, não dá para continuar falando que existe um papel para a mulher e um papel para homens. Em nossos

Acampamentos e Assentamentos e na nova sociedade, o papel das mulheres é o mesmo papel político desempenhado pelos homens, porém do jeito da mulher. Não queremos ser vistas apenas como mães e esposas, ou simplesmente estar presentes nas ações. Queremos sim, ocupar os espaços de decisões em todos os níveis na nossa organização e na sociedade que almejamos construir (COLETIVO NACIONAL DE GÊNERO DO MST, 1999, p.14).

Dentro do Movimento existem linhas políticas específicas referentes a gênero, para a promoção da equidade e inclusão das mulheres nas suas diversas instancias políticas. Os principais pontos pautados pelo Setor de Nacional Gênero ao Movimento são: a garantia da concessão de terras para homens e mulheres; assegurar, de forma igualitária, a liderança de todos os núcleos dos acampamentos e assentamentos, ou seja, um coordenador e uma coordenadora desde o planejamento, administração até a execução de uma determinada ação; garantir que elas sejam sócias nas cooperativas e associações com igualdade nos direitos trabalhistas, tendo uma participação efetiva em todo processo; assegurar que qualquer projeto ou recurso do Movimento seja discutido por todo órgão familiar, não somente pelos homens; e, por fim, combater toda forma de violência que tornam as mulheres vítimas (MST, 2003, p.25).

A partir de 2012, com debates cada vez mais frequentes e variados dentro do Setor de Gênero, foram criados grupos produtivos de mulheres, visto que, em muitos casos, a participação das mulheres em certas atividades só ocorria se essa trouxesse benefícios de caráter econômico para a família em forma de fonte de renda para auxiliar

em casa. Além da necessidade de uma participação efetiva feminina, segundo a ex-coordenadora do Setor de Gênero do MST, Atiliana Brunetto,

A partir de 2012, o setor iniciou um trabalho de debate e reorganização de grupos produtivos de mulheres, aliado às outras discussões sobre a questão da participação, violência, problema econômico e da inserção política da mulher na sociedade. Com o objetivo de conscientizar a mulher em relação ao seu processo de vivência, a necessidade de organização é luta por seus direitos (MST, 2016, p.1)

Conclui-se que, apesar da participação ativa das mulheres Sem Terra em cooperativas e associações, seja como produtoras, experimentadoras, comerciantes ou consumidoras, foi apenas nos últimos anos que elas emergiram publicamente como sujeitos políticos do processo agroecológico. Isso se deve, em grande parte, à forma como as relações de gênero são expressas na sociedade em geral e no meio rural em particular, onde o papel feminino resulta sistematicamente inferiorizado, quando não invisibilizado. Embora as mulheres trabalhem efetivamente em diversas atividades da agricultura camponesa, elas só são reconhecidas e valorizadas por suas atividades domésticas, como esposas e mães, e não como produtoras e geradoras de renda para a família. Por outro lado, majoritariamente, cabe aos homens o poder decisório que afeta a família como unidade de produção e núcleo de convivência, assim como a representação da família no mundo público.

Parece evidente que as relações de gênero não podem ser alteradas rapidamente, pois estas passam por ser um elemento

sociocultural próprio de uma sociedade predominante patriarcal, consolidada com raízes firmes ao longo do processo histórico. Torna-se necessário um longo e complexo trabalho em pro da transformação, tanto do comportamento quanto na concepção intelectual, para superar o machismo naturalizado na sociedade. Com isso, o debate contendo os elementos de feminismo e Agroecologia se torna essencial para compreender as dinâmicas das relações de poder no campo, e mais especificamente aquelas que acontecem dentro dos acampamentos e assentamentos vinculados ao MST.

No Brasil, a Agroecologia pode ser considerada um movimento social conformado por diversas organizações, em virtude da sua forma de articulação em torno de questões que transcendem os debates acerca das questões tecnológicas, incorporando outras problemáticas de cunho sociopolítico. Essa participação ativa dos agentes sociais do campo provocou uma valorização da agricultura camponesa em geral e da realizada pelas mulheres em particular, como parte integrante de uma produção agroecológica. Em decorrência disso, se abriram portas para o reconhecimento do papel que as mulheres poderiam desenvolver na construção desse processo, que não se gera de forma espontânea, mas como resultado de uma luta constante por ocupar o espaço que lhes corresponde (SILIPRANDI, 2013, pág. 332).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do processo de construção organizacional e de debate político do Movimento Sem Terra, as questões que envolvem as diversas nuances que conformam o gênero sempre estiveram presentes, apesar de que apenas nos últimos anos estas passaram a ser foco de estudo e reflexão por parte da sua militância. A partir dessas reflexões teóricas e das numerosas experiências práticas que são geradas nos acampamentos e assentamentos, começaram a aparecer publicações que mostram um interesse cada vez maior do MST com as questões de gênero.

A discussão sobre igualdade dentro do Movimento foi fortalecida a partir da criação do Setor de Gênero, no ano de 2000, enriquecendo o debate iniciado com a criação do MST, em 1984, para estabelecimento de uma equidade de gênero. O trabalho exercido pelo Setor ampliou as discussões no interior do Movimento, desencadeando ações para impulsionar a participação das mulheres nas diversas instâncias organizativas, na produção agroecológica e na luta contra a violência.

Com isso, as mulheres Sem Terra fizeram com que suas mobilizações servissem para refletir sobre o papel que querem desenvolver na sociedade que estão construindo mediante seu cotidiano, abrindo no Movimento um importante questionamento sobre a divisão sexual do trabalho no mundo camponês contemporâneo. Ou seja, dentro do MST está em debate como as mulheres acampadas e assentadas devem assumir cada vez mais

relevância na organicidade do Movimento, ultrapassando o período em que estas não participavam plenamente das discussões basilares ficando apenas responsáveis pelos trabalhos domésticos.

Pensava-se que este processo de assumir cada vez maiores responsabilidades nas áreas políticas e produtivas seria muito demorado, uma vez que o contexto rural representa a reprodução do modo de vida e dos valores patriarcais dominantes na sociedade, no entanto estamos percebendo justamente o contrário pois são inúmeros os grupos de mulheres praticando a Agroecologia Brasil afora.

Mediante ao exposto, percebe-se que o debate sobre o Ecofeminismo é uma corrente de pensamento que torna as mulheres sujeito da questão social e ambiental, possibilitando que estas sejam parte da solução mediante, entre outros pontos, a produção de alimentos saudáveis. No Brasil, há cada vez mais movimentos sociais que fazem essa relação entre ecologia e feminismo; dentre eles, destacamos o Movimento Sem Terra que passou a incluir no seu projeto societário a produção agroecológica dos grupos de mulheres, que nós entendemos como uma das dimensões que conformam o Ecofeminismo.

## REFERÊNCIAS

AGARWAL, Bina. Gender, Environment, and Poverty Interlinks: Regional Variations and temporal Shifts in Rural Índia, 1971-91. **Pergamon**: Great Britanian, [s. l.], v. 25, ed. 1, p. 23-52, 1997.

ASSUNÇÃO, Hildeu Ferreira da; JESUS, Poliana Pereira; MARTINS, Jaqueline Porn; RIBEIRO, Dinalva Donizete; SILVA, Jesiel Souza. Transição agroecológica na agricultura familiar: relato de experiência em Goiás e Distrito Federal. **Campo – Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. 363-375, fev. 2011.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. do. O MST e a Edificação de uma Proposta de Reforma Agrária Baseada em Princípios Agroecológicos. **Retratos de Assentamentos**, v. 16, n. 2, p. 221-243, 2013.

COLETIVO NACIONAL DE GÊNERO DO MST. **Mulher Sem Terra**. Caderno de Formação número 2. São Paulo: MST, 1999.

FERRE, Fabiano Lira. Ecofeminismo, democracia e sustentabilidade. **Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2015.

FERREIRA, Ana Paula Lopes and MATTOS, Luis Cláudio. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. **Ciência e Cultura**. [online]. 2017, vol.69, n.2, pp.38-43. ISSN 2317-6660. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602017000200013>.

FLORES, Bárbara Nascimento; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Ecofeminismo e comunidade sustentável. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, p. 11-34, 2015.

GODOY, Cíntia Aparecida de. **A Crítica do Domínio e da Razão em Val Plumwood e o Feminismo Ecológico Crítico**. 80 p. Tese (Doutoramento Europeu) - Universidades de Salamanca/Espanha - USAL e de Lisboa/Portugal - UFUL, 2013.

GUHUR, Dominique; SILVA, Nívia Regina da. **Agroecologia**. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al, (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1º. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 59-72.

KUHNEN, Tânia A.; ROSENDO, Daniela. Ecofeminismos. **Mulheres na Filosofia**, ano 2, v. 7, p. 16-40, 2021.

MORO, Carolina Corrêa Moro; MANTELLI, Gabriel Antônio Silveira. Narrativas ecofeministas. **Justificando: Mentres inquietas pensam Direito**, 8 mar. 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder. As relações de gênero e o MST. In Campos, C. (Org). **Setor Nacional de Gênero. MST**. São Paulo: ANCA, 2003.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Procuramos construir novas relações de gênero, em que todas e todos sejamos respeitosos um com o outro**. Entrevista de Solange Engelmann. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/11/25/procuramos-construir-novas-relacoes-de-genero-em-que-todas-e-todos-sejamos-respeitosos-um-com-o-outro-afirma-dirigente/>. Acesso em: 22/03/2022.

PAZ, Flávia Piccinin; GUBERT, Marcelo Wordell; FABRINI, João Edmilson. ECOFEMINISMO: ANÁLISE DA MULHER COMO VETOR DE SUSTENTABILIDADE. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 7, n. 1, p. 75-90, 2021.

PUELO, Alicia \_\_\_\_\_. Luces y sombras de la teoría y la praxis ecofeministas. In: CAVANA, María Luisa; PULEO, Alicia; SEGURA, Cristina (coord.). **Mujeres y ecología: história, pensamiento, sociedad**. Madrid: Al-Mudayna, 2004. p. 21-34.

PUELO, Alicia. Libertad, igualdad, sostenibilidad. Por un ecofeminismo ilustrado. Isegoría, **Revista de Filosofía Moral y Política**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008.

RODRIGUEZ, G. Ecofeminismo: superando a dicotomia natureza/cultura. In: Rodriguez, G. (Coord.). **As mulheres na**

**Rio+20: diversas visões contribuindo ao debate.** Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2013. p. 37-56.

RUA, Maria das Graças & ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”? As relações de gênero nos assentamentos rurais.** Brasília: UNESCO, 2000.

SANTOS, Christiane Fernandes dos et al. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade** [online]. 2014, v. 17, n. 2, pp. 33-52. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000200004>>. Acesso em: 22/03/2022.

SHIVA, Vandana. 1991. **Abrazar la vida: mujer, ecologia y super vivencia.** Montevideo: Instituto del Tercer Mundo.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres como sujeitos políticos da luta ecológica.** In: SILIPRANDI, Emma. Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. Cap. 1, p.37-80.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos.** Niterói: Alternativa, 2013. p. 329-346.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia:** a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009.

SILIPRANDI, Emma. Agroecologia, agricultura familiar e mulheres rurais. **Revista brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007.

SILIPRANDI, Emma. **Ecofeminismo:** contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 61-71, 2000.

## APLICATIVOS EDUCACIONAIS PARA AULAS DE HISTÓRIA: História local na palma da mão - Caxias - MA

Francisco Lucas Gonçalves dos Reis<sup>1</sup>

Jakson dos Santos Ribeiro<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

O contexto de pandemia em que vivemos atualmente nos revelou o quão presente as tecnologias estão na vida dos indivíduos. Em especial no campo educacional, o que vimos foi a continuação das aulas (de forma remota) com o intermédio das tecnologias. As escolas passaram a utilizar algumas plataformas para a continuação das atividades, tais como: *Google meet; Zoom; Microsoft Teams; etc*, por onde professores e estudantes interagem em salas de aula virtuais.

No entanto, para além da visão das tecnologias como simples intermediadoras, é importante pensá-las enquanto ferramentas pedagógicas e que oportunizem o aprendizado. Neste contexto, os smartphones assumem a centralidade quando se trata do principal meio de acesso aos conhecimentos em geral, uma vez que o aluno

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de História – Licenciatura, da Universidade Estadual do Maranhão, campus Caxias (CESC-UEMA).

Email: franciscolucas075@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor Adjunto II da Universidade Estadual do Maranhão (CESC/UEMA). Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará

Email: [noskcajzaionnel@gmail.com](mailto:noskcajzaionnel@gmail.com).

com o acesso à internet pode estar em contato com culturas dos mais longínquos lugares. Em relação a este ponto, o Ensino de História é quem mais se beneficia, tendo em vista a possibilidade de hoje os estudantes poderem visitar museus virtualmente, ter acesso aos documentos históricos digitalizados, e os conhecimentos históricos que se apresentam em diferentes formatos, em plataformas diversas, desde uma rede social, um documentário, um blog, um curta-metragem, etc. Os estudantes ficam desta forma imersos no mundo da internet que os torna sem exagero algum, cidadãos globais.

Partindo das considerações feitas anteriormente, é preciso que as tecnologias estejam aliadas também para que seja possível ao aluno ter acesso ao conhecimento do seu lugar, do local em que vive, para que a partir dali possa compreender os contextos mais amplos. Assim, atentar para a aprendizagem da História Local constitui-se uma forma de valorizar a própria identidade do lugar e das pessoas que pertencem a ele, uma vez que a própria Base Nacional Comum Curricular - BNCC ressalta a necessidade de criar vetores para que o Ensino de História Local possa se estabelecer no cotidiano dos alunos.

Considerando o contexto acima descrito, este artigo apresenta os resultados do desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica de iniciação científica no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBITI 2020/2021. O título do projeto consistiu na proposta “O desenvolvimento de aplicativos educacionais para aulas de História

geral e História do Maranhão na Educação Básica”; e o plano de trabalho desenvolvido foi “Jogo da memória: história local na palma da mão”. O objetivo foi a elaboração de um aplicativo para apoio aos professores da Rede de Educação Básica de Caxias- MA no que diz respeito ao ensino de história local.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Para o início do desenvolvimento da presente pesquisa foi imprescindível buscar um referencial teórico a respeito da importância das tecnologias aplicadas ao Ensino de História; o conceito de *mobile learning* (aprendizagem móvel); e a relação Ensino de História e história local.

É importante considerar primeiramente que o Ensino de História, diante das tecnologias, se depara com muitas possibilidades que podem tornar este ensino cada vez mais dinâmico e atrativo para os alunos.

No entanto, é necessário o cuidado por parte dos profissionais da educação, para que as tecnologias, quando utilizadas, não sirvam apenas como intermediadoras do processo educativo, elas devem ter propósito pedagógico e possibilitar aos alunos a interação com o conhecimento. Deste modo:

A utilização da tecnologia com intenções educativas necessita de uma sustentação pedagógica ao nível das estruturas, dos intervenientes e das estratégias de ensino e de aprendizagem, porque mais importante que centrar a discussão no tipo de tecnologia a utilizar é identificar que propósito pedagógico se pretende atingir [...] (DIAS-TRINDADE; MOREIRA, 2017, p. 100).

Desta forma, o uso de aplicativos no Ensino de História também está relacionado ao estudo sobre o *mobile learning* (aprendizagem móvel), que se mostra mais que necessário no campo educacional, pois se deve considerar o potencial das aplicações móveis no processo de ensino e aprendizagem por possibilitarem a elaboração de um conjunto ilimitado de ações pedagógicas, independentemente do espaço da sala de aula, uma vez que:

O acesso ao conteúdo de multimídias deixou de estar limitado a um computador pessoal (PC) e estendeu-se também às tecnologias móveis (telemóvel, PDA, Pocket PC, tablet, PC, Netbook), proporcionando um novo paradigma educacional, o *mobile learning* ou aprendizagem móvel, através de dispositivos móveis (MOURA, 2012, p.50).

Esta aprendizagem móvel traz a vantagem de conectar aluno e professor, e estes ao conteúdo estudado mesmo estando geograficamente distantes. Porém, o uso destas aplicações deve receber atenção especial pois existem alguns desafios no caminho justamente por ser ainda um tema muito debatido no campo educacional.

Considerando ainda a formação dos professores que geralmente não contempla uma capacitação em relação às tecnologias é importante fazer a seguinte consideração:

Devemos utilizar metodologias adequadas do contexto na qual se inserem. O professor precisa se apropriar das questões teóricas na vinculação com as especificidades da tecnologia. Nesse sentido, o professor poderá ser capaz de identificar os limites e potencialidades dessa situação (LEITE, 2014, p.59).

A questão do contexto é um ponto que deve ser priorizado na utilização de aplicações móveis em escolas municipais, levando em consideração a heterogeneidade presente na sala de aula em que o professor deverá elaborar atividades que incluam todos os alunos. É preciso que o professor saiba manusear e principalmente utilizar as aplicações móveis como um recurso pedagógico vinculando as questões teóricas.

Cabe destacar que as aplicações são ferramentas auxiliares e não substituem os recursos já utilizados pelo professor. Para um melhor aproveitamento ao ministrar o conteúdo é interessante que sejam utilizadas todas as maneiras possíveis, integrando as diferentes tecnologias para obter os resultados esperados no processo de ensino e aprendizagem.

É importante neste processo dinâmico de aprender pesquisando, utilizar todos os recursos, todas as técnicas possíveis por cada professor, por cada instituição, por cada classe: integrar as dinâmicas tradicionais com as inovadoras, a escrita com o audiovisual, o texto sequencial com o hipertexto, o encontro presencial com o virtual. (MORAN, 2000, p. 140).

Desse modo em relação ao uso das aplicações móveis no ensino de História o *mobile learning* mostra-se:

[...] como um processo igualmente capaz de potencializar a educação da História num contexto de educação formal, mas fora do espaço tradicional de sala de aula, em contexto de visitas de estudo, acreditando que a aprendizagem da História e o desenvolvimento da consciência histórica não se restringem apenas ao espaço de sala de aula, mas podem ser concretizados em qualquer lugar, desde que devidamente pensados e executados em termos didáticos. (VIEIRA; FERREIRA, 2016, p.209).

É este o ponto central sobre o uso das aplicações móveis no Ensino de História, pois não consiste apenas na aprendizagem fora da sala de aula, mas principalmente a vantagem do desenvolvimento da consciência histórica além do espaço escolar. Aqui é importante atentar para o cuidado que deve ser tomado pelo professor ao propor estas atividades que devem ser pensadas com fins didáticos, pois caso contrário as aplicações móveis não se mostrarão como ferramentas auxiliaadoras no processo de ensino e aprendizagem.

A discussão sobre desenvolvimento da consciência histórica dos alunos deve sempre levar em consideração o momento que estão vivenciando. Ao considerar que este é um momento de avanços tecnológicos e discussões sobre o melhor uso do mesmo, faz-se necessário uma articulação e complementaridade com o objetivo de aliar os recursos que os alunos frequentemente utilizam, mas que só agora estão sendo pensados como ferramentas pedagógicas auxiliaadoras no processo de ensino e aprendizagem.

Temos ainda o fato de que, entre todas as disciplinas a História tem papel de destaque, pois credita-se a ela a responsabilidade principal na formação de uma consciência histórica na construção de valores culturais e também sociais. A consciência histórica, segundo Rüsen é entendida como, “[...] a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente sua vida prática no tempo.” (RÜSEN, 2001, p. 57).

Desde sua origem, por volta do século XIX, o ensino de História foi trabalhado a partir de uma escala temporal longínqua e de um espaço geográfico distante. Neste período, o passado recente não poderia ser objeto de estudo, assim como o espaço mais próximo do historiador. Isto, segundo as discussões da época, comprometeria os ideais de objetividade e neutralidade que os historiadores tanto buscavam. Nesta perspectiva apresentada, o ensino de História valorizava a erudição e a capacidade de memorização dos feitos e fatos considerados importantes, sempre protagonizados por sujeitos considerados “heróis”. (CAIMI, 2010)

Nos debates mais recentes, professores, historiadores, e pesquisadores do ensino defendem um ensino de história que oriente os indivíduos a pensarem historicamente. Um ensino que ajude no desenvolvimento de uma consciência histórica, formada a partir da compreensão das histórias do seu lugar, das situações cotidianas e das experiências reais de vida deles. A partir da compreensão do seu lugar é possível entender os contextos maiores.

No campo da historiografia, o final do século XX e início do século XXI é caracterizado pela diversidade de abordagens. Há o retorno de propostas, questões e temas até então fora da preocupação dos historiadores.

É, ao mesmo tempo, um momento de autocrítica no que diz respeito às escolhas dos objetos de estudo e temáticas escolhidas no decorrer do século XX, de forma que os temas antes renegados voltam, sujeitos portanto a novas leituras e perspectivas. O século XX

apresentou como alternativa a história historicista os dois paradigmas já conhecidos; o marxista e o dos Annales. Este mesmo século termina buscando novas formas de fazer história.

Posteriormente começam a aparecer as questões postas pelos estudiosos contemporâneos, inclusive os pós-modernos, trazendo problemáticas e reflexões aos historiadores, em especial aqueles acostumados por muito tempo às certezas das abordagens universais. (FAGUNDES, 2006, p. 85) Martins (2004) citado por Fagundes (2006, p. 83-84) resume o panorama historiográfico da seguinte maneira:

No último quartel do século 20 duas são as tendências mais marcantes e cuja identificação apresenta menos dificuldades para a historiografia: o abandono das posições marxistas e a influência polivalente da análise da linguagem. Em parte, essa evolução se deve ao abalo causado pela crítica pós-moderna, que mostrou o quão frágeis eram as pretensões uniformizadoras dos modelos anteriores e chamou atenção para a diversidade cultural multifacetada das idéias e ações humanas.

As transformações citadas, e que chamaram atenção para a “diversidade cultural multifacetada das ideias e ações humanas” implicaram em desdobramentos no Campo da História, tanto no que diz respeito a escrita, mas também no ensino, com a possibilidade de trabalhar temáticas a partir de novas abordagens, como é o caso da história local. Nas palavras de José D’Assunção Barros, temos a seguinte consideração sobre história local;

De igual maneira, “toda história é local” porque a sua prática se exerce a partir de um local – seja uma metrópole como São Paulo ou Rio de Janeiro, seja a partir de uma localidade menor como Santo Antônio de Jesus, seja a partir de algum ponto sem nenhuma referência cidadina, e que mais adequadamente deveria

ser definido em termos de um lugar de produção mais inserido integralmente na ruralidade. O historiador poderá estar escrevendo a sua história em uma aldeia indígena abrigada na floresta amazônica. Não importa que esteja escrevendo sobre o Cinema Americano, sobre a Revolução Cubana, ou sobre as tribos indígenas norte-americanas – ao produzir sua história do coração da Amazônia e dos vínculos que estabeleceu ou estabelece com este lugar, estará sendo beneficiado pelas cores locais que o levarão a refletir de uma nova maneira sobre os antigos problemas e objetos historiográficos. (BARROS, 2009, p.4)

Como apontam os Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de História, os estudos de história local-regional possibilitam aos alunos ampliar “a capacidade de observar o seu entorno para a compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia-a-dia” (BRASIL, 1997, p. 40). São estudos que fazem frente aos processos de homogeneização cultural, observado facilmente nos livros didáticos de História quando se constata uma quantidade considerável de páginas sobre a história das potências europeias. Os estudos da história local trazem ao conhecimento dos alunos os diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. O conhecimento da história do seu lugar, da sua cidade, dos fatos importantes que constituem a história daquele lugar favorecem o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, permitindo identificar as permanências e mudanças nos costumes e nas relações sociais, as semelhanças e diferenças de vivências coletivas, não

julgando grupos sociais como mais “evoluídos” ou “atrasados” (BRASIL, 1997, p. 52).

Justifica-se ainda a importância de se trabalhar a história local na sala de aula, ao analisarmos as recentes mudanças no âmbito educacional brasileiro, a exemplo da aprovação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, 2019, pois

Inspirada no Common Core [currículo comum] dos Estados Unidos, o documento estabeleceu-se sobre a base das políticas do mercado, onde os professores e as experiências escolares não foram envolvidos, e sua elaboração, em grande parte, liderada por setores que não conhecem os ambientes escolares e as práticas de ensino. (GIDALTE, 2018, p. 47)

No que diz respeito especificamente à História, apesar de algumas mudanças significativas quanto aos conceitos e temáticas desde a sua primeira versão, a BNCC ainda mantém uma concepção eurocêntrica, e apresenta a história enquanto cronologia[...] (GIDALTE, 2018, p. 47). A história local ajudaria, portanto, a amenizar os efeitos dessa concepção eurocêntrica no currículo.

Estas discussões são extremamente necessárias ao pensarmos que o cotidiano dos professores de História se torna cada vez mais complexo, uma vez que enfrentam ainda as desigualdades de uma sociedade moderna e arcaica, de contradições não dissimuladas, e lidam com um público estudantil com dificuldades para estabelecer relações com os tempos históricos. Podemos nos questionar quais são as representações do passado criadas e apropriadas pelas gerações do mundo das ‘imagens’ e como interferem na compreensão do que está sendo vivenciado e presenciado? E qual seria a

importância dos debates epistemológicos na redefinição do conhecimento histórico escolar? As diferenças entre a produção historiográfica e a escolar continuam ou já temos aproximações? (BITTENCOURT, 2004, p.7).

Os questionamentos propostos por Bittencourt, nos leva a refletir primeiramente sobre as dificuldades de os alunos relacionarem os diferentes tempos históricos. É neste ponto que se insere a perspectiva local na sala de aula e a preocupação com a consciência histórica dos alunos.

Um segundo questionamento feito por Bittencourt, no tópico anterior, está relacionado a aproximação da produção historiográfica com a escolar. Reformulando isto, podemos nos perguntar de que forma a produção sobre a história local pode ajudar neste processo ao ser trabalhada em sala de aula. São questionamentos importantes, uma vez que a História;

[...] não se restringe ao conhecimento veiculado principalmente pelos manuais didáticos, instrumento que tem imposto um conhecimento histórico homogeneizador e sem sujeitos; que o conteúdo da História pode ser encontrado em todos os lugares; e que o conhecimento histórico está na experiência humana. (SCHMIDT, 2007, p.195).

Nas considerações expressas pela historiadora Maria Auxiliadora Schmidt, é destacado outro elemento que nos lembra o quão importante é a abordagem e o Ensino de história local em sala de aula, já que os livros didáticos em geral trazem um conhecimento que ainda nem mesmo conta a história dos povos que lutaram e resistiram em nosso país, e quando a abordagem local aparece, diz

respeito às localidades em que os livros foram produzidos, em sua maioria realidades do sul e sudeste. A história do continente europeu ainda predomina. É preciso considerar o que disse Schmidt “o conteúdo da História pode ser encontrado em todos os lugares”.

Para demonstrar a importância e o impacto do Ensino de história local, podemos destacar a experiência de Priscila Zanganatto Mafra e Cleide Maria dos Santos Muñoz (2019), ressaltada no artigo *Uso da tecnologia digital para a formação cultural, cultura local para o mundo globalizado*.

O texto apresenta discussões surgidas a partir das experiências das duas Professoras do ensino superior na cidade de São Paulo, onde as mesmas, inseridas num contexto de avanços tecnológicos, perceberam as resistências de alguns professores nos diferentes graus da educação, desde a educação infantil até ao ensino superior em utilizarem as tecnologias como aliadas em suas aulas, além de constatarem que a interdisciplinaridade é um tema muito debatido e pouco praticado.

Como referencial foram utilizados autores “que visam a educação como renovação na prática e na influência social e cultural” (MAFRA; MUÑOZ, 2019, p. 1). E para o desenvolvimento de sua pesquisa, as autoras fizeram uso da tecnologia digital onde algumas professoras foram mediadoras numa atividade em que os alunos pesquisadores desenvolveram a prática nos locais que conheciam, mas não reconheciam como “espaço cultural”. Estes alunos utilizaram o Google Maps, como forma de perceber e analisar

ambientes como bairros, parques, praças, ruas, SESCs, fábricas de Cultura, entre outros, geralmente ignorados pelos alunos, mas que foram então detalhados pelos olhares dos mesmos e apresentados em sala de aula nas diferentes disciplinas, dando ênfase em aspectos como arte e cultura e as inovações no currículo escolar. No relato das autoras;

E assim aconteceu com os alunos participantes, realizaram descobertas em seus bairros que os fizeram tomar ciência que próximo a eles existia um Capital Cultural o qual não pode ser ignorado ou escondido dos alunos que ali estão. Esses alunos passaram a ver e valorizar algo que ainda não tinham enxergado, porém fazia parte do bairro em que habitam, porém ainda não era atribuído valor ou até mesmo considerado como algo significativo para se trabalhar em sala de aula. (MAFRA; MUÑOZ, 2019, p. 10).

O trabalho foi marcado pela interdisciplinaridade e o conhecimento levado para além da sala de aula, sendo as experiências dos alunos compartilhadas em um blog com interações, comentários e mensagens não só dos alunos, mas de toda uma comunidade da internet que pôde conhecer, perguntar e também participar do projeto.

Entre os teóricos citados, as autoras dialogaram muito com Paulo Freire, aliando seus ensinamentos a este contexto de tecnologias. O que se mostra numa proposta interessante, já que num contexto de avanços tecnológicos e até mesmo aulas remotas ou EAD não se pode avançar com a educação sem considerar os princípios de uma educação libertadora, em que aluno tenha autonomia e possa desenvolver seu pensamento crítico.

A relação cultura local e mundo globalizado expressa no título do texto e objetivo das autoras só foi possível através da mediação das tecnologias digitais. É um trabalho que deve ser tomado como exemplo e aplicado não só com alunos do ensino superior, mas no ensino fundamental e médio, adaptado também para a educação infantil, pois de uma vez só colocou os alunos em contato com as tecnologias, levou para a sala de aula a cultura local e divulgou as experiências em um blog, que por sua vez pode contemplar sugestões, voluntários, críticas, além de levar aquela cultura para um espaço em que todos podem acessar, característica deste mundo globalizado.

## **O APLICATIVO**

Para chegar ao produto final aqui pretendido (o aplicativo sobre história local de Caxias - Ma), a presente pesquisa passou por algumas etapas descritas adiante.

Primeiro, foi realizado um levantamento de trabalhos que abordam sobre a história da cidade de Caxias- MA, ou aspectos específicos que pudessem contribuir para a pesquisa, tais como o patrimônio, suas igrejas e praças, seus escritores etc.

Dentre as leituras realizadas, podemos apontar alguns trabalhos importantes que contribuíram para a elaboração do conteúdo do aplicativo a respeito da história de Caxias- MA. Temos inicialmente a tese de Mariângela Santana Guimarães Santos, com o título “Fragmentos da memória: contribuições à história da cidade de

Caxias do Maranhão”. Neste trabalho, a autora traz uma história da cidade a partir do diálogo com a memória de alguns moradores e também de professores acadêmicos. Em seu trabalho temos a história de alguns bairros; relatos sobre as festas religiosas; sobre as fábricas têxteis; as igrejas; praças; estação ferroviária; as ruínas da Balaiada; etc. A tese foi um trabalho imprescindível por ser repleta de imagens sobre os mais variados lugares da cidade.

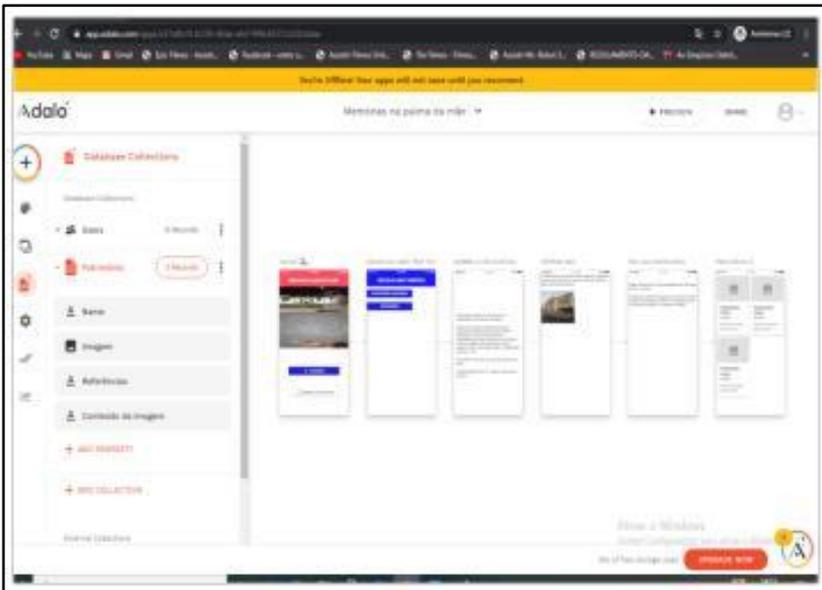
Outro trabalho importante foi a dissertação de Joana Batista de Souza, intitulada “Educação Patrimonial: passados possíveis de se preservar em Caxias - MA”. Neste trabalho, a autora discute sobre a metodologia da Educação Patrimonial no contexto das escolas públicas de Caxias - MA, de modo a gerar um diálogo entre os indivíduos e o patrimônio cultural; e questiona qual a relação da metodologia da Educação patrimonial com a preservação do patrimônio local. A autora trabalha a relação do Ensino de História e a Consciência Histórica, além do conceito de educação patrimonial, em especial o Patrimônio Histórico e cultural em Caxias.

Devido ao contexto pandêmico, ficou impossibilitada a visita nos lugares de fontes da cidade, como o Instituto Histórico e Geográfico de Caxias e a Academia Caxiense de Letras, portanto, também foram utilizadas informações de sites e *blogs* que tratam da história de Caxias - MA.

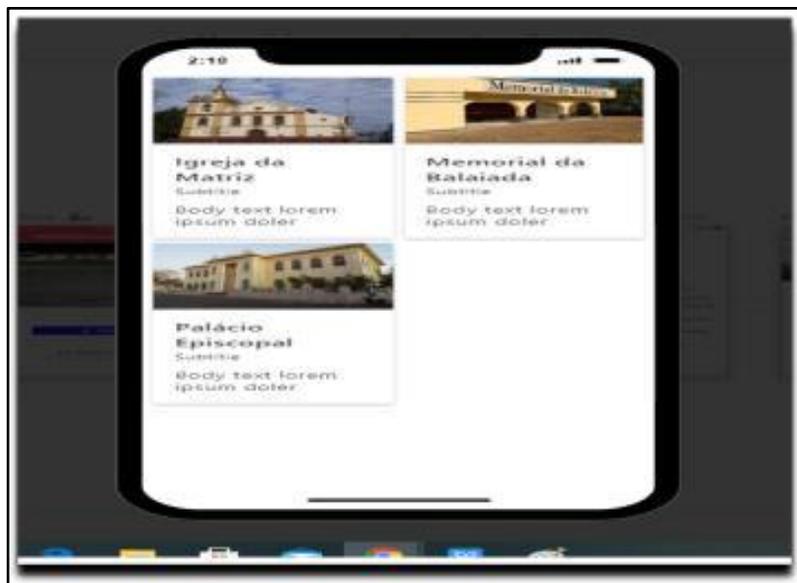
Após este primeiro momento, seguiu-se à leitura dos trabalhos com objetivo de retirar imagens e conteúdos relevantes à respeito da história de Caxias- MA. Estes dados foram organizados

em tabela e inseridos no banco de dados do aplicativo, criado dentro da plataforma de criação de App *Adalo*, uma plataforma *no code* (o usuário não lida com códigos complexos, apenas a inserção de telas e os elementos que deseja nelas), como é possível ver nas imagens a seguir:

**Figura 1 -Aplicativo em desenvolvimento - Plataforma *Adalo*.**



Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

**Figura 2 - Telas do Aplicativo - Plataforma Adalo.**

Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

Como é possível observar nas imagens acima, a primeira refere-se ao layout inicial do aplicativo, onde já constavam algumas telas e o seu possível design, enquanto a segunda mostra uma das seções do App, intitulada patrimônio, onde constavam algumas imagens para fins de teste sobre como ficaria a apresentação das informações na tela.

Além disso, foram aplicados 2 (dois) questionários online à professores de História da Rede Pública Municipal de Caxias. Um questionário voltado para a temática do uso de aplicativos no Ensino de História; e outro com questões concernentes ao Ensino de História local em Caxias.

Dentre as respostas obtidas acerca do questionamento “Você considera importante que a história da cidade seja trabalhada em sala de aula? Por quê?”, é interessante ressaltar a resposta do Professor 4, que destacou a relevância da história local, de forma mais elaborada:

Sim, porque temos que mostrar como se deu todo esse processo de construção da cidade, e os discentes devem aprender a história local, para entender melhor a história contada por alguns estudiosos, mas vemos ainda uma grande lacuna, no que se refere a esse ensino, sendo que a nossa cidade é histórica que se desenvolveu muito no XVIII por conta da indústria têxtil que gerava um desenvolvimento econômico, proporcionando lucros, tanto para o setor de empregados, como também para muitas famílias que sustentavam seus filhos a partir do trabalho desenvolvido no interior das fábricas, tem também os escritores que se destacaram nessa época, a culinária, os pontos turísticos, o rio Itapecuru que facilitava as viagens para importação dos produtos, na verdade a história local do nosso município é riquíssima. (RESPOSTA, PROFESSOR 4, 2021).

As respostas obtidas nos ajudaram a entender, ainda que parcialmente, como está o Ensino de História em Caxias no que diz respeito às principais temáticas desta pesquisa: as tecnologias no Ensino de História (o uso de aplicativos); e história local (História de Caxias- MA) na sala de aula. A partir do que apontaram os professores a respeito da realidade dos alunos já foi possível pensar quais aspectos deveriam ser priorizados na elaboração do aplicativo.

Aos poucos o aplicativo foi adquirindo novas telas, como podemos ver nas imagens a seguir:

Figura 3 - Tela inicial do aplicativo.



Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

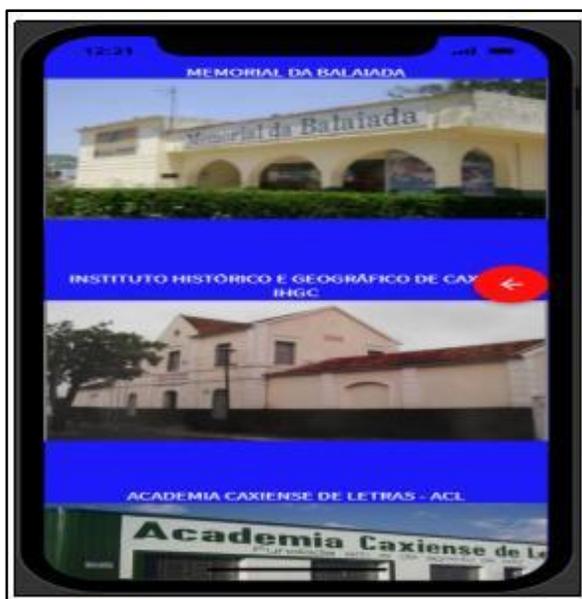
Figura 4 - Tela “Escolha uma temática” do aplicativo.



Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

Como forma de organização do aplicativo, optou-se pela divisão em seções, cada uma destinada a um conteúdo específico. Assim, na tela “Escolha uma temática”, visto na imagem acima, temos as seguintes seções: O que é história local?; O que é Patrimônio?; qual a importância da memória?; A História de Caxias; Seção Lugares de Fontes; Seção Jogos; Materiais para atividades; Ouça o Hino de Caxias e Ouça o Hino do Maranhão.

**Figura 5 - Tela “Seção Lugares de Fontes”.**



Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

**Figura 6 - Tela “Materiais para atividades”.**



Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

Cada seção possui algumas subdivisões, como em “A História de Caxias”, que possui os seguintes conteúdos: História; Centro Histórico; A Balaiada; Praças; Igrejas; 1º de agosto ou 05 de julho?; Escritores; Caxias do século XX - IBGE e Vídeos/Documentários.

As imagens a seguir mostram o que temos em algumas destas telas:

Figura 7 - Tela “A História de Caxias”.



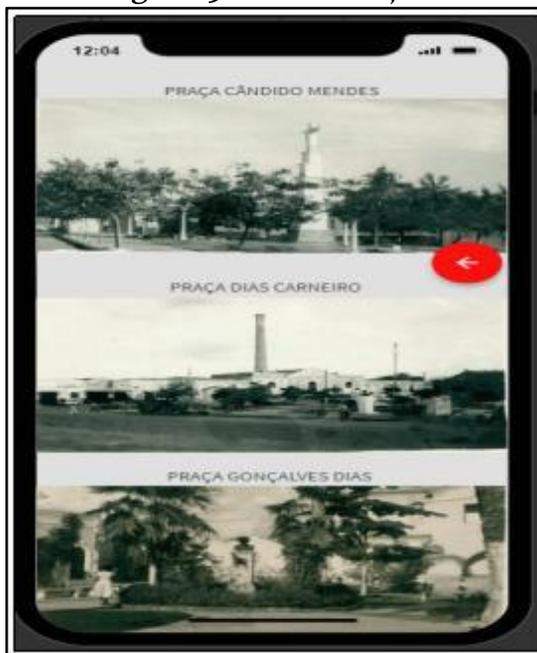
Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

Figura 8 - Tela “Igrejas”.



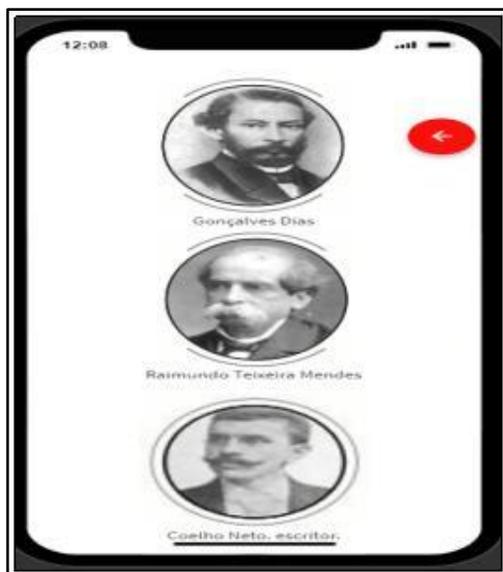
Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

**Figura 9 - Tela “Praças”.**



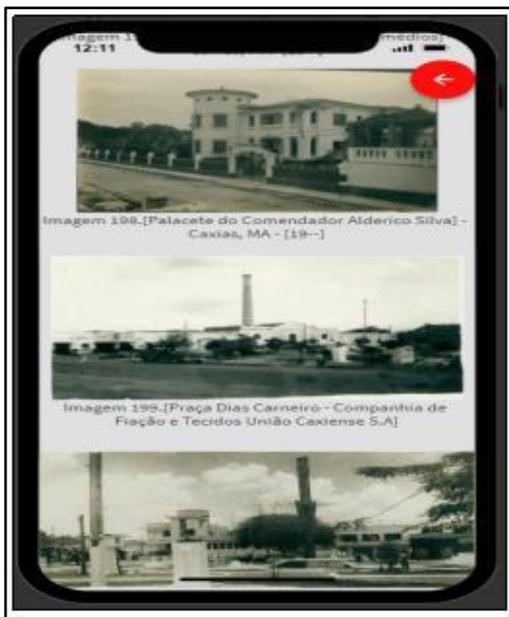
Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

**Figura 10 - Tela “Escritores”.**



Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

**Figura 11 - Tela “Caxias do século XX - IBGE”.**



Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

O aplicativo também conta com uma parte destinada a vídeos e documentários sobre a cidade de Caxias, que abordam elementos importantes constituintes da sua cultura, como a Dança do Lili e o festejo de São Sebastião, assim como algumas figuras importantes na cidade como o Comendador Alderico Silva; o fotógrafo Sinésio Santos e o Professor Manoel de Páscoa Medeiros Teixeira (Professor Passinho).

Figura 12 - Tela “Vídeos/Documentários”.



Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

O aplicativo apresenta algumas telas com conceitos importantes para alunos e professores, como história local, o que é patrimônio e patrimônio cultural e qual a importância da memória.

Dentre outras telas, o aplicativo traz ainda uma parte de jogos com as imagens da cidade, que são acessados ao clicar no botão referente ao jogo, e o usuário é direcionado para o jogo educativo na plataforma *wordwall*, bastando apenas clicar para começar a jogar. Como mostram as imagens a seguir:

Figura 13 - Telas “Jogos”.



Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

A experiência com os jogos se torna mais proveitosa após a leitura dos conteúdos presentes no aplicativo. Os professores também poderão utilizar os materiais da seção “Materiais para atividades” para então elaborarem atividades aos alunos sobre a história local de Caxias - MA, assim como os conteúdos do próprio aplicativo.

O aplicativo apresenta ainda a tela “Sobre o aplicativo” para que todos os usuários do *app* possam conhecer os pesquisadores envolvidos na execução do plano de trabalho da presente pesquisa, assim como as informações sobre o programa onde este projeto está situado, que é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBITI 2020/2021.

É importante apontar que o aplicativo desenvolvido está na versão web, ou seja, é acessado através de um link, e ao clicar, o link abre como um aplicativo. A plataforma de desenvolvimento do *app* requer outros custos para a publicação nas lojas de aplicativo. No entanto, a experiência de acesso pelo link é a mesma que um

aplicativo instalado, e tem a vantagem de todos poderem acessar independentemente do sistema operacional (Android ou IOS), e independe do dispositivo, pois o link abre como um aplicativo tanto no computador como no celular, sendo bem simples e interativo o seu uso, sem ocupar espaço no dispositivo em que é acessado.

Link do aplicativo: <https://previewer.adalo.com/c37afb10-b238-46da-afcf-999c6572c520> (apenas copiar e colar no navegador, celular ou computador).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do aplicativo sobre a história de Caxias - MA, permitiu uma visão mais ampla a respeito da história local, assim como do uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem do Ensino de História.

Objetivamos ao longo do desenvolvimento desta pesquisa criar um aplicativo sobre História local de (Caxias - MA), para que servisse como apoio aos estudantes e professores da rede pública municipal no Ensino de História. Portanto, foi imprescindível o levantamento dos trabalhos que tratam da história da cidade (artigos, dissertações, teses, livros etc.), bem como de outras fontes possíveis (sites e blogs) que ajudaram na composição do conteúdo do *app*.

Ademais, foi preciso organizar os dados para a posterior elaboração do aplicativo, e assim viabilizar o acesso para os alunos/as da Educação Básica, como também do Ensino Superior a

oportunidade de acesso ao aplicativo que possa auxiliar na compreensão da História Local (Caxias). Por meio do aplicativo, objetiva-se ainda dinamizar as oportunidades de aprendizado da História Local frente ao aprendizado presencial.

O desenvolvimento da pesquisa e a execução do plano de trabalho permitiu conhecer mais sobre a cidade e os trabalhos que já versaram sobre aspectos importantes de sua história. A partir das leituras foi possível identificar que as produções sobre a história de Caxias ainda se limitam a trabalhos acadêmicos, como dissertações, teses e monografias, não sendo apresentada para os alunos, uma vez que não há sequer o espaço para a disciplina dentro do currículo. Como colocaram os professores nas respostas dos questionários, alguns tentam levar a história local para a sala de aula, mas falta um material que auxilie neste processo.

Assim, a ideia de elaboração de um aplicativo se encaixou perfeitamente no contexto atual de pandemia e aulas remotas, pois através de um aplicativo os alunos podem acessar conteúdos sobre a história da cidade e os professores podem utilizar quando quiserem.

A criação do aplicativo reflete a necessidade de que as tecnologias possibilitem ao aluno ter acesso ao conhecimento do seu lugar, do local em que vive, para que a partir dali possam compreender os contextos mais amplos, uma vez que a história local ajuda na formação da identidade do indivíduo e o ajuda a reconhecer no tempo presente a existência e influência de outros tempos. Assim, atentar para a aprendizagem da História Local constitui-se uma

forma de valorizar a própria identidade do lugar e das pessoas que pertencem a ele, e com o auxílio da tecnologia isto se torna cada vez mais possível.

## REFERÊNCIAS

BARROS, José D' Assunção. O lugar da história local. **I Encontro de História Local/ Regional da UNEB**, realizado na cidade de Santo Antonio de Jesus, em novembro de 2009. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/32111136\\_O\\_Lugar\\_da\\_Historia\\_Local](https://www.researchgate.net/publication/32111136_O_Lugar_da_Historia_Local)>.

BITTENCOURT, Circe. (Org). **O saber histórico na sala de aula**. 9ªed. São Paulo: Contexto, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo?. In: **História: ensino fundamental/Coordenação Margarida Maria Dias de Oliveira** - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. 212 p. (Coleção Explorando o Ensino; v. 21)

DIAS-TRINDADE, Sara; MOREIRA, J. António. Competências de aprendizagem e tecnologias digitais. In: MOREIRA, J. António; VIEIRA, Cristina Pereira (coord.). **eLearning no ensino superior**. Vol 4. Coleção Estratégias de Ensino e Sucesso Académico: Boas Práticas no Ensino Superior. Coimbra, 2017. Disponível em: <<https://eg.uc.pt/bitstream/10316/46240/1/eLearning%20no%20ensino%20superior.pdf>>.

FAGUNDES, José Evangelista. **A História local e seu lugar na História: histórias ensinadas em Ceará-Mirim**. Tese (Doutorado

em Educação) - Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN, 195fls.

GIDALTE, Lara Ximenes. **Diálogos entre a História Local e o Ensino Fundamental – 2º segmento: propostas de inserção curricular em Casimiro de Abreu/RJ**. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional - PROFHISTORIA, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018. 95f.

LEITE, B. S. (2014) M-Learning: o uso de dispositivos móveis como ferramenta didática no Ensino de Química, In **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 22, n.3. Disponível em <https://br-ie.org/pub/index.php/rbie/article/view/2475/2832>:: Acesso em: 27/11/2020.

MAFRA, Priscila Zanganatto; MUÑOZ, Cleide Maria dos Santos. Uso da tecnologia digital para a formação cultural, cultura local para o mundo globalizado. In: VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de; VASCONCELOS, Thamires Nayara Sousa de (Org.). **Educação e tecnologias** [recurso eletrônico]: experiências, desafios e perspectivas 3 – Ponta Grossa, SP: Atena Editora, 2019. – (Educação e Tecnologias: Experiências, Desafios e Perspectivas; v. 3). p. 1-13.

MORAN, José Manuel. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias. In: **Informática na Educação: Teoria & Prática**. Porto Alegre, vol. 3, n.1, Set. 2000. UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, pág.137-144. Disponível em: [http://www.pucrs.br/ciencias/viali/tic\\_literatura/artigos/tics/Ensino%20e%20aprendizagem%20inovadores%20com%20tecnologias.pdf](http://www.pucrs.br/ciencias/viali/tic_literatura/artigos/tics/Ensino%20e%20aprendizagem%20inovadores%20com%20tecnologias.pdf)

MOURA, Adelina. **Geração Móvel: um ambiente de aprendizagem suportado por tecnologias móveis para a “Geração Polegar”**. Disponível em: <http://repositorio.uportu.pt/jspui/bitstream/11328/472/1/Gera%C3%A7%C3%A3o%20M%C3%B3vel%202009%20.pdf>.

RÜSEN, Jorn. **Razão Histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. “O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica”. In: MONTEIRO, Ana Maria F. C.; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

VIEIRA, H. I. A; FERREIRA, C. A. F. (2016). As aplicações móveis no ensino da História e no desenvolvimento da consciência histórica. **Revista de História e Ensino**, vol. 5 nº9, pp. 205-220. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/download/244/175>.

## AS CARTOGRAFIAS CONTIDAS NA OBRA DE FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO

Bruno Santos da Silva<sup>1</sup>

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho<sup>2</sup>

A história dos mapas está intimamente ligada a ascensão do Estado - nação no mundo moderno. Muitos mapas impressos na Europa ressaltavam as nações, os cursos d'água e as fronteiras políticas que constituíam as dimensões político-econômicas da geografia europeia. (HARLEY, 2009, p.7).

### INTRODUÇÃO

A cartografia é uma área do conhecimento que estuda, analisa e desenvolve cartas topográficas, cartas náuticas, mapas cartográficos, dentre outros mapas. Esta ciência revolucionou o modo de como vemos e demarcamos os territórios, é nesse sentido que os impérios espalhados pelo mundo tiveram conhecimento de suas extensões geográficas e de suas colônias espalhadas por diversos lugares. Assim, a cartografia mudou a forma de ver como determinadas áreas de um império tinham mais importâncias que outras.

O desenvolvimento da cartografia foi um marco revolucionário na história das sociedades e muito contribuiu com informações sobre novos territórios. Com a evolução desta ciência, os impérios pluricontinentais, puderam ampliar seus conhecimentos

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão; Bolsista PIBIC/UEMA.

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em História - PPGHIST - Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

sobre seus territórios desenvolvendo assim um melhor controle político, econômico e social. Também puderam saber quais eram as regiões de seus adversários e assim, evitar conflitos.

Esses estudos ao longo de sua história têm possibilitado ganhos e perdas. Minúsculas áreas ganharam dimensões gigantescas e o inverso também é verdadeiro. Dependendo para quem trabalhava o cartógrafo e do interesse do contratante, terras desapareciam, surgiram rios, florestas e montanhas, também desapareciam. Assim, construía-se e desconstruía-se territórios imperiais, que o digam os africanos, após o mapeamento da África, por d'Anville<sup>3</sup>. Felizmente a ciência se sobrepôs a essas invenções e abstrações, e a geografia do imaginário, a geografia da vontade do cartógrafo foi superada. A cartografia chegou finalmente à geografia do real.

## **FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO E A CARTOGRAFIA DO SERTÃO DOS PASTOS BONS**

A cartografia maranhense em especial a que se refere ao sertão dos Pastos Bons, é profundamente devedora ao major Francisco de Paula Ribeiro, que muito contribuiu com a cartografia portuguesa e brasileira. Paula Ribeiro, como a historiografia o consagrou, se insere entre os grandes viajantes/exploradores/militares e cartógrafos que visitaram na América portuguesa. Sua cartografia é única,

---

<sup>3</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. Ideias em evolução: Mapas da África Austral de JB d'Anville, 1725-1749. Palestra proferida pela autora no 7º SIAHC – Simpósio Ibero Americano de História de la Cartografía, nos dias 25,26,27 e 28 de abril de 2018, Universidad San Francisco de Quito – Ecuador.

influenciou outros exploradores e cartógrafos. Podemos citar como exemplo, Kurt Nimuendajú. O seu: Mapa Etno-Histórico, na parte corresponde ao Maranhão, é visivelmente inspirado no Mapa Geográfico da Capitania do Maranhão, de Paula Ribeiro. Outro ponto de “coincidência” entre as duas obras é no que se referem às nações gentias que habitavam o sertão visitado e explorado por Paula Ribeiro.

O militar português explorou os sertões maranhenses por vinte e três anos, o conheceu como poucos. Suas memórias reunidas por Martins (2002), com o título de: *Francisco de Paula Ribeiro: um pioneiro nos sertões dos Pastos Bons*. E por Adalberto Franklin e João Renôr Ferreira de Carvalho (2007), cujo título homenagem é: *Francisco de Paula Ribeiro, desbravador dos sertões dos Pastos Bons, a base geográfica e humana do sul do Maranhão*, é obra seminal para quantos queiram estudar, pesquisar e conhecer os sertões dos Pastos Bons.



O território descrito por Paula Ribeiro, não era conhecido pelas autoridades portuguesas que prestavam serviço à coroa no Maranhão e muito menos por aquelas que desenvolviam suas atividades na Corte, no Rio de Janeiro. Haja visto, que o próprio autor, citando Berredo<sup>5</sup>, afirma que o governador não conhecia a região, vejamos:

Analisando especificamente em toda a extensão dos *Anais* de Berredo as particularidades da maior parte daquela porção primeira próxima à beira mar, desde então bem conhecida, nos propomos somente a dizer alguma coisa sobre a segunda porção conteúda naqueles altos sertões, **como objeto que ele não chegou a conhecer**, e do qual nós temos sofríveis notícias adquiridas por um conhecimento de quase vinte anos, tempo este em que por diversas vezes fomos empregados em comissões do real serviço naqueles lugares. (RIBEIRO, In: FRANKLIN; CARVALHO, 2007, p.42).

Paula Ribeiro através de sua cartografia construída em quase duas décadas de incursões a serviço da Coroa portuguesa naqueles sertões, conseguiu dar visibilidade para uma região quase totalmente desconhecida de quantos os antecederam, e que no Maranhão já se encontravam-no litoral, havia duzentos anos.

Paula Ribeiro fez uma cartografia de gentes e terras, relatou em *Descrição do Território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão: propriedade de seus terrenos, suas produções., caráter de seus*

---

<sup>5</sup> Bernardo Pereira de Berredo, foi governador e capitão general do Maranhão (1718 a 1722), e autor de: *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, em que se da notícia do seu descobrimento, e tudo o mais que nele tem sucedido desde o ano em que foi fundado até 1718. São Luís, Alumar/AML, 1988.

*habitantes colonos e estado atual dos seus estabelecimentos, a conquista e ocupação das terras indígenas pelos colonos que iniciavam a ocupação com fim de colonização daqueles sertões, além de descrever com preocupação de não excluir nenhum detalhe, os costumes das sociedades locais e daquele que viria a ser chamado de sertanejo.*

As viagens feitas a serviço da coroa pelo capitão Francisco de Paula Ribeiro, foram cumpridas com denodo, que a impressão que ele nos deixa, é que ao final de cada missão, ele tinha um texto praticamente pronto. Assim, foi possível escrever suas memórias com tanta riqueza de detalhes, as características dos lugares que percorreu, todas as distâncias foram anotadas, o fenótipo das pessoas, foi o primeiro a descrever o sertanejo maranhense.

## **METODOLOGIA**

A historiografia escrita sobre o sertão do Maranhão, tem se mostrado ainda escassa, principalmente quando falamos da região sul do estado. Então, buscamos o máximo de informações que pudessem auxiliar na investigação, e na análise pormenorizada dos escritos deixados por Francisco de Paula Ribeiro, os quais estão intitulados e divididos em três memórias e um mapa da região, a saber:

*Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S.M. Fidelissima; Descrição do território de Pastos Bons,*

*nos Sertões do Maranhão: Propriedade de seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos; Memórias sobre as Nações Gentias que presentemente habitavam o Continente do Maranhão: análise de algumas tribos mais conhecidas: processo de suas hostilidades sobre os habitantes: causas que lhe tem dificultado a Escrita no ano de 1819 pelo Major Graduado Francisco de Paula Ribeiro; e o Mappa Geographico da Capitania do Maranhão, que pode servir de memória sobre a população, cultura, e couzas mais notáveis da mesma capitania, 1819.*

Buscamos documentos de época que tratam do trabalho que Paula Ribeiro prestou a coroa no território da Capitania do Maranhão, algumas fontes, foram pesquisadas e encontradas nas seguintes instituições: (de forma presencial). Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM, Biblioteca Pública Benedito Leite – BPBL, de forma virtual na Biblioteca Nacional, Biblioteca Digital Curt Nimuendajú e Biblioteca da Universidade de Évora - PT. Outras fontes que utilizamos foram textos de autores que trabalham o mesmo tema, assim elaboramos um estudo sistêmico dos escritos de Paula Ribeiro e o que se escreveu sobre ele, e o sertão maranhense.

## **RESULTADOS**

Antes de analisar as memórias de Paula Ribeiro, abordaremos o conceito de sertão. Ao falarmos sobre sertão, temos a impressão e uma imagem pré-fixada em nossa memória, quase sempre

imaginamos tratar-se de um lugar seco, quase sem vida, condições climáticas e meio ambiente desfavoráveis. O significado da palavra sertão está associado à geografia do local “Lugar agreste afastado dos pontos cultivados; [Por extensão] Interior do país; [Brasil: Nordeste] Zona do interior mais seca que a caatinga”<sup>6</sup>.

O sertão mostrado por Paula Ribeiro, é extremamente diferente da ideia de sertão desenvolvida por Euclides da Cunha em sua obra: *Os sertões* (1902). A quantidade de rios, igarapés, riachos, lagoas, nascentes, tornava a terra úmida e fértil. (PACHÊCO FILHO: 2014), tomando por base os textos de Paula Ribeiro, e conhecendo bem a região, criou o conceito: “um sertão de águas e de letras”. Campos verdejantes, clima, fauna e flora diferenciados, além das características singular do sertanejo que ali habitava.

Em “15 de fevereiro de 1815, o então capitão do Regimento de Linha de São Luís do Maranhão, Francisco de Paula Ribeiro, foi enviado ao local da questão, como primeiro comissário representante da Capitania do Maranhão nessa questão”. (Carvalho, Franklin, 2007, p. 59). Em ofício, o governador Dom Diego de Sousa assim se expressava:

Em consequência das partes que Vossa Mercê tem dado sobre o mau estado da sua saúde vai o alferes Francisco de Paula Ribeiro comandar o Destacamento a quem Vossa Mercê entregará todas as instruções e ordens que levou tudo para o regime, disciplina como econômico do mesmo Destacamento e depois de Vossa Mercê fazer a dita entrega e das listas dele, se recolherá ao corpo de

---

<sup>6</sup> Sertão, segundo o Dicionário online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sertao/>> Acesso em: 19 de fevereiro de 2021.

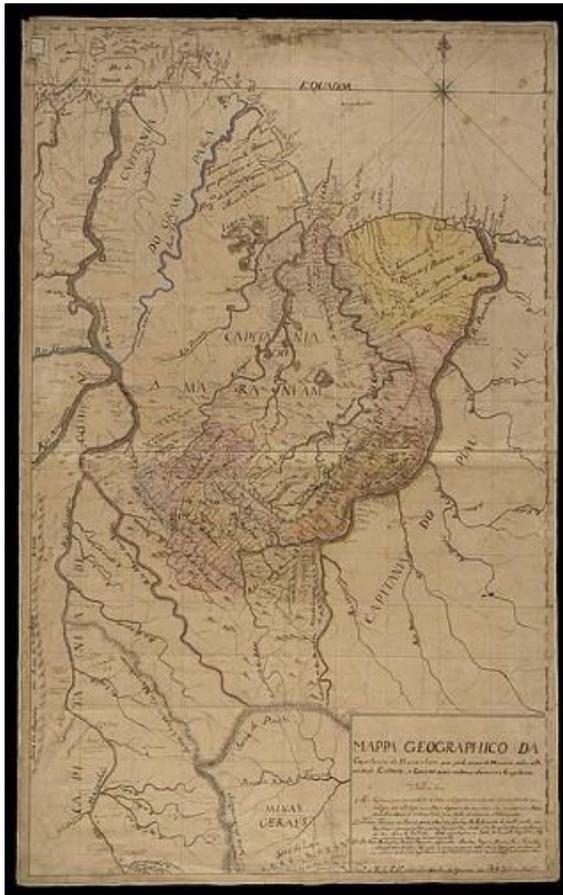
seu regimento. Deus guarde a Vossa Mercê. Palácio de São Luís do Maranhão 6 de fevereiro de 1800. Dom Diogo de Sousa. Senhor Raimundo José Vieira. (APEM - Livro: 48; Doc. 441; p. 95).

Durante os anos que Paula Ribeiro permaneceu na região sul da capitania, percorreu os limites entre os principais rios (Rio Parnaíba e Rio Tocantins) e Capitânicas vizinhas, rios estes que eram usados como rota de navegação de pessoas e mercadorias. Aprendeu e relatou os costumes da população sertaneja e indígena presente na localidade.

Foi esta missão que fez Paula Ribeiro escrever: ***Roteiro da viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima.*** Paula Ribeiro, narra os noventa e um dias de viagem desde que partiu do porto do Maranhão, na baía de São José, percorrendo os sertões da capitania até seu desembarque em São Pedro de Alcântara atual Carolina, durante sua viagem ele anotou tudo sobre os tipos de vegetação, clima, qualidade das águas, solo, animais e toda distância percorrida por ele.

## AS CARTAS GEOGRÁFICAS PRODUZIDAS A PARTIR DO MAPA DE FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO SOBRE O SERTÃO DO MARANHÃO

**Figura 2 – Mapa elaborado por Francisco de Paula Ribeiro, 1819.**



Fonte: Biblioteca Digital Curt Nimuendajú.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Figura 2: Mapa da capitania do maranhão elaborado por Francisco de Paula Ribeiro. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/imagem:4> > Acesso em: 20 de Julho de 2020.

Ao analisarmos o mapa de Francisco de Paula Ribeiro percebemos que nele estão contidas as vilas por onde ele percorreu distritos, aldeias indígenas, fazendas, e boa parte do relevo da região, rios que em eram utilizados como rota comercial e considerável parte da produção local eram exportadas com as vilas da região e alguns rios, como o Grajaú, o Itapecuru e Mearim, a navegação neles praticadas abasteciam a da província.

Com toda sua experiência de viagens feitas Paula Ribeiro, nunca tinha visto o quão vistoso e produtivo era o sertão. Ao expressar sua admiração e descrever os sertões da capitania, ele faz comparativos, e vislumbra como melhor aproveitar as possibilidades que os sertões oferecem. Lugar propício para a plantação de hortaliças, cultivo de sementes, frutas e principalmente por ter pastagens que favorecem a criação do gado, e com bastante e água.

Entretanto, como na maioria dos mapas daquela época, há “silêncios”, alguns são por descuidos do responsável em fazê-lo. Outras vezes, são colocados propositalmente, algumas áreas ou habitantes que precisam ser “escondidos” por várias razões, no caso das sociedades nativas, na maioria das vezes era para exterminá-las mesmo e depois refazer a representação cartográfica, como se elas nunca tivessem existido, como afirma Brian Harley

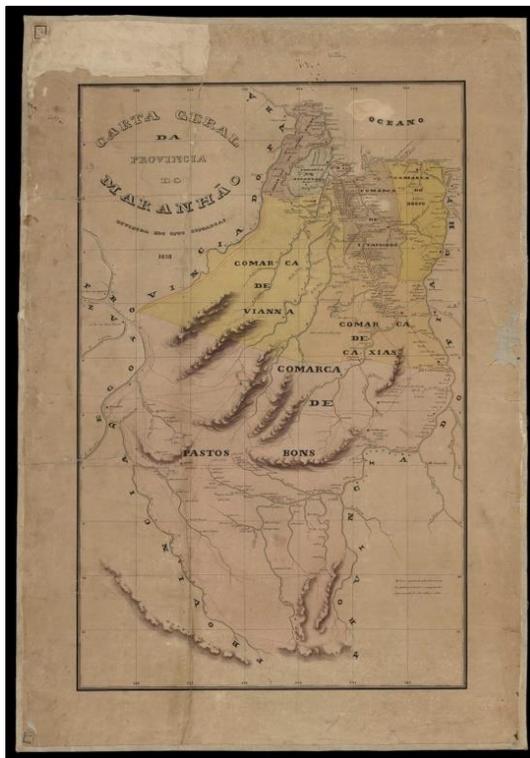
Os “silêncios” dos mapas são um conceito central em toda argumentação concernente à influência de suas mensagens políticas ocultas, [...] este tipo de filtragem ideológica é um processo universal. Nos mapas coloniais, como no século XVIII na América do Norte, os silêncios das cartas podem também ser considerados

como discriminatórios contra os povos indígenas. (HARLEY, 2009, p.12).

A partir das viagens feitas por Paula Ribeiro, foi elaborado o mapa cartográfico da capitania do Maranhão revelando quais eram as dimensões territoriais, formações geológicas, localização de fazendas, aldeamentos, rios e descrição de fauna e flora ali presentes. Tendo por base o mapa de Paula Ribeiro, muitos outros foram elaborados depois com outros objetivos, critérios e interesses.

Carta geral da província do Maranhão (Figura 3) mostra como está dividida o comando de cada região, destacando as sete comarcas presentes: Comarca de Alcântara, Comarca de Itapecuru, Comarca de Brejo, Comarca de Caxias, Comarca de Pastos Bons, Comarca de Viana e Comarca de Guimarães. Esse mapa procura mostrar que o governo está presente em toda a província, isso pode ser caracteriza como uma forma de controle político, administrativo, judiciário e de combate aos ataques indígenas.

Figura 3 – Carta Geral da Província do Maranhão, 1838.



Fonte: Autor Desconhecido.<sup>8</sup>

Junto com a divisão das Comarcas podemos ver a divisão territorial entre os limites fixados pelo Capitão Francisco de Paula Ribeiro, tais divisões de comando eram essenciais para garantir o controle territorial perante possíveis invasões e para garantir que o Estado mantivesse o domínio.

---

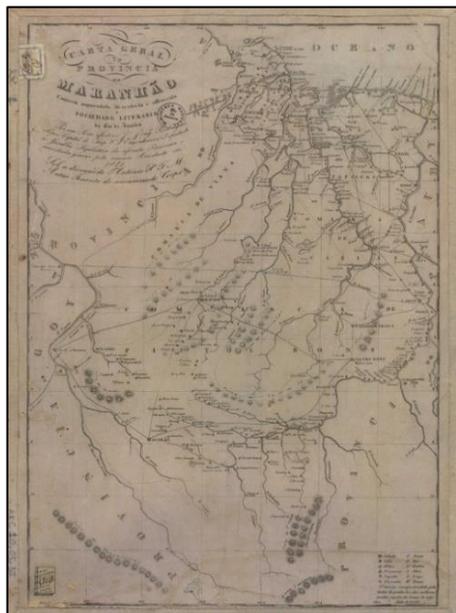
<sup>8</sup> Figura 3: Carta geral da Província do Maranhão, autor desconhecido. 1838. Disponível em: <https://promem.org.br/maranhao-1838>. Acesso em 18 de Setembro de 2020.

A Comarca de Pastos Bons é a responsável por representar o governo em toda a região sul da capitania, em sua abrangência começa próximo da Vila de Caxias e segue até o atual Parque Nacional das Nascentes. Paula Ribeiro relata que existem elevações naturais em quase todo o sertão e principalmente no extremo sul da capitania, características típicas do bioma de cerrado cujas características vêm mudando conforme o passar dos anos.

Esse bioma vem sendo devastado com o aumento da produção agrícola, porque nessa região o clima e outros fatores auxiliam na produção em larga escala, como bem disse Paula Ribeiro, toda a parte sul da capitania até então desconhecida das autoridades provinciais presentes na parte norte era um lugar de belas águas, campos e pastos verdejantes cuja característica nunca se alteraria por causa da vastidão de rios que banham o sertão, enganou-se.

Segundo Paula Ribeiro, o sertão estava em completo abandono e sujeito a leis moldadas conforme os interesses dos habitantes locais, em suas memórias o militar aborda essa questão e faz uma intermediação pelo direito, e leis a serem aplicadas na região. Relata que por ser uma localidade isolada estava sujeita sempre a violência principalmente nos vilarejos e entre alguns fazendeiros. Observamos que este mapa está tratando deste controle regional a fim de que possa exercer o domínio, explorar e ampliar a economia da capitania por meio das fazendas reais idealizadas para serem fixadas nessas regiões.

**Figura 4 – Carta geral da  
Província do Maranhão.**



Fonte: José Joaquim Lopes 1841.<sup>9</sup>

**Figura 5 – Carta Geral da  
Província do Maranhão.**

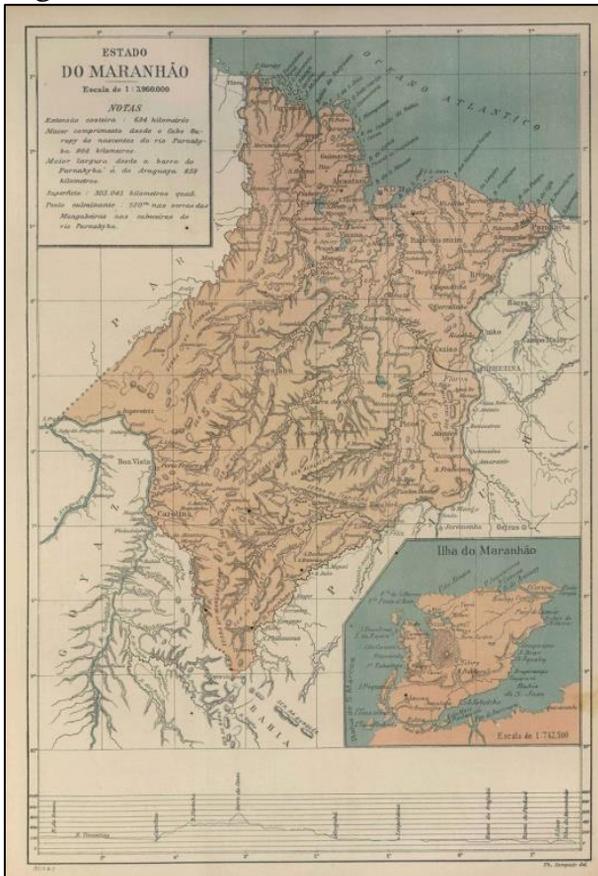


Fonte: José Joaquim Roiz Lopes,  
1854.<sup>10</sup>

Conforme nos referimos anteriormente o mapa elaborado por Francisco de Paula Ribeiro, serviu de “matriz” para outras representações surgidas ao longo dos anos até chegar ao mapa atual do estado do Maranhão (Figura 7), citando como exemplo as figuras 3, 4, 5 e 6.

<sup>9</sup> Figura 4: Carta geral da Província do Maranhão, José Joaquim Lopes. 1841. Disponível em: <https://promem.org.br/maranhao-1841>. Acesso em 18 de setembro de 2020.

<sup>10</sup> Figura 5: Carta geral da Província do Maranhão, José Joaquim Roiz Lopes. 1854. Disponível em: <https://promem.org.br/maranhao-1854>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

**Figura 6 – Atlas do Estado do Maranhão.**

Fonte: Theodoro Fernandes Sampaio, 1908.<sup>11</sup>

Em se tratando dos mapas do Maranhão, o de José Joaquim Lopes, é mais um elaborado com inspiração na cartografia de Paula Ribeiro, ele faz estudos sobre a região, detalha o mapa apontando a localização das respectivas fazendas e pontos de novas vilas,

<sup>11</sup>Figura 6: Atlas do Estado do Maranhão, Theodoro Fernandes Sampaio. 1908. Disponível em: <https://promem.org.br/maranhao-1908>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

surgimentos e ampliação das cidades, como pontos de ligação entre vilarejos próximos, sedes militares da região e rios responsáveis pelo escoamento da produção local.

Um grande exemplo eram as cidades de São Pedro de Alcântara, posteriormente a cidade de Carolina. Outros exemplos são as atuais cidades de Riachão, Pastos Bons, Passagem Franca, Grajaú, Barra do Corda, Caxias e a região no entorno da cidade de Timon. Todas elas consideradas pontos principais de comércio, apesar de existirem vilarejos próximos aos rios, tinha início a construção de estradas que mais pareciam com trilhas.

José Joaquim Lopes elaborou sua representação cartográfica (1848), vinte e nove anos depois do mapa de Paula Ribeiro. Joaquim Lopes, trás os vilarejos e as cidades que surgiram nos anos que separam a elaboração dos dois mapas. Paula Ribeiro, mostrava o ineditismo do sertão, com suas povoações nativas e colonos iniciando o processo de colonização. Sob este aspecto os mapas são diferentes.

Ainda com base no mapa de Paula Ribeiro, José Joaquim Rios Lopes, (Figura 4), elabora uma carta geral e amplia sua visão sobre o lado oeste da capitania maranhense (Figura 5), possivelmente focando no desenvolvimento econômico-social dessa região, que influenciou o surgimento de novos vilarejos, como havia mencionado antes toda a região sul sempre pródiga na produção agropecuária.

Todos esses mapas da capitania vêm mostrando a evolução e a riqueza de detalhes presentes em cada uma delas, cada representação cartográfica tem um propósito específico. O conjunto

da cartografia, pós Paula Ribeiro, têm como inspiração o mapa elaborado pelo viajante/explorador, as características das regiões, descrições dos terrenos e a delimitação de limites obedecem a aquelas feitas pelo militar.

**Figura 7 – Mapa Atual do Estado do Maranhão.**



Fonte: Guia Geográfico<sup>12</sup>

Ao compararmos o mapa construído por Francisco de Paula Ribeiro em 1819, (Figura 2) e o atual do Maranhão (Figura 7),

<sup>12</sup> Figura 7: Mapa Atual do estado do Maranhão. Disponível em: <http://mapas-brasil.com/maranhao.htm> . Acesso em 28 de setembro de 2020.

percebemos em ambos, as mesmas coordenadas geográficas, os mesmos rios que ligam o litoral do Maranhão com o sertão sul do estado, na representação atual é mais precisa, por fazer uso de novas tecnologias, como por exemplo, imagens de satélites, algo inimaginável na segunda década do século XIX. Outros equipamentos topográficos identificaram novos rios e afluentes e outras formações naturais mais detalhadas, foi possível o mapeamento de regiões de difícil acesso, anteriormente impossível de serem alcançadas pelos cartógrafos de antanho.

Outra questão a ser considerada dentre as dificuldades enfrentadas para o mapeamento do sertão dos Pastos Bons, era o clima quase sempre beligerante com as sociedades nativas, que defendiam seus territórios enfrentando sem temor os colonizadores, como bem expressa Paula Ribeiro em suas memórias.

## CONCLUSÃO

Este relatório ao analisar as cartografias existentes na obra de Paula Ribeiro, objetiva contribuir com os estudos sobre o sertão do Maranhão já existentes e vindouros, já que estudou e disponibilizará os principais mapas sobre o sertão maranhense, que foram confeccionados após o de Paula Ribeiro. Todos têm seu mapa como base de inspiração embora não o citem. Paula Ribeiro foi pioneiro em revelar o sertão, e o sertanejo maranhense como viviam, o cotidiano das fazendas, sobre vadios e aventureiros que perambulavam pelo sertão. Narrou o surgimento das principais vilas e cidades do sertão.

Os litígios entre as capitanias do Maranhão e Goiás, foi motivado pela invasão do lado maranhense do rio Tocantins, por colonos de Goiás, liderados pelo militar e regatão Francisco José Pinto de Magalhães, que anexara a vila de São Pedro de Alcântara, ao território da capitania de Goiás. Paula Ribeiro, foi o representante maranhense e conseguiu reaver para o Maranhão em 1816, a referida vila. Logo depois, Goiás voltava a carga no Senado do Império, reivindicando a mesma região. O senador maranhense Cândido Mendes de Almeida, liderou a campanha contra os interesses goianos e pela Lei nº 773, de 23 de agosto de 1854, pôs fim a disputas de limites entre as capitanias de Goiás e Maranhão, que ainda hoje são as mesmas demarcadas por Francisco de Paula Ribeiro em 1816.

## REFERÊNCIAS

APEM – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. (Livro: 48; Doc. 441; Pag. 95). (Período: 1798 – 1800) F.1.S.9.Ss.1.L.48. Localizado: **Livro de Registros da correspondência enviadas e recebidas pelos governadores do Maranhão com autoridades locais e de fora.** Fundo: Secretaria do governo.

APEM – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. . (Livro: 51; Doc. 451; Pag. 84). (Período: 1800 – 1803) F.1.S.9.Ss.1.L.51. Localizado: **Livro de registro da correspondência do Governador e Capitão – General com as autoridades locais e de fora da Capitania.**

APEM – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. (Livro: 55; Doc. 111; Pag. 52). (Período: 1809 – 1811) F.1.S.9.Ss.1.L55. Localizado: **Livro de registros da correspondência do**

## Governador e Capitão – General com as autoridades do Interior da capitania do Maranhão

BRASIL. Lei nº 773, de 23 de Agosto de 1854. Marca os limites das Províncias de Goyas e do Maranhão. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854**, Página 45 Vol. 1 pt I (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-773-23-agosto-1854-558399-publicacaooriginal-79636-pl.html>> Acesso em: 27 de Setembro de 2020.

Biblioteca Central da universidade de Évora – PT disponível em: <https://www.bib.uevora.pt/>

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **DECIFRANDO MAPAS: SOBRE O CONCEITO DE “TERRITÓRIO” E SUAS VINCULAÇÕES COM A CARTOGRAFIA**. Departamento de História da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Tese de doutorado, intitulada *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500 - 1822)*, defendida na FAU/ USP, em 2001, e realizada sob a orientação do Prof. Dr. Nestor Goulart Reis Filho. Disponível também nos Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.12.p. 193-234. Jan./Dez. 2004.

FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. **Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do maranhão**. / Adalberto Franklin; João Renôr F. de Carvalho. – Imperatriz, MA: Ética, 2007. 286p. ; 23cm

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. **Confins [Online]**, posto online em 24 abril 2009. URL: <http://confins.revues.org/index5724.html>. 2009, 5.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. Francisco de Paula Ribeiro: um pioneiro nos sertões dos Pastos Bons. In. RIBEIRO, **Francisco de Paula. Memórias dos Sertões maranhenses**. São Paulo: Siciliano, 2002, p.7-8.

PACHECO FILHO, Alan Kardec Gomes. A ocupação para fins de colonização do Sertão Maranhense. In. FERREIRA, Márcia Milena G; FERREIRAS, Norberto; ROCHA, Cristina Costa da (Orgs), **História social do trabalho: uso da terra, controle e resistência**. São Luís: Café e Lápis; EDUEMA, 2015, p.219-239.

PACHECO FILHO, Alan Kardec Gomes. Um sertão de águas e de letras. **Revista Outros Tempos**, vol. 11, n.17, 2014 p. 35-52.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. O Sertão do Maranhão nas memórias de Francisco de Paula Ribeiro. **Anais eletrônico do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia** Florianópolis, Santa Catarina, 16 a 18 de Novembro de 2016.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **Varando Mundos: Navegação no Vale do Rio Grajaú** / Alan Kardec Gomes Pachêco Filho. São Luís: EdUema, 2016. 347p.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Roteiro da viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro ás fronteiras da Capitania do Maranhão e Goyaz no anno de 1815 em serviço de S. M. Fidelissima. **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Tomo X; 2. Ed. Rio. 1870.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Descrição do Territorio dos Pastos Bons, nos sertões do Maranhão: propriedades dos seus terrenos, suas producções, carater dos seus habitantes colonos, e estado actual dos seus estabelecimentos. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. Tomo XII, Trimestre de 1849, 2. ed. Rio 1874.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Memoria Sobre as Nações Gentias que presentemente habitam o Continente do Maranhão: analyse de algumas tribos conhecidas: processo de suas hostilidades sobre os habitantes: causas que lhes tem dificultado a redução, e único methodo que seriamente poderá reduzil-as. Escrita no anno de 1819 pelo Major Graduado Francisco de Paula Ribeiro. **Revista**

**Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro**, Tomo III. Rio de Janeiro: 1841.

SANTOS, Raimundo Lima dos. O sertão inventado: a percepção dos sertões maranhenses pelo olhar de Francisco de Paula Ribeiro. **Revista de História Regional** 16(1): p. 209-234, verão, Paraná, 2011.

SERTÃO significado **Dicio Dicionário online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sertao/>> Acesso em: 19 de fevereiro de 2021.

***BANDEIRAS VERDES: fronteira agrícola e migração no Maranhão em tela****Pamella Ferreira Paiva<sup>1</sup>*Marcia Milena Galdez Ferreira<sup>2</sup>**INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas no Plano de Trabalho: “*Bandeiras Verdes: fronteira agrícola e migração no Maranhão em tela*”.

O tema desta pesquisa consiste em um estudo sobre a experiência de vida de indivíduos durante a expansão camponesa de comunidades do Vale do Rio Carú, na pré-amazônia maranhense, por meio do filme “*Bandeiras Verdes*” do cineasta e professor universitário Murilo Santos no ano de 1988, na qual foram registradas lutas sindicais e camponesas que ocorreram no período. O filme é reconhecido pela sua importância e já é considerado um clássico da cinematografia maranhense. A pesquisa possui como principal objetivo analisar as representações presentes na obra de Murilo Santos, correlacionando o conteúdo presente no documentário com seu contexto histórico e relação com a trajetória do diretor, além da possível utilização do mesmo como fonte audiovisual para o ensino de História na educação básica.

O filme é um documentário de curta-metragem lançado em 1988, durante grande extensão de tempo onde “concretiza em

---

<sup>1</sup> Aluna de graduação do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão.

<sup>2</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão.

diferentes etapas, ao longo de dez anos, munido de grande intuição sociológica e de extrema sensibilidade para o trabalho de campo (ANDRADE; SANTOS, 2009, p.13) essa empreitada dentro das áreas de entrada da região pré-amazônica do Maranhão, na qual – a partir de sua estadia - desenvolve fortes relações interpessoais com os entrevistados, constituindo uma maior proximidade e familiaridade com a família Bala e outros moradores do centro<sup>3</sup> ao longo dos anos em que se sucederam a filmagem e a produção.

Buscamos o recorte das décadas de 1970 e 1980 para o estudo mais profundo sobre a sociedade que acaba por produzir esse tipo de obra, além das movimentações no campo da cinematografia maranhense que se encontrava em momento de expansão através do auxílio da leitura de Alexandre Bruno Gouveia Costa (2015) e Francisco das Chagas Júnior (2014).

## OBJETIVOS

### Objetivo Geral

- Analisar o filme “*Bandeira Verdes*”, do diretor Murilo Santos, dando ênfase à temática abordada e na sua aplicabilidade como recurso didático para o ensino de história.

---

<sup>3</sup> “Todo o processo de ocupação da Pré-Amazônia Maranhense e do Sudeste do Pará vem se dando a partir da fundação dos denominados centros, que inicialmente podem ser considerados como agrupamentos de moradias de pequenos produtores agrícolas que se desenvolvem em seus locais de trabalho no interior da floresta.” (ANDRADE; SANTOS, 2009, p.29)

## Objetivos Específicos

- Compreender o contexto histórico de produção do filme, bem como situar Murilo Santos no campo da cinematografia maranhense.
- Proceder a uma sucinta análise fílmica da obra, explorando a linguagem cinematográfica e destacando elementos tais como: tema, direção, roteiro, representações do mundo rural, fotografia.
- Identificar a importância do filme como ferramenta para o ensino de história, destacando possibilidades de abordagem na sala de aula.

## METODOLOGIA

Para alcançar cada um dos objetivos apontados nesse projeto, a metodologia utilizada na pesquisa, foi o diálogo entre a produção acadêmica em relação a luta pela terra que ocorreu nessa região do Maranhão na década de 1980, assim como a análise das representações dos camponeses/as que migravam de suas áreas de conflito para a região pré-amazônica maranhense dentro da obra cinematográfica do cineasta Murilo Santos. Para isso será dado maior enfoque às representações de usos da terra, trabalho e migração presentes na obra, majoritariamente dentro das discussões da filmografia maranhense, visto que Murilo Santos atuou com destaque durante as décadas de 1970 e 1980, não só em sua obra

*Bandeiras Verdes* (1988) mas em muitas outras anteriores e posteriormente.

Utilizamos o cinema como fonte histórica, pois, a partir do movimento da Nova História, a rígida e metódica forma de pensar as fontes ganhou espaço de abrangência, mostrando que elas podem ter caráter representativo e parcial, sendo escritas ou não. No caso da obra de Murilo Santos, a percepção subjetiva do mundo apresentada através do filme *Bandeiras Verdes* (1988), abre uma fissura representativa na vida do campo e a experiência das pessoas inseridas nesse contexto durante a expansão camponesa de comunidades no Vale do Rio Carú, no interior do Maranhão, registrando as lutas sindicais e camponesas, por vezes violentas que ocorreram no período.

Sendo assim conclui-se que, o percurso metodológico pela obra de Santos, deu-se a partir da premissa de que suas criações fílmicas constituem representações da História, na qual pudemos interpretar a obra *Bandeiras Verdes* (1988) individualmente a partir de seu conteúdo e situá-la em seu contexto histórico, social e político, fazendo assim essa interlocução com a narrativa presente na produção e seu contexto de criação, assim como pudemos situar o diretor dentro de toda essa conjuntura também.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

*Bandeiras Verdes* é uma produção etnográfica dirigida pelo cineasta Murilo Santos que tem seu início no ano de 1988.

Acompanhando os depoimentos feitos principalmente por Domingos Bala e Rosa, o filme representa a realidade dos camponeses em deslocamento que foram expulsos de suas terras devido às ações dos grileiros – que se apropriavam das terras dos camponeses através de documentação falsificada, adquirindo o poder de expulsar os posseiros de seus territórios ou controlar suas ações no mesmo – e os latifundiários – que, de acordo com os depoimentos feitos no documentário em relação à essa classe, determina-se que os grandes proprietários não queriam que os trabalhadores permanecessem em suas terras, passando então a controlar o que vendiam, a porcentagem que poderiam ou não receber em cima de seu trabalho e fazendo aplicações de cobranças excessivos sobre seus cultivos por estarem utilizando-se das terras – e terem que se adaptar a vida em localidades mais remotas através do deslocamento de suas áreas originais para áreas que consideravam como “livres”.

O cineasta responsável pela obra, Murilo Santos, faz parte da história da cinematografia maranhense, tornando-se figura de grande destaque da época fazendo parte das engrenagens do movimento nos anos 1970 e 1980. Atualmente professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) no departamento de Artes Visuais, Murilo tem histórico extenso na participação dos movimentos cinematográficos maranhenses, encabeçando muitos deles durante sua carreira.

O cinema maranhense, em seus primórdios buscava capturar e montar imagens momentos históricos da cidade - sendo uma

produção local que acaba por registrar a cidade e seus espaços de vivência -. Infelizmente, é característica marcante da cinematografia maranhense, as diversas lacunas de registro, havendo um grande vácuo entre o início do século XX até a década de 1960 onde pesquisadores e cinéfilos não têm acesso a registros do movimento cinematográfico no Maranhão pela inexistência dos mesmos (COSTA, 2015, p.51). No entanto, o movimento acaba ganhando forças a partir das décadas de 1970, onde diversas figuras de destaque passam a encabeçar essa marcha que alavanca a qualidade, e a perspectiva crítica da produção fílmica no estado. Com a criação do Laboratório de Expressões Artísticas (Laborarte) em 1972 – da qual Murilo Santos fez parte da fundação – várias produções de câmera Super-8<sup>4</sup> e 16mm<sup>5</sup> vêm ao mundo. Tais produções que, ao longo da década foram maturando-se e aos poucos entrando no cenário nacional de competições fílmicas.

Com a premiação de Os Pregoeiros de São Luís, de Murilo Santos, no III Festival de Cinema – FENACA, em 1975 em Aracajú, o formato Super 8mm ganhou mais adeptos no Maranhão abrindo espaço para discussões e oficinas de cinema no Estado e o reconhecimento do potencial maranhense. Momento crucial para a reunião desse grupo em prol de um movimento nacional (COSTA, 2015, p.52).

---

<sup>4</sup> A câmera Super 8 era um dispositivo tecnológico de consumo, direcionado a uma determinada classe (a partir da classe média) sendo utilizada para fazer registros domésticos no mundo afora e em todo o Brasil. Seu uso cotidiano na contramão do cinemão fez com que Rubens Machado Jr. o chamasse de “surto superoitista” de produção de filmes no Brasil, desenvolvendo de certa forma, a relação cultural até então cristalizada entre o diretor de cinema e o espectador (CALDAS, 2016, p. 25).

<sup>5</sup> Na televisão, em sua prática de gravação e de transmissão (antes do vídeo tape) usavam fitas de 16mm (CALDAS, 2016, p.82).

Com esse avanço na cena nacional, pudemos ver as obras do estado cada vez mais nessa cena de festivais e Jornadas. A esse ponto – já da metade para o fim da década de 1970 – os filmes produzidos eram de cunho mais crítico-social, buscando representar críticas à essa esfera da sociedade – Como podemos ver nas temáticas tratadas em *Bandeiras Verdes* (1988) – possuindo essa geração de cineastas preocupados com a exposição desses temas mais incisivos para a sociedade. No entanto, apesar do crescimento do movimento e expansão do mesmo pelo país,

Ainda hoje, não há documentação sistematizada da produção, o que dificulta ainda mais o exercício da pesquisa e catalogação do setor audiovisual. Por isso, afirma-se que além da falta de produção é evidente que a falta de registro na época é um dos maiores desafios. De alguma forma o lapso é um espaço em branco na história audiovisual maranhense. (COSTA, 2015, p.54)

Nos primeiros debates sobre o uso do cinema como fonte de pesquisa no campo da História, houve dilemas sobre como melhor utilizá-la e como fazer perguntas pertinentes e eficazes à mesma para que pudesse ser abordada com rigor e criticidade nos moldes da historiografia. Isso causa um primeiro debate desordenado, que a partir do campo da Nova História foi sendo organizado paulatinamente pelos pesquisadores.

A incorporação do Cinema dentro do espectro da pesquisa historiográfica deu-se graças ao movimento da Escola dos *Annales*, que, ao fazer a proposta da expansão das fontes utilizadas pelos historiadores da época, consegue aliar a cinematografia à essa pesquisa. Devido ao alargamento do campo, a busca por novas fontes

e a procura de uma história-problema, nasce a necessidade de uma pesquisa interdisciplinar, e, é nesse momento que se pode enxergar a entrada no cinema nesse meio. A ideia do movimento pode ser melhor compreendida na leitura do historiador Marc Bloch, que afirma:

A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele. É curioso constatar o quão imperfeitamente as pessoas alheias a nosso trabalho avaliam a extensão dessas possibilidades. É que continuam a se aferrar a uma ideia obsoleta de nossa ciência: a do tempo em que não se sabia ler senão os testemunhos voluntários. [...] Seria uma grande ilusão imaginar que cada problema histórico corresponde a um tipo único de documentos, específico para tal emprego. Quanto mais a pesquisa, ao contrário, se esforça por atingir os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunhos muitos diversos em sua natureza (BLOCH, 2001, p. 79-80).

Ou seja, a partir do movimento da Nova História, a rígida e metódica forma de pensar as fontes perde seu palco como o principal meio de análise, devido a essa nova onda de pesquisadores que acredita que as fontes podem ser variadas e que podem ter caráter *representativo* e *parcial*, sendo escritas ou não. O papel do historiador, vê-se então, extremamente similar ao que já lhe é natural no tratamento de outras documentações – por exemplo os registros oficiais escritos –, tendo que analisar as obras fílmicas de forma crítica, verificar as ideologias presentes na obra e não se prender ao aspecto de dramatização dos acontecimentos, tudo isso levando em

conta o contexto histórico e intenções do filme (NAPOLITANO, 2006, p. 239).

Em meados dos anos 1960, quando estas primeiras discussões estavam nascendo, percebe-se que as perguntas feitas pelos historiadores na época, representavam ainda uma visão expressa pelo autor Santiago (2008) como pertencentes a “Teoria do Reflexo”, na qual, por ser um debate ainda muito recente, as perguntas feitas pelos historiadores ao objeto exprimiam uma visão que foi entendida em anos mais recentes como sendo parte do senso comum, que acreditava que os filmes seriam reflexões fiéis da realidade. Ainda de acordo com Santiago:

Desde os anos de 1960, quando algum historiador começava a lidar com imagens fílmicas, era muito comum que as questões iniciais fossem: em que medida o filme refletia a realidade social que o gerou? Como servia como forma de dominação? O cinema produzia alguma espécie de resistência aos poderes sociais? A película camuflaria ou desvelaria a realidade? Tais questões demonstravam como os historiadores pensavam dentro do senso comum do que se convencionou chamar de teoria do reflexo, ou do espelho, segundo o qual a imagem seria sempre uma imitação do mundo, tendo que necessariamente refratá-lo. (SANTIAGO JÚNIOR, 2008, p.67).

Assim, com o avanço da pesquisa na área – e a necessária superação dessa barreira teórica – o campo entra no vasto consenso de que as obras fílmicas seriam representações da realidade, e não cópias fiéis, havendo finalmente o entendimento de que, apesar de ser um campo amplamente subjetivo, os historiadores podem aproveitar-se dos conteúdos latentes das obras e de aproximações

sucessivas de suas temáticas para buscar uma representatividade histórica nesses filmes e documentários (SANTIAGO JÚNIOR, 2012, p.159). Ainda de acordo com Santiago Júnior (2012), pudemos compreender que o campo conseguiu consolidar-se efetivamente, a partir do momento em que houve a diferenciação entre História do Cinema e a análise historiográfica, podendo a partir disso finalmente relativizar o foco que se tinha nos filmes em si, para as problemáticas sociais que envolvem a área como um todo.

No entanto, não é a obra de arte em si, nem a história desse gênero artístico que estão em jogo. Para a análise historiográfica que não pretende realizar a história da arte, a obra não precisa necessariamente ser considerada na totalidade da relação forma e conteúdo. [...] Isso permite que ele encontre, por aproximações sucessivas, seus conteúdos latentes ou mesmo aqueles que escaparam inconscientemente ao seu realizador. E, assim, o filme transforma-se em documento, em fonte de conhecimento (NÓVOA, apud SANTIAGO JÚNIOR, 2012, p.159).

A linha tênue entre imagem e imitação precisou ser explorada nessa fase inicial pelos historiadores que mergulhavam no campo do cinema, que, ao perceberem que as obras fílmicas não eram espelhos refletores da realidade, adentravam inevitavelmente no vasto campo das discussões teóricas de representatividade. O pesquisador Santiago Júnior (2012) utiliza-se da teoria platônica do mundo sensível e do mundo inteligível<sup>6</sup> para demonstrar simbolicamente essa relação que se estabelece no campo da História e Cinema,

---

<sup>6</sup> O mundo sensível, aquele em que se evidencia a materialização das percepções sensoriais, e o mundo inteligível, classificado como o campo do intelecto puro ou mundo das ideias, onde residem as essências verdadeiras (SOUZA, 2012, p.11).

concebendo o conceito dentro da “Teoria do Espelho” mencionada anteriormente.

A relação Cinema e representatividade é explorada também pelo pesquisador Alexandre Bruno Gouveia Costa (2015), na qual conceitua a *mímeses*<sup>7</sup> dentro do cinema, ao estabelecer que a mesma – dentro da visão aristotélica - faz parte de conjuntos de concepções da realidade, na qual entende-se que podem ser introduzidas inovações dentro das mais diversas criações e recriações dos campos das Artes e das Humanidades, o que inclui o campo do Cinema. Paul Ricoeur – utilizado pelo autor dentro de sua análise - adere à definição aristotélica de representação, pois a mesma traz a concepção de “inovação”, o que conseqüentemente significa que a mesma não se restringe em ser uma mera imitação, sendo assim, observa-se novamente que a concepção adotada dentro do campo da História e Cinema adentra a área de inovação, crítica, representatividade e etc.

---

<sup>7</sup> Mimesis is, simply put, imitation, but it also refers to modes of representation in which the external world is presented to the reader or viewer in as transparent a medium as possible. It is among the oldest concepts in literary theory, and continues to be of critical importance in contemporary narrative theory, aesthetics, and philosophy. For Plato (1968), who first brought the term into critical discourse, mimesis refers to the ways in which images and poetry (chiefly epic and tragedy) imitate reality; he did not believe that the imitations were real themselves. Art is secondary and derivative, a mirror of nature. Aristotle largely accepted Plato's assertion that poetry is a form of mimesis, and should therefore be measured against some other reality, but he also reframed the theory. In the *Poetics* (1987), he describes mimesis as a microcosm or simulation of reality itself; a tragic plot is effective and has a sense of reality when the relationship among its events is internally consistent, and thereby accords with our sense of cause and effect. For Aristotle, mimesis imitates rational thought processes, not material or conceptual realities. (POTOLSKY, 2010, p.327).

Enquanto que a composição ou tessitura de intrigas já é, por si só, uma atividade, a *mimesis* também deve ser entendida como algo dinâmico, como a arte de produzir ou representar [...] a atividade mimética não pode ser mais entendida em termos de mero reflexo imaginário da realidade, pois, também atua retrospectivamente sobre esta no ato mesmo de representá-la [...] a *mimesis*, para Ricoeur, em geral tem um sentido ativo que lhe permite ser não apenas reprodutiva no sentido de introduzir algo novo. [...] A definição de um aspecto criativo da *mimesis* é quando ela conduz a algo que representa e toma lugar daquilo que se refere (COSTA, 2015, p.61)

O filme etnográfico de Murilo Santos pode ser classificado na categoria de filmes de representação social, na qual simula-se, através dos processos de câmeras, imagens, sons, cores, iluminação e movimentos, uma “realidade” reduzida e comprimida de acordo com as lentes do organizador do trabalho. A produção seria uma aproximação, uma forma de representação do real, pelo fato de que, abranger a experiência vivida na realidade de forma pura dentro de um documentário – ou qualquer obra fílmica - é impossível – assim como visto anteriormente, pelo fato de um filme ser uma obra comprimida, editada, direcionada e cheia de intenções e planejamentos (NAPOLITANO, 2006, p. 238-239).

Ou seja, por mais que a vontade seja de ser fidedigno ou verossimilhante ao mundo real, é impossível consegui-lo, pois, no momento em que escolhas são feitas – ou deixam de ser feitas – em relação à filmagens, perguntas aos agentes históricos – ou personagens fictícios -, posicionamentos de câmera e narrativas, já temos em mãos não a realidade em si, mas sua representatividade.

Além de que, assim como em entrevistas, o agente social em foco – no caso dos personagens que representam a si mesmos –, em sua aparição e participação na obra estarão, de uma forma ou de outra, manejando seus comportamentos e falas, polindo-se para as câmeras presentes, fazendo com que as formas naturais de seu cotidiano sejam algo que não pode ser capturado pelas lentes de nenhum cineasta.

A utilização do cinema na sala de aula ainda é pouco familiar e extremamente contemporânea – devido à igualmente recente aceitação da fonte no campo da pesquisa histórica –, portanto torna-se desafiador em seu tratamento e idealização, causando estranhamento ao pesquisador, principalmente da área de História que – como mencionado anteriormente – apenas recentemente vêm diversificando suas fontes. A linha tênue entre a representação, a ficção e a realidade trazem certos desafios quando se trata de trazer conteúdos cinematográficos para dentro da sala de aula, no entanto, como trata-se de um documentário que se propôs a *representar* a realidade, não é necessária a preocupação com o fictício devido ao próprio gênero filmico com a qual estamos trabalhando.

Pelo fato de a área cinematográfica ser constituída por uma amálgama de diferentes sistemas de linguagens, o desafio principal torna-se compreendê-lo. Ao compreendê-lo procuramos romper com a fronteira existente entre os campos da educação e da comunicação (FABRIS, 2008, p. 121), no entanto, observa-se que existe ainda muita resistência à correlação dos dois campos,

justamente por tratar-se de uma entrada em um território relativamente novo.

O reconhecimento da importância social do cinema ainda não se reflete, de forma significativa, nas pesquisas que desenvolvemos na área da educação. A discreta publicação de artigos sobre o tema em nossos periódicos sugere que os pesquisadores dessa área ainda dão pouca atenção aos filmes como objeto de estudo (DUARTE, 2002, p. 97).

Uma possibilidade de abordagem do cinema em sala de aula é investigada pela pesquisadora Adriana Fresquet (2020), em sua obra “Cinema e educação: reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e ‘fora’ da escola” na qual a mesma explora a possibilidade que o campo cinematográfico traz para a experiência da *alteridade*, fazendo com que explorem-se meios nas quais os estudantes tentem se colocar no lugar do próprio objeto estudado e, por si mesmos tirar conclusões mais pessoais e tangíveis sobre as situações apresentadas dentro da obra fílmica. É a criação da dinâmica de:

enlace emocional, que se manifesta dupla e reciprocamente [...] as combinações de imagens [...] resultam do caráter aglutinante do fator emocional que tende a integrar imagens nem sempre associáveis logicamente. Algo assim como imprimir um tom afetivo comum a um conjunto não necessariamente uníssono. [...] Embora circule nos cursos de pedagogia a ideia de que “a razão nasce da emoção, mas vive de sua morte”, aposto fortemente na potência da emoção envolvida no aprendizado. Isto não significa uma proposta disciplinar para a afetividade. (FRESQUET, 2020, n.p).

Ou seja, seria a criação de um espaço – no caso a sala de aula – na qual seja feita a reflexão com base naquilo que nos emociona. A

palavra “emociona” é utilizada pela autora não no sentido de emoções como comoção, choro e derivados, mas sim no sentido da geração de agitação e turbacão mentais que podem ser trazidos à tona por essas obras de teor crítico-social. O famoso “incomodo” que fomenta debates, faz com que opiniões sejam expostas e constitui um ambiente na qual o desinteresse seja a menor das preocupações, pois existe esse envolvimento mental maior sendo exercido.

O conceito de alteridade no campo cinema-educacão não é somente explorado por Adriana Fresquet (2020), mas também por Cezar e Ivo (2016), que afirmam que os estudantes não necessariamente devem interferir com o produto em si ou na imagem em si, mas devem “entrar nas decisões criativas que forjaram e nos possíveis daquela imagem” (MIGLIORIN; BARROSO, 2016, p. 20) e fazer com que, o estudante, ao alocar-se nessa experiencia sensível de se situar no lugar do criador, aprenda de uma maneira diferenciada sobre a criação em si.

Nesse sentido, podemos dizer que tal relação de alteridade com o cinema se dá duplamente: não só vemos o filme, mas ele também nos olha. Isso acaba por complexificar fortemente o papel do “eu” e do “outro” [...] Há, nesse acontecimento filosófico, uma desconstrução do “eu” a partir do “outro”, que impõe um jogo de proximidade e distanciamento. Essa rica experiência faz com que eu me reconheça no outro e, ao mesmo tempo, que eu reconheça o outro em mim. Supomos, no interior dessa discussão, que a experiência da (e com a) alteridade no cinema pode ocorrer de forma muito intensa: ver um filme e ser olhado de volta por aquelas mesmas imagens é o que caracteriza a potência de tal acontecimento. (HILGERT; FISHER, 2016, p. 1240).

O exercício da alteridade dentro do campo de cinema-educação, só é possível graças a uma característica muito peculiar encontrada nessas obras filmicas, que é a possibilidade da criação de laços de *identificação*, onde essa interação perceptiva é única. Os processos educativos já são envoltos do uso de outras mídias que não a cinematográfica, tendo os estudos de filosofia, sociologia, literatura e tecnologias, por exemplo, como pilares formadores dentro do processo de socialização de um indivíduo, na qual, a partir deles, cultivam novos pensamentos, novos comportamentos e integram-se ao meio social geral desta forma. Sendo assim, para tratarmos de cinema, devemos sempre levar em conta esses processos formadores, sejam eles culturais, sociais ou educacionais. Ou seja, “o cinema assim como a educação, podem ser considerados instrumentos de socialização, portanto mediadores do desenvolvimento humano e das relações humanas.” (PIOVESAN; BARBOSA; COSTA, 2010, p. 04)

Ainda mais, as pesquisadoras Angélica, Livia e Sara (2010) afirmam que:

Essas construções são baseadas tanto nas “funções mentais” de Vigotski, como nas relações de afetividade e cognição de Wallon, onde o professor tem um papel fundamental através da linguagem, de mediador dessas relações devendo trabalhar a compreensão dessas emoções e funções mentais numa tentativa de que haja mudanças nas histórias de vida desses indivíduos. As funções cognitivas de atenção, percepção, memória, entre outras, são importantes para a interpretação e entendimento dos filmes. Os significados dados por cada um estão relacionados às suas histórias de vida e à cultura em que estão inseridos. (PIOVESAN; BARBOSA; COSTA, 2010, p. 04)

O trabalho de reflexão crítica sobre a história e a memória da questão agrária maranhense é assunto de suma importância a ser inserido dentro do ambiente escolar, e o tratamento do assunto a partir do uso de imagens e sons proporciona uma boa maneira de apresentar a história do estado para esses jovens tendo em vista as questões apontadas anteriormente.

Tendo isso em mente, com o auxílio da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), pudemos selecionar quais séries do ensino fundamental e médio seriam mais adequadas para se trabalhar com o recurso midiático *Bandeiras Verdes* (1988).

Primeiramente, faremos o apontamento do 9º ano do Ensino Fundamental, na qual, a unidade temática referente à “Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946” (BRASIL, 2017, p. 430) possui como um de seus objetos de conhecimento o trabalho com “A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais [...] A questão da violência contra populações marginalizadas.” (BRASIL, 2017, p. 430), corte temporal e temático que se alinha muito bem com os temas e histórias apresentadas na obra *Bandeiras Verdes* (1988). Ainda mais, a BNCC disponibiliza as habilidades que podem ser adquiridas através das temáticas disponibilizadas pela mesma. Portanto, a habilidade EF09HI26 dessa mesma unidade temática engloba a discussão da violência sofrida por diversas comunidades marginalizadas, o que inclui os grupos de camponeses e pobres. “Discutir e analisar as causas da violência

contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.” (BRASIL, 2017, p. 431).

Da mesma maneira, o trabalho com o Ensino Médio também é visado dentro dos parâmetros da Base Nacional Comum Curricular. Diferente do Ensino Fundamental que é dividido por áreas mais específicas – como História, Geografia, Ciências etc.-, o Ensino Médio é diferente, portanto, a área da História encontra-se na categoria “Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”, sendo a competência específica 1 uma comporta diversos aspectos pertinentes aos temas encontrados no filme Bandeiras Verdes (1988).

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica. (BRASIL, 2017, p. 571)

Podendo-se desenvolver através dessa competência a habilidade EM13CHS102, que indica:

Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos (BRASIL, 2017, p. 572)

Ainda na competência específica 1, temos a habilidade EM13CH105, que indica a possibilidade de: “Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/ natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades.” (BRASIL, 2017, p. 572). Fazendo com que os conteúdos apresentados no filme, sirvam como ponte para o tratamento da dicotomia campo/cidade assim como a questão das formações de comunidades campesinas.

Outra competência específica que comporta assuntos de interesse à nossa temática, é a competência específica 2, que propõe: “Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.” (BRASIL, 2017, p. 573). E, dentro da mesma pudemos observar que a habilidade EM13CHS201 seria muito bem desenvolvida através do trabalho com a obra fílmica *Bandeiras Verdes* (1988).

Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles. (BRASIL, 2017, p. 573)

Assim como a habilidade EM13CHS203, na qual também pode-se visar o trabalho das dicotomias presentes nas temáticas da

obra fílmica, já que a mesma indica que, deve-se “comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras).” (BRASIL, 2017, p.573).

Além da BNCC, também utilizamos as indicações presentes na documentação do DCTMA (Documento Curricular do Território Maranhense), nas quais visam-se propostas mais voltadas para a realidade do estudante maranhense. Sendo assim, a indicação presente nesse documento indica ao ensino fundamental – especificamente ao 9º ano – na unidade temática “Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946” o trabalho com o tema “Projeto Grande Carajás e expansão agrícola no Sul do Maranhão” que englobam as habilidades:

(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos. (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. (EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura. (MARANHÃO, 2019, p. 457)

Condizentes com os temas apresentados em *Bandeiras Verdes* (1988), portanto pode-se trabalhar com a obra, ao mesmo passo em que se desenvolvem essas competências.

Também é indicado DCTMA, que o Ensino Médio deve:

Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos, e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo; Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações. (MARANHÃO, 2019, p. 440)

Concluimos então que, a utilização da obra *Bandeiras Verdes* (1988) é viável e encaixa-se dentro dos parâmetros indicados pelos órgãos públicos responsáveis pela divisão, indicação e determinação de conteúdo para a Educação Básica tanto do país, quanto do estado do Maranhão respectivamente.

Os primeiros contatos com os camponeses do Centro do Bala – nome da localidade mostrada na obra – foram feitos entre os anos de 1979 e 1981 e remontam à pesquisa “Transformações Econômicas e Sociais no Campo Maranhense” fomentada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), e, desde a primeira visita feita pelo cineasta, Murilo Santos procurou hospedar-se na casa da família Bala, submetendo-se por completo às regras e condições do lugar e da comunidade. Entre 1982 e 1983, Santos adota a estratégia de permanecer no campo em curtos períodos de tempo – variando de uma semana a quinze dias -, a inserção de 1982 e 1983 já não sendo mediada pela Igreja Católica ou pela Comissão Pastoral da Terra, sendo dissociada dessas instituições. A partir desse momento, a pesquisa e o projeto foram financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) a partir do projeto de pesquisa “Estrutura

Agrária e Colonização na Fronteira Agrícola” que tinha vínculo com o Museu Paraense Emílio Goeldi (ANDRADE; SANTOS, 2009, p.21).

O recorte histórico de uma obra fílmica se faz essencial para a sua análise por parte da pesquisa no campo da História. De acordo com José D’Assunção Barros no seu artigo no qual debate os usos historiográficos das fontes fílmicas, “a emergência de determinado tipo de obra, os temas que a circulam, seu vocabulário, as novidades formais que se tornam possíveis... tudo isso nos fala ainda mais dos receptores da obra do que de seus próprios autores individualizados” (BARROS, 2011, p.189). Ou seja, além da análise da obra no contexto interno de produção fílmica, veremos também seu quadro histórico para obter compreensão mais ampla da época na qual *Bandeiras Verdes* (1988) fora lançado e qual sociedade clamava por tal obra.

Concluimos que a época na qual fora situada a produção coincide com um período no qual existiu um forte movimento de expropriação de terras, grilagem e conflitos de terra na região pré-amazônica do Maranhão – e no estado em geral –, onde iniciam-se os “grandes projetos” que envolviam a construção da Estrada de Carajás através do Programa Grande Carajás (PGC) – mostrada no final do documentário – e projetos agropecuários e madeireiros. Tais movimentações tem por consequência a criação de sérios conflitos com os camponeses residentes dessas áreas, gerando desordem, violência e tensão no campo maranhense.

Com a implantação da Ferrovia Carajás, consequência da descoberta das jazidas de minério no estado do Pará, um grande número de famílias deixa a roça e vai a

procura de dinheiro, outras vão destacar-se atrás de trabalho nas hidrelétricas (a exemplo de Tucuruí) e nos diversos garimpos que vão ser descobertos na região Norte e Nordeste. As regiões cortadas pela Rodovia são hipervalorizadas e ocupadas por grandes projetos agropecuários, nem sempre efetivados, que ocupam terras devolutas, reservas indígenas e as propriedades de pequenos agricultores. A população periférica ou próxima às regiões de grandes projetos se constituirá em mão de obra no período da implantação (peões), como assalariados nas fazendas ou vivendo do subemprego (biscates), os empreendimentos ficam com extensas regiões. Os pequenos proprietários que vão ter seus terrenos comprados ou vão migrar para outras zonas de colonização, irão constituir-se em um problema, uma vez que deixarão de produzir alimentos e terão que buscar outras alternativas de sobrevivência. (BOTELHO, 2019, p. 339)

Essa produção é de suma importância, pois, serve como registro das consequências desses “grandes projetos” para os camponeses de regiões conflituosas, através das lentes de câmera de uma pessoa que se inseriu nesse meio – já que Murilo Santos teve o cuidado de aproximar-se o máximo possível dos centros de interesse, ao ser participante de um trabalho etnográfico, acompanhando os diferentes aspectos do dia a dia dos camponeses de perto – e tentou representar esse recorte histórico do campesinato maranhense.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos então perceber a partir da análise dessa obra fílmica, as dificuldades da vida no campo e como a violência os acompanha no seu dia a dia. Sofrendo sérios processos de expropriação e violência em suas terras de origem, deslocam-se deixando tudo para trás para obterem um novo começo em terras extremamente

remotas, longínquas e de matas virgens. Esse começo árduo do “zero”, apesar dos percalços, tem sucesso, e as famílias passam a viver no centro, formando uma comunidade codependente e mutualista, que cria laços entre si juntando-se nas colheitas para o maior proveito e lucro das mesmas. No entanto, ao passo em que essas comunidades se estabelecem e ajustam o ambiente a sua volta para uma vivência mais lucrativa, grileiros, latifundiários e grandes empresas tornam a persegui-los, querendo novamente a posse das terras desses indivíduos.

Todos esses elementos vislumbrados através das lentes do documentário dirigido por Murilo Santos, que através dos agentes históricos da família de Domingos Bala e Rosa, consegue abrir um leque de pautas sobre a vida no campo, as formas de vivência desses camponeses, as dificuldades de seu dia a dia e fragmentos de suas histórias, tornando a obra um clássico da cinematografia maranhense.

Concluimos também que, a utilização da obra *Bandeiras Verdes* (1988) dentro da sala de aula serviria para levar o debate sobre as vivências do campo maranhense, além de exemplificar através das histórias dos narradores presentes nas obras as circunstâncias que levam um grupo familiar ou indivíduos a saírem de suas terras em busca de novas oportunidades e novos horizontes.

A proximidade territorial com os indivíduos e histórias apresentadas na obra auxiliam na adoção do processo de aprendizagem através do sentimento de identificação e alteridade,

explorados nessa pesquisa através das pesquisas de Fresquet (2020), Cezár e Ivo (2016) fazendo com que o aprendizado torne-se mais dinâmico e personalizado do que estritamente conteudista e técnico, fazendo com que o envolvimento maior fomente debates mais aprofundados. A apresentação e desenvolvimento de atividades com obras filmicas dentro do campo da história – assim como explicado por Frazão (2020) – deverá ser feito com grande cautela pela parte do professor, até porque obras filmicas não tem grande compromisso com os fatos, podendo utilizar-se da “licença artística” para suas diversas narrações. No entanto, fazendo-se o uso do raciocínio hipotético-dedutivo e questionando o filme da mesma maneira que se deve questionar qualquer documento escrito, pode-se através do que a pesquisadora Gillian (2001) chama de “metodologia visual crítica” fazer o uso de obras filmicas dentro do campo de ensino básico.

## REFERÊNCIAS

### Bibliografia

ANDRADE, M. de P.; SANTOS, Murilo. **Fronteiras**: a expansão camponesa na pré-amazônia maranhense. São Luís: EDUFMA, 2009.

BARROS, José D'Assunção. Cinema e história: considerações sobre os usos historiográficos das fontes filmicas. **Comunicação & Sociedade**, v. 32, n. 55, p. 175-202, 2011.

BARROS. José D'Assunção. Cinema-História: Múltiplos aspectos de uma relação. **Revista Dispositiva**, v. 3, n.º 1, 2014.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. Gráfica e Editora Impacto, 2019.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 3ª versão, Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 28 Agos. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec/MEC), 1999.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Zahar, 2002.

CALDAS, Leide Ana Oliveira et al. **SUPEROITISMO NO MARANHÃO: os modos de fazer, temas e formas de falar e a invenção do cinema local como prática de micro resistências (1970/80)**. 2016

COSTA, Alexandre Bruno Gouveia. **Cinema e filosofia: Um estudo da narrativa cinematográfica maranhense das Jornadas por meio da tríplice mímesis**. São Luís: Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão, 2015. (Dissertação de Mestrado)

DUARTE, R. M.. **Cinema & Educação**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. v. 1B. 130p.

FABRIS, Elí Henn. Cinema e Educação: um caminho metodológico. **Educação & Realidade**, v. 33, n. 1, 2008.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **Tendências da Economia Mundial e Ajustes Nacionais e Regionais**. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas UFMA, 1998.

FERNANDEZ, Andréa Ferraz et al. Uma proposta metodológica do uso do cinema de fronteira e a potencialidade sensível de filmes não hollywoodianos em sala de aula. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 35791-35807, 2020.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. A invenção do eldorado maranhense em narrativas de migrantes nordestinos (1930-1970): aportes teóricos metodológicos. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 13, n. 21, p. 84-107, 2016.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. Configurando o espaço social no vale do Mearim: terra, trabalho e migração. In: FERREIRA, Márcia Milena Galdez, FERRERAS, Norberto O e ROCHA, Cristina Costa da (org.). **Histórias Sociais do Trabalho: Usos da terra, controle e resistência**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez. Rumo ao Maranhão: Teias migratórias e memória dividida. **Tempos Históricos**, v. 23, n. 2, p. 342-374.

FRESQUET, Adriana. **Cinema e educação: reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e "fora" da escola**. Autêntica Editora, 2020.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX**. EdUFMT, 2006.

JOURNOT, Marie-Thérèse. **Vocabulário de cinema**. Lisboa, Portugal; Ed 70, 2005.

LACERDA, Franciane Gama; DE MENEZES NETO, Geraldo Magella. Ensino e pesquisa em história: a literatura de cordel na sala de aula. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 7, n. 10, 2010.

MARANHÃO. Documento Curricular do Território Maranhense: para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (DCTMA). Rio de Janeiro: FGV Editora, [2019]. Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos\\_estados/documento\\_curricular\\_ma.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/documento_curricular_ma.pdf)>. Acesso em: 28 Agos. 2021.

MIGLIORIN, Cezar; BARROSO, Elianne Ivo. Pedagogias do cinema: montagem. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, v. 43, n. 46, p. 15-28, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. Os historiadores e as fontes audiovisuais e musicais. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 2ªed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

PIOVESAN, Angélica; BARBOSA, Livia; COSTA, Sara B. Cinema e educação. **Colóquio EAD comunicação**, p. 01, 2010.

POTOLSKY, Matthew. Mimesis. The Encyclopedia of Literary and Cultural Theory, 2010.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. ... E a etnologia fez os cineastas sonharem: olhar etnológico e alteridade no cinema brasileiro entre 1970 e 1980. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 9, n. 2, p. 417-422, 2014.

SOUZA, Flávia Helena Bastianini e.; De Souza, Marco Antônio. A distinção platônica entre mundo sensível e mundo das ideias. **Revista Jurídica da Universidade de Franca**, 2012.

HAMPE, Barry. **Escrevendo um documentário**. NUPPAG–Núcleo de Pesquisa, 1997.

HILGERT, Ananda Vargas; FISCHER, Rosa Maria Bueno. Educação estética, cinema e alteridade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, p. 1234-1257, 2016.

**Fontes**

BANDEIRAS Verdes. Direção: Murilo Santos. Produção: Aida Marques, 1988. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=OIu2Wk-pm2E&ab\\_channel=LumeFilmesOficial](https://www.youtube.com/watch?v=OIu2Wk-pm2E&ab_channel=LumeFilmesOficial). Acesso feito em: 14 jan. 2021.

**CLEÓPATRA E O EGITO NO CINEMA OCIDENTAL:  
Discursos e representações em *Astérix e Obélix, Missão  
Cleópatra* (2002)<sup>1</sup>**

Thiago Eduardo Prata Passos<sup>2</sup>

Viviane de Oliveira Barbosa<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

O impacto cultural da sociedade egípcia no Ocidente é perceptível em vários meios midiáticos e há representações modernas da grandiosidade que foi o império. Não é diferente no filme *Astérix e Obélix, Missão Cleópatra* (2002), derivado de uma série de histórias em quadrinhos que acompanha as aventuras de um gaulês chamado Astérix e seus companheiros, criados por René Goscinny e Albert Uderzo na França em 1959. A adaptação para o cinema é dirigida por Alain Chabat e inspirada na edição *Astérix e Cleópatra* de 1965, em que o arquiteto egípcio Numerobis é incumbido por Cleópatra VII de construir um palácio para Júlio César em três meses, a fim de que a rainha ganhe uma aposta feita com o imperador romano e comprove a grandiosidade da sociedade egípcia.

---

<sup>1</sup> Este artigo é um dos resultados do plano de trabalho “As representações do Egito e Cleópatra no cinema ocidental”, vinculado ao projeto “A África em tela: representações da África e dos africanos no cinema”, sob coordenação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Viviane de Oliveira Barbosa. O plano de trabalho foi desenvolvido de agosto de 2020 a julho de 2021 e foi financiado pela Universidade Estadual do Maranhão, no âmbito do PIBIC/UEMA.

<sup>2</sup> Discente do curso de História Licenciatura da UEMA. Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/UEMA). E-mail: thiago5eduardo503@gmail.com

<sup>3</sup> Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST) da UEMA. E-mail: vivianebarbosa@professor.uema.br

Por sorte, seu pai conheceu Panoramix que socorre o egípcio junto a Astérix e Obélix.

No filme de Chabat, heróis gauleses estrelados por Christian Clavier e Gerard Depardieu, respectivamente, deslocam-se de sua vila de origem para auxiliar na construção milagrosa de um dos famosos palácios egípcios solicitados por Cleópatra VII, interpretada pela atriz italiana Monica Bellucci. Apesar de não ser protagonista, a rainha é a causa da narrativa fantasiosa que o filme apresenta, pois é devido aos seus caprichos e excentricidades que é dada a ordem para a construção do palácio em um prazo de tempo inviável. Assim, o trabalho tem como intuito apresentar as mudanças e permanências no imaginário ocidental sobre a rainha Cleópatra por meio da análise de obras cinematográficas, com ênfase em *Astérix e Obélix, Missão Cleópatra* (2002), que apresentam essa figura histórica feminina, assim como a sociedade egípcia e as percepções eurocêntricas que envolvem este espaço geográfico, matéria indispensável no estudo da História.

## **EGITO E CLEÓPATRA EM REPRESENTAÇÕES**

O fascínio pelo Egito e sua sociedade é algo que atravessa a história. Os antigos gregos já demonstravam seu deslumbramento pela sociedade egípcia, assim, durante séculos este interesse se concretizou nas diversas artes difundidas: seja no cinema, no teatro, arquitetura ou na música há algo ou alguns pontos relacionados ao passado egípcio, assim como as diversas contribuições científicas que

as pesquisas elucidaram como heranças valiosas vindas da sociedade do Nilo.

Essa herança – ou pelo menos os seus testemunhos, tão importantes para a história da humanidade transmitiu-se, em grande parte, através da Antiguidade clássica (grega e, depois, romana) antes de chegar aos árabes. Ora, os pré-helenos e os gregos só entraram em contato com o Egito por volta de -1600, estabelecendo laços estreitos com esse país somente a partir do século VII antes da Era Cristã, com a dispersão de aventureiros, de viajantes e, mais tarde, de colonos gregos pela bacia do Mediterrâneo, particularmente no Egito. Simultaneamente, no II e no I milênio antes da Era Cristã, os gregos e seus predecessores tiveram contato com as civilizações da Ásia Menor e, através delas, com o mundo mesopotâmico antigo do qual eram um prolongamento. Assim, muitas vezes é difícil precisar em que meio cultural – asiático ou egípcio, ambos estreitamente ligados – surgiu esta ou aquela invenção ou técnica. (MOKHTAR, 2010, p. 119)

A sociedade do Nilo aparece como influência ou representação em várias produções que refletem a sociedade moderna, sendo este grande resgate a um passado egípcio denominado como Egiptomania. Segundo Bakos (2008), esta expressão cultural é um fenômeno de transculturação de mais longa duração na história, uma vez que, há mais de mil anos, esta prática cultural ainda detém extraordinária vitalidade e força, sendo manifestada pelo uso, cópia e recriação de formas do antigo Egito.

O estudo das representações da sociedade egípcia nos permite analisar tanto aspectos do passado, quanto características da modernidade. Durante séculos, a história da grande civilização que se constituiu em África, assim como a figura de Cleópatra VII, foram

sendo estabelecidas por uma base discursiva contemporânea à cada época de produção.

Os múltiplos discursos sobre o antigo Egito emergem desde a antiguidade, (re)inventando o original ou o que foi perdido desta sociedade. A rainha Cleópatra foi, por exemplo, parte importante desse espaço de sensibilidades, um lugar que demonstra como razão e sentimento não se configura como espaços distintos da subjetividade humana, assim criando imaginários, representações e ideias sobre a sociedade do antigo Vale do Nilo. (BALTHAZAR, 2013, p. 16)

Quando se trabalha espaços geográficos como o Egito, aparecem noções como Oriente e Ocidente, utilizadas na contemporaneidade normalmente para discutir a construção do Oriente a partir do olhar ocidental europeu, sendo possível observar os aspectos divergentes desta relação Leste-Oeste, política, cultural e geograficamente.

Na primeira edição de *Orientalismo*, Edward Said (1978), explana sobre essa relação de subjugação do Oriente pelo Ocidente. Segundo o autor, através das diversas fontes históricas é possível perceber que “O Oriente era praticamente uma invenção europeia e fora desde a Antiguidade um lugar de episódios romanescos, seres exóticos, lembranças e paisagens encantadas, experiências extraordinárias” (SAID, 1995, p. 27).

Esse local dos “outros” se tornou palco de uma geografia imaginária para distinção do modelo civilizatório que o Ocidente tanto almejava. Assim, as produções acadêmicas ocidentais no decorrer dos séculos fazem uso dessa distinção para homogeneizar e

subjugar todo um espaço cultural, geográfico e social, como inferior – o Oriente.

O Orientalismo é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre “Oriente” e o Ocidente. Assim, um grande número de escritores, entre os quais poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e administradores imperiais, têm aceitado a distinção entre o Leste e o Oeste como ponto de partida para teorias elaboradas, epopéias, romances, descrições sociais, e relatos políticos a respeito do Oriente, seus povos, costumes “mentalidades”, destino e assim por diante. (SAID, 1995, p. 29).

A presença do Orientalismo em *Astérix Obélix: Missão Cleópatra* é clara, assim como em outras produções filmicas ocidentais, normalmente aparecendo para enaltecer de forma direta ou indireta a grandiosidade da civilização europeia perante o Oriente. Segundo Alsultany (2019), o orientalismo em Hollywood tem uma longa história. Os primeiros filmes, como *O Sheik* (1921) e *As Mil e uma Noites* (1942), retratam o Oriente Médio como uma terra de fantasia monolítica – um deserto mágico repleto de gênios, tapetes voadores e homens ricos que vivem em palácios opulentos com suas meninas de harém.

No filme de Chabat, a narrativa apresenta a cultura egípcia como atrasada e bárbara, mesmo estabelecendo sua grandiosidade arquitetônica na linguagem visual da obra. Para Said (1995), o Orientalismo é como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente. Devido a essa relação, as noções de tradição e modernidade são apresentadas principalmente quando se trata de África, como aspecto divergente dessas interações entre

Oriente e Ocidente, sendo o primeiro reflexo de atraso, incivilidade e passado bárbaro e o segundo voltado ao futuro próspero.

Assim no mesmo fôlego a noção de modernidade pode descrever características estruturais tais como a secularização, a industrialização, o capitalismo, a preponderância da racionalidade na organização da vida, a autonomia e a individualização, entre outras, como também servir-se dessas características para classificar sociedades e chamar nomes feios às que se saem mal nas listas daí resultantes. Na verdade, esta tem sido a experiência africana na sua relação com a noção de modernidade. Trata-se de uma relação que recupera a sugestão feita por Boaventura de Sousa Santos (2002) sobre as ausências no sentido em que a noção de modernidade, quando do lado normativo da linha, descreve que a África não é “civilizada”, desenvolvida, racional, esclarecida. Logo, tradicional. (MACAMO, 2014, p. 363)

A história do reino egípcio e de sua mais lembrada rainha atua no imaginário mundial, transformando-se e se reinventando a cada produção que revisa esse tempo histórico. A ampliação da relação entre história e cinema, nas últimas décadas do século XX, levou a estudar as mais diversas categorias nas quais as obras fílmicas possam se encaixar. Segundo Eric Hobsbawm (1988), constituindo-se como agente histórico, o cinema influiria decisivamente na maneira como as pessoas percebem e estruturam o mundo.

Ao olhar para o cinema representando o Egito e Cleópatra, observa-se uma heterogeneidade de discursos e imagens. De acordo com Shoat (2003), a figura de Cleópatra VII sofreu metamorfoses ao longo dos séculos, abrangendo imagens e discursos em vários campos artísticos, sendo impossível almejar uma verdade concreta

sobre a rainha dentro dos estudos da egiptologia ou no campo cinematográfico.

A antiga rainha, portanto, constitui mais que uma figura histórica que poderia ser relegada aos domínios da arqueologia e da egiptologia; antes, ela constitui uma alegoria de questões altamente carregadas relativas à sexualidade, gênero, raça e nação, questões que vão muito além do espaço geo-cultural de seu tempo. (SHOAT, 2003, p.14)

A maior parte das representações de Cleópatra é feita pela ótica masculina, que a molda à base de seus desejos, o que indica que as representações do feminino em África são normalmente deturpadas por um olhar eurocêntrico que abrange discursos falocêntricos. Segundo Gregory Balthazar (2009), acaba-se tendo que recorrer a fontes representacionais, tanto iconográficas como as de cunho literário, que, mesmo partindo das perspectivas africanistas, vão evidenciar a visão dos homens egípcios sobre as mulheres.

O filme de Joseph Mankiewicz, *Cleópatra* (1963), utiliza fontes como os escritos de Plutarco, historiador romano que escreveu sobre o mundo antigo e a rainha, anos após sua morte, e que constitui uma fonte primordial dos discursos da época.

Plutarco foi responsável por construir um relato controverso sobre a egípcia, descrita em suas biografias por meio de múltiplas faces, a saber, seu papel como rainha, amante e mãe, assim se dividindo a partir de dois posicionamentos distintos do autor sobre a ação política da monarca egípcia: como um modelo negativo de feminilidade e como uma heroína. (BALTHAZAR, 2013, p. 24).

A imagem de Cleópatra permaneceu na cultura mundial atravessando os diversos meios de comunicação. O legado de

Cleópatra VII é inegável e a imagem da rainha é constantemente atualizada para fazer parte de vários meios da cultura pop, passando de figura histórica para um persona moldada ao seu contexto, ou, como Shoat (2003) pontua, um tropo da modernidade.

A *Cleópatra* de Mankiewicz (1963) foi representada por Elizabeth Taylor e matizou no imaginário coletivo uma imponente rainha e amante do Nilo. No longa britânico anterior, *César e Cleópatra* (1945), Vivien Leigh aparece representando uma rainha inocente e cruel. Essas figurações de Cleópatra, inclusive a performance da italiana Monica Bellucci, são construídas pelos anseios de uma época, e a figura da mulher no cinema foi sofrendo várias mudanças.

A Cleópatra dos anos 1940, de Vivien Leigh, é uma donzela inocente, juvenil, que sonha com seu príncipe romano para governar ao seu lado. Assim, diferente dos outros filmes analisados, César aparece como um conselheiro experiente, que entra na vida da “rainha dos ciganos” como é narrado no filme, para torná-la uma autocrata firme aos moldes de uma figura política romana. Diferentemente, Elizabeth Taylor, que também ficou conhecida mundialmente por seu papel interpretando a rainha e que, até hoje, é a atriz mais citada nesse papel, apresenta-se como uma mulher confiante, sedutora, articulada, que conhece sua feminilidade, atrai os homens por sua beleza e as mulheres por sua confiança. A atuação de Taylor nessa representação se deu em uma época em que o espaço público do cinema não era muito ocupado por mulheres.

As atrizes modificaram a representação na narrativa cinematográfica. Até a década de 40, a maioria dos papéis femininos se resumia à mocinha virginal, à dona de casa, à mãe dedicada, à esposa encantadora. Representações que não fugiam do olhar da sociedade sobre o sexo feminino, ou seja, mulheres sem sexualidade, sem espaço nas frentes de trabalho, na política e demais campos destinados ao sexo masculino. (KAPLAN, 1995, p. 23)

Monica Bellucci interpreta uma Cleópatra exaltada em seus desejos megalomaniacos e apaixonada pelo poder e controle, deixando-se levar por pensamentos irracionais para impressionar o seu amado imperador, uma perspectiva diferente da Cleópatra de Taylor, que com sua serenidade e estratégia seduz César e Marco Antônio. Apesar das propostas se adequarem às narrativas estabelecidas pelos diretores, as personalidades das rainhas se acentuam no campo da sexualidade e sedução e especialmente em torno de sua aparência física.

O debate sobre a aparência da rainha é um dos fatores mais instigantes sobre sua história e o motivo pelo qual sua imagem é tão revisitada ao longo dos séculos. O questionamento sobre sua etnia é presente nos discursos modernos construídos sobre ela, estabelecer que ela foi negra, africana e egípcia, de um lado, ou que foi branca, greco-macedônia e europeia, de outro – é visto como um tento para cada um dos lados nas “guerras culturais” (SHOAT, 2003, p. 15). Entre o eurocentrismo e o afrocentrismo, a aparência e imagem de Cleópatra dentro da academia foi historicamente bipolarizada, devido à impossibilidade de uma verdade absoluta através das fontes sobre sua vida.

Embora muitos textos reconheçam a impossibilidade de estabelecer plenamente suas origens, a maioria dos autores continua a fazer afirmações fortes. Investimentos científicos e artísticos numa particular aparência de Cleópatra sugerem que sua figura se transformou num lugar metafórico das lutas raciais contemporâneas, especialmente no “Ocidente” pós-colonial. Dentro da geografia da modernidade, as cansadas dicotomias Oriente contra Ocidente, África contra Europa, e negro contra branco continuam a informar o modo como as civilizações antigas são diacriticamente construídas. (SHOAT, 2003, p. 15)

A beleza que encantou César e Marco Antônio, no filme de Mankiewicz, é representada por Taylor, o padrão de beleza da época. Apesar de ficar conhecida como “os olhos do Nilo”, é quase impossível que uma mulher mestiça macedônia pudesse ter uma aparência “ariana” como aquela apresentada no filme. Segundo Shoat,

A “demonstração” da brancura de Cleópatra muitas vezes proclama a falta de referência a sua negritude na campanha negativa romana contra Cleópatra. O argumento supõe de maneira simplista que a negritude era uma característica negativa nos discursos romanos. No entanto, como alguns autores mostram, o mundo grego romano não era assolado pelos mesmos preconceitos do mundo moderno. (SHOAT, 2003, p. 3)

A representação de Mankiewicz revela discursos contemporâneos da sua época assim como discursos presentes nas fontes que o cineasta utilizou como base para montar sua cinematografia. Bellucci, que representa a Cleópatra de Chabat, era símbolo de beleza e sensualidade, apresentando uma personalidade de mulher fatal para uma nova montagem do personagem histórico.

Assim, surgem representações dicotômicas sobre a rainha e o Egito ao longo do tempo.

### **ASTÉRIX E OBÉLIX - MISSÃO CLEÓPATRA**

O filme utilizado para analisar as continuidades e representações do Egito e Cleópatra no cinema ocidental, *Astérix e Obélix: Missão Cleópatra* tem sua estreia em 2002, sob direção e atuação de Alain Chabat, após um século do surgimento da arte cinematográfica. Durante a segunda metade do século XX, o filme de Mankiewicz se concretizou no imaginário devido a sua grandiosa produção e a eterna imagem de Elizabeth Taylor como Cleópatra, que acabou influenciando as produções posteriores.

A montagem cinematográfica de Chabat já em seu primeiro minuto exclama um suposto antigo poema egípcio sobre Cleópatra e o rio Nilo: “Nilo, Nilo, rio impetuoso e tumultuoso, você é como nossa rainha, a fonte da vida”. Essas palavras introdutórias apresentam a personalidade dos dois imponentes pilares da sociedade egípcia, a rainha Cleópatra e o rio Nilo, que se apresentam como fundamentais na construção da narrativa heroica do filme.

A história egípcia é apresentada em planos que mostram a riqueza artística dessa civilização, pinturas de pessoas negras auxiliando na manutenção do império, assim como uma presença de cores fortes e objetos arquitetônicos detalhadamente pensados e construídos. As grandes obras egípcias são enaltecidas no filme de Chabat, que retrata a era ptolomaica como produtora de

monumentos arquitetônicos devido ao grande desejo de Cleópatra em se constituir enquanto uma monarca mais imponente que César. O grande Império de Alexandre, O Grande, à época de sua morte compreendia vários espaços políticos influentes na história, assim, logo após sua morte, três dinastias foram fundadas por seus generais, a dos Ptolomeus no Egito, os antigônidas, na Macedônia, e selêucidas no antigo Império Persa, na Ásia.

A presença estrangeira na regência da sociedade egípcia foi conturbada, entretanto o processo de absorção da cultura local por parte da linhagem ptolomaica foi se ampliando. Segundo Gralha (2015), a adoção da cultura egípcia pela dinastia ptolomaica necessitava de uma cultura material que fosse a expressão da legitimidade e das relações de poder.

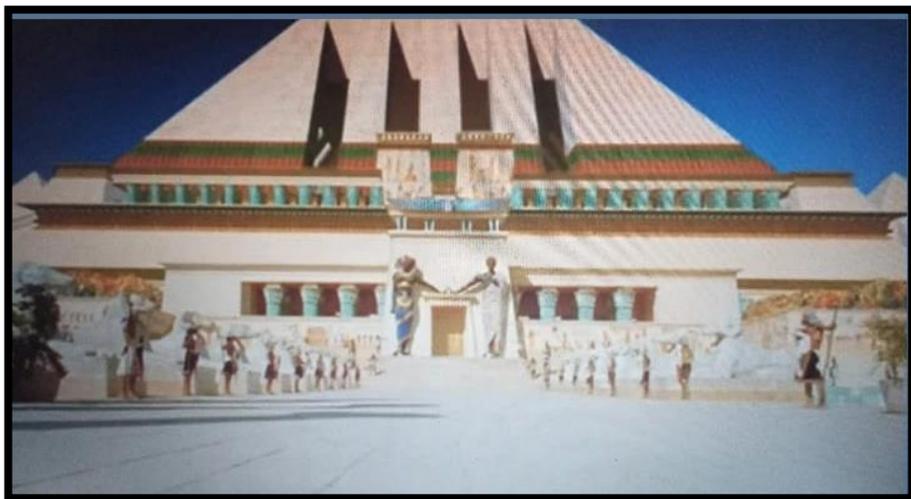
O templo egípcio provavelmente era a melhor expressão deste processo, pois em uma arquitetura monumental e impactante, e em uma iconografia sofisticada, práticas mágicas, religiosas poderiam legitimar ações e crenças. No templo, relações de poder, as formas de cooptação e cooperação dos segmentos sociais eram materializadas de alguma forma. (GRALHA, 2015, p. 68).

A obra de Chabat (2002) evoca esse legado arquitetônico do Egito, sendo este o enredo principal do filme, com cenas estruturadas dentro de palácios e pirâmides que caracterizam o imaginário acerca da sociedade egípcia.

**Figura 1: Obélix contempla Astérix em cima da esfinge de Gizé**

Fonte: Astérix e Obélix: Missão Cleópatra (2002)

Obras egípcias como a esfinge de Gizé, na imagem 1, são utilizadas para introduzir o humor na interação entre a dupla gaulesa e a arquitetura africana. O monumento de Gizé é mundialmente conhecido e reproduzido no campo da Egíptomania. Assim, em seu primeiro diálogo, na narrativa de Chabat, Cleópatra e César discutem qual o tamanho da grandiosidade do Egito perante Roma, haja vista que o imperador argumenta ser a sociedade do Nilo apenas uma província de Roma, levando Cleópatra a contra-argumentar e fazer uma aposta, a qual será o ponto chave do filme. Ao fim do enredo, a rainha saiu vitoriosa com um fictício palácio gigante construído em homenagem ao seu relacionamento com César.

**Figura 2: Palácio em homenagem a César e Cleópatra.**

Fonte: Astérix e Obélix: Missão Cleópatra (2002)

A presença da modernidade no Egito é um gancho para a comédia apresentada por Chabat. O filme também apresenta aspectos contemporâneos do Egito para atrair risadas do espectador, assim através deste jogo se é possível analisar aspectos intrínsecos da sociedade que o produziu, refletidos na montagem de sua narrativa.

A presença de um elenco etnicamente diversificado na composição de quem seria egípcio no filme transparece um avanço nas representações eurocêntricas como podemos ver no círculo de criadas na imagem 3. Durante o século XX, o cinema apresentava um Egito branco, com pessoas negras retintas exercendo apenas funções inferiores dentro do espaço social e político em torno do reino de Cleópatra.

**Figura 3: Criadas em torno da Cleópatra interpretada por Monica Bellucci.**



Fonte: Astérix e Obélix: Missão Cleópatra (2002)

No século XIX, teorias raciais, com embasamento científico, tentaram embranquecer o Egito, devido a sua importância e grandiosidade. Não se aceitava a civilização para esses povos em África, pois ponderava-se que os negros eram raças inferiores, que estavam destinados a viver na barbárie. O antropólogo J. C Nott (1848) afirmava que os egípcios não apenas tinham sido brancos, mas também eram raças distintas, e fazia uso do papel central do Egito na história para enfatizar sua teoria racial na América.

Antes de iniciar a História Nacional da raça humana, é absolutamente necessário, como um passo preliminar, examinar alguns pontos cronologicamente, e dar uma olhadela na história antiga do Egito. Eu devo mostrar que a raça caucásica, ou branca, e a raça negra eram

distintas numa data bastante remota, e que os egípcios eram caucasianos. (NOTT apud YOUNG, 1950, p. 155)

O filme *Cleópatra* de 1963 é o exemplo mais reproduzido sobre a imagem do Egito e sua rainha, onde apenas personagens brancos têm papel de destaque.

**Figura 4: Criadas em torno da Cleópatra interpretada por Elizabeth Taylor.**



Fonte: *Astérix e Obélix: Missão Cleópatra* (2002)

Apesar de uma mudança visível em *Astérix e Obélix: Missão Cleópatra*, que apresenta uma diversidade étnica, tanto em torno da rainha quanto na representação da sociedade egípcia, o lugar de protagonismo é reivindicado por uma atriz “branca”, como se observa na imagem 5.

**Figura 5: Cena de greve na construção do palácio para César.**

Fonte: Astérix e Obélix: Missão Cleópatra (2002)

A imagem 5 foi retirada de uma cena do filme *Astérix e Obélix: Missão Cleópatra*, onde os operários incitam uma greve diante dos trabalhos forçados à base de chicotadas durante a construção de palácio para César. O filme parece intencionar que esse seria um tipo de trabalho presente na cultura egípcia, em atraso e em dissonância com a civilização europeia; aparecem diálogos sobre o atraso da civilização egípcia perante os métodos de trabalho civilizados.

Bernal (1987) descreve características da relação da ciência ocidental com o Egito em *Black Athena*:

Se fora cientificamente “demonstrado” que os negros eram biologicamente incapazes de civilização, como seria possível explicar o Antigo Egito—inconvenientemente localizado no continente africano? Havia duas ou talvez três soluções. A primeira era negar que os antigos egípcios tivessem sido negros; a segunda,

negar que os antigos egípcios tivessem criado uma civilização; a terceira, garantir-se duplamente negando as duas coisas. A última foi a preferida pela maioria dos historiadores dos séculos dezenove e vinte. (BERNAL, 1987, p. 241).

A atriz italiana Monica Bellucci carrega um arquétipo moderno sobre a rainha que veio sendo reproduzido após a seduzente atuação de Elizabeth Taylor na década de 1960. Bellucci, que, como pontua a revista norte-americana *Variety*, é considerada o “último mito erótico” por sua beleza e sensualidade, que encantava as produções midiáticas no começo do século XX. Então, sua rainha é construída em tom de sensualidade e objeto de desejo masculino ainda mais apelativo, trazendo mais elementos de nudez que a representação feita por Taylor.

**Figura 6: Cartaz de Astérix e Obélix: Missão Cleópatra.**



Fonte: Astérix e Obélix: Missão Cleópatra (2002)

**Figura 7: Cena de encontro de Astérix e Obélix com Cleópatra.**

Fonte: Astérix e Obélix: Missão Cleópatra (2002)

A trama é envolvida no jogo de poder e sedução de Cleópatra, que se apresenta enquanto uma rainha determinada a provar a grandeza do seu povo. César é representado como um homem completamente enfeitiçado por sua amante, a qual, historicamente, tem como imagem veiculada a de uma mulher que consegue o que deseja através de sua feminilidade/sensualidade, como se observa na imagem 8.

**Figura 8: Monica Bellucci e Alain Chabat como Cleópatra e César.**



Fonte: Astérix e Obélix: Missão Cleópatra (2002)

Segundo Rodrigues (2014), na literatura, a questão erótica e sexual voltada para a rainha egípcia é apresentada com uma conotação negativa, principalmente nas obras plutarquianas, a maior fonte sobre a rainha e suas relações com o povo romano. Contudo no cinema, a sexualidade e o erotismo são fundamentais na construção da personagem de Cleópatra.

As vestimentas de Bellucci enquanto Cleópatra são bastante características das diversas representações da rainha, rodeada de cores e feminilidade e a presença forte de adereços que remetem à divindade feminina Ísis, como se verifica na imagem 9.

**Figura 9: Monica Bellucci com adereços da deusa Ísis.**



Fonte: Astérix e Obélix: Missão Cleópatra (2002)

Enquanto a narrativa de Taylor apresenta a deusa Ísis evocando seu poder como rainha e mãe de toda sociedade egípcia e, principalmente, na chegada do seu filho, a Cleópatra interpretada por Bellucci reivindica a divindade como forma de afirmação imagética de sua beleza e autoridade.

**Figura 10: Deusa Ísis representada em 3D.**

Fonte: <http://portalconexaoventrecoracao.com.br/inscricao-conexao-com-isis/>

Ísis foi originalmente vista como a deusa da fertilidade, a grande deusa-mãe, cuja influência e amor governaram em todos os lugares e a quem se atribui importante papel na descoberta e início da atividade agrícola (OLIVEIRA, 2019, p. 32).

Apesar de Bellucci ser italiana, com características fenotípicas menos “caucasianas” que Taylor, a aparência de Cleópatra estabelecida em 1963 ainda constitui referência para Chabat. É possível perceber que, além do comportamento preocupado com a beleza, a maquiagem e as perucas permanecem na mesma perspectiva de embranquecer o povo do Nilo e sua rainha. Essa evidência é visível na figura 11, que apresenta uma peruca utilizada

pelo povo egípcio, muito oposta às madeixas lisas e onduladas utilizadas por Bellucci na imagem 12.

**Figura 11: Peruca de Istemkheb, 21ª Dinastia/Museu do Cairo.**



Fonte: FLETCHER, 2015.

**Figura 12: Monica Bellucci como Cleópatra.**



Fonte: Astérix e Obélix: Missão Cleópatra (2002)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O legado de Cleópatra é inegável e, na modernidade, é necessário lançar um olhar analítico para as produções que fazem o resgate desta figura histórica e de sua importância política em sua época, bem como às representações que as lança em imagens do contemporâneo. *Astérix e Obélix: Missão Cleópatra* iconograficamente apresenta o imaginário moderno sobre o passado egípcio, que, de modo evidente, apresenta-se por meio de ganchos cômicos, porém que também espelha questões ligadas à etnicidade, às relações de gênero e à própria historicidade do continente africano.

## REFERÊNCIAS

ASTÉRIX E OBÉLIX: Missão Cleópatra (em francês: *Astérix & Obélix: Mission Cléopâtre*), Direção de Alain Chabat. Produção de Claude Berri. Alemanha/França: 2002, (1:47 min, son., color).

ASULTANY, Evelyn. Porque o novo “Aladim” reforça estereótipos da cultura árabe. **Revista Galileu**. Maio, 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Cultura/Cinema/noticia/2019/05/p-or-que-o-novo-aladdin-reforca-estereotipos-sobre-cultura-arabe.html>. Acesso em: 2 de dezembro de 2021.

BALTHAZAR, Gregory. Cleópatra a Sedução do Oriente: O Corpo como meio Feminino de Exercer Política. **Revista de história comparada** (UFRJ), v. 6, p. 88-109, 2009.

BERNAL, Martin. **Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization**. v 1. Estados Unidos: Rutgers University Press, 1987.

FLETCHER, Amy Joann. **Ancient Egyptian Hair: a study in style, form and function**. Thesis (Doctoral in Archeological) – Faculty of Arts, University of Manchester, Manchester, 1995.

JOÃO, Maria Thereza. Cleópatra: a faraó que revolucionou a submissão do feminino ao masculino no Egito Antigo. **Aventuras na História**. São Paulo, 02 de fevereiro de 2020.

JORNADA DE CONEXÃO... Disponível em: <http://portalconexaoventrecoacao.com.br/inscricao-conexao-com-isis/> Acesso em: 11 de maio de 2021.

KAPLAN, Ann. **A mulher e o cinema**: os dois lados da câmera. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1995.

KORNIS, Mônica. História e Cinema: um debate metodológico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 237-250, 1992.

MACAMO, Elísio. Modernidade e Tradição. In: SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio (Orgs.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa** Salvador: EDUFBA, 2014, p. 363-379.

MOKHTAR, Gamal. **História Geral da África II: África antiga**. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SHOAT, Ella. Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno da identidade. **Cadernos Pagu** (23), p. 11-54, jul.-dez. de 2004.

**DESONRADAS, DESONESTAS E DESAMPARADAS:  
denúncias de defloramento contra mulheres do sertão  
maranhense na Primeira República**

Veronica Lima de Amorim Matos<sup>1</sup>

Jakson dos Santos Ribeiro<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto dos resultados obtidos da Pesquisa de Iniciação Científica intitulada: *FLORES DEFLORADAS NAS FRONTREIRAS: notas de denúncia de violência sexual contra mulheres em jornais do sertão maranhense durante a Primeira República*, apresentado no ciclo de 2020-2021. Este trabalho busca discutir sobre as práticas de defloramento e as características desse crime, uma vez que mulheres eram expostas socialmente no seio mais íntimo de suas vidas, por lidarem com questões sexuais. Além disso, será pontuado as perspectivas dessa criminalidade pelo viés, social, jurídico e médico, como forma de elucidar os conflitos entorno dessa prática, que feriu a honrar de muitas mulheres e de suas famílias pertencentes as regiões de Caxias e Codó no Maranhão, em meados da primeira metade do século XX.

---

<sup>1</sup> 1 Graduada do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista PIBIC/CNPq.

E-mail: [veramaattos@gmail.com](mailto:veramaattos@gmail.com)

<sup>2</sup> 2 Professor Adjunto II da Universidade Estadual do Maranhão (CESC/UEMA). Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará.

Email: [noskcajzaionnel@gmail.com](mailto:noskcajzaionnel@gmail.com).

Para compreendermos as intersecções atreladas aos crimes sexuais, contamos com alguns expoentes, formando um arcabouço teórico composto por diferentes pesquisadores com distintas dinâmicas metodológicas, por exemplo, Martha Esteves (1998), Sueann Caulfield (2000), Boris Fausto(1984), Guilherme Sartori (2010), Joycimara Barreto (2020), Rachel Shoiet (1989), Solange Pinto(2017), Mary Del Priori (2004), Michelle Perrot (2007), Joana Maria Pedro(1984), e outros autores que contribuíram significativamente para construção deste trabalho.

Como recurso metodológico foram utilizados os jornais/imprensa como fonte primária deste trabalho, visto que essas fontes documentais permitiram traçar o cotidiano e as interações com o contexto estabelecido. Desse modo, a imprensa como veículo de comunicação é uma rica ferramenta para identificar por meio das notas impressas, os conflitos constrangedores causados pelo defloramento. Nesse caso, Nalde Pereira (2014), pondera que a imprensa é uma importante fonte histórica, onde principalmente os jornais se sobressaem pelo exercício de verdadeiros “arquivos do cotidiano”, por rascunhar a História, ou como ela mesma afirma:

A imprensa é uma produtora considerável de informações diversas, que esclarecem atitudes e comportamentos”. Ela traz em si, portanto, o sentido de uma “fonte por excelência”, constituindo um “testemunho de época”, escrito “no momento do acontecimento. (PEREIRA,2014, p.13)

Assim, para compor a construção das narrativas das fontes foram analisadas qualitativamente os impressos dos jornais, tais

como: O Pacotilha (1903,1928, 1929,1930), Diário de São Luís (1908,1921), O Imparcial (1927), Jornal do Povo (1980), O combate (1928), Folha de Caxias (1905) e Correio de Codó (1913, 1914), onde eles estão disponíveis nos acervos digitais da Hemeroteca Nacional e também na Biblioteca Benedito Leite, esses foram subsídios para a elaboração da pesquisa. Foi realizado em cada periódico, em recortes de 10 em 10 anos, denúncias correspondentes aos crimes de defloração.

Discutir sobre defloração requer primeiramente, sabermos o seu significado e a representação do mesmo. Tendo em vista, que o século XX no Brasil é marcado por uma série de dispositivos de controle comportamentais, em prol da civilização da nação, o defloração passou a ser visto como uma problemática para então conjuntura, visto que, não condizia com a normatividade. Portanto, o Código Penal brasileiro de 1890, baseado na elucidação do Art. 267, passou a vigorar o ato de deflorar para a categoria de crimes sexuais.

Assim, o defloração foi determinado como um dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor, do referido Código Penal, a lei reconhecia o crime de defloração contra uma mulher menor idade, empregando sedução, engano ou fraude, em virtude de sua inexperiência. A partir dessas questões, foi possível compreender que dentro da categoria dos crimes sexuais, estão o estupro e o defloração, embora os dois crimes sejam semelhantes por conta do emprego da relação sexual, eles são diferentes.

De acordo com o ponto de vista dos juristas e dos médicos eles se diferenciam, em decorrência de: a ocorrência do defloramento há o consentimento para o ato, enquanto o estupro envolve práticas de violência. Além disso, juristas tinham a concepção ancorada veemente no pressuposto da segurança do princípio moral, inclusive, era um respaldo que ultrapassava as marcas físicas deixada pelo defloramento.

Nesse âmbito, vale um questionamento pertinente, indagado pela pesquisadora Elisângela Machieski (2005), “Mas se o “deflorar” não era visto como um meio de violência sexual, por que era considerado crime?”. Machieski, logo no início de seu trabalho, faz esse questionamento e em seguida nos ajuda a compreender o pressuposta para tal, explicando, que em meados do século XX, tinha uma estrutura cultural, no qual, limitava e restringia o papel social da mulher em vários aspectos, sobretudo, ao que se referia a sexualidade, pontuando que determinados assuntos e até mesmo práticas de alguns comportamentos poderiam corromper a pureza da mulher, onde a mesma deveria manter-se pura até o casamento, todavia, nesse período era muito comum uma prática chamada de defloramento, que acabava por difamar a honra e a honestidade da mulher, dessa forma tornou-se um crime, pois ocasionava danos para a estrutura social.

No início do século XX, o pensamento social sobre determinados valores tornou-se latente, correspondendo nas práticas cotidianas dos sujeitos. Nesse sentido, o princípio da honra

tanto para a mulher quanto para o homem era considerado um bem precioso, que deveria ser resguardado, entretanto, a ocorrência do defloramento poderia desvirtuar esse princípio, por exemplo, a honra poderia ser manchada em “consequências do abraço sexual fora do matrimônio”. Além disso, as questões de honra também era uma base que deveria reger a família, uma premissa para honestidade dessa instituição, contudo, em detrimento do defloramento de uma moça, a reputação de sua família era prejudicada, assim, Elisângela Machieski, refleti de acordo com os seguintes questionamentos:

Como ficaria a honra da moça e da família? E se essa promessa não fosse cumprida? Ou seja, em casos de defloramentos não só a honra e honestidade da moça é posta em dúvida, mas, todo o seio familiar que lhe pertence. (MACHIESKI, 2005, p.92)

Em meio à essa nova realidade social, mesmo com medidas de controle social, baseado nas pesquisa referente a temática, é evidente um alto índice de ocorrência de defloramento, principalmente, porque a ideia do namoro e passeios passou a fazer parte do cotidiano, outros fatores explicam essa situação, entre elas, está empregada na falta constante da vigilância dos pais ou de algum responsável em determinados passeis de casais, passeios esses, que geravam possibilidades para a ocorrência dos defloramentos, muitas das jovens moças se deixavam levar pela paixão, outras tinha uma promessa de casamento ou por uma chantagem emocional, dessa forma, acabavam cedendo o ato, que posteriormente tinha suas consequências, esses passeios, propiciava para além das conversas e as trocas de olhares.

A partir das perspectivas analisadas, é muito importante compreender que as práticas de defloramento estão cercadas de discursos propagados dentro de um contexto, passível de um viés ideológico, que abrange questões para além da estrutura social da época, mas uma intersecção de sentidos que configuravam os aspectos sociais da Primeira República.

Desse modo, não podemos esquecer do protagonismo que assumiu os jornais da época, ao noticiar não só a ocorrência dos crimes de defloramentos, mas como uma ferramenta propagadora de discursos que reforçava ideias normativas referente aos comportamentos dos sujeitos. Essa consonância vai de encontro as percepções da historiadora Joana Maria Pedro (1994), ao entrecruzar a vida das mulheres do sul, a autora abri parêntese para explicar que os jornais, não foram os inventores dos estereótipos comportamentais, entretanto, essa performática é fruto muito antes do século XIX, ao restringir as mulheres como virtuosas, boas filhas e boas esposas, esse é um modelo característico da cultura ocidental e, portanto, os jornais no cenário do século XX, apenas reproduziam esses estereótipos.

Os jornais sulistas, foram subsídios para a autora, pois cumpriam com o papel de divulgar os ideários de comportamentos dos sujeitos, carregado de propagandas com as normas de conduta, visando formar novos homens e mulheres correspondentes ao progresso da nação, além disso, a conduta feminina era ainda mais

ressaltada, pois eram consideradas criadoras e educadoras das novas e futuras gerações.

Embora os jornais sulistas reproduzissem estereótipos existentes há séculos, faziam-no em um contexto específico respondendo a uma conjuntura determinada, na qual a demonstração de distinção e a exposição de um certo verniz social implicavam em moldar as mulheres de uma determinada classe. (PEDRO, 1994, p.28)

Nesse ínterim, o objetivo dessa discussão, parte do pressuposto, de compreender através dos de impressos dos jornais, na literatura, as acentuadas ocorrências de defloramentos e a maneira como fizeram parte do cotidiano dos sujeitos em diferentes regiões do país, assim como, nas regiões interioranas do Maranhão.

## **MULHERES DEFLORADAS NO SERTÃO MARANHENSE SOB A ÓTICA DAS NOTAS DOS JORNAIS.**

Retomando o contexto da virada do século XIX para o século XX no Brasil, observamos a transformações nas estruturas que refletiram no papel social das mulheres e dos homens, visto que, para além das mudanças políticas, econômicas, as mudanças inerentes aos aspectos socioculturais marcaram esse primeiro momento da República, pela alusão do paradigma da Belle Époque, onde suas representações moldaram uma nova conjuntura social em prol da civilização da nação, uma tentativa de formar um Brasil parisiense<sup>3</sup>,

---

<sup>3</sup> Sobre a ideia de uma Paris à brasileira, está diretamente ligada na performance da chamada Belle Époque, um paradigma de estilo de vida predominantemente dos costumes europeu, assim, no Brasil essa acepção foi manifestada como um modelo ideal para moldar uma nação, agora, “civilizada”.

em costumes cotidianos, com a finalidade em promover; estabelecer uma nação ideal, conforme, os padrões de higienização, ordem e civilização, ideais propagados pela classe dirigente do período.

A nova conjuntura social e suas particularidades implementadas na primeira República, pode ser explicada pelo teórico francês Pierre Bourdieu (2007), sendo está uma maneira de entender a estrutura social do contexto, logo, definia seu pensamento sociológico como Estruturalista Construtivista, onde acreditava que as estruturas objetivas do mundo sociais podem dirigir as ações dos indivíduos, porém, essas estruturas são construídas socialmente. Assim, para ele, as relações são dialéticas, existindo estruturas que agem de forma objetiva para legitimar e reproduzir ou transformar a sociedade, dessa maneira a configuração do arsenal republicanas foram criadas e reproduzidas por meio do comportamento social.

Nesse sentido, uma das principais referências para discutir as nuances do crime de defloramento no Código Penal brasileiro e as premissas da conjuntura republicana e sua bagagem de ideal moralista, está centrado nos estudos de Sueann Caulfield (2000), a pesquisadora norte americana pôde se debruçar sobre os fervorosos debates em torno dos envolvimento das mulheres em crimes sexuais, despertando seu interesse na investigação sobre a moral sexual vigente no Rio de Janeiro nos anos 1920 e 1930. Estudou as concepções sobre honestidade sexual aos olhos dos juristas, advogados, médicos e a perspectiva da sociedade em geral. Analisa

grande variedade de fonte, em textos jurídicos, revistas e periódicos dos jornais que circulavam diariamente na sociedade brasileira.

Ao longo de seu estudo, Caulfield (2000) procurou identificar as representações acerca da honra sexual, analisando assim, a perspectiva feminina no seio familiar, ideias de comportamento das mesmas, ganhando um novo significado na sociedade. Conforme a autora, a mulher deveria se resguardar no âmbito familiar até se tornarem futuras progenitoras dos lares, pois, havia um receio quanto a prostituição, nesse sentido, cabia a jurisprudência intervir na modulação do controle social das mulheres. Um conceito sedimentado para formar uma nação moralizada e civilizada, para isso, o preceito da virgindade e do casamento tornaram-se imprescindíveis.

Entre as evidências dos crimes de defloramentos, aborda a dicotomia do contexto republicano, revelando parâmetros de desigualdades de gênero; no cunho racial e social; além disso, a pontuação sobre as identidades femininas e masculinas direcionam a discursão. Embora, saibamos que pressão sobre a conduta e as limitações do corpo feminino sobressaiam, em relação aos homens, nesse sentido Caulfield, afirma:

Moças de família vivendo no recato do lar doméstico sob vigilância materna, sabem conservar a virgindade do corpo e a dignidade de seus pensamentos. A ofendida, por tanto, deve ser acreditada quando há provas contrárias à sua procedente honestidade. A ingenuidade e inocência das moças de família eram contrapostas ao cinismo das mulheres não submetidas à vigilância da família, as quais eram consideradas enigmáticas,

facilmente corruptíveis e dissimuladas”  
(CAULFIELD,2000, p.77).

A promessa de casamento na percepção de Caulfield (2000), foi um dos grandes marcadores dos defloramentos, onde muitas moças se deixaram influenciar por uma promessa do namorado ou do noivo, com a justificativa que logo mais se casariam, então, nas narrativas dos sedutores não havia necessidade de esperar o casamento para terem uma relação carnal, com isso, a promessa de casamento tornou-se um símbolo ao que se refere aos defloramentos.

Enquanto isso, Martha Esteves (1989) também é considerada uma grande referência no assunto, a mesma se debruçou no contexto carioca para analisar os debates acerca da virgindade moral e honestidade das mulheres, valores esses, identificados na esmagadora maioria em processos crimes (defloramentos). Ao entrecruzar com uma massa de estudo de casos, Esteves pôde perceber como a força motriz ideológica presente do contexto delineava os hábitos, costumes dos sujeitos. Dito isso, as preocupações evidentes da autora, eram identificar as articulações discursivas envolvendo a condição e o papel social das mulheres em meio as avalanches de um projeto moralizador, concernente a primeira República.

Visto dessa forma, cabe também ressaltar o despertar do interesse jurídico em analisar e discutir sobre aspectos da sexualidade, partindo do pressuposto, não só do aumento da criminalidade em si, mas se tornou uma questão de interesse público,

considerando que afetava primordialmente uma das principais instituições sociais, a família.

Dessa maneira, a autora deixa explícito uma disputa pela verdade, originando contra argumentações entre advogados, promotores, juízes, vítimas e acusados. Por esses motivos, a conduta, a postura da família, as vezes era a chave de um processo, em que a imagem da família era reflexo do caráter da ofendida, premissas que serviam como argumentos, usados inclusive pelos advogados dos acusados, com intuito de distorcer a conduta moral da ofendida.

Nesse sentido, a existência dos processos criminais contra a honra das famílias constituía um excelente caminho utilizado pela Justiça para introjetar nas camadas populares essa nova ética de trabalho através da porta dos fundos da nova ordem burguesa, através da “moral e bons costumes. (ESTEVEES, 1989. p.37).

A solidificação de uma base familiar era de suma importância para o contexto, nesse sentido, as elites brasileiras elegeram o modelo familiar burguês, considerado um protótipo ideal, uma vez que, estabelecia regulamentos sobre a vida dos sujeitos, dessa forma, como evidencia as características do Código Penal de 1890 e o Código Civil de 1916, “Além de expressarem uma tentativa oficial de estabelecer a importância do poder público republicano em assuntos relativos à moralidade, que anteriormente, ficavam a cargo da igreja e da família, como no caso do casamento” (FERREIRA; PEDRO; 2012, p.15).

Em meio a essas manifestações, nos deparamos com proliferação de discursos, que pontuavam o controle social, para

designar as matrizes da normatividade, exemplo, os valores, a conduta social dos sujeitos, a roupagem cotidiana através das representações e das práticas. Assim, Michel Pêcheux (1995) considera o discurso uma prática ideológica, por exemplo, na concepção do teórico, a ideologia acaba estabelecendo os discursos, uma vez que, um sujeito enuncia/discursa uma determinada perspectiva, essa pode estar relacionada a algum viés, pode ser movida por interesses próprios, nesse caso, a ideologia conduz a manifestação do discurso, explicitamente ou implicitamente.

“Isso equivale afirmar que as palavras, as expressões, proposições, recebem sem tido da formação discursiva na qual são produzidas: retomamos os termos que introduzimos acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos do seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que representam” (PÊCHUEX, 1995, p.161)

Esses discursos estavam imbuídos dentro de uma lógica no qual, os dirigentes enunciavam seus interesses, para que a sociedade exercesse. Os discursos estão por todos os lugares, sobretudo, nas representações das coisas, uns desses exemplos, onde os discursos foram materializados, refere-se na criação dos códigos de posturas, códigos esses que formulavam e regulamentavam o princípio do comportamento social, além disso, temos também os periódicos, um dos principais propagadores desses ideais, ao explicitarem as imposições dos discursos vigentes.

A configuração no início da formação republicana prezava muito pela questão da honra, um valor indicativo tanto para a mulher quanto para o homem. De acordo com Pitt Rivers<sup>4</sup> (1992), o mesmo atribui o conceito de honra pelo olhar antropológico, em virtude, das vias prerrogativas, a honra além de um sentimento é também considerada um fato social, isto é, o primeiro aspecto está inteiramente ligada à moral, um alto cuidado com a imagem, um zelar por seus valores, um pressuposto para se distanciar de tudo que provém da vergonha, enquanto, o fato social diz respeito, ao próprio prestígio da honra e também uma forma de prevalecer um status, baseado na representação da conduta moral.

Ademais, o conceito de honra percorre entre uma mão dupla, porque exerce um sentido diferente na perspectiva feminina e na masculina, dessa forma, aos homens a honra é um sinalizador de coragem, virilidade, enquanto a mulher essa imposição não é atribuída, pois sua honra é caracterizada pela pureza sexual, ou seja, uma premissa já frisada ao logo dessa apresentação.

A honra assumia diferentes roupagens ao tratar de homens e mulheres, principalmente no que se refere às questões conjugais e sexuais. Mary Del Priore (2009) também avalia esses aspectos, de

---

<sup>4</sup> Pensar no conceito de honra a partir do teórico Pitt Rives (1992) Honor and Grace in Anthropology., tornou-se fundamental, pois o mesmo distingue a noção de honra no segmento aristocrático, a honra burguesa e também a honra dos populares, sendo está uma das pautas relevantes da pesquisa, ao identificar as representações honra entre os sujeitos, entre uma sociedade que exalava distinção social. Além disso, vale ressaltar, outras considerações de suma importância que corresponde com as cenas sociais analisadas, quanto a honra por se torna foco de desconfiança e também as vezes pode ser empregado de forma negligente.

exigências sociais voltadas para as mulheres e os homens, distinguindo os parâmetros normatizadores, enquanto a honra feminina era, cada vez mais, marcada pela supervalorização do recato, da inocência, da virgindade, da educação para as tarefas domésticas, dos “bons modos” e do instinto maternal, a honra masculina voltava-se cada vez mais para a figura pública do trabalhador. E caso esses entropostos não fossem exercidos cotidianamente, havia uma reprovação à nível público.

Aos olhos da justiça, o defloramento praticado contra uma mulher “honestá”, o ato de deflorar era considerado um crime contra a honra da mulher. Neste caso, mais do que um ato sexual consentido ou uma violência de gênero, o defloramento condenaria a vítima a uma desmoralização social, prejudicaria suas possibilidades de efetuar um matrimônio vantajoso e a estigmatizaria em suas relações sociais. Também nesses casos, o objetivo principal da prática jurídica não era proteger a integridade física das mulheres ou da honra somente como atributo individual feminino, mas também defender a honra masculina, sobretudo dos pais, tutores e irmãos, ultrajada quando suas mulheres são desvirginadas por outro homem.

Além disso, muitos dos casos de defloramento, chegavam a ser considerados caso de estupro, em detrimento do próprio ato e atribuição de violência, denunciada pela ofendida e também evidenciadas nos corpos de delitos, porém, muitos casos foram banalizados em consequência da falta de imparcialidade da justiça, onde as denúncias relatam até mesmo ameaças as vítimas.

Retornando as acepções discursivas do contexto, ambos os saberes, judicial e médico, tiveram uma conotação presente entre os processos de defloração, essas “autoridades” detinha o poder de determinar o destino das ofendidas. Essas mediações têm uma explicação direcionado pelo teórico Michel Foucault (1988), evidenciados em seu estudo sobre sexualidade na era vitoriana. Por esse viés, “Tais saberes [...] demonstram o seu poder de modo a controlar e escamotear as individualidades da humanidade por meio da produção de discursos de verdade sobre o comportamento sexual das pessoas e a anatomia da genitália”

De acordo com Foucault, ao analisar vários prismas entre a relação de poder e as questões da sexualidade, encontrando predominância da percepção na linha do direito, na psicologia, entretanto, a visão médica tornou-se inquestionável, a medida em que se tinha um exercício sobre o corpo humano, ao tratar da saúde, vida, morte, ou seja, os apontamentos médicos não eram criticados, nesse sentido, exercendo dispositivos de controle sobre os sujeitos, e as questões da sexualidade estavam envoltas nessas perspectivas.

Paralelo a isso, entra em cena como protagonistas que embutiam discursos quanto a veracidade dos defloramentos, os médicos-legistas, cujo, o emprego de sua atuação estava centrado na realização corpo de delito, exame que comprovaria a ocorrência do defloração. A realização desse procedimento, provocava a enunciação de diferentes discursos acerca do comportamento feminino, tendo em vista que a “[...] intervenção médica eram

dirigidos principalmente aos corpos femininos, já que a relação honra-mulher era baseada na “pureza” dos corpos e também da mente” (FERREIRA; PEDRO; 2012, p.9).

Pensando nessas dimensões e como cada uma se incorporou em diferentes regiões do Brasil e ao voltar os olhares para o sertão maranhense, também podemos encontrar os resquícios desse tempo considerado moderno nas cidades de Caxias, Codó e Flores. Dessa forma, os jornais foram as ferramentas utilizadas para identificar a presença desses elementos e suas determinadas lógicas nessas regiões citadas, como destaca nas notícias dos impressos dos jornais as denúncias dos crimes de defloramento.

Em Caxias, precisamente em outubro de 1901, foi registrado e relatado todo o processo do inquérito policial denunciado um crime de defloramento praticado por Luiz Marques Teixeira, cujo nome da vítima é apresentado como Sarah com 10 anos de idade. De acordo com a procedência da denúncia e o exame pericial, foi constatado a membrana do hímen completamente dilatada, além desse ato cruel, foi identificado também marcas de violência física, pondo em risco a vida da menor, com isso o jornal de Caxias se prontificou em denunciar publicamente, tido como “*escandaloso*”. Entretanto, o acusado negou, e disse mais, que ele como cidadão e pai de família merecia justiça contra tamanha ofensa.

Seguindo no mesmo jornal de Caxias (Órgão Comercial e Noticioso) no dia 27 de janeiro de 1906, foi apresentada a manchete “*Pela Policia*” relatando todo o caso de defloramento envolvendo as

partes, Joanna Maria da Conceição e Altino Barbosa da Silva, onde a família da vítima abriu uma queixa denunciando um rapto seguido de defloramento, para a resolução do conflito, nota-se que o acusado, confessou o crime e que não poderia reparar a honra da ofendida, pois ele já era casado, na religião católica com a tia da referida menor, e portanto seria impossível casar-se novamente.

Outro caso, notificado pelo jornal de Caxias, na ocorrência de 03 de setembro de 1899, relatava apresentava a manchete “*Único do art. 276 pelo Código Penal*”. Como segundo denota a notícia, Pedro era um rapaz casado que deflorou Rita, entretanto os representantes, ou seja, a família da ofendida fez a proposta de casamento, mesmo abrindo um processo contra o acusado, realizaram o amasiamento entre Pedro e Rita. Não sendo o bastante, o próprio jornal indagou, “Em vista do casamento efetuado, Pedro ainda está sujeito à Lei Penal?”

Essas situações não eram apenas na cidade de Caxias, quando nos debruçamos sobre essas questões na cidade de Codó também aparecem esses elementos ditos e entendidos como de casos de defloramentos, como denota o intrigante caso, “*Uma por ano*” Acha-se a polícia, consta nas investigações das ‘brilhanturas’ do sr, Benedicto Firmino de Britto, em 1911 deflorou uma menor [...] foi perseguido pela polícia que fugia”.

O artigo desse caso noticiado pelo jornal Correio de Codó, relata a sequência de três atos de defloramentos contra menores, entre os anos de 1911, 1912 e 1913, onde meninas sofreram violação da

proteção que lhes cabiam. O infeliz acusado Benedicto, há um tempo fugia da polícia, cometendo aos redores da cidade seus atos de covardia.

As denúncias seguiam, pois, a última tentativa levou o acusado até a polícia, além do mais, a existência da impunidade deixava as pessoas temerosas que algo dessa natureza viesse acontecer novamente, receio encontrado nas falas ecoadas no jornal correio de Codó, expressada pelo senhor *Oliveira* “*Neste andar ele irá longe se a impunidade o acarcoar*”, ou seja, a impunidade ajudar tornar possível a delinquência desse sujeito, dando jus o destaque da manchete, uma em cada ano.

Correio de Codó divulgou no mesmo dia 31 de agosto de 1914 dois supostos casos de defloração, e a omissão da justiça diante dos casos. João Rodrigues procurou a policial municipal de Codó para dar queixa contra o sujeito Antônio Sião, João acusou o mesmo pelo o ato de defloração com sua filha de criação e menor de idade, identificada pelo nome Maria José Portelha, foi aberto o inquérito policial, passando a aguardar as investigações, enquanto isso foi realizado na menor exames nas partes genitais, comprovando o rompimento do hímen, indicando o defloração da mesma, a resolução desse caso ficou por conta da família, já que o acusado “decidiu” casar-se com a menor, esses tipos de conflitos muitas vezes eram resolvidos dessa maneira, já que a honra da menina foi reparada com a união estável entre eles. À vista disso, aos defloradores que

recusavam a reparação ao dano da honra da moça, cabia a prisão pública, segundo Lucena.

Ao ser desvirginada, a mulher ficava privada do “*aspecto material de sua virtude*”, tendo o homem a única “*faculdade de restituí-la à condição honorável*”, sendo apenas o casamento capaz de restituir a honra perdida. Nessa perspectiva, a sexualidade feminina oitocentista era submetida à tutela masculina (LUCENA, 2014, p.42).

Outras denúncias que se refere aos defloramentos foram divulgados nas notas dos jornais, como o caso da abertura da queixa contra Antônio Gomes da Silva, passou a acusar Fausto Barbosa dos Santos por deflorar sua filha menor Maria Gomes dos Santos, não obteve quaisquer resquício de justiça por faltas de provas contra o acusado, sendo assim, o arquivamento do inquérito policial, impossibilitado do caso ser julgado. Além da falta de provas, nem mesmo o exame foi realizado, dificultando a comprovação da honra da menina perante a justiça.

Com base no que foi dito, as questões de honestidade e desonestidade beiravam a moral das mulheres, e quanto aos defloramentos essa tangente era um marcador decisivo, pois mediava o comportamento. Segundo Fausto (1984), a desonestidade da vítima podia ser construída baseado em alguns atributos morais, desde de modo de portasse socialmente, a maneira de falar, os lugares que frequentavam, o horário que saiam, se andavam sozinhas ou desacompanhadas, as companhias que andavam, e para aquelas que trabalhavam também era problemático o ambiente de trabalho, ou seja, como se pode notar, essas premissas demarcavam a

representação de uma mulher honesta ou desonesta, premissas essas, utilizadas como recursos pelos advogados dos réus para constatar a conduta moral da ofendida, como uma forma de culpar a vítima por seu “mal” comportamento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme as denúncias impressas nos jornais, identificamos os desdobramentos de diferentes conflitos envolvendo o crime de defloração, além disso constatamos como essas práticas eram recorrentes na região considerada parte do sertão maranhense como bem destaca, os jornais que circulavam nas respectivas cidades. Dessa forma, encontramos casos que situavam mulheres amparadas pela justiça, outras negligenciadas tanto por suas famílias e até mesmo, pela própria família, e por outro lado, por uma perspectiva estigmatizadora desse crime, ora desonrada, desonesta, desamparada

Baseado nas considerações citadas, compreende-se em linhas gerais, a percepção da figura da mulher envolvida nessa prática e também protagonismo jurídico correlacionado as tramas cotidianas envolvendo defloramentos, onde essa via era uma das possibilidades de reparar a honra perdida e também restaurar a reputação no meio social. Para as mulheres defloradas que perderam a virgindade antes da cerimônia matrimonial e que também não tiveram a chance de conseguir reparo da honra por meio da justiça, ficavam submetidas numa situação complicada, pois sem o reparo ou o restabelecimento

da honra, muitas meninas ficavam sem a proteção do próprio do lar e da família.

Em casos de constatação da desonestidade da mulher, alguns chegavam a serem expulsas de casa, nesses casos entra em cena os bordeis, uma lastima consequência para o padrão da época, onde muitas mulheres acabavam se sujeitando à essa situação, casos não só de mulheres defloradas, mas aquelas que não eram mais virgens; separadas. Os bordeis se tornavam seu novo “lar”, ou seja, a perda da pétala, era uma consequência grave e que mudava a vida dessas mulheres, acabava por definir o destino da mulher no meio social.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Distinção: crítica social do julgamento** / [tradução Daniela Kern; Guilherme]. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, Ed. UNICAMP, 2000.

DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Márcia (orgs.). **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP. 2013.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

FERREIRA, Gleidiane de Sousa. PEDRO, Joana Maria. São honestas? Defloramentos em Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista Tempos Históricos** Volume 16, p. 41 - 58. 2012

MACHIESKI, Elisângela da Silva. Consequências do abraço sexual fora do matrimônio: Seduções e defloramentos na Região Carbonífera na década de 1950. **Revista de História do Tempo Presente**, p. 89-111. 2005.

LUCENA, Renata Valéria. AMORES E DESVENTURAS: os defloramentos e as representações de honra no Recife oitocentista. **Caderno Espaço Feminino** Uberlândia-MG, - v. 26, n. 2 - Jul/Dez, p 248-271. 2013.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. / [tradução Angela M. S. Côrrea]. São Paulo: Contexto, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e o discurso: Uma crítica na afirmação do óbvio** Campinas, São Paulo. Ed, UNICAMP, 1995.

## **DOCÊNCIA NO ENSINO DE HISTÓRIA: a formação continuada de professores de História da rede de educação básica no estado do Maranhão.**

Lucenildo do Lago Holanda<sup>1</sup>  
Sandra Regina Rodrigues dos Santos<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

As preocupações com o campo da formação de professores continuam sendo alvo de discussões e estudos, pois este profissional é cada vez mais exigido para o desempenho de outras funções (gestão escolar, coordenação escolar, educação especial, educação de jovens e adultos etc.).

É nesse contexto que podemos falar da importância da formação do professor de História na relação com o cotidiano da sala de aula, buscando pensar a relação entre o ensino da história, seus conteúdos e a relevância deles para a transformação do aluno e o professor. O professor bem-preparado, terá maior facilidade em articular e desenvolver métodos teóricos e práticos, para trabalhar os conhecimentos históricos com os alunos, a fim de favorecer o desenvolvimento da consciência histórica. Com estes aspectos aqui abordados, justificamos a importância e a relevância deste estudo para o contexto educacional do Maranhão (SANTOS, 2017).

---

<sup>1</sup> Graduando em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

<sup>2</sup> Doutora em Políticas Públicas de Educação e Sistemas Educativos (UNICAMP) e Professora adjunta do Departamento de História do Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

O objeto de investigação desta pesquisa foi a formação continuada de professores(as) formado(a)s pelo curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão, profissionais que já atuam na rede pública de educação, visando perceber como a formação inicial, proposta pela instituição, os preparou para o exercício da docência e se eles depois de formados buscaram aprimoramento para uma atuação competente.

Quando abordamos sobre formação continuada de professores é importante considerar as contribuições das educadoras Moura e Lima sobre esta formação:

A formação continuada deve ser compreendida como processo, que busca possibilitar a atualização e/ou a construção de novos conhecimentos, e, principalmente, ser compreendida como exercício reflexivo do saber e fazer pedagógico na escola e demais espaços educativos. (Lima e Moura. 2018. P. 2)

A par dessas considerações das autoras, podemos compreender que a formação continuada é um processo contínuo na vida do educador, um exercício de conhecimento e reflexão, principalmente de revisão e socialização das suas práticas com os demais colegas de trabalho e convivência. Isto é reflexo do contexto atual que exige que os educadores busquem sempre novos aprimoramentos para o exercício da docência.

A formação continuada se caracteriza como uma busca do Saber fazer e do Saber ensinar, um conhecimento mútuo que se adquire pelo processo de socialização. Esses saberes desenvolvem-se no campo das instituições educacionais atendendo as exigências do

projeto político pedagógico que contemplam competências e habilidades para a realização de um ensino mais reflexivo e com qualidade teórica e metodológica.

A formação continuada de professores é uma temática que contempla estudos de autores nacionais e internacionais, dentre os quais citamos: Nóvoa (1992, 2002, 1995), Imbernon (2002), Pimenta (1999), Lima e Moura (2018), dentre outros. Nesse contexto é interessante destacar estudiosos do campo da história, que trazem contribuições importantes que demonstram dificuldades sobre o que os professores de História enfrentam na realização de formações continuadas, como: Guimarães (2003), Rodrigues (2010), Silva (2003), entre outros.

Os autores referenciados acima enfatizam a necessidade e a importância da formação continuada na carreira profissional do professor para o seu aprimoramento, envolvendo a pesquisa nesse processo.

Nóvoa (1992), ao abordar o processo da formação continuada, o faz como ação reflexão ação, ou seja, o educador realiza a ação buscando conhecimento e refletindo sobre o aprendizado adquirido e de que maneira ele propicia a mudança na sua ação pedagógica.

Cabe destacar que os professores de História que foram objetos desta pesquisa tiveram a formação inicial como estudantes da Universidade Estadual do Maranhão, cuja habilidades e competências adquiridas estão contempladas no documento político pedagógico do curso aspecto que nos impulsionou a analisar este

documento, a fim de perceber de que maneira elas contribuíram ou não na sua atuação docente.

Diante do exposto, justificamos a importância e a relevância deste estudo para o contexto educacional e social no estado do Maranhão, pois acredita-se que o mesmo levantará dados que demonstre o preparo contínuo do professor para seu desempenho na educação na rede básica do Estado.

## **METODOLOGIA**

Como dito anteriormente, a formação continuada dos profissionais de história da rede pública de ensino no Maranhão foi o objeto desta pesquisa, com a intenção de perceber se os critérios exigidos pela legislação sobre a formação, tratando dos conhecimentos, das competências e as habilidades a serem trabalhadas nesse processo, podem ser favorecedoras da melhoria da qualidade do ensino, do ponto de vista teórico e metodológico.

Neste sentido, precedemos ao levantamento bibliográfico com leituras de dissertações, teses, capítulos de livros, artigos, que tratam sobre a formação continuada dos professores de história, buscando analisar quais os aportes teóricos e metodológicos utilizados pelo curso durante o processo de formação inicial, ou seja, quais caminhos o curso de história licenciatura traçou para a formação dos futuros professores de História.

Portanto, foram compulsadas informações no texto do projeto político pedagógico do curso de história licenciatura da

Universidade Estadual do Maranhão, com a finalidade de buscar subsídios para o entendimento do proposto acima.

No processo da pesquisa de campo foram aplicados questionários e realizadas duas entrevistas, virtualmente, haja vista, que ainda não estava liberado na ocasião as pesquisas de campo. Além disso, a SEMED só estava atendendo de forma virtual e por agendamento, e devido a esta problemática, ficamos numa lista de espera muito demorada, contudo, obtivemos acesso alguns documentos, aplicamos questionários, entrevistas através do Google Meet, gmail, WhatsApp e Instagram. Esses foram os canais de comunicação utilizado nesse contexto de pandemia, na busca de alcançar os objetivos proposto pela pesquisa. Tais dados foram pertinentes para compreender como as ações realizadas pela SEMED contribuíram para a formação dos docentes.

Os dados obtidos na pesquisa, foram compulsadas em três tabelas, explicitadas posteriormente, a primeira tabela diz respeito a análise sobre os alunos que adentraram na UEMA, no período do recorte da pesquisa (2012 a 2015); a segunda tabela é referente aos dados fornecidos pelos professores formadores da SEMED; e a terceira tabela é referente aos dados fornecidos pelos professores atuantes na rede municipal de ensino.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados e discussões propostas neste tópico, dizem respeito ao que foi realizado ao longo da pesquisa, a partir do

material coletado: na análise bibliográfica; na análise documental (o PPP do curso de história da UEMA) na pesquisa realizada junto a SEMED; na aplicação dos questionários aplicados com os professores da rede municipal de ensino; bem como com a análise das entrevistas realizadas por plataformas virtuais.

Na bibliografia analisada, buscamos compreender como os (as) professores dialogam com a pesquisa na preparação e o desenvolvimento de um ensino de qualidade; pontuamos também como a formação docente não, é algo estagnado, mas sim contínuo, onde o professor está sempre buscando se atualizar para atender as mudanças sociais, principalmente no contexto atual.

Além disso, ao analisarmos alguns aspectos do projeto pedagógico do curso de História- Licenciatura da UEMA (2015), destacamos algumas disciplinas de natureza pedagógica tanto do núcleo específico: estágios e práticas, como disciplinas pedagógicas do núcleo comum.

Foram feitas as análises das turmas que ingressaram nos anos que vai de 2012 a 2015, e que concluíram entre o período de 2016 a 2019. Sobre este aspecto, buscamos perceber por que a quantidade de alunos formados apresenta discrepâncias nos dados fornecidos.

Foram analisados os questionários aplicados com os formadores da SEMED, bem como, com os professores de História formados pela Universidade Estadual do Maranhão, tendo como objetivo perceber as ações de formação continuada ofertada por esta Secretária Municipal de Educação-SEMED, e como essas ações

contribuíram para a profissão docente dos professores de História entrevistados.

Para análise deste tópico, ressaltamos as contribuições teóricas dos pesquisadores e estudiosos que se voltam para a formação docente, sendo de grande relevância para compreender o processo de formação inicial e continuada dos professores do campo da história, pontuando ainda as experiências, no tocante as diferentes realidades do ambiente escolar em que estão inseridos, especificamente os professores de História.

### **Revisão da literatura: fichamentos e análises**

O contexto atual exige que os educadores busquem sempre novos aprimoramentos para o exercício da docência. No que diz respeito a graduação é necessária uma formação que prepare e oriente os futuros professores para um bom desempenho profissional, com conhecimentos da área de formação, das áreas afins, dos métodos pedagógicos, das políticas públicas e incluindo o conhecimento da realidade escolar, como espaço de aprimoramento e aprendizado mútuo.

No tocante a formação continuada, esta se caracteriza como uma busca do Saber fazer, e do Saber ensinar, um conhecimento mútuo que é adquirido pelo processo de socialização. Esses saberes desenvolvem-se no campo das instituições educacionais atendendo as exigências do projeto político pedagógico que contemplam

competências e habilidades propiciadoras de um ensino mais reflexivo e com qualidade teórica e metodológica.

Segundo Nóvoa (1992), a formação e o conhecimento dos professores é parte de um processo da longa duração, ou seja, o educador estará constantemente se qualificando para o exercício da docência. O processo da formação inicial e continuada se apresenta como caminho interligado, em que os professores buscam sempre atualizações de suas práticas e conhecimentos, para o desenvolvimento de uma melhor educação.

Convém ressaltar que a reflexão sobre a prática, adquirido na formação continuada não só se direcionam aos conhecimentos da área de formação, com bases teóricas e práticas, mas exige conhecimento de outros campos, como das políticas de educação e da realização de pesquisas para a ampliação dos saberes.

Nesse sentido, há reciprocidade na aliança (ensino e pesquisa se iluminam, ampliam e superam simultaneamente) e garantia de que os atos de pesquisar e ensinar continuam a se questionar permanentemente em busca de novos horizontes na produção de saberes. (SILVA, 2003, p. 23).

No que se refere à formação docente, Silva (2003) aborda como a formação é um processo complexo, pois o educador trabalha com múltiplas realidades e vivências, e ao mesmo tempo requer métodos precisos no ensino. Com este autor, percebemos que a educação está ligada ao exercício da pesquisa-ação, ou seja, o professor busca constantemente seu preparo didático e metodológica a ser aplicado no campo de trabalho.

A formação continuada passou a ser entendida por muito tempo como aspecto de mudança, inserimento do novo, essas transformações são em decorrências de vários fatores, seja para o atendimento das necessidades escolares, ou para o atendimento das exigências contempladas na legislação educacional. Assim, compreendemos que o processo de conhecimento contínuo é importante, mas cabe ao professor refletir sobre seu próprio fazer no sentido de buscar as mudanças que se fazem necessárias para a melhoria da sua atuação pedagógica.

Segundo o autor Sacristán (1999, pág. 74), “a prática é então, sinal cultural de saber fazer, composto de formas de saber, ainda que ligado também a crenças e a valores coletivos”. Nesse contexto, a prática é fruto do meio social, principalmente ligado ao professor que está constantemente buscando se atualizar e se preparando para atender as exigências do campo do trabalho. Esses conhecimentos são adquiridos pelas convivências com pluralidades de culturas, religiões e saberes que se fazem presente também na sala de aula.

Segundo Imbernón (2004), o conhecimento é “vindo de fora para dentro”, ou seja, o processo de formação é algo que é ensinado e adquirido pela convivência, pela reflexão e pelo processo da ação - reflexo-ação, na qual o educador adquire o conhecimento pelas sociabilidades e desenvolve ela com a reflexão (revisando suas práticas), para assim está constantemente se preparando para o mercado de trabalho.

Convém ressaltar a partir das contribuições dos autores aqui citados que o processo de ensino aprendizagem é algo que vai além do aprender. O professor passa por vários processos de mudanças frente ao conhecimento adquirido, para assim poder inserir-se da melhor maneira em sua ação docente de forma teórica e metodológica em sala de aula.

### **Análise do Projeto político e pedagógico do curso de História da Uema**

Neste documento fica evidenciado que o curso de História surgiu em 1992 por meio da Resolução 100/1992, em que o Conselho Universitário aprova o curso, mediante a necessidade de estabelecer a formação de professores de História através do Programa de Capacitação de Docentes, parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão.

De acordo com o projeto político pedagógico (2013.P.12), a Universidade Estadual do Maranhão, UEMA tem por finalidade promover o desenvolvimento integral do homem, cultivar o saber em todos os campos do conhecimento, em todo Estado do Maranhão, incumbindo-lhe:

- Oferecer educação humanística, técnica e científica de nível superior;
- Promover a difusão do conhecimento e a produção do saber e de novas tecnologias; III - Interagir com a comunidade, com vistas ao desenvolvimento social, econômico e político do Maranhão;

IV - Promover, cultivar, defender e preservar as manifestações e os bens do patrimônio cultural e natural da Nação e do Estado do Maranhão.

Em relação ao curso de História, é possível dizer-se que ele foi criado objetivando a formação de professores e sobre este processo, existe um esforço da instituição para oferecer com qualidade teórica e prática um ensino que propicie a formação dos futuros professores, promovendo o desenvolvimento reflexivo e crítico que conduzirá a formação de um profissional com autonomia, na perspectiva de Freire (2011), favorecedora da consciência crítica e reflexiva.

Pela leitura e análise de alguns fragmentos do Projeto Político do curso licenciatura em História da Universidade Estadual do Maranhão (2013), percebe-se que o conhecimento histórico está sempre em processo de construção, buscando as transformações provocadas pelo contexto social e pela própria sociedade do conhecimento, aspectos que se refletem na formação dos futuros professores.

E diante dessa constatação foi pensada uma formação para o futuro professor de história, como um profissional que deverá ter papel fundamental de sujeitos críticos e conscientes se propondo ao atendimento dos três aspectos abaixo:

Assim, este projeto pedagógico justifica-se basicamente por três aspectos: a necessidade de pensar o curso que queremos, oferecendo uma formação que contemple competências e habilidades exigidas para uma nova formação em licenciatura; o compromisso que a instituição tem com as mudanças pelas quais passa a sociedade; e as adequações necessárias no atendimento à legislação que se refere ao currículo. (2013, P.10-11)

Para atender tais propósitos, o documento (2013) salienta uma metodologia que oferece um conjunto de competências e habilidades a serem desenvolvidas através de pesquisa, oficinas pedagógicas, debates e discussões, trabalho em grupo, visitas a museus, arquivos, entre outros. Métodos esses primordiais para a construção de práticas pedagógicas que desenvolvem competências e habilidades que são exigidas para a formação dos futuros professores.

No PPP do curso, está explicitado o perfil do profissional a ser graduado em História, devendo

estar capacitado ao exercício do trabalho do Historiador, em todas as suas dimensões, considerando as áreas de atuação existentes atualmente para o profissional dessa área. O graduado em História licenciatura deverá atuar no ensino e pesquisa, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. (2013, P.23-24)

No que se refere às competências e habilidades propostas pelo documento do Projeto Pedagógico (2013), considera-se pertinente destacar a noção de competência ali proposta a “capacidade de mobilizar, diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação” (PERRENOUD, 2000, P.15)

o curso de graduação em História deve orientar seu currículo para a construção das competências e habilidades fundamentais para a formação dos seus futuros profissionais, conforme exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais (Parecer nº 492/2001 CNE/CES). (2013, P. 25)

Sendo assim, foi pensada uma graduação em História priorizando competências e habilidades fundamentais para a formação de um profissional apto a exercer a profissão docente.

Citamos abaixo, algumas competências e habilidades contempladas no Projeto Político e Pedagógico (2013,p. 25-26):

- Dominar as diferentes concepções teórico-metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- Conhecer os conteúdos básicos referentes às diferentes épocas históricas e regiões do mundo, nas várias tradições civilizatórias, assim como sua interrelação;
- Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento, de forma transdisciplinar;
- Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural;
- Dominar as competências básicas na utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC's)
- Conduzir sua prática profissional por meio de princípios e valores éticos, reconhecendo e respeitando a diversidade dos sujeitos sociais;

Além das citadas acima temos também as específicas: (2013. P. 26-27)

- Ter domínio dos conteúdos básicos e procedimentos didático- científicos que são objeto de ensino- aprendizagem na educação básica;
- Ter domínio dos métodos e técnicas de pesquisa que permitam a produção e difusão do conhecimento histórico;
- Atuar com autonomia intelectual, posicionando-se de maneira crítica diante de diferentes situações que envolvem a realidade política, econômica e sociocultural;
- Fazer a leitura dos diferentes contextos históricos, levando em consideração a complexidade das relações de poder, resistências e alteridades que constituem a realidade social;
- Desenvolver pesquisas que contribuam para o constante (re) fazer da prática historiográfica, com um olhar crítico para os procedimentos teórico-metodológicos que embasam esse campo do saber;
- Planejar e coordenar projetos de pesquisa, individuais e coletivos, que possibilitem a atuação em diferentes espaços e contextos da prática profissional;

- Coletar, processar e sistematizar diferentes fontes de pesquisa, para conhecimento dos procedimentos de análise empírica;
- Organizar, implantar e dirigir serviços de pesquisa histórica, seja em âmbito acadêmico ou em instituições públicas e privadas de preservação da memória e do patrimônio histórico;
- Elaborar projetos para serem desenvolvidos em nível de Pós- Graduação;
- Analisar e produzir materiais e recursos para utilização didática, fazendo uso de estratégias e procedimentos diversificados para diferentes situações;
- Fazer uso de procedimentos diversificados de avaliação da aprendizagem, a fim de acompanhar o percurso e rever suas propostas de intervenção pedagógica;
- Refletir sobre a prática docente, analisando o próprio fazer profissional e as condições do meio educativo;
- Promover uma prática educativa que leve em consideração as diferentes características dos estudantes e de seu meio social, bem como suas necessidades socioculturais em sintonia com as demandas do mundo contemporâneo;
- Desenvolver uma reflexão sistemática entre a produção do conhecimento e a experiência didático-pedagógica.

Face as competências e habilidades propostas no PPP, fica evidente a exigência da participação dos discentes nas atividades de pesquisa, ensino e extensão, propiciadoras de reflexão e intervenção em situações problemas, bem como, na produção de trabalhos científicos, além da criação e participação em projetos, relatórios e resumos que sejam de natureza científica e pedagógica.

Quanto ao ementário das disciplinas proposta no PPP do curso de História da UEMA (2013), destacaremos as disciplinas pedagógicas do núcleo específico e as pedagógicas do núcleo comum, como a psicologia da aprendizagem, política educacional brasileira, libras, sociologia da educação, filosofia da educação, Fundamentos da educação especial e inclusiva.

A escolha destas disciplinas deve-se ao fato de que elas trazem fundamentos que orientarão o aluno na sua futura atuação docente, com conhecimentos que lhe preparam para o enfrentamento da realidade educacional.

As disciplinas práticas, em todas as dimensões trazem como intencionalidade e finalidade trabalhar com um ensino pautado no desenvolvimento de projetos que possam favorecer experiências teórico/prática a serem desenvolvidas em escolas da rede básica de educação, possibilitando aos alunos dessas instituições se envolverem nos projetos e atividades.

Observamos que as disciplinas práticas, desde o início do curso estimulam a elaboração de projetos e desenvolvimento de pesquisas no contexto educacional/escolar, com propostas que são

fundamentais na construção de conhecimentos pelos discentes, futuros professores, além de inserir os alunos sujeitos dos espaços pesquisados.

Além das disciplinas práticas, já referenciadas, destacamos os estágios que enquanto disciplinas curriculares possibilitam ao aluno/mestre a vivenciar experiências no campo escolar, nas etapas do ensino fundamental e médio

Pimenta e Lima (2008), abordam que o estágio não se resume apenas em um comprimento de horas, mas numa experiência de aprendizagem profissional. As autoras destacam também que as disciplinas de estágio, possibilitam ao futuro professor conhecimentos e aprendizagens sobre ensinar e aprender a profissão docente.

Outro fator que evidenciamos diz respeito aos fundamentos teóricos e práticos que norteiam as disciplinas de estágio no âmbito acadêmico e escolar, elas possibilitam a utilização de diferentes procedimentos na construção dos trabalhos finais da disciplina (elaboração de memorial, portfólio, relatório, discussão, observação e planejamento), um leque de procedimentos importantes que o aluno poderá se apropriar para desenvolver as atividades ações no processo do estágio.

**3.3-Tabela dos alunos ingressantes entre os anos de 2012 e 2015, e formados entre os anos de 2016 a 2019.**

<b>CURSO HISTÓRIA LICENCIATURA/ SÃO LUÍS</b>							
<b>INGRESSANTES</b>							
<b>2012</b>		<b>2013</b>		<b>2014</b>		<b>2015</b>	
<b>2012.1</b>	<b>2012.2</b>	<b>2013.1</b>	<b>2013.2</b>	<b>2014.1</b>	<b>2015.1</b>		
<b>40</b>	<b>40</b>	<b>22</b>	<b>46</b>	<b>41</b>	<b>45</b>		
<b>TOTAL:80</b>		<b>TOTAL:68</b>		<b>TOTAL:41</b>		<b>TOTAL:45</b>	

<b>FORMADOS</b>							
<b>2016</b>		<b>2017</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>	
<b>2016.1</b>	<b>2016.2</b>	<b>2017.1</b>	<b>2017.2</b>	<b>2018.1</b>	<b>2018.2</b>	<b>2019.1</b>	<b>2019.2</b>
<b>21</b>	<b>25</b>	<b>14</b>	<b>28</b>	<b>23</b>	<b>18</b>	<b>16</b>	<b>18</b>
<b>TOTAL: 46</b>		<b>TOTAL:42</b>		<b>TOTAL:41</b>		<b>Total:34</b>	

Fonte: tabela disponibilizada pela secretaria do curso de História da UEMA.

Conforme a tabela acima, ressaltamos o número significativo de alunos que ingressaram no curso neste período, por outro lado, a tabela permite perceber uma redução do número de alunos que se formaram. Dos 80 alunos que ingressaram em 2012, basicamente a metade não se formou, e alguns ainda estão ativos no curso e outros optaram pelo cancelamento.

Dentre os alunos que solicitaram trancamento, alguns apontaram motivos pessoais e/ ou familiares, outros porque preferiram não dar continuidade ao curso, e outros porque migraram para outras instituições.

Convém ressaltar que a prática de retornar ao curso, após o trancamento é comum. Percebemos pela tabela, que no ano de 2019 houve uma queda significativa de alunos formados durante este

período se compararmos com anos anteriores, o que denota um maior índice de alunos não formados.

### **Ações da Secretaria Municipal de Educação-SEMED para a viabilização da formação continuada de professores de História**

Neste tópico, pretende-se demonstrar quais ações de formação continuada foram realizadas pela Secretaria Municipal de Educação- SEMED, buscando compreender pela fala dos formadores e professoras que participaram dessa formação, qual a contribuição para a melhoria do processo educacional e para o preparo do professor.

Estes dados foram obtidos com a coleta de dados, pela aplicação de questionários e realização de entrevistas, viabilizado por meio das plataformas digitais devido à pandemia da covid-19<sup>3</sup>. Segundo os autores Rosa, Chaer e Ribeiro (2011, p.260) o questionário é uma ferramenta fundamental na pesquisa para obtenção dos dados qualitativos, além de enfatizarem que “o questionário é uma técnica que servirá para coletar as informações da realidade, tanto do empreendimento quanto do mercado que o cerca”.

---

<sup>3</sup> Foram utilizadas as plataformas do (google) Meet, gmail, WhatsApp e Instagram, para o contato com os profissionais da educação, haja vista, que o contexto atual não possibilita contato presencial na aplicação dos questionários devido o vírus da covid -19.

Foram elaborados dois questionários, um para a equipe de apoio da SEMED, o professor formador, e outro aos professores de história formados pela UEMA, e ativos na rede municipal de ensino e que participaram da formação.

Foi enviado 1 questionário para a SEMED com 2 devolutivas, e 5 questionários aos professores dessa rede com apenas 2 devolutivas, pois 3 professores preferiram não responder, informando que não estavam em condições psicológicas para a colaborarem com a pesquisa.

### **Fala do professor formador de apoio ao educador na formação continuada**

Segundo informações coletadas na SEMED, a última formação continuada ofertada aos professores de História ocorreu em 2018, a ação teve como objetivo aperfeiçoamento didático e a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-racial.

Para tanto, é de fundamental importância de conhecer um pouco mais sobre a dupla que deu a formação.

NOME	FORMAÇÃO	CARGO SEMED
<b>Formadora A</b>	Pedagogia e Especialização em Educação para as relações étnico-raciais.	Professora dos Anos Iniciais, e Coordenadora do grupo de Trabalho da reforma curricular da SEMED.
<b>Formadora B</b>	Letras- Português e Inglês – Mestrado em Educação. Curso de aperfeiçoamento em História e Cultura afro-brasileira e especialização em gestão de políticas públicas em gênero e raça.	Especialista em Educação, Coordenadora da Formação continuada em Educação das relações étnico-raciais.

Fonte: Elaborada de acordo com os dados contemplados no questionário.

As professoras formadoras são ligadas a SEMED, do núcleo de currículo, setor que executou o planejamento para a execução da formação continuada que ocorreu em 2018, portanto, já com os pressupostos da BNCC. Essas formadoras buscaram desenvolver debates e orientar os professores da rede quanto ao saber com foco na educação étnico-racial no contexto da Lei 10.639/03, ambas possuem formação e especialização para a educação nessa área.

Ao perguntarmos as formadoras se durante a formação inicial elas tiveram contato com as temáticas referente a História e Cultura Africana, ambas responderam que não tiveram esse contato na graduação. A formadora A, relatou que esse não contato, fez com que ela despertasse um estímulo de buscar se especializar na área, e no campo de atuação profissional levou a construir um grupo na escola com os alunos para debater a temática.

Podemos perceber na fala da Formadora A, como a relação dela com o grupo criado para debater as temáticas da Cultura Africana, foi fundamental para a construção de um conhecimento

mais identitário e inclusivo no ensino, haja vista, que a sociedade brasileira tem sua construção histórica e étnica muito ligada com a cultura Africana.

A fim de compreendermos um pouco mais sobre a formação das técnicas utilizadas pela da SEMED, durante os processos de formação, fizemos um questionamento as formadoras, para saber se elas já haviam participado de outras formações na área. A formadora B, possui várias especializações na área e isso fez com que estivesse um contato maior com a temática, já a formadora A, relatou que teve uma participação através do projeto *A Cor da Cultura*, ofertado pela UFMA, o que estimulou ainda mais a buscar um aprofundamento na área.

Além disso, também pedimos que as formadoras descrevessem um pouco da importância de terem participado de ações educativas ligadas as suas especializações, a Formadora A respondeu que foi de fundamental importância pois “possibilitou aprofundamento da temática”. A formadora B, relatou que participar das ações além de agregar conhecimento, possibilitando desenvolver metodologias dentro do ensino, além de articular didática mais flexíveis com os alunos.

A formadora B ainda pontou que, “toda formação continuada sobre a temática é relevante, porque nos faz refletir sobre a necessidade de ter a temática tratada no cotidiano escolar, em todo o ano letivo, e não apenas no mês da consciência negra”.

Podemos perceber na fala da formadora B acima referenciada, como a formação continuada possibilitou a ela, trazer para a socialização um problema que é muito recorrente no contexto escolar, e através desse preparo observamos na sua fala, como a professora formadora, ainda vivencia muito essa realidade no contexto escolar.

As autoras Pimenta e Melo (2019), pontuam que a socialização faz parte do processo educacional de todo cidadão, essa relação da aprendizagem no meio acadêmico é de suma importância para a construção e difusão do conhecimento, as autoras definem a socialização como

um processo no qual os indivíduos apreendem papéis que lhes permitem adaptar-se, passiva ou ativamente, à cultura institucional, podendo também os professores, constituírem-se em agentes de mudança dos processos socializantes dominantes nas instituições escolares. (PIMENTA; MELO, 2019, p.53)

Para compreendermos qual foi a metodologia adotada pelas formadoras, perguntamos quais procedimentos foram adotados para a realização da formação continuada. As respostas foram no mesmo sentido, ambas relataram que a organização foi em módulos, com uma parte presencial, discussão teórica dos textos, além de uma metodologia desenvolvida na base do diálogo, com o objetivo de ter uma socialização do conhecimento entre os cursistas.

As professoras também relataram que após a formação de 2018, a SEMED buscou dar continuidade a formação continuada aos

profissionais de história através de ações que foram desenvolvidas de forma mensal nas escolas da rede.

Ainda nesse sentido, buscamos perceber as dificuldades obtidas pelas formadoras durante a aplicabilidade da formação continuada. As formadoras pontuaram que implementar eixos temáticos durante todo ano letivo e não somente em datas comemorativas, além disso, pontuaram que a falta de interesse dos professores pela formação foi algo muito desmotivador, durante a ação.

Outro ponto que as formadoras enfatizaram com relação às dificuldades, foi sobre o período da pandemia da covid-19, pois tiveram que se adaptar ao contexto atual, para a implementação do sistema remoto, em que de forma muito corrida, tiveram que dar o suporte aos professores da rede, quanto a utilização das ferramentas tecnológicas para o ensino remoto. Essas ações se desenvolveram de forma online, dando todo o apoio aos educadores para o conhecimento dessas novas ferramentas, (Google Meet, WhatsApp, Facebook, Google Teams, entre outros).

A formadora B, pontuou ainda há necessidade de aumentar a equipe ajudaria muito, pois, muitos educadores que compõe ao grupo tiveram muito obstáculos com relação ao contexto atual da pandemia. Muitos dos profissionais ficaram vulneráveis as fortes emoções que os anos de 2020 e 2021 vem enfrentando com o vírus da covid-19.

Na tentativa de perceber se as ações tinham continuidade após a formação, perguntamos para as formadoras se houve alguma solicitação por parte dos professores ou mesmo das escolas, solicitando outras ações. Obtivemos respostas diferentes, a Formadora B respondeu que alguns dos professores que participaram da formação acabaram desenvolvendo projetos, ações na escola, porém afirmou que acabou percebendo que outros educadores não deram continuidade para a realização de ações na escola, e com o contexto atual ficou ainda maior a dificuldade de continuar com atividades em sala de aula, pois muitos alunos não estão conseguindo ter concentração e interesse nas aulas, devido às fortes emoções propiciadas pelo contexto atual.

A outra formadora, pontuou que seria necessária uma pesquisa nas escolas rotineiramente para acompanhar se as ações trabalhadas na formação que estão sendo colocadas na prática.

Podemos perceber na fala das professoras formadoras, a necessidade de ter acompanhamento direto com os professores pós formação. Outra questão pontuada pela professora formadora, é a necessidade de seguir o roteiro de ações que a secretaria repassa as escolas mensalmente, para a execução entre os professores e gestão escolar de cada escola, com o objetivo de aperfeiçoamento e maior socialização do aprendizado entre os educadores da rede Municipal de São Luís.

## **Com a fala os docentes sobre os avanços e desafios da formação continuada**

Neste tópico buscamos pontuar aspectos sobre a formação continuada dos professores a partir da visão dos mesmos. Os docentes alvos de nossa pesquisa foram os professores de História do Ensino Fundamental que corresponde do 6º ao 9º ano e que participaram da última formação ofertada pela SEMED- Secretaria Municipal de Educação no ano de 2018<sup>4</sup>.

O contato com os professores da pesquisa fora repassado pela equipe da Secretaria da SEMED, e também através do departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão.

Foram enviados aos professores 5 questionários, tivemos apenas 2 devolutivas, sendo que os outros 2 responderam que não estavam em condições para contribuir com a pesquisa, e 1 passou por uma cirurgia e não estava em condições de responder. Seguem os dados que nos foi repassado pelos professores que participaram da formação de 2018, temos:

---

<sup>4</sup> Em 2018 foi a última formação da SEMED ofertada para os professores da área da História, anos anteriores não tivemos acesso, obtemos a justificativa que arquivos referentes a formações passadas foram perdidos pela comissão técnica de apoio ao educador na gestão política passada. De 2018, 2019, 2020 e 2021, tiveram formação ao educando de forma coletiva no início do ano letivo, além disso, o que a SEMED deu maior apoio foi em ações de cursos de aperfeiçoamento ao educando, realizadas mensalmente

Área de Atuação	Quantidade de Professores
<b>Ensino fundamental 1º ao 5º ano.</b>	49
<b>Professores de História do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano.</b>	5

Fonte: Lista de Frequência da Formação Continuada de Professores, 2018

Podemos perceber diante da tabela de 2018, a quantidade de professores do ensino fundamental do 1º ao 5º participaram da formação (49), que neste estudo não será objeto de análise. Nos deteremos a tratar sobre os 5 (cinco) professores do 6º ao 9º que tiveram participação na ação ofertada pela SEMED.

Logo no início, questionamos aos professores da rede, formados pela UEMA, se a ação pedagógica dos professores do curso de História da UEMA, aplicados durante a graduação, os influenciou no percurso da vida profissional. A professora D relatou que o curso tem uma qualidade imensurável, contudo, pontuou que alguns professores da graduação, não desenvolvem metodologias de ensino quanto a inclusão de pessoas com necessidades especiais em sala de aula, afirmando que essa não abordagem acabou dificultando seu trabalho em sala de aula.

Já a outra educadora (U), afirmou que seu processo durante a graduação com o convívio com os professores da Instituição, trouxe um aporte teórico muito significativo para sua atuação profissional, relatou ainda que obteve acesso há muitos debates, pelas leituras de vários autores em sala de aula, o que possibilitou um olhar mais

atencioso sobre algumas disciplinas e conteúdos, na hora de serem aplicados em sala de aula.

Podemos perceber acima, a importância da teoria para efetivação das práticas, pois ambas são complementares. A autora MARIN, M. Favarin, (2015, p. 504), aborda que a didática é fruto da relação da teoria e prática, e citando Rusen, destaca que a didática é tradicionalmente compreendida como uma disciplina que faz parte da formação de professores de história e que exerce o papel de mediadora entre a transposição do conhecimento acadêmico para os ensinamentos de história na escola básica.

Perguntamos aos professores quais disciplinas ofertadas pelo curso de História da Uema, tem contribuído para o exercício em sala de aula. A professora D, pontuou que todas as disciplinas a ajudaram para o desenvolvimento de sua didática em sala de aula, contudo, a disciplina de estágio foi fundamental para compreender a realidade escolar. A educadora (U), enfatizou em específico as disciplinas de estágios que foram importantes para sua formação, pois possibilitou colocar em prática o que havia sido trabalhado enquanto estudante da graduação.

Podemos perceber diante da fala das professoras, que as disciplinas de estágios, são fundamentais no campo da licenciatura, pois é através delas, que o aluno obtém um contato direto com a realidade da sala de aula. Contudo, observamos que as professoras pontuaram apenas as disciplinas de estágio, deixando as disciplinas de práticas, projetos e didáticas a serem pontuadas, haja vista, as

mesmas são fundamentais na articulação do campo teórico para a realização das práticas.

Quando solicitamos que as professoras justificassem a importância da formação continuada para a profissão docente, obtivemos as seguintes informações:

Acredito que a formação continuada é importante na atualização do professor, muitos pararam no tempo.

Professora (D)

A formação continuada é de suma importância para os profissionais da educação. Acredito que formações voltadas especificamente para a sala de aula são as que mais colaboram com minha trajetória profissional, pois somam com o aporte teórico da minha graduação e me ajudam a aplicar a teoria na prática com meus alunos.

Professora (U)

Pelas falas das professoras referenciadas acima, como a formação acaba sendo um preparo importante ao educador, porém não atingindo todos os profissionais da educação, tal colocação fica evidente na fala da professora D, contudo, a educadora U, pontua a importância da formação continuada, com o foco no aperfeiçoamento, e melhor aplicação em sala de aula. Outro ponto que percebemos na fala da professora U, é como a contribuição da formação continuada ofertada pela SEMED em 2018, acabou contribuindo de forma ativa para o seu desenvolvimento para a elaboração de metodologias a serem aplicadas no contexto escolar.

Observamos na fala da professora, as práticas sendo enfatizadas, como uma das áreas que mais contribui para o

desenvolvimento do aporte teórico para a efetivação das atividades em sala de aula. As autoras Barros e Jorosky (2015, p. 3469) abordam que “A formação inicial de professores é peça fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas humanizadoras, capazes de transformar o campo educacional”.

A professora D, pontuou que a formação inicial e os aportes teóricos trouxeram muito subsídios para o desenvolvimento e construção de suas práticas, porém enfatizou que o curso de história valoriza de forma expressiva o campo teórico e deixa um pouco mais de lado as práticas, contudo reconhece que ambas precisam estar interligadas de forma ativa, para a construção do conhecimento.

Além disso, a educadora relatou que essa realidade do curso de História da UEMA, já está passando por mudanças, haja vista, que já possui um número maior de pesquisadores realizando atividades de pesquisa no campo da educação, principalmente no mestrado e doutorado da instituição, pois são áreas que visam ter o profissional ativo no campo escolar.

A respeito das disciplinas de práticas e estágios, questionamos as professoras se as mesmas agregaram em suas atuações, como docentes, conhecimento para a atuação e obtivemos as seguintes respostas:

As disciplinas de prática e estágio, como já citei acima foram de suma importância para nossa formação, pois possibilitam nos ver de fato como professores o que importante para a nossa formação em licenciatura. (Professora D)

Além das aulas teóricas de Práticas, os projetos desenvolvidos dentro das várias escolas públicas que estive enquanto estudante de História, nos mostraram um pedacinho da realidade da nossa comunidade escolar, principalmente na periferia, o estágio consolidou mais ainda por nos dá a oportunidade de vivenciamos num maior espaço de tempo essa realidade.

(Professora U)

Percebemos pela fala das professoras, que as disciplinas de estágio e práticas, se desenvolveram de forma muito expressiva para a construção da carreira docente. A professora U, pontuou que durante a graduação, desenvolveu atividades através das disciplinas de práticas, em que lhe possibilitou ter contato com a realidade escolar. Diante disso, percebemos como a Universidade do Maranhão, busca constantemente desenvolver parcerias com as escolas públicas, possibilitando aos alunos da graduação obterem contato de forma progressiva durante a formação dos graduandos com a realidade do professorado da rede e do campo educacional.

## CONCLUSÕES

As respostas dos professores apontam os obstáculos que eles enfrentaram durante o processo da formação continuada, para a melhoria do exercício docente. Sobre o processo de formação inicial destes docentes, percebemos em suas respostas que o PPP da Universidade Estadual do Maranhão, já contempla um ensino com teoria e prática, haja vista que estes aspectos são fundamentais na melhoria do desenvolvimento educacional.

Outro ponto que merece ser destacado, são as dificuldades que os alunos do curso de história enfrentam na formação inicial, o que está explicitado na tabela que nos foi fornecido pela secretaria do curso de História tratando sobre o ingresso e o número de alunos formados, documento que deixa claro o descompasso entre a quantidade de alunos de ingressam e de alunos que se formam.

Ressaltamos que alguns dos professores ouvidos nessa pesquisa, enfatizam a necessidade do curso de história da UEMA, ainda precisar ser aprimorado para manter a unidade teoria e prática.

Por fim, pontuamos as dificuldades existentes durante a realização de toda a pesquisa pelos impactos causados com a pandemia da covid-19, que acabou contribuindo para a coleta de dados e suas análises. Vale enfatizar, que todo o processo de desenvolvimento da pesquisa foi realizado de forma virtual.

Com esta pesquisa, acredita-se que apontamos alguns caminhos sobre a formação inicial e continuada de professores de História, com reflexões que se voltam para o desenvolvimento do ensino desta disciplina em escolas básicas da rede, destacando alguns procedimentos didáticos e metodológicos que foram apropriados pelos professores de História em suas formações continuadas e que se refletem nas ações pedagógicas em sala de aula, contribuindo para a melhoria da docência no Estado.

## REFERÊNCIAS

### Documentos Utilizados na pesquisa

Projeto Político-pedagógico do curso de graduação em História-Licenciatura, 2013.

Projeto Político-pedagógico do curso de graduação em História-Licenciatura, 2015.

### Bibliografia

BARROS, Flávia Cristina Oliveira Murbach, JOROSKY, Narda Helena. **Práticas Pedagógicas de professores: Vivências Humanas em sala.** SIPD-Catedra, Unesco, PUCPR, 2015.

CHAER, G.; DINIZ, R., R. P; RIBEIRO, E., A. **A técnica do questionário na pesquisa educacional.** Ed. Evidências. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** - 43. ed.- São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GATTI, Bernardete. **Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década.** Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37 jan. / abr. 2008.

HARGREAVES, Andy. **Aprendendo a mudar: o ensino para além dos conteúdos da história.** 2010.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Francisca. Das Chagas S; MOURA, Maria da Glória C. **A Formação Continuada de Professores como Instrumento de**

Ressignificação da Prática Pedagógica. In. **Revista do Programa de Pós- Graduação em educação- UFPI**. Edição, dezembro 2018.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

**História: a experiência de laboratórios de ensino de História (19980-2010)**. Revista- centro de Educação -UFSM.2015.

MELO, Geovana Ferreira, PIMENTA, Selma Garrido. Socialização profissional de docentes na universidade: contribuições teóricas para o debate: **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 20, n. 43, p. 21-57-77, maio/ agosto. 2019.

NÓVOA, A. (Org). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1992.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Didática e formação de professores**: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ G., A.I. **Compreender e transformar o ensino**. Artmed, 1998.

SACRISTÁN, J.G. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues. **Formação de professores do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão**: percursos e desafios. São Luís: EDUEMA, 2017.

SILVA, Marcos A. da. **História. O Prazer em Ensino e Pesquisa**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2003.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. HERÓDOTO E SUAS HISTÓRIA. **Revista de Teoria da História** Ano 7, Número 13, junho 2015.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cad. CEDES**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267- 281, dezembro 2003.

# **ESTRATÉGIAS QUE SE CRUZAM NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO LUSO-BRASILEIRA: as violações dos direitos humanos através da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista**

Thayane Cristine Santos Sousa<sup>1</sup>  
Monica Piccolo Almeida Chaves<sup>2</sup>

## **INTRODUÇÃO**

A compreensão e desenvolvimento dos estudos históricos sobre os países que saíram recentemente de períodos ditatoriais traumáticos, como a ditadura civil-militar brasileira e o salazarismo português, há, até os dias atuais, um constante embate em torno de questões relacionadas com ideais de reconstrução dos valores de um Estado de Direito, pautada pela “delicada tensão” entre justiça e paz.

As transições políticas em direção a regimes democráticos, no Brasil e em outros países do Cone Sul, foram demarcadas, principalmente, pelas décadas de 1980 e 1990, com a passagem do poder para presidentes eleitos pelo voto popular, a adoção de novas leis e até de novas Constituições nacionais, fortemente influenciadas pela temática dos direitos humanos. (RODRIGUES, 2014, p. 185).

O conceito de justiça de transição emergiu, internacionalmente, a partir de análises sobre contextos nacionais de transição política em sociedades que experimentaram violações maciças dos direitos humanos (RODRIGUES, 2014, p.186). A estrita relação entre os direitos humanos e o conceito de justiça de transição são vistos quando há o cumprimento de quatro direitos

---

<sup>1</sup> Estudante da Graduação em História-Licenciatura na Universidade Estadual do Maranhão.

<sup>2</sup> Professora Doutora do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão

fundamentais: 1) o direito da vítima de ver realizada a justiça; 2) o direito de saber a verdade; 3) o direito à compensação monetária, bem como outras formas de restituição não monetárias; e 4) o direito a instituições renovadas, reorganizadas e responsáveis. Por intermédio, esta pesquisa está voltado para a análise, sob os pressupostos da História Comparada, da documentação produzida no Brasil e em Portugal na busca pela concretização destes quatro direitos: o relatório da Comissão Nacional da Verdade<sup>3</sup> e da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista<sup>4</sup>.

No Brasil, os principais mecanismos de justiça de transição foram criados tardiamente entre os anos de 1995 e 2005. Por meio da lei n.9.140 se consolidou a Comissão de Mortos e Desaparecidos políticos, no dia 4 de dezembro de 1995. A Comissão de Anistia entrou em vigor no país, no dia 13 de novembro de 2002, cujo seu objetivo era garantir o cumprimento dos direitos daqueles que sofreram violações de direitos entre os anos de 1946 e 1988. É importante salientar que a lei n.10.559 serviu para regulamentar o artigo 8 que faz parte da ADCT (Ato das disposições Constitucionais transitórias) outro dispositivo de justiça de transição.

---

<sup>3</sup> Colegiado instituído pelo governo de Dilma Rousseff, em 18 de novembro de 2011, para investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, que esteve em atuação entre 2012 a 2014, data de entrega dos três volumes do Relatório Final.

<sup>4</sup> Comissão criada em 1977, em Portugal, por iniciativa do Primeiro-Ministro do Partido Socialista (Mário Soares), encarregada de investigar os crimes e abusos cometidos desde a implementação da Ditadura Militar, em 1926, até a Revolução dos Cravos, em 1974. Atuou por 14 anos, procedendo a recolha da documentação de diversos arquivos de entidades do Regime Salazarista. Publicou 25 relatórios

Contudo, somente entre 2009 e 2012 o Estado brasileiro estabeleceu mecanismos dedicados especificamente a promover o direito à memória e à verdade, com a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1946-1985) – Memórias Reveladas (portaria n.204, de 13 de maio de 2009, da ministra chefe da Casa Civil) e a aprovação das leis n.12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e n.12.528, da mesma data, que instituiu a Comissão Nacional da Verdade. (RODRIGUES, 2014, p.188).

Com a decorrente democratização das fontes provenientes dos acervos da política é de suma importância tratar acerca da Lei de Acesso à Informação (lei n 12.527/2011) que permitiu o acesso a documentação com o objetivo de alcançar à memória e à verdade histórica, dando ênfase ao acesso da Comissão Nacional da Verdade às fontes. No dia 18 de novembro de 2018, a Lei n 12.528 foi aprovada por grande parte dos Deputados e por ampla maioria dos Senadores, por meio disso contribuiu para o processo de justiça de transição e fortaleceu um conjunto de poderes legalizados, dando abertura ao cumprimento dos objetivos da Comissão. Nesta pesquisa a parte que concerne sobre a Comissão Nacional de Verdade no Brasil se limita a análise documental do volume I do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, a tipologia das violações de direitos humanos realizadas pelos agentes responsáveis pela repressão política e os grupos diretamente atingidos, entre 1964 e 1988. Segundo Moraes (2016) as comissões de verdade constituem um dos mecanismos enquadrados na prática da justiça de transição, que o International Center for Transitional Justice define como o “conjunto de medidas judiciais e não judiciais implementadas pelas nações que procuram lidar com o

passado de violações de direitos humanos”. (MORAIS,2016. p.3). E cabe a nós historiadores, sabermos problematizar de maneira competente todos os discursos ali presentes direta ou indiretamente.

Outro elemento a ser destacado é que a Comissão Nacional da Verdade iniciou suas atividades em maio de 2012, próximo à data em que passou a vigorar a Lei de Acesso a Informações. Isto é, ambas são iniciativas recentes e, com exceção de alguns dados e informações, os resultados desses mecanismos de justiça de transição ainda são largamente desconhecidos da sociedade brasileira. (RODRIGUES, 2014, p.205).

A partir desse novo olhar sobre as violações de direitos humanos, faz-se uso da História comparada para se voltar os olhares a nosso outro objeto de pesquisa, a Comissão do Livro sobre o Regime Fascista. Esta pesquisa relaciona as semelhanças e singularidades existentes entre os casos de violações dos direitos humanos contidas nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade, no caso brasileiro, e na Comissão do livro Negro, no caso português, inseridas no campo da *História Política Comparada*. Por meio da análise documental, a pesquisa tem como finalidade o mapeamento das detenções ilegais e arbitrárias e nas graves violações dos direitos humanos praticados pelas polícias políticas do Brasil (DOI-CODI E DOPS) e de Portugal (PIDE-DGS) durante os regimes autoritários. Essas importantes abordagens históricas a serem reveladas trarão novos olhares e debates tanto no âmbito da academia quanto da sociedade.

A Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista consolidou-se em janeiro de 1977. Em 1932, Antonio de Oliveira Salazar assume de forma planejada a presidência do Conselho de

Ministros e após a aprovação da constituição de 1993, instaurou-se no país uma das mais longevas ditaduras: o salazarismo. Dado o exposto, o regime autoritário inaugurado em maio de 1926 é derrubado pelo golpe militar de 25 de abril de 1974. Em 1977, o primeiro-ministro socialista Mário Soares propõem como forma de combate a ideologia fascista a criação de uma Comissão Nacional de Verdade em Portugal, cujo objetivo geral era investigar os abusos cometidos durante o período autoritário.

Durante os 14 anos de atividade, a comissão procedeu à recolha de documentação de diversos arquivos de entidades do regime, que publicou em 25 relatórios organizados por tema: trabalho, sindicatos e greves; legislação repressiva e antidemocrática; livros proibidos; discriminação política no emprego; estudantes; proibição da TIME; eleições; política de informação; presos políticos; repressão política e social e correspondência entre Salazar e personalidades relevantes do regime, como Craveiro Lopes, Mário Figueiredo, Quirino de Jesus, Assis Gonçalves, Santos Costa e Pedro Teotónio Pereira. (MORAIS, 2016 p.10).

Os estudos sobre a Comissão do Livro Negro assumem maior relevância em 1979 ao publicar 25 relatórios que descreviam os casos de horror cometidos pelos agentes da repressão, no caso desta pesquisa nos atentamos a 6 relatórios que tratam sobre detenções ilegais e arbitrárias praticadas pelos agentes da repressão. Tais estudos podem lançar luzes sobre os momentos centrais da repressão política e da censura no período autoritário. Segundo Morais (2016), o decreto-lei n.º 110/78, de 26 de maio (DR 120/78, Série I, 26/05/1978) que legitima a criação de Comissão do Livro Negro era composta por um grupo de membros como José Magalhães Godinho, Fernando

Piteira Santos, Teófilo Carvalho dos Santos, Barradas de Carvalho, Raul Rego, José Carlos Vasconcelos e, mais tarde, César Oliveira. (MORAIS, 2016, p.10). Todos os opositores ao antigo regime.

Ao evidenciar o contexto “macro”, as comissões de verdade permitem demonstrar que os perpetradores não estavam isolados, mas que pertenciam a todo um sistema legal, ideológico, político e militar, que deve, coletivamente, ser responsabilizado pelos abusos. As “micro-verdades” são importantes, mas as comissões de verdade não são particularmente bem-sucedidas a determinar os pormenores de centenas ou milhares de casos, por falta de tempo e recursos financeiros e humanos que permitam levar a cabo uma investigação de tal dimensão. Quando procuram aprofundar as descobertas a este nível, é frequente que ocorram erros, mesmo que irrelevantes para o contexto macro. Contudo, levam os mais críticos a questionar e desacreditar todo o processo. (MORAIS, 2016 p.9).

O historiador José D’Assunção Barros, no artigo *História Comparada: um novo modo de ver e fazer a história* (2007), aponta as novas perspectivas interpretativas que a História Comparada suscita, principalmente em função da presença nas pesquisas de um “duplo campo de observação” ou “múltiplo campo de observação”, que obriga o historiador a atravessar duas ou mais realidades, ampliando e complexificando a análise histórica. Assim, ao comparar realidade históricas por meio da escolha de um determinado corte temático, no caso dessa pesquisa a Comissão Nacional da Verdade, no Brasil, e no caso português a Comissão do Livro Negro sobre Regime Fascista,

abre-se a possibilidade de lançar novas luzes na produção do conhecimento histórico, em busca das semelhanças e singularidades entre a montagem, engrenagens e atuação das Comissões para lidar com o passado de violações de direitos humanos. O objetivo dessa pesquisa é em suma o mapeamento das detenções ilegais e arbitrárias e as graves violações aos direitos humanos praticadas pelas polícias políticas por meio de uma análise documental.

Os métodos efetuados pelas polícias políticas do Brasil (DOI-CODI e DOPS) e de Portugal (PIDE) durante os regimes ditatoriais serão analisados nesta pesquisa, ressaltando as conexões entre as documentações existentes por meio da incorporação das discussões da História Comparada. Em suma, as ideias mencionadas e discutidas no decorrer desse trabalho serão um passo para uma análise mais ampla na lógica das Comissões de Verdade usando os conceitos da história comparada, e assim, perceber as singularidades entre a atuação da Comissão Nacional da Verdade e a Comissão do Livro Negro sobre Regime Fascista, e as relações feitas em um estudo de casos sobre a repressão política em ambos os regimes que afligiram a Sociedade Civil.

## ANÁLISE HISTÓRIOGRÁFICA REFERENTE À JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E A COMISSÃO NACIONAL DE VERDADE NO BRASIL

A princípio a compreensão da bibliografia sobre o período de transição no Brasil é essencial, diante desse levantamento temos uma ideia de que modo ocorreu o processo de abertura política no país e quais as causas da democratização no âmbito nacional e as tentativas de repressão do estado com a criação da Comissão Nacional de Verdade e a dinâmica da sociedade civil que sofreu com o aparato repressivo do regime anterior. Tendo em vista o primeiro semestre de estudos da bolsa, as discussões são ampliadas em dois eixos, a análise da cronologia semestral cabe ao levantamento bibliográfico acerca da Comissão Nacional de Verdade que ocorreu no Brasil, e da Comissão do livro Negro sobre o Regime Fascista, em Portugal.

A década de 70 iniciou um processo de abertura política nos regimes autoritários exercidos no Brasil e em Portugal. No caso português a Revolução dos Cravos trouxe a volta das liberdades políticas. No caso brasileiro deu-se início com a aprovação da Lei da Anistia em 1979, contudo o processo foi mais lento, somente em 1985 que o país evidencia o fim do regime ditatorial. Contudo com diferentes particularidades e singularidades estes processos de transição política colocam em ênfase a oportunidade de trazer uma nova perspectiva política comparada entre os dois eixos luso-brasileiro.

A ênfase dessa pesquisa se concentra na análise documental feita através do mapeamento das detenções ilegais e arbitrárias e nas graves violações aos direitos humanos praticadas pelas polícias políticas do Brasil e de Portugal. Além disso, o levantamento historiográfico dos dois países evidencia as diferentes ações políticas e de que forma as opostas formas de transição se consolidaram. Logo, o processo de transição política no Brasil deu-se de forma negociada, no país luso houve um processo de ruptura. Ambos os países criaram suas próprias Comissões de Verdade. Contudo, no caso Brasileiro temos a lei de Anistia que colocou a atuação da CNV em um outro patamar quando falamos em justiça de transição e busca pela verdade histórica.

Para O'Donnel e Schmitter (1988) a transição política consiste em inventar regras para um jogo de múltiplos níveis, tumultuado e apressado. (O'DONNEL E SCHMITTER, 1988, p. 111). Além disso, Segundo O'Donnel e Schmitter em sua obra *Transições do Regime Autoritário – Primeiras Conclusões (1988)* postularam que mesmo com a existências de diversas regras para o processo de transição, regras procedurais e mecanismos de restrições absolutas, estes não são garantidas absolutas de que o processo para uma democracia política será respeitados no futuro. Posto isso, podemos observar que ambos os processos de transição política luso-brasileiro são comparável que,

Primeiro, todas as transições previamente conhecidas para a democracia política observaram uma restrição fundamental: é proibido capturar, ou mesmo colocar em

xeque, o rei de um dos jogadores. Em outras palavras durante a transição, os direitos de propriedade da burguesia são invioláveis. (O'DONNELL E SCHMITTER, 1998, p.112)

Faz-se necessário à leitura de obras sobre verdade e justiça e as principais correntes que discutem tal temática. Uma das principais autoras que argumenta o assunto é Luciana Carrilho de Moraes. Em sua obra *Verdade e Justiça: lei da Anistia e Comissão Nacional da Verdade na Democracia Brasileira* (2015), Moraes traça uma linha de todo o período transicional, destacando as particularidades de forma analítica. Segundo a autora, a justiça de transição só teve início após a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso em 1995, fora fundamental pois foi o primeiro presidente após o fim do regime autoritário, por dois objetivos, sob seu governo houve através do Congresso Nacional brasileiro abertura para a criação da Comissão Nacional da Verdade, o estabelecimento de uma ordem democrática que buscou o direito a verdade e a memória, contudo ficou isento o julgamento dos autores da barbárie para não entrar em conflito com a Lei de Anistia, pois, o intuito era alcançar uma verdadeira reconciliação nacional.

O artigo 1 da lei que legitima a criação de uma Comissão Nacional da Verdade em território brasileiro, estabelece como finalidade a investigação e o esclarecimento das violações de direitos humanos praticados durante o período de repressão, visando efetivar o direito à memória e à verdade histórica a fim de que se alcançasse a reconciliação nacional, mediante a redemocratização. (MORAES, 2015, p.45).

Para Moraes (2015), extrai-se que o direito à verdade é requisito essencial para que as vítimas de graves violações de direitos

humanos sejam reparadas e, a posteriori, superem tais episódios. (MORAES,2015, p.99). Como já dito anteriormente, a criação de uma comissão de verdade tem sua participação posterior a vigência do Regime, quebra a ideia de ruptura do regime autoritário, ainda resta dividas do Estado brasileiro para com aqueles que sofreram qualquer forma de repressão por parte dos torturadores. Além do mais, outros autores posteriores serão citados destacam a necessidade de uma comissão de verdade para se estabelecer o que a justiça de transição não foi capaz de cumprir, como a reconciliação nacional.

Durante toda a obra percebe-se a tentativa da busca pela “veracidade” nos fatos, ou seja, a autora se preocupa em demonstrar seu referencial teórico e sobretudo faz uso das normas da lei para a explicação dos acontecimentos; simplesmente utiliza o aparato legal em que ocorreu a criação da CNV, chamando-se de literatura descritiva.

Sobre as correntes historiográficas conceituais do golpe de 1964, começa-se com Carlos Fico (2001) com sua obra intitulada *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar* na qual destaca que a discussão começa por meio de uma documentação produzida no recorte temporal: 1964-1985. O debate central é iniciado acerca do modo como se deram as ações que levaram os militares ao poder, motivos pelos quais a sociedade civil apoiou o golpe Empresarial-Militar. Para este trabalho é importante o debate que a documentação coloca em xeque, as formas como ocorreu a construção das redes de informação, a ligação entre os órgãos e

aparelhos de repressão e a criação de consenso por meio de justificativas usadas pelo regime ditatorial. Sobre isso destaca,

Os órgãos militares de informações também realizavam operações de segurança, isto é, eram “executantes”, podendo ser caracterizado como “órgãos mistos”, de informação e de segurança. Diferentemente das DSI e, em boa medida, do próprio SNI, o CIE, o CENIMAR e o CISA também patrocinavam “operações”, ou seja, saíram à rua para prender pessoas que seriam interrogadas, sendo conhecidos diversos relatos de presos políticos torturados por agentes desses órgãos” (FICO, 2001, p.15)

Carlos Fico ressalta a presença do uso da memória para entender o contexto do regime entre o que se avastou na ditadura Empresarial-Militar e a documentação utilizada pelo autor deve ser levada em consideração para uma análise mais ampla acerca do processo de Anistia (1979) e do uso órgãos militares de informação que se deu dentro do regime ditatorial.

Outros autores que discutem acerca da justiça de transição e da CNV, são Pinto e Figueira (2014), salientando a questão dos primeiros anos de exercícios da Comissão Nacional de Verdade, o termo “Justiça de Transição” (JT) não é um termo pertencente ao cotidiano do povo brasileiro. Isso se deve a uma construção histórica da JT no Brasil onde ignoramos boa parte das etapas que outros países, mais avançados no fenômeno da Justiça de transição. (PINTO E FIGUEIRA, 2014, p.2). Além disso, trata a atuação e colaboração da CNV é cabal para o avanço da justiça de transição e o cumprimento dos direitos humanos no Brasil. Pinto e Figueira configuram que o pedido de revisão da lei de Anista que seria feito pela OAB é crucial para entender a importância da CNV e uma vitória para as

organizações que faziam parte da luta pelos Direitos humanos no Brasil, quer dizer, a articulação dessas organizações buscou na democracia à reconciliação nacional. Eles destacam os interesses na busca pela justiça de transição em prol de resolver as mazelas deixadas pelo regime autoritário brasileiro,

Após o fim do regime militar e do início da transição para o regime democrático atual existiram algumas iniciativas com fins de remediar as violações de DH cometidas no Brasil nos anos anteriores. Destaca-se as duas comissões criadas após 1988, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (1961-1985) e a Comissão de Anistia (1946-1988) que levaram adiante a pauta da JT no Brasil. Elas, entretanto, não tinham o mesmo poder da CNV para apurar os fatos ocorridos. (PINTO E FIGUEIRA, 2014, p.3).

Percebe-se que no teor do trabalho de Pinto e Figueira na perspectiva tomada está a ideia de um processo de transição democrática incompleta, a CNV é uma das formas de reparação criadas pelo Estado para alcançar à justiça, à memória e a garantia aos direitos humanos. O teor dessa pesquisa é trazer luzes as formas de violações dos direitos humanos através de uma análise documental do primeiro relatório da Comissão Nacional de Verdade centrada nas detenções ilegais e arbitrárias praticadas pelos agentes da repressão.

O Historiador Carlos Campos (2011) no artigo *A História Comparada e suas vertentes: uma revisão historiográfica*, valeu-se do método comparativo weberiano que almeja analisar sociedades de períodos distintos, para obter pontos comuns e os elementos que são singulares. (CAMPOS, 2011, p.188). O autor centra seus argumentos

em torno do método comparativo, que seria, um mecanismo que possibilitou uma abordagem mais ampla as nossas pesquisas por elevar o conhecimento a um novo leque de possibilidades. De acordo com Campos (2011) podemos detectar semelhanças que,

Novos olhares foram lançados sobre os objetos de pesquisa e aplicações metodológicas. Setores da Sociedade que até determinado momento estavam deixados à margem das análises foram englobados nos estudos históricos. Tais reflexões historiográficas passaram a dar conta das especificidades existentes nas culturas humanas. (CAMPOS, 2011, p.192)

Carlos Campos (2011) ressalta a necessidade de novos olhares de viés comparado para a construção das várias observações e análises sobre os fenômenos sociais que devem ser considerados pelos pesquisadores e envolvidos na atividade de pesquisa histórica. (CAMPOS, 2011, p.193). De acordo com o que foi tratado anteriormente, é perceptível que o fenômeno da História Comparada irá nos guiar, frisando as circunstâncias que levaram o lento andamento dos objetivos da CNV e os aparatos necessários para a conclusão de uma reconciliação nacional no âmbito da sociedade civil, além disso antes de adentrarmos na documentação é crucial refletir sobre o que devemos considerar na construção de um aparato comparativo e de que forma essas descobertas serão comparadas ao processo de justiça de transição que ocorreu em Portugal como forma de garantia dos Direitos Humanos através do estabelecimento de políticas de memórias.

## LEITURA E ANÁLISE HISTÓRIOGRÁFICA REFERENTE À COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA

A historiadora Joana Rabelo de Moraes (2016) em sua dissertação de mestrado intitulada *Comissão do Livro Negro sobre o regime fascista: em busca da verdade?* discute o período de criação e atuação de CLN, desde a sua criação, em 1977, para investigar os abusos cometidos durante a vigência do regime ditatorial inaugurado em maio de 1926 e derrubado pelo golpe militar de 25 de abril de 1974. Surgiu por proposta do então Primeiro-Ministro, o socialista Mário Soares, como forma de combate ao ressurgimento de ideologias fascistas. (MORAIS, 2016, p.2), complementando o que Priscilla Hayner (2011) elaborou sobre os pressupostos de uma Comissão de Verdade. No decorrer da dissertação, Moraes compõe capítulos descrevendo cada episódio específico no decorrer da ditadura salazarista. Segundo Hayner (2011) as comissões de verdade são (1) focadas no passado, (2) referentes a um padrão de acontecimentos verificado durante um determinado período de tempo, (3) envolvidas direta e amplamente com a população afetada, recolhendo informação das suas experiências, (4) temporárias, tendo como objetivo final a publicação de um relatório, (5) autorizadas ou mandatadas pelo Estado sob investigação (MORAIS, 2016, p.2). Destaca a sua interpretação em torno dos componentes de uma CNV, demonstrando a validação documentação e sua relevância, denota-se que,

Relativamente às comissões de verdade, os autores apontam como expectável que sejam implementadas em

transições que lidam com um legado de repressão profunda, cujo apogeu não tenha ocorrido num passado distante e em que o regime fosse liderado por uma figura singular – a de um ditador, ao invés das forças militares ou de um partido. (MORAIS, 2016, p.7).

Então, para Joana Morais (2016), no que diz respeito aos documentos da ditadura, o alegado desaparecimento ou destruição de documentação, por constituírem um possível entrave ao bom desempenho das funções da comissão. Um dos relatórios dá conta da destruição de “grande parte” dos arquivos dos Serviços de Censura (MORAIS, 2016, p. 27), apontando que parte da documentação que deveria ser tratada nos relatórios desapareceu, casos como esse dificultam o trabalho da comissão na busca por fatos, detenções ilegais e arbitrárias. De acordo com Pereira (2014) os arquivos são produtos de operações humanas que perduram através do tempo, monumentos do passado que aguardam, dentre infinitas possibilidades, uma seleção possível e finita de materiais. (Pereira, 2014, p.255).

É interessante observar no trabalho de Luciana Pereira (2014) é o traçado que são postos aos arquivos policiais. Segundo a autora o desafio de compreender às fontes é observar além do objeto de pesquisa, aprimorando a intencionalidade e as finalidades políticas que estão presentes em sua produção, sobretudo às produzidas pelos órgãos policiais. Além disso, a autora destaca que a lei de arquivos em 1991 contribuiu muito para a abertura dos arquivos, cabe ao Estado o dever de proteger a documentação, principalmente as

fontes de informação das agencias encarregadas da repressão e os sujeitos e movimentos que foram objeto de sua constante vigilância.

O fantasma da destruição e do desaparecimento dos arquivos ronda as operações de arquivamento e acumulação e é o maior temor dos policiais encarregados de arquivar. A imagem da “queima de arquivo” talvez seja mais dramática no caso dos arquivos policiais, porque sua destruição apagaria carreiras criminais construídas tão obsessiva e cuidadosamente por fichários. Como no caso simbólico da queima dos arquivos da Bastilha, não se trataria somente de libertar – ou “anistiar” – os criminosos políticos, mas também de anular os crimes passados e seus “históricos de antecedentes” anotados meticulosamente nas fichas policiais. (PEREIRA, 2014, p. 264).

Desse modo, um ponto de suma importância para a análise dessa pesquisa são os volumes IV, V e VI do relatório da Comissão do Livro Negro publicados afigurou-se especialmente relevante. A escolha dos acontecimentos a contemplar na obra da comissão obedeceu às orientações estabelecidas pelos diplomas legais e, uma vez que o método de trabalho se prendia com a organização e publicação de documentos “destinados não a julgar aqueles que detiveram o poder durante quase meio século, mas sim o regime que eles institucionalizaram” (MORAIS, 2016, p.28).

Diante disso, quando Moraes (2016) cita o “profundo e generalizado sentimento da necessidade de apuramento e da reposição da verdade histórica”. A análise destes documentos permite perceber que o objetivo do governo português em relação ao passado passava por estabelecer da verdade sobre o regime de Salazar

e Caetano e, recordando o carácter repressivo, evitar recorrências. (MORAIS, 2016, p.26).

O relatório sobre os presos políticos foi dividido em seis volumes – tendo um sétimo ficado por publicar, como já referido – e pretendia “dar uma ideia, quanto possível completa, da amplitude das prisões efetuadas pela polícia política” (1981c: 5). A comissão ressalvou, contudo, a impossibilidade de indicar o número exato de presos durante o regime, pela inexistência de registo até 1933 – ano a partir do qual passou a haver um livro de registos na PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, a antecessora da PIDE) – e pelo facto de os livros de entradas e saídas do Aljube, de Caxias e de Peniche – cadeias destinadas à detenção e interrogatório de presos políticos – nunca terem sido encontrados. (MORAIS, 2016, p.30).

O próximo tópico da dinâmica da pesquisa é a obra de Irene Flunser Pimentel (2011), titulada: *A História da PIDE*, a obra trata acerca da conjuntura da História da Polícia Internacional de Defesa do Estado português desde suas raízes quando era apenas PVDE. Em 1945, a mudança de nome, a sua estruturação, práticas de investigação e repressão ganham um novo carácter político. No Governo de Marcelo Caetano ganha novos poderes agora como PIDE/DGS amplia seus poderes e práticas para a vigilância e controle das colônias do Ultramar. Para esta pesquisa, o ponto crucial é entender e abordar uma pesquisa mais ampla por meio da documentação que será analisada comparando com a perspectiva de Pimentel que aborda sua obra por meio de uma documentação do regime salazarista, que tem como objetivo mapear a seguinte relação,

A PIDE/DGS utilizou dois tipos de encarceramento: a prisão preventiva, antes do julgamento e durante a chamada instrução do processo, e a prisão posterior ao

juízo, para cumprimento da pena de prisão, sentenciada pelo tribunais plenários, à qual acrescia a medida de segurança, para os casos de prisão maior. Veja-se, em primeiro lugar, quais são os objetivos gerais do encarceramento, para, em segundo lugar, analisar estatisticamente quantos presos políticos houve em Portugal, no período entre 1945 e 1974, bem como quais eram as prisões onde cumpriam as penas.. (PIMENTEL, 2011, p.414).

Entre 1945 e 1953, consolida-se a importância e a atuação da PIDE por meio do aumento da repressão contra os inimigos, contribuindo decisivamente para o fortalecimento da ditadura salazarista em um contexto de declínio dos regimes totalitários. O período inicial da PIDE tem como chefe o capitão Agostinho Conceição Pereira Lourenço. Ao longo desse período, vale destacar que a Polícia Política do Estado Lusitano se transforma na principal ferramenta de manutenção do controle social. Além disso, destaca que o setor da informação se encarregava de vigiar a população e os suspeitos de oposição, tendo como meios a escuta telefônica, a interceptação postal, os ficheiros, a vigilância direta e os próprios informadores. Os arquivos dessa organização analisados pela historiadora Irene Flunser Pimentel são fundamentais para o embasamento da investigação. Posto isso, o aparato do Estado Restrito e os Aparelhos Privados de Hegemonia, se transformaram numa arma para a manutenção do Regime.

Sendo assim, Raimundo e Morais (2017), em sua essência a Comissão de extinção da Ex-Pide/dgs criada em 1974 e extinta em 1991, tinha como objetivo preparar os procedimentos legais para o julgamento dos ex-membros da polícia política, utilizando como

base os arquivos da própria polícia política. (RAIMUNDO E MORAIS, 2017, p.106).

Diante disso, a Comissão do Livro Negro não foi a única investigar os abusos cometidos e a fazer uso da documentação estatal. Além disso, a busca pela verdade histórica em Portugal não se constituiu como no Brasil, o caráter de uma transição política por ruptura colocou em vigor um processo altamente punitivo aos agentes da repressão. De acordo com Kenneth Maxwell (1988) a experiência transacional portuguesa tinha mais características de ruptura social e política que de uma “transição”, pois o impacto de Portugal sobre os países como Espanha e Brasil estipularam um processo de mudança política administrativa que tinha o objetivo de evitar a descontinuidade que Portugal havia passado. (MAXWELL, 1988, p.191). Contudo, a Comissão do Livro Negro, como foi dito anteriormente, não se tratou de uma comissão com caráter punitivo, apenas reforçada como repositório da verdade e da memória documental, em nível social não deixou qualquer legado mais em nível acadêmico é crucial para se buscar memória política, à verdade e a justiça diante dos horrores cometidos contra a sociedade civil. Diante disso, a caracterização do processo de transição política em Portugal deu-se por meio de ruptura e mais contundente no seguinte dito,

O modo de transição mais favorável à criação de comissões de verdade seria a ruptura com o regime anterior e, no que diz respeito à governação democrática, espera-se que aumentem as probabilidades quando os novos líderes têm um passado

ligado à defesa dos direitos humanos e quando o país tem um passado democrático (MORAIS, 2016, p. 8).

Diante disso, a questão desenvolvida através da análise bibliográfica dessa pesquisa, culminaram na articulação de um aparato teórico-metodológico para avançamos na análise documental dos dois eixos aqui tratados: Comissão Nacional da Verdade (Brasil) e a Comissão do Livro Negro sobre o regime fascista (Portugal). Assim, toda pesquisa se interliga ao que José D'Assunção Barros (2007) trata em seu artigo *História Comparada – um novo modo de olhar e fazer a história*, a História Comparada revela-se oportunidade singular para que se repense a própria história em seus desafios e em seus limites. (BARROS, 2007, p.3). Logo, trata-se de iluminar os objetos ou situações a partir de outro, identificando semelhanças e diferenças entre duas realidades.

## CONCLUSÕES

Percebe-se até o momento, que os relatórios da Comissão Nacional de Verdade no Brasil, de acordo com o levantamento bibliográfico ainda tem muito a contribuir para a sociedade civil. Além disso, a necessidade de estudos do campo Político Contemporâneo tornar-se essencial, estabelecendo suas particularidades e singularidades entre o eixo luso-brasileiro. A pesquisa em torno da Comissão do Livro Negro é de extrema necessidade, por haver poucos estudos e análises acerca das prisões arbitrárias e ilegais.

Com isso, o levantamento bibliográfico, os estudos sobre a história comparada e a discussão em grupo foram de suma importância, ainda há muito o que fazer, a análise documental e assim a conclusão de uma parte da pesquisa. Cabe ressaltar o intuito é promover e contribuir com a Universidade e a Sociedade Civil.

Contudo, ainda há muito o que se fazer. O primeiro passo foi dado, agora cabe a análise mais ampla para obter um bom desempenho no trabalho e o êxito da pesquisa. Dessa forma, o conhecimento do processo de justiça de transição e das Comissões de Verdade luso-brasileiras é de suma importância para o acréscimo do respeito aos Direitos Humanos, mais para além disso é entender como o regime autoritário se comportou no cenário político e ainda evitar que essa memória dos tempos sombrios da repressão, censura e da tortura não sejam esquecidos.

## REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada: atualidades e origens de um campo disciplinar**. Revista de História, v.12, n2.2007.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Editora Record, Rio de Janeiro, 2001.

MORAES, Luciana de Carrilho. **VERDADE E JUSTIÇA:lei de Anistia e Comissão Nacional da Verdade na Democracia Brasileira**. Editora: Lumen Juris,Rio de Janeiro: 2015.

MORAIS, Joana Rabelo. **Comissão do Livro Negro sobre o regime fascista: em busca da verdade**. Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, 2016.

MORAIS, Joana Rabelo. RAIMUNDO, Filipa. *Em nome da “verdade histórica”: a comissão do livro negro sobre o regime fascista, uma comissão de verdade na democratização portuguesa (1977-1991)*. In. Paula, Maria. Costa Antonio (Org). **Coletânea da Universidade de Pernambuco**, editora (Edupe), p.97-129, 2017.

O'DONNELL, Guillermo. SCHMITTER, Prillippe C. **Transições do Regime Autoritário – Primeiras Conclusões**. Contribuições de: P. Nikiforos Diamandouros, Salvador Giner, Abraham F. Lowenthal, José Maria Maravall, Kenneth Maxwell, Gianfranco Pasquino, Julian Santamaría. Editora Revista dos Tribunais Ltda, São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. **TRANSIÇÕES DO REGIME AUTORITÁRIO – Sul da Europa. A derrubada do regime e as perspectivas de transição democrática em Portugal**. MAXWELL, Kenneth. - São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. Nos arquivos da Polícia Política: reflexões sobre uma experiência de pesquisa do DOPS no Rio de Janeiro. **Revista Café com Sociologia** - v.7, n., pp. 131-148, jan./abr., 2014, ISSN: 2317-0352

PIMENTEL, Irene Flunser. **A História da PIDE**. Círculo de Leitores, Temas e Debates e autora, 2011.

PINTO, Igor Alves. FIGUEIRA, Luiz Eduardo de Vasconcellos. **UMA ANÁLISE DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE BRASILEIRA AO LONGO DE SEU PRIMEIRO ANO DE FUNCIONAMENTO**. Publica direito, 2014. disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=829807aa78485041>

RODRIGUES, Vicente Arruda Camara. **LENTA, GRADUAL E SEGURA? A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E A LEI DE**

ACESSO A INFORMAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.27, n 1, p. 183-208, jan./jun. 2014 – p.183.

## O GRUPO CLARIDADE E A EMERGÊNCIA DA CABOVERDIANIDADE (1936-1955)

Igor Santos Carneiro<sup>1</sup>Tatiana Raquel Reis Silva<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

A Revista Claridade circulou entre os anos de 1936-1960 e contou com a contribuição de diversos escritores e intelectuais cabo-verdianos. As edições eram compostas por textos em prosa, poemas, letras de músicas e ensaios críticos que procuravam enfatizar o modo de ser dos habitantes de Cabo Verde. A revista teve como fundadores: Jorge Barbosa<sup>3</sup> (1902-1971), Baltasar Lopes<sup>4</sup> (1907-1990) e Manuel Lopes<sup>5</sup> (1907-2005). Esses escritores são considerados os fundadores da primeira fase da literatura modernista do arquipélago, intitulada de corrente regionalista, portanto foram canonizados como possíveis

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão e Bolsista PIBIC/FAPEMA.

<sup>2</sup> Historiadora formada pela Universidade Federal do Maranhão. Mestre e doutora em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia. Professora da Universidade Estadual do Maranhão e vinculada ao Programa de Pós-graduação em História (PPGHIST/UEMA). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de pesquisa sobre África e o Sul Global (NEÁFRICA).

<sup>3</sup> Nascido em Praia, ilha de Santiago. Estudou em Portugal e aos dezoito anos começou a trabalhar na Alfândega de São Vicente. Além da participação na Claridade, publicou as obras: Arquipélago (1935) e Ambiente (1941).

<sup>4</sup> Nasceu em 1907, na ilha de São Nicolau. Iniciou os estudos secundários na ilha em que nasceu, e posteriormente, em São Vicente. Era licenciado em Direito e Filologia pela Universidade de Lisboa. Atuou como professor no Liceu Gil Eanes em S. Vicente e acabou por se tornar reitor dessa instituição. É considerado um dos maiores intelectuais da história do arquipélago e um de seus livros, Chiquinho (1947), é um clássico da literatura cabo-verdiana.

<sup>5</sup> Nasceu na Ilha de São Vicente, em 1907. Foi funcionário da empresa Western Telegraph, poeta e romancista. Publicou, em 1959, o livro “Os flagelados do vento leste” considerado um clássico.

precursores do discurso que possibilitou o surgimento da identidade nacional do país antes de sua independência, em 1975.

Fundada em 1936 na cidade de Mindelo, ilha de São Vicente, em Cabo Verde, a *Claridade* possui nove volumes que contabilizam um total de 370 páginas, sendo o grupo Composto e Impresso na Sociedade de Tipografia e Publicidade Ltda, responsável pela impressão. O contexto em que o grupo intelectual responsável pela revista estava inserido era problemático, visto que naquele momento Cabo Verde fazia parte do sistema colonial do império Luso. Por sua vez, Portugal, desde 1926, estava sob uma ditadura que cercearia também as províncias ultramarinas, como assim ficaram conhecidos os territórios coloniais no além-mar. A censura impossibilitava a formação de uma imprensa crítica ao regime político metropolitano, entretanto, a *Claridade* conseguiu circular durante décadas em solo cabo-verdiano, e praticamente sozinha, visto que outros veículos como as revistas *Certeza* e *Suplemento Cultural* foram rapidamente eliminadas pelo governo do Estado Novo (1933-1974).

A tradição literária claridosa procurou se aproximar do realismo como meio de expor as problemáticas locais, mas principalmente buscou defender um projeto identitário para Cabo Verde. O discurso do grupo tentava posicionar o território como ímpar, ou seja, diferente das demais colônias. É difícil mensurar o impacto real dos postulados na população da época, porém é possível afirmar que após a independência do arquipélago, sobretudo na década de 1990, que a elite liberal dominante buscou no discurso

claridoso das décadas de 1936-60 os elementos principais para a defesa da existência da identidade nacional antes da emancipação.

Defender esse ponto de vista pode ser problemático porque a Claridade denunciava a condição deplorável da colônia de forma muito tímida e velada. É importante salientar que o grupo compunha uma pequena classe privilegiada que conseguiu ter acesso ao sistema de ensino e foi incorporada à administração pública. Portanto, eles atuavam como funcionários coloniais, professores, bancários, médicos etc. Em uma sociedade pobre e com muitos problemas sociais, estes homens tinham relevância e ocupavam espaços de certa influência. Não podemos evitar alguns questionamentos, entre eles: por que a revista conseguiu ter uma vida longa em um contexto de censura? E por qual razão os claridosos foram eleitos precursores da identidade nacional?

Dessa forma, o presente trabalho está organizado da seguinte forma: inicialmente, há exposição dos autores cruciais para os procedimentos teórico-metodológicos, com o intuito de elucidar a respeito dos conceitos de discurso e representação; em seguida, um breve debate sobre o posicionamento de Portugal a respeito do discurso da mestiçagem e o papel de Cabo Verde no plano de manutenção do colonialismo lusitano; os últimos três subtópicos consistem na análise da Revista Claridade onde tentamos trazer para o debate os principais elementos básicos para a defesa da caboverdianidade, sendo eles a mestiçagem, os problemas sociais e a

cultura popular. Por fim, as considerações finais a respeito da pesquisa.

## **METODOLOGIA**

O trabalho em questão busca problematizar a relação dos escritores vinculados ao grupo Claridade com as ideias em torno da possível assunção de uma identidade nacional cabo-verdiana. Entretanto, partimos do pressuposto de que os sujeitos eram agentes e não meros objetos no contexto aqui analisado. Dessa forma, buscamos enfatizar determinado grau de protagonismo ao grupo. Para que isso ocorra, a análise do discurso presente nas edições da revista Claridade é o ponto central do percurso metodológico.

Além disso, alguns intelectuais são de extrema importância para a fundamentação teórica da pesquisa, sendo eles: Stuart Hall (2016), que nos auxilia com seus estudos a respeito da identidade e representação; Boa Ventura de Sousa Santos (2010) que possibilita um posicionamento crítico no tocante ao sistema colonial português; além disso, utilizamos Michel Foucault (2013; 2021), na medida que este acreditava que toda sociedade possui seu regime de produção do que é verdadeiro. Ele defendia também que dentro de cada grupo social existem aqueles que podem falar ou produzir o que é considerado verdade. Para o intelectual francês, as práticas de controle social não acontecem exclusivamente pelo uso da força, mas por mecanismos específicos de poder que produzem discursos a respeito do que deve ou não existir, do que é ou não verdadeiro.

Quando se definem os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica desse mesmo poder, identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria força da proibição. Ora, creio ser essa uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que esse poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2021, pp. 44-45).

O discurso precisa ser visto de uma outra forma que leve em conta essas relações de poder. Preocupado com a produção das “verdades” que, possivelmente seriam criadas e reguladas por práticas discursivas, Foucault chamou a atenção para um novo tipo de abordagem, agora seria crucial considerar o discurso “não mais simplesmente sob seu aspecto linguístico [...] [mas como] jogos estratégicos, de ação e de reação, [...] de dominação e de esquiva, como também de luta” (FOUCAULT, 2013, pp. 18-19). No mesmo sentido, Stuart Hall defende que

Contudo, em primeiro lugar temos que, em uma cultura, o sentido frequentemente depende de unidades maiores de análise – narrativas, afirmações, grupos de imagens, discursos completos que operam por uma variedade de textos, áreas de conhecimento sobre um assunto que adquiriram ampla e notória autoridade (HALL, 2016, p. 77).

À moda foucaultiana podemos afirmar que são os discursos que produzem os sujeitos ou os objetos, ele cria os temas que devem ser lidos como verdadeiros e medeia a forma como o assunto deve

ser tratado. “[...] o discurso ‘rege’ certas formas de falar do assunto, definindo um modo de falar, escrever ou se dirigir a esse tema de forma aceitável e inteligível, então também, por definição, ele ‘exclui’, limita e restringe outros modos.” (HALL, 2016, pp. 80-81). De modo que o discurso claridoso buscava produzir em via única o que era ser cabo-verdiano e, ao fazer isso, possivelmente mascarava outras possíveis formas e práticas discursivas diferenciadas.

O conceito de discurso pode ser entendido como a exteriorização das ideias de mundo. Elas não existem naturalmente, pois precisam ser construídas e podem ser imagéticas, literárias, oratórias etc. Podemos inferir que as práticas discursivas não são criadas a partir do nada, mas seguem convenções sociais que possibilitam a formação do enunciado. “A linguagem nunca pode ser um jogo inteiramente privado. Nossos sentidos particularmente intencionados, ainda que pessoais, tem que entrar nas regras, códigos e convenções [...]” (HALL, 2016, p. 48). A partir daí as representações acontecem por meio das práticas discursivas:

Representação é a produção do sentido pela linguagem. Na representação, argumentam os construtivistas, nós usamos signos, organizados em linguagens de diferentes tipos, para nos comunicar inteligivelmente com os outros. Linguagens podem usar signos para simbolizar, indicar ou referenciar objetos, pessoas e eventos no chamado mundo ‘real’. Entretanto, elas também podem fazer referência a coisas imaginárias e mundos de fantasia ou ideias abstratas que não são, em nenhum sentido óbvio, parte do nosso mundo material (HALL, 2016, p. 53).

Para que os discursos, e a representação contida neles, tenham verdadeiro impacto é necessário ter uma variedade de textos que formem uma tradição. Portanto, um discurso isolado dificilmente representa algo. Além disso, a teoria foucaultiana não se interessa tanto pelo conceito de linguagem, porque o crucial é se atentar para a ideia de discurso. Por estudar práticas discursivas, é possível acessar os sistemas de representação. O conceito de discurso pode ser definido como:

[...] o discurso, este definido como a forma por meio da qual os indivíduos proferem e apreendem a linguagem como uma atividade produzida historicamente determinada. [...] Um dos principais componentes do discurso como fala ou narrativa são os significados históricos presentes no imaginário de quem o elabora. Cada discurso é, assim, uma representação do imaginário no qual seu autor está inserido. [...] Ou seja, um discurso não é fruto de opiniões e visões particulares, mas uma partícula do imaginário dominante que abarca cada indivíduo (SILVA; SILVA, 2018, p. 101).

De fato, a partir do pressuposto de que o discurso não é fruto de particularismos dos autores, podemos abordar a escrita claridosa como algo que advém do sistema simbólico lusitano. Ao analisar as edições da revista, foi possível perceber a aproximação com as práticas culturais da sociedade, o que demonstra que os intelectuais estavam na defesa de um projeto que envolvia também o que é conhecido como cultura popular, esta é uma ferramenta sempre importante e legitimadora nas empreitadas pela formulação da identidade de um povo.

## O mestiço: o problema ou a solução?

Apesar da valorização do sujeito mestiço no discurso luso-brasileiro comum ao século XX, esta categoria nem sempre foi bem-vista pelos europeus. Pelo contrário, em diversos contextos históricos a miscigenação foi considerada uma forma de degeneração das “raças” puras. Como pontua Boaventura de Sousa Santos, o valor político e social do mestiço poderia aumentar ou decair de acordo com as necessidades do colonizador branco europeu:

A porosidade de fronteiras entre Próspero e Caliban atingiu a sua expressão identitária máxima na figura do mulato e da mulata. A ambivalência das representações a seu respeito é bem elucidativa da natureza de um pacto colonial tão aberto quanto desprovido de garantias. Ora vistos como seres degradados geneticamente, expressão viva de uma traição a Caliban, ora vistos como seres superiores, combinando que havia de melhor em Próspero e em Caliban, os mulatos foram ao longo dos séculos, uma mercadoria simbólica cuja cotação variou com as vicissitudes dos pactos e das lutas coloniais (SANTOS, 2010, p. 263).

Portanto, a classificação dos mestiços nos discursos oficiais consistiu, ao longo dos séculos, em uma mercadoria simbólica para os distintos governos lusitanos. Após o século XIX, as teorias de determinismo biológico<sup>6</sup> foram perdendo sua força e, nesse contexto, Portugal encontrou, no século XX, uma outra forma de caracterizar a população mestiça. Se as teorias raciais, advindas dos pseudocientistas como Gabineau, Lebon e Taine, influenciaram o

---

<sup>6</sup> Uma série de teorias pseudocientíficas que buscavam explicar a existência de diferentes raças, assim como também a suposta superioridade de uma sobre as outras. Estas teorias legitimaram uma imensa quantidade de práticas racistas, sobretudo o colonialismo europeu sobre os territórios africanos e asiáticos.

pensamento ocidental a acreditar na existência de diversas raças e a considerar os africanos, indígenas americanos e asiáticos seres biologicamente inferiores, é na segunda metade do século XX que as coisas mudam paulatinamente.

Foi sobretudo após a Segunda Guerra Mundial que Portugal passou a defender a miscigenação não como um problema, mas como um ponto positivo da colonização lusa. Isso aconteceu porque esse período coincide com a pressão mundial para a descolonização dos territórios africanos. Enquanto algumas potências optaram por mediar os processos de independência, Portugal passou a investir numa política contrária que visava a manutenção do colonialismo. Não é à toa que propôs o argumento de que a sua colonização era diferenciada se comparada com os demais países europeus. A mestiçagem adquiriu um grande valor simbólico na defesa desse discurso que ficou conhecido como política de assimilação portuguesa.

Salazar, quando apresenta Portugal como uma ‘nação africana’ e suas colônias como uma ‘continuidade de Portugal’, faz com que a ideologia do regime levite soberana sobre conflitos que seu país vivia naquele momento, na tentativa de subtrair sua conturbada realidade colonial das atenções internacionais (VILLEN, 2013, p. 73).

Isso parece ser uma especificidade do colonialismo luso, pois outros países colonialistas não defendiam a mestiçagem como pilar do seu processo de dominação. A colonização francesa se assemelha a portuguesa na política assimilacionista, mas não partia do discurso de miscigenação. Já para os britânicos cada “raça” deveria ser

preservada em seu “estado natural”. O governo tomou medidas oficiais para impedir relacionamentos entre os colonos brancos e nativos africanos, “a resposta britânica à ameaça de deterioração física e racial envolveu uma tentativa de refrear o desejo colonial no estrangeiro: esta tomou a forma de uma Circular do Departamento Colonial proibindo ligações entre colonos e mulheres nativas” (YOUNG, 2005, p. 140). Mas Portugal, a partir de 1940, foi na contramão e encontrou uma forma de utilizar a mestiçagem como prática discursiva a seu favor.

Naquele contexto, o brasileiro Gilberto Freyre foi o grande aliado, pois definia o luso como um sujeito universalista que facilmente se relacionava com as mulheres nativas, gerando os mestiços. Propositamente, Freyre ignora as relações de poder e as agressões que estavam em torno das relações entre homens brancos e mulheres negras escravizadas. Pois seria a “Cultura [dos lusodescendentes] formada pela confraternização de raças, de povos, de valores morais e materiais diversos, sob o domínio de Portugal [...]” (FREYRE, 2010, p. 43). Portanto, a mestiçagem é tratada como a prova de uma possível confraternização portuguesa com as “raças” africanas.

De modo geral, o mestiço era considerado o “produto” que supostamente comprovaria a veracidade do discurso luso de que seu colonialismo era acolhedor. Portanto, a assimilação considera que os nativos estavam em um estágio inferior de desenvolvimento, ao passo que ser português, mesmo que mestiço, era o objetivo

almejado. Para Boaventura de Sousa Santos a assimilação bloqueia a identidade do nativo:

O assimilacionismo é uma construção identitária assente num jogo de distância e de proximidade do colonizado em relação ao colonizador nos termos do qual o colonizado – mediante procedimentos que têm alguma semelhança com os da naturalização – abandona o estágio selvagem. [...] O assimilado é, assim, o protótipo da identidade bloqueada, uma identidade entre as raízes africanas a que deixa de ter acesso directo e as opções de vida europeia a que só tem acesso muito restrito. O assimilado é assim, uma identidade construída sobre uma dupla desidentificação (SANTOS, 2010, p. 271).

Então, o status defendido pela Claridade e adquirido por Cabo Verde, sobretudo a partir de 1940, considerada uma colônia modelo por supostamente possuir uma população mestiça e assimilada, não significava uma melhoria da qualidade de vida das pessoas que ali viviam. Pois continuavam a ser um povo colonizado e explorado, os moradores possuíam acesso restrito as opções de vida metropolitana. De modo que o discurso claridoso, ao defender a mestiçagem como pilar da caboverdianidade, acabava por ir de encontro com a narrativa em defesa do colonialismo tardio. Sendo assim, o arquipélago se tornou um exemplo de que Portugal possuía um modo diferenciado de colonização que implicava em uma maneira paternalista de relacionamento entre brancos e nativos africanos.

### **Em defesa da criouldade: ensaios sobre a miscigenação em Cabo Verde**

Analisaremos agora alguns escritos claridosos em busca dos discursos de reafirmação da mestiçagem como característica

principal da caboverdianidade. Apesar da revista *Claridade* ter sido fundada por Baltasar Lopes, Manuel Lopes e Jorge Barbosa, ela contou com a contribuição de outras pessoas que também podem se enquadrar na nomenclatura de claridosos. Em “palavras sobre Cabo Verde para serem lidas no Brasil”, escrito por Osório de Oliveira e publicado no segundo volume da revista, o autor chama a atenção para algumas possíveis características sociais:

Como contraste entre a agressividade do solo e a doçura da população é maior em São Vicente do que em nenhum outro ponto do arquipélago, posso admirar mais profundamente a alma crioula. O caboverdiano – já o escrevi – é, sem dúvida, a grande, a única riqueza de Cabo Verde. [...] E nota-se que o habitante de Santiago é o de menor desenvolvimento intelectual, por ser mais puramente africano, por ser menor nessa ilha a obra de miscigenação, por aí ainda influir o ‘éthos’ da África negra. [...] O alto nível mental dos caboverdianos é, há muito, uma das maiores provas da excelência da colonização portuguesa e da nossa capacidade civilizadora (OLIVEIRA, 1936, p. 4).

No ensaio acima é notável a desvalorização da herança africana, pois o autor chega a hierarquizar as ilhas cabo-verdianas, sendo a população de São Vicente considerada intelectualmente superior, por possuir mais mestiços, enquanto Santiago seria inferior por conservar mais elementos africanos. De fato, historicamente as ilhas de São Vicente e Santiago passaram por processos de ocupação diferentes. Nas ilhas de Sotavento, sobretudo Fogo e Santiago, a colonização foi pioneira, remete ao século XV, portanto foi marcada pelo sistema escravocrata, ou seja, pautada na diferenciação latente entre brancos e negros. Em contrapartida, na ilha de São Vicente,

onde o sistema de ocupação foi mais tardio, datado dos séculos XVIII e XIX, sendo menos atingida pelo sistema escravista, foi propício para a formação de uma sociedade menos rígida. Porém, o discurso de diferenciação entre áreas com maior ou menor quantidade de mestiços esconde uma hierarquia que colocava o mestiço como superior aos africanos:

Vinculam-se os brancos às tendências intelectuais e ‘atividades ligadas às especulações do espírito’ [...] e afro-negros atribui-se uma certa ‘índole e exteriorização emocional’. No caso específico da mestiçagem cabo-verdiana as características morais – predominantemente emocional – afro-negras teriam sido complementadas pelas tendências brancas intelectuais (ANJOS, 2006, p. 15).

No caso o mestiço tende a ser valorizado porque reúne as características brancas e negras, sendo estas últimas consideradas inferiores. Em síntese, no discurso da miscigenação o elemento branco é central. Como foi possível notar no argumento do claridoso, São Vicente é superior por possuir uma quantidade maior da população mestiça. Além disso, o mestiço é valorizado apenas quando assume práticas que antes eram características dos colonos brancos que ocupavam as ilhas. Como fica visível no ensaio “a estrutura social da ilha do Fogo em 1940” escrito por Henrique Teixeira e publicado no quinto volume da *Claridade*:

Recorda-se com saudade a pompa, a magnificência das festas de S. João, S. Pedro, S. Sebastião, S. Felipe, tanto no quintal como na sala dos sobrados da gente branca. Uma semana antes punha-se o milho no pilão e enquanto o povo e os ‘canisados’ se entretinham em baixo pilando o milho para o xerém-de-festa, ao som dos tambores, e bebendo aguardente, lá em cima, na

varanda e na sala do sobrado, os brancos embriagavam-se com champagne e bons cakes, ao som de violinos e baile. [...] Isso tudo é de há pouco tempo. Essas festas existem ainda, mas hoje é a classe média que as faz, isto é, os mestiços e os mulatos [...] (SOUSA, 1947, p. 42).

De modo que, além da valorização do mestiço que assume práticas antes apenas dos brancos, a argumentação do claridoso nos induz a pensar que há mobilidade social para mestiços na estrutura cabo-verdiana e consequentemente no modelo colonial. Esta argumentação também é defendida por outros claridosos, como Baltasar Lopes em “uma experiência românica nos trópicos” publicado no quinto volume da claridade. O claridoso defende que

A democracia social reinante em Cabo Verde possibilita o contacto permanente entre o instruído e o povo iletrado; há ainda crescer, como força de comunhão e de contemporização. A chamada ‘mobilidade vertical’, a qual dá um acentuado carácter de fluidez à posição de cada indivíduo ou família na escala das hierarquias sociais. No arquipélago, as classes não são categorias fechadas e estanques. O mesmo indivíduo pode conhecer durante a sua vida diversos escalões da consideração social, independentemente das circunstâncias do seu nascimento ou da cor da sua pele, tudo consoante os seus comportamentos perante as perspectivas de acesso social (LOPES, 1948, p. 9).

Como exposto acima, existia a defesa de mobilidade que ignorava a questão racial. Dessa forma, o mestiço supostamente poderia ocupar posições privilegiadas na estrutura social. Em 1955, no oitavo volume da Claridade, Teixeira de Sousa volta a analisar a sociedade. Ele defende dessa vez a ascensão mestiça, sobretudo daqueles que acumularam dinheiro com a emigração e retornaram às ilhas de Cabo Verde. Então, é preciso refletir que existe uma

diferença entre ascensão e mobilidade. Ascensão se refere a indivíduos que “mudam” de classe, mobilidade se refere a todo um grupo, de forma coletiva, o autor escreve que:

A abolição do morgadio e a liquidação progressiva dos latifúndios (salvas as devidas proporções) quer por herança, quer por venda das propriedades a elementos doutras classes, os quais, por terem emigrado para os Estados Unidos da América do Norte ou por se terem introduzido na atividade comercial, conseguiram ascender à posição dos antigos donos da ilha, vêm originando uma autêntica democratização económica a que corresponde por outro lado um aplanamento social que hoje caracteriza a sociedade fogueuse (SOUSA, 1955, p. 3).

Há novamente a valorização do mestiço, mas desde que ele ocupe a posição dos colonos brancos. A crise dos morgadios, grandes propriedades de terras da classe dos brancos, se iniciou já ao longo do século XVIII, e sobretudo no XIX. Visto que o arquipélago possuía um histórico de problemas climáticos que impossibilitavam a ampla exploração por meio da agricultura. Portanto, era inviável que houvesse, por parte das classes dominantes, uma acumulação expressiva de recursos financeiros que possibilitasse a manutenção do status de determinadas famílias brancas.

É notável que os claridosos lançam mão de alguns argumentos advindos do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre para defender a sociedade cabo-verdiana como um exemplo de democracia social que ignora a tonalidade da pele dos nativos. Entretanto, ao fazerem isso, evitam o debate em torno do racismo perverso de Portugal e contribuem para a defesa do colonialismo luso. Segundo Gilberto Freyre, grande defensor dos lusitanos, “[...] a mestiçagem é sobretudo

isso: mobilidade social. Mobilidade social horizontal; mobilidade social vertical” (FREYRE, 2010, p. 35). Mas o mestiço utilizado como mercadoria simbólica no discurso lusitano e claridoso deixa claro que “a miscigenação não é a consequência da ausência de racismo, como pretende a razão luso-colonialista ou luso-tropicalista [de Gilberto Freyre], mas é certamente a causa de um racismo de tipo diferente” (SANTOS, 2010 p. 245).

Na verdade, dentro dessa versão discursiva da mestiçagem “costuma-se homogeneizar a contribuição africana à formação cabo-verdiana, a África Sub-saariana, em especial, é diversificada e complexa” (ALMADA, 1992, pp. 46-47). A miscigenação a partir da prática discursiva freyriana tende a não se importar demasiadamente com as especificidades advindas de África, o que acaba possibilitando o silenciamento a respeito da pluralidade do continente.

### **Os problemas sociais como elemento da tradição literária claridosa**

A mestiçagem não é a única temática utilizada pela Claridade para tentar construir a identidade cabo-verdiana. Além disso, é possível notar o interesse pelo cotidiano penoso das pessoas no arquipélago, visto que algumas produções literárias focalizavam nos problemas sociais. Por exemplo, em “Dona Mana”, escrito por Baltasar Lopes, temos o drama da mulher cabo-verdiana, que além da pobreza sofre também com o abandono da família. A narrativa se passa em uma audiência judicial, onde Dona Mana acusa o pai de Salu, sua filha, de agredir a criança. Entretanto, rapidamente

reviravoltas acontecem a partir do depoimento da testemunha, Maria dos Réis que prestava serviços domésticos à mãe e que traz à tona a difícil história de vida de Dona Mana.

A testemunha Maria dos Réis depunha com precisão inquietante. Apesar de ser da acusação, não poupava verdades à queixosa. Ela tinha modos de pessoa maluca, mas um desembaraço a falar no tribunal e uma forma directa de se referir à vida íntima da queixosa – que só impressionavam. – Servi como criada quase um ano em casa desta mulher... A queixosa insurgiu-se: - Mulher não! Tenho nome... – Sim, a senhora tem nome, não estou esquecida... [...] Servi de criada na casa desta senhora quase um ano – continuou a testemunha. Lá que era amiga da pequena não quero negar. Mas admira que Dona Mana se queixe de o Snr. Armando ter maltratado Salu, porque ela também lhe bateu na minha presença várias vezes, e com raiva (LOPES, 1948, pp. 2-3).

A testemunha chamada por Dona Mana é a mesma que a acusa de também agredir a filha. A mulher e o senhor Armando são separados, este já constituiu outra família, enquanto Dona Mana possui três filhos, dois meninos e a menina Salu. Mas o que parece apenas um drama familiar isolado ganha feições sociais mais densas, quando as causas para tais agressões são expostas no depoimento de Maria dos Réis:

Um dia, por exemplo, Salu chorava fome. A senhora já não se dava com o Snr. Armando e este muitas vezes pediu-lhe que lhe entregasse a pequena, porque sabia que D. Mana não podia sustentar Salu. Ela é teimosa e nunca quis, até que a pequena foi entregue por uns tempos ao Snr. Armando, por ordem da autoridade. Salu chorava fome e a mãe disse-lhe: - Se queres comida vai pedir a teu pai. Salu continuou chorando e então D.

Mana deu-lhe ponta-pés. Ela esteve um ror<sup>7</sup> de dias sem nada lhe parar no estômago, sempre a vomitar. Tudo por causa do maltrato da senhora (LOPES, 1948, p. 3).

A fome de Salu parece irritar Dona Mana, a mãe dificilmente consegue sustentar sua família, principalmente após a separação. “E onde ia eu arranjar recurso para escolher comida para a minha filha? Se calhar era você [Armando] que me deveria de dar dinheiro para sustentar devidamente Salu? Olha quem... Se até se recusou a mandar-me 15\$00” [...] (LOPES, 1948, p. 3). A solução sugerida é que Salu vá morar com o pai para que possa ter uma vida melhor, ignora-se por completo o drama e os sentimentos da mãe. Porém, logo os detalhes da difícil vida de Dona Mana aparecem:

A queixosa invocou os seus quarenta anos, em grande parte de vida apertada, em cata de recurso para si e para os seus filhos. O réu não negou. Voltando-se para o juiz, afirmou-lhe: - não posso dizer que esta senhora seja má. O que ela tem é muito génio e um orgulho que não se justifica. [...] depois do nascimento de Salu a gente deixou de tratar-se, e ela teve outro filho, apenas para me mostrar (pelo menos foi o que disse) que ainda era capaz de arranjar outro homem. Todo o seu mal vem deste maldito feitio – ela diz sempre que tem muito orgulho e é muito independente – que a levou não só a brigar comigo, mas até a não me entregar a Salu para eu a criar e educar. O resultado é que, para arranjar meios de vida, ela vê-se obrigada a alugar quartos a meretrizes e homens que desembarcam dos vapores (LOPES, 1948, pp. 3-4).

Sozinha e com dificuldades financeiras, Dona Mana se vê obrigada a alugar quartos para profissionais do sexo. Isso gerou grande descontentamento ao juiz, que passou a julgar Dona Mana,

---

<sup>7</sup> Grafia do autor do texto. Possivelmente significa “horror”, foi utilizada para criar a ideia de que havia muitos dias que a criança estava doente.

visto que tal comportamento não era o esperado para uma mulher considerada mãe. Ignora-se novamente as necessidades econômicas da personagem e também o fato de ela não ter com quem contar para os momentos difíceis. A testemunha Maria dos Réis então conta mais sobre a história de vida:

Ela não é má mãe, snr. Juiz... conheço a D. Mana desde criança, somos ambas de S. Nicolau e quase da mesma idade. Antes a senhora nunca sentiu necessidade. Ai, ela teve Candinho, a família brigou, mas ela ficou em casa. Mas já não era a mesma pessoa, nem a família a mesma para ela. D. Mana vivia lá dentro daquela casa em S. Nicolau, como se vivesse no cemitério da Tubaga. Ninguém lhe dava palavra, suponho que por medo do Snr. Joãozinho da Costa. [...] A D. Mana dizia-me então que lá em casa era com ela tudo calado, dias e dias sem ela ter uma pessoa com quem sentir que ainda estava viva. [...] Eu sabia que a maior pena de D. Mana era ver os modos do pai com ela. Um velho que eu conheci bem, snr. Juiz [...] o velho era de boa família e nunca tinha tido um caso destes em sua casa. Mas era um homem de opinião (LOPES, 1948, pp. 6-7).

De modo que a relação entre D. Mana e sua família ficou abalada logo durante e após a primeira gestação da mulher. Seu pai passou a não lhe dirigir mais a palavra e obrigava a mãe de Dona Mana a também não conversar com a filha, pois a “[...] a mãe, D. Mariquinha, que não falava com ela na presença do snr. Joãozinho, e [ia] alta noite a acalentar Candinho” (LOPES, 1948, p. 8). O primeiro filho, Candinho, quando cresceu um pouco, passou a ajudar em casa da maneira que encontrava:

Quando vê que D. Mana não tem nada em casa para dar aos meninos, Candinho foge. Anda dias e dias fora, catando tostão aqui, tostão ali, para mandar à mãe. Até esmola já pediu. Eu penso no meu coração que é mais para não dar peso à D. Mana que Candinho foge de casa.

E quando ele volta é como um ladrão, espreitando de longe para ver se a mãe não está em casa para ele poder entrar. A D. Mana vive principalmente de bolsinhas de sementinha que ela faz para vender para bordo dos vapores (LOPES, 1948, p. 6).

Além da ajuda do filho, a mãe passa a vender seus artesanatos. Fica latente na narrativa que D. Mana se vira como pode, sem a ajuda de ninguém. O sofrimento da mulher se arrasta desde quando morava na casa de seu pai, porém enquanto estava lá não lhe faltava o necessário para uma boa vida. É quando seus pais falecem que os problemas se intensificam: “O snr. Joãozinho durou pouco tempo, e tudo aquilo morreu e as filhas, cada qual foi para o seu lado. A D. Mana veio cair nesta vida apertada de S. Vicente” (LOPES, 1948, p. 8).

Em um território empobrecido, sem condições para o pleno desenvolvimento de sua população, é difícil que as pessoas tenham oportunidade de ascender socialmente. No caso específico das mulheres isso pode ser ainda pior, visto que muitas se veem obrigadas a depender de seus maridos. Dona Mana possuía uma boa vida com a sua família em São Nicolau, o que podemos inferir que talvez eles tivessem acesso a alguns privilégios, porém com a morte do pai, ela ficou completamente desamparada. Então casou-se, mas se separou de Armando, ficando novamente sozinha. Além disso, o drama da personagem nos leva a refletir sobre o tratamento dado à mulher que quebrava as regras impostas na estrutura de uma família nuclear, pois, engravidar antes de estar casada foi um golpe para seu

pai que passou a puni-la com o silêncio e isolamento dentro da moradia deles.

### **Claridade e a valorização da cultura popular de Cabo Verde**

Além da mestiçagem e dos problemas sociais, os claridosos buscaram se aproximar da dita cultura popular presente em Cabo Verde. No ensaio escrito por Felix Monteiro, intitulado de “Tabanca”, o escritor discorre sobre um dos mais importantes festejos populares de Cabo Verde, comuns às ilhas de Santiago e Maio. Primeiro, o autor enfatiza o que ele diz ser o conceito original da festa, “uma grosseira associação de socorros mútuos, com festas ofensivas da moral pública – tanto mais que foi revogada, ou suspensa, a disposição da lei que a definia, proibindo-a” (MONTEIRO, 1948, p. 14). Ele não diz de onde retirou essa explicação, mas afirma que deseja colocá-la a parte. Daí em diante, o termo Tabanca é remetido a palavra “povoação” e a sua possível origem da Guiné:

Tabanca primitiva e originariamente significava povoação, e é este, ainda hoje, o seu significado nalgumas regiões africanas, nomeadamente entre as tribos da Guiné de onde foram resgatados os negros que haviam de constituir a base da colonização da ilha. Nesta acepção teria sido importado com os stocks de escravos, e é de presumir-se que tenha conservado, por algum tempo, o significado originário, no seu aspecto de estabilidade, principalmente nos núcleos populacionais em que se manteve a coesão resultante de uma herança comum de usos e instituições (MONTEIRO, 1948, p. 14).

O claridoso reconhece a herança africana advinda da Guiné, argumenta então que o significado do termo foi conservado vivo em

ambientes que determinados grupos étnicos de escravizados conseguiram se manter unidos e coesos possibilitando a reprodução da tabanca ao longo do tempo. Portanto, visto que a ilha de Santiago conheceu o danoso sistema escravista o território teria sido “propício” para a conservação da cultura dos cativos. Ao longo do tempo, o termo se torna um festejo com significado de clã, ou seja, onde reúnem-se os sócios. O claridoso passa a explicar o festejo:

Há, mesmo, na época das festas, personagens cômicos que provocam o riso à assistência, com as suas constantes palhaçadas: o zagace e o falcão (pai e filho), que só comem o que conseguem arrebatar aos companheiros, ou roubar nas panelas, com as suas unhas muito compridas, como convém à qualidade de rapinantes; ca-rabess, cujo nome lhe confere absoluta impunidade, pois tudo quando faz deve ser tomado em sentido oposto, é a criada de um boneco de pau conhecido por Saramand, Luciafrêre ou Crementina, ao qual se dirigem cumprimentos de natureza erótica, mais ou menos obscenos, o que não obsta que dance nos braços da criada, ao som da cimbôa, quando lhe dão qualquer presente; o carrasco, mascarado e com chifres de bode, conta-lançado, o doido, a besta, etc (MONTEIRO, 1948, p. 15).

Além dessas figuras, os sócios costumam prestar assistência uns aos outros em momentos difíceis, como doença ou morte. Eles também ajudam nas construções das casas e na lavoura. “Nas épocas normais, de boas colheitas, contribuem com uma conta mensal para as despesas da tabanca – missas mandadas celebrar na igreja matriz no dia de S. João, padroeiro da Irmandade da Achada Grande [...]” (MONTEIRO, 1948, p. 15). O que percebemos é que o festejo está a nível sincrético com a religiosidade católica. Foram incorporados as missas e os santos que se tornaram os padroeiros das irmandades ou

clãs: “as festas católicas constituem um momento, onde o sagrado e o profano se cruzam e entrecruzam” (ALMADA, 1992, p. 49). A igreja sempre exerceu grande participação na colonização lusa, pois atuava como uma pressão sobre os administradores e na população local, portanto transformaram ao longo do tempo as manifestações culturais africanas em atos sincréticos (ALMADA, 1992).

Entretanto, esse sincretismo religioso só foi possível porque os africanos residentes em Cabo Verde resistiram. Foi esta resistência dos escravizados que possibilitou que festejos como a tabanca existam até a atualidade. Por mais que os elementos católicos/europeus estejam marcados nas festividades, é a herança afronegra que deveria ser considerada a protagonista nesta mistura. Os escravizados foram responsáveis pelo que Hopffer Almada chamou de reelaboração cultural:

A resistência cultural do escravo negro permitiu, apesar de todos os condicionamentos, a conservação de um grande número de traços culturais de origem africana. Resistência esta que se viu facilitada, já que os escravos constituíam uma maioria demográfica, pela fuga sistemática de escravos ao domínio dos senhores permitindo a reelaboração cultural. Tanto do ponto de vista da chamada cultura material quanto do ponto de vista da cultura espiritual vários são os valores negros presentes na personalidade do Homem cabo-verdiano (ALMADA, 1992, p. 48).

Apesar de concordar que a tabanca é de origem guineense, o claridoso enfatiza pouco os elementos africanos do festejo, não há conhecimento sobre a herança continental, talvez por falta de acesso à informação. Monteiro parece capturar a história da tabanca como algo típica e unicamente cabo-verdiano, nada além disso. Um dos

perigos do discurso da mestiçagem cultural é justamente essa dissolução das práticas dos negros africanos nas dos brancos europeus.

## CONCLUSÕES

É possível afirmar que a identidade de um povo não é um dado natural, mas que sua construção está ligada a relações de poder onde alguns possuem a permissão para produzir discursos que representam determinada maneira de ser. Esse argumento nos possibilita inferir que este processo está repleto de silenciamentos. Visto que, na segunda metade do século XX, Portugal parecia estar preocupado em manter as colônias em África, não é à toa que decidiu investir na política assimilacionista que defendia a identidade mestiça, esta desconsiderava a pluralidade étnica do continente africano. Para tal empreitada o império luso precisava de ajuda e as elites intelectuais nativas ocuparam lugar de importância, tais como o grupo Claridade.

Os claridosos também possuíam interesses próprios. Estes sujeitos educados à maneira metropolitana pareciam desejar alçar Cabo Verde como um modelo ímpar, diferenciado das demais colônias africanas. Para isso utilizaram um método de valorização da dita cultura popular, recorreram ao discurso da mestiçagem e decidiram fazer algumas denúncias a respeito dos problemas sociais presentes no arquipélago. Ao tentar demonstrar interesse pela sua terra, estes intelectuais acabaram sendo utilizados para legitimar

uma possível existência da identidade nacional pré-independência. A elite liberal dominante na década de 1990, desejosa de relegar os revolucionários socialistas dos anos 1960-80 para um segundo plano no Estado cabo-verdiano, elegeram a Claridade como símbolo da caboverdianidade.

É viável concluir que a Claridade não desejava romper com Portugal, ela atuava como aliada da política assimilacionista portuguesa. De modo que possuíam um projeto identitário para o território, mas este parece problemático visto que desconsiderava as reais necessidades da população naquela época. Prova disso é que durante a ditadura do Estado Novo as edições da revista continuavam a ser publicadas sem interferência da censura. Além disso, ainda não é possível mensurar o impacto dos postulados claridosos na população das décadas de 1930-60, sendo inviável defender que os intelectuais foram responsáveis pela constituição da identidade nacional antes da independência de Cabo Verde.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, José C. Gomes dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

ALMADA, David Hopffer. **Caboverdianidade & tropicalismo**. Recife: Editora Massangana, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz&Terra, 2021.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio Janeiro: Nau, 2013.

FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou**. São Paulo: É Realizações, 2010.

HALL, Stuart. **Cultural e representação**. Rio de Janeiro: Ed. Puc Rio, 2016.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

VILLEN, Patrícia. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

YOUNG, Robert J. C. **Desejo Colonial: hibridismo em teoria, cultura e raça**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

## FONTES

*Clareza: revista de artes e letras*: Mindelo, agosto de 1936, v. 2, pp. 1-10.

*Clareza: revista de artes e letras*. Mindelo, janeiro de 1947, v. 4, pp. 1-40.

*Clareza: revista de artes e letras*. Mindelo, setembro de 1947, v. 5, pp. 1-44.

*Clareza: revista de artes e letras*. Mindelo, julho de 1948, v. 6, pp. 1-42.

*Clareza: revista de artes e letras*. Mindelo, março de 1955, v. 8, pp. 1-76.

## O MODELO IDEAL DE BOM CRISTÃO: a definição de moralidade e de comportamentos ideais através da *Visão de Túndalo* e da Trilogia das *Barcas*, de Gil Vicente

Laura Milena Garcez Serra<sup>1</sup>

Ricardo Marques de Jesus<sup>2</sup>

Adriana Maria de Souza Zierer<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

O período conhecido como Idade Média é frequentemente associado à difusão e grande influência do cristianismo no meio social. Em que pese os exageros, não é difícil constatar que os vários grupos sociais bem como as diferentes regiões no Ocidente, foram profundamente atingidas por uma moralidade cristã, que regia e regulava a relação dos fiéis com Deus.

A noção de uma vida pura, sem a mácula do pecado que arrastava homens e mulheres para a danação, era algo que foi buscado e incentivado nos discursos clericais. Não é difícil também encontrarmos contradições no que se refere aos sermões e as práticas

---

<sup>1</sup> Graduada em História em Licenciatura (UEMA), membro do *Brathair* (Grupo de Estudos Celtas e Germânicos). Foi bolsista de IC da UEMA no período 2018-2021, PIBIC/FAPEMA (2018-2019), PIBIC/UEMA (2019-2020) e PIBIC/FAPEMA (2020-2021). E-mail: [lauragarcez4@gmail.com](mailto:lauragarcez4@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduado em História em Licenciatura (UEMA), membro do *Brathair* (Grupo de Estudos Celtas e Germânicos). Foi bolsista de IC da UEMA no período 2018-2021, PIBIC/FAPEMA (2018-2020) e PIBIC/CNPq (2020-2021) E-mail: [rikardouema@hotmail.com](mailto:rikardouema@hotmail.com) .

<sup>3</sup> Doutora em História (UFF). Docente do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST-UEMA). Docente da Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ 2). Coordenadora do *Brathair* – Grupo de Estudos Celtas e Germânicos. E-mail: [adrianazierer@gmail.com](mailto:adrianazierer@gmail.com)

dos cristãos. Apesar disso, a ideia de pureza e de uma continuidade da vida no Além-túmulo era algo que fazia parte do universo mental e imaginário dos medievos, ao mesmo tempo que isso causava temor e desejo, instruíam os clérigos e leigos a adotarem modelos específicos de vida.

Segundo Robert Fossier (2018), a vida no Medievo não se limitava ao mundo material, ao contrário, ela é vista como uma constante luta entre o bem e o mal ou vícios e virtudes que o próprio Fossier chama de psicomaquia (FOSSIER, 2018, p. 307), em alusão ao poema homônimo de Prudêncio (340-413) *Psychomachia*, que apresenta, de forma alegórica, a batalha entre as virtudes e os vícios.

Em uma sociedade intensamente hierarquizada, os “modelos ideais” de conduta cristã eram apontados como melhores ou mais puros à medida que se aproximavam de um ideal de santidade. Neste trabalho, analisaremos os modelos ideais de cristãos almeçados a partir de fontes escritas, como a *Visão de Túndalo*, manuscrito que relata uma *viagem imaginária*<sup>4</sup> escrita em 1149 e parte do Teatro Vicentino do dramaturgo português Gil Vicente no século XVI. Daremos um enfoque nas peças *Auto da Barca do Inferno*, *Auto da Barca do Purgatório* e *Auto da Barca da Glória*, conjunto de peças que chamaremos também de Trilogia das *Barcas*.

---

<sup>4</sup> Relatos escritos tidos como verídicos pelos medievais, em que, geralmente, um indivíduo era beneficiado com uma viagem ao Além-túmulo. Nesta viagem, o itinerante era acompanhado por um anjo, santo ou animal, atravessava os espaços espirituais dos mortos e retornava ao mundo material, dando testemunho do que viu.

Por meio da discussão que faremos, demonstrar-se-á o modelo ideal de bom cavaleiro, bem como o modelo ideal de cristão. De acordo com a temporalidade e às regiões diferentes que as fontes abarcam, séculos XII e XVI, Germânia e Portugal, observaremos que o imaginário e o discurso cristão se moldam com o tempo, sendo um produto de sua época.

A ideia deste trabalho é também demonstrar que a noção de modelos ideais, dentro do imaginário cristão, não se limitou a dualidade clérigos/leigos. A partir das fontes observaremos que os leigos também admoestavam os próprios leigos, como é o caso da moralidade e dos ideais presentes no Teatro Vicentino. Ademais, também podemos analisar, a intenção dos monges perante a sociedade medieval, especificamente do Ocidente mediante os desdobramentos políticos sociais do século XII.

É importante frisarmos que como debateremos a noção de bons modelos de cristãos dentro do Imaginário, as fontes escritas e literárias são de importância capital para este exercício, já que segundo os apontamentos de Jacques Le Goff (1994), este tipo de fonte é privilegiada para a compreensão do Imaginário (LE GOFF, 1994, p. 13).

## **METODOLOGIA**

No primeiro momento a pesquisa se centrou nas leituras dos conceitos sobre o imaginário no período Medieval, em conjunto com leitura de obras que tratam das camadas sociais do Medievo, como

os livros do professor Hilário Franco Junior, Jacques Le Goff, Georges Duby, Ruy Afonso da Costa Nunes, a coletânea *Idade Média*, organizada por Umberto Eco, entre outros.

No decorrer do trabalho optamos por aprofundar o conhecimento acerca da cavalaria medieval e o ideal de bom cristão. Além disso, buscamos dar ênfase no contexto social da Idade Média Central e Baixa Idade Média para melhor compreendermos a tentativa de moralização e adequação das fontes *Visão de Túndalo* e o teatro de Gil Vicente no momento de suas circulações.

Sintetizando essas informações, conseguimos contextualizar o momento social no qual as produções literárias e artísticas foram feitas, e quais foram os eventos que influenciaram os redatores das fontes primárias a adotarem uma postura de defesa de certas condutas morais. Assim, foi possível a análise da relação e percepção que o monge Marcus e o dramaturgo Gil Vicente tinham de suas épocas e do próprio cristianismo.

Por trabalharmos com fontes literárias do Medievo, optamos por utilizarmos as reflexões de Sandra Pesavento (2003). Logo, é preciso ressaltar que não temos a pretensão de atingir uma “verdade histórica” por meio da utilização das fontes medievais. A Literatura, apesar de sempre ter o real como referencial acaba o ultrapassando, criando um sentido próprio, ela não precisa comprovar nada, apenas estabelece em certos pontos um elemento de verossimilhança com o tempo do autor. Podemos dizer então, que a literatura tem lógica

própria, representando não a ideia do “real” ou acontecido, mas a relação dos homens com o seu tempo (PESAVENTO, 2003).

Por fim, é importante salientarmos que houve participações nas atividades do grupo de pesquisa que fazemos parte, o *Brathair* (Grupo de Estudos Celtas e Germânicos). Através de reuniões do grupo de pesquisa, foi estabelecido um contato maior com as fontes primárias, por meio de discussões, materiais bibliográficos e produção de fichamentos. No mais, foram elaborados resenhas, textos e comunicações para apresentação desta pesquisa em eventos acadêmicos.

### **O modelo ideal de “bom cavaleiro” na *Visão de Túndalo*, o monasticismo e a cavalaria no Ocidente do século XII**

Para compreendermos o ideal de bom cavaleiro presente no manuscrito da *Visão de Túndalo*, devemos primeiro observar que o relato de Túndalo no *Além-túmulo* está espremido por dois elementos que influenciam e que “justificam” a “fabricação” de um novo modelo ideal cristão de cavaleiro no século XII. Estamos falando do monasticismo e da cavalaria que influenciaram a produção da *Visão de Túndalo*.

O monasticismo representou um grande meio de propagação cultural e um forte elemento de educação no Medievo. Para Benvenuti (2016), o monasticismo ou monacato tomou dianteira como modelo “perfeito” de vida religiosa a partir das reformas carolíngias, ainda no século IX. Com o tempo, a ideia de

superioridade moral em relação a outros cristãos se desenvolveu no seio monástico, cujos adeptos elaboraram uma hierarquia que os colocava acima de todos os outros (BENVENUTI, 2016, p. 190).

Nas palavras de Giovanni Miccoli (1989): “Entre os séculos X e XI, o processo de redução do cristianismo autêntico à vida monástica atinge a sua expressão máxima e, até certo ponto, definitiva” (MICCOLI, 1989, p. 33). Já em finais do século X, encontramos nas reflexões de Abbon de Fleury (945-1004), abade de Saint-Benoît-sur-Loire, a ideia de que no Além-túmulo, as recompensas maiores serão dadas aos monges (MICCOLI, 1989, p. 43).

Se quisermos tomar outros pontos da influência monástica no Ocidente do século XII, basta lembrarmos que os maiores centros culturais da época eram os mosteiros, destacam-se os de Monte Cassino, Bobbio, Fulda e Cluny. A influência monástica difundiu uma espiritualidade que se baseava no desprezo da carne, na penitência e na oração (LICCIARDELLO, 2016, p. 472).

Toda essa admiração que se construiu em torno do modelo de vida monástico cenobítico, serviu para estabelecer e elevar os monges a categoria de modelo-ideal de bom cristão. Não sem motivos, André Vauchez (1995) afirma que os textos de monges produzidos no século XI, equiparavam a entrada nos claustros (monastério) com o batismo. Se consolida então o que Vauchez chama de “aristocracia espiritual” na Cristandade (VAUCHEZ, 1995, p. 41).

Por outro lado, temos um outro fenômeno, este sociocultural político e militar com origens heterogêneas que veio a ser conhecido como Cavalaria. Para Francesco Storti (2016), a cavalaria se constitui como um elemento de extrema complexidade e união particular de fatores que se deu a partir do ano 1000. Dentre os eventos que possibilitaram o surgimento ou aprimoramento da cavalaria, temos as novas incursões germânicas de grupos escandinavos conhecidos como vikings, além da expansão do islã ou avanço “sarraceno” que ameaçavam os territórios cristãos. Por “fim”, a cavalaria é devedora do estado de rivalidade dos poderes de grandes senhores que se emanciparam do Estado Carolíngio e das suas estruturas feudo-vassálicas, a partir da desestruturação deste Estado no século XI (STORTI, 2016, p. 162-163).

Para Lúcio Carlos Ferrarese (2011), os membros da Igreja, apesar da relutância, eram cientes da necessidade do poder militar para a proteção de Roma e da própria Cristandade (FERRARESE, 2011, p. 2465). No entanto, apesar disso, deve-se pontuar que a Cavalaria era um grupo bastante problemático, uma vez que refletiam uma indisciplina oriunda dos costumes antigos de povos germânicos. Assim: “Os guerreiros ainda mantinham sua busca pela glória na guerra, o bom nome, a honra, a lealdade ao seu líder acima de outras lealdades” (FERRARESE, 2011, p. 2465).

É oportuno destacarmos que a Cúria Romana enfrentava nesse momento dois problemas em relação à cavalaria, primeiramente a questão da violência exacerbada dos membros que dela faziam parte,

e que de certa forma, representavam uma grande parte da camada aristocrata da época. O outro problema está relacionado justamente com a posição social dos cavaleiros, que eram uma espécie de poder “particularista”<sup>5</sup>, já que estavam vinculados aos laços feudo-vassálicos (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 86).

Sobre o primeiro problema, a Igreja adotou algumas decisões que se provaram ineficazes com o tempo, destacam-se a chamadas *Paz de Deus* e *Trégua de Deus* que tiveram origem no Concílio de Charroux em 989 (DAWSON, 2016, p. 187). Além disso, os clérigos “infiltraram-se” nos rituais de ordenação do cavaleiro entre os séculos XI e XII, compelindo aos cavaleiros atos como o “banho purificador” e a “vigília de armas”. Os esforços da Igreja devem ser entendidos como uma tentativa de sacralizar a função do cavaleiro, transformando estes num *Athleta Christi* (STORTI, 2016, p. 164).

Lentamente o discurso sobre a violência a *outrem* foi se adaptando às novas condições sociais, culminando no apelo do papa Urbano II (1042-1099) no Concílio de Clermont em 1095, onde o pontífice, por meio de seu sermão, acabou deflagrando aquilo que ficou conhecido como Primeira Cruzada (1096-1099). Aliado a isso, o Primeiro Concílio de Latrão em 1123, afirmou o poder hierárquico da Igreja de Roma sobre outras igrejas. Dessa forma, reclamando para si

---

<sup>5</sup> Segundo Hilário Franco Júnior (2006), na Idade Média Central (séculos XI ao XIII), o Medievo conheceu o surgimento e afirmação de vários poderes que podem ser divididos em três: os poderes universais (Igreja e Império), nacionalistas (monarquias) e particularistas (feudos e comunas) (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 86).

o poder único de ministrar a vida religiosa dos fiéis (CUOZZO, 2016, p. 212).

Por fim, devemos pontuar que a tentativa de cooptação da cavalaria por parte da Igreja também precisa ser entendida pelos conflitos entre o Papado e Império Germânico, que segundo a historiografia tradicional teve início com as figuras do papa Gregório VII (1020?-1085) e o imperador germânico Henrique IV (1050-1106) na chamada Questão das Investiduras (1085-1122). Para Franco Cardini (1989) a Igreja que estava empenhada na dita “Reforma Gregoriana” e conseqüentemente na sua libertação da tutela leiga<sup>6</sup>, sentia a necessidade do auxílio de toda força possível, aliando-se assim com o poder militar (CARDINI, 1989, p. 59).

Diante do exposto, temos, em parte, aquilo que é essencial para entendermos o ideal de bom cavaleiro pregado na *Visão de Túndalo*. Partamos agora para a análise de tal modelo ideal cristão.

A *Visão de Túndalo* foi originalmente escrita em 1149 por um monge irlandês chamado Marcus. Acredita-se que a redação da narrativa que conta a viagem imaginária de Túndalo tenha ocorrido em Regensburg, no sul da Alemanha, no mosteiro de S. Jacques (ZIERER, 2019, p. 60).

---

<sup>6</sup> Para Errico Cuozzo (2016), a maior parte do corpo eclesiástico empenhou-se na tarefa de libertar a Igreja das investiduras do poder laico. O momento chamado *libertas Ecclesiae*, para Cuozzo, foi o tema fundamental desenvolvido pelos clérigos e inserido na vida religiosa do Ocidente nos séculos XI e XII (CUOZZO, 2016, p. 210).

No manuscrito é relatada a viagem extracorpórea que Túndalo realizou na companhia de um anjo, conhecendo a sorte dos defuntos no Além. A alma do cavaleiro passa pelo Inferno, Purgatório e Paraíso. Em cada um destes lugares, é apresentada uma geografia peculiar, com recintos que apresentam castigos ou recompensas específicas para cada tipo de pecador ou salvo. Túndalo, por ter uma conduta reprovável segundo os mandamentos cristãos, recebe a punição de alguns dos castigos descritos no relato<sup>7</sup>.

Pelo contexto sociopolítico e religioso que se encontrava o Ocidente e a Germânia do século XII, a *Visão de Túndalo* apresenta um cavaleiro pecador que depois de fazer uma visitação de três dias no Além-túmulo, se corrige e torna-se um modelo ideal de cristão (V.T, 1895, p. 101).

Devido ao espaço, nos limitaremos a dois pontos que se inserem num discurso eclesiástico de normatização de um bom cavaleiro que estão presentes nos espaços espirituais de castigo da *Visio* aqui discutida: a ligação de Túndalo com a nobreza, e os castigos dos matadores e ladrões. Como veremos, estes pontos têm relação com o ideal de cavaleiro almejado pela Igreja daquele momento.

---

<sup>7</sup> Como demonstrou Solange Oliveira (2019), a *Visão de Túndalo* apresenta um inferno com vários “níveis”, em que algumas categorias de pecadores como os assassinos, soberbos, ladrões, enganadores e apóstatas são castigados em lugares como o Vale de trevas, Vale, Rio, Ponte-infernal, Vale de forja e Poço (OLIVEIRA, 2019, p. 180).

É importante salientarmos que o manuscrito também estende sua mensagem aos demais cristãos, sendo entendido por Adriana Zierer e Solange Oliveira (2010) como uma espécie de manual pedagógico de bom cristão e de salvação da alma (ZIERER; OLIVEIRA, 2010, p. 51).

No início da narrativa é dito o seguinte: “*foi huun Cavaleyro a que chamavan tungulo. E era mancebo e de boo linhagem*” (V.T, 1895, p. 101) (grifos nossos). Esta última parte da citação destacada nos revela que Túndalo era de “boa linhagem”, o que nos faz pensar que o mesmo era um nobre. Além disso, ainda que o manuscrito não salientasse isso, a cavalaria consistia em algo extremamente custoso, pois armar o cavaleiro e cuidar da montaria demandavam recursos que poucas pessoas podiam arcar.

A primeira pena presente na *Visão de Túndalo* é destinada aos assassinos ou matadores, para esses danados é reservado um recinto que se assemelha com um vale de trevas em que as almas são derretidas por carvões acesos sobre uma chapa de ferro (V.T, 1895, p. 103).

É importante atentarmos para o fato de que a primeira punição mostrada a um jovem cavaleiro seja o castigo dos matadores. É possível que o autor do manuscrito tivesse uma intenção voltada aos *bellatores* por apresentar primeiro esse castigo, apesar de Túndalo não sofrer dele<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Apesar de Túndalo não padecer do castigo dos matadores e assassinos, o anjo guia deixa bem claro que o cavaleiro merecia ser punido, advertindo a alma que quando

Em outro momento da viagem imaginária, a alma é levada pelo anjo até um vale muito escuro e fundo, onde corria um rio que exalava fumaça e também um odor muito ruim, nesse rio havia muitas almas que gritavam e padeciam (V.T, 1895, p. 103). Esse era o castigo destinado aos soberbos.

Naquele lugar havia também uma taboa que tinha função de ponte, muito extensa e estreita, “[...] e per ella non podia passar nenhuma cousa que non ouvesse de cayr em fundo. salvo se fosse muyto escolheyto de deus e muito bõo” (V.T, 1895, p. 104). O anjo diz a Túndalo que a ponte estreita era para aqueles que cometeram o pecado do furto. No entanto, a alma do cavaleiro não sofre nessa ponte, mas em outra, que era ainda mais longa e estreita que esta última (V.T, 1895, p. 105). No manuscrito é dito que a punição do cavaleiro se dá pelo fato de Túndalo ter roubado uma vaca de seu compadre (V.T, 1895, p. 105).

A figura de um cavaleiro pecador sendo julgado pelos seus maus costumes, torna-se simbólica para a tentativa de mudança comportamental pela nobreza. Para Bronislaw Baczko (1999), um dos elementos essenciais no caráter social é sua esfera simbólica, as representações segundo ele, são escolhidas de forma mais ou menos arbitrárias a fim de ressignificar algo e impor um controle nas práticas (BACZKO, 1999, p. 21).

---

voltasse a terra não praticasse mais tal pecado. “E tu tal pena merecias. Mais tu non a sofreras. Mais guardate quando tornares ao corpo que non faças per que estas penas e outras mayores padeças” (V.T, 1895, p. 103).

Além disso, com relação ao furto, os membros da cavalaria mantiveram costumes de povos germânicos, como saques e pilhagens, por um longo período, mesmo após a conversão, chegando a atacar os próprios bens pessoais da Igreja. Em resposta, os eclesiásticos começaram a exortar os guerreiros, pelos menos daqueles de que tinha influência, para impedir tais ações (FERRARESE, 2011, p. 2465). Representar um cavaleiro purgando seus pecados de furto também pode ser uma forma de tentar criar um ideal de guerreiro que luta apenas pela fé e por Deus.

Como é mostrado no final da narrativa, Túndalo mantém sua condição de cavaleiro, contudo muda radicalmente seus hábitos, sendo agora um modelo ideal (V.T, 1895, p. 120).

Por fim, devemos pontuar que a mensagem de moralização aos cavaleiros presentes na *Visão de Túndalo*, não é algo estranho ou desviante naquela época. Semelhante discurso é visto nos escritos de Bernardo de Claraval (1090-1153), como o intitulado *De laude novae militiae* (1136) e mais tarde na obra do filósofo catalão Ramon Llull (1235-1316) chamada *O Livro da Ordem de Cavalaria* (1274-1276).

Apesar de ter sido produzida no século XII, a obra *Visão de Túndalo* teve uma grande circulação durante todo o período medieval, tendo sido traduzida para o português em fins do século XIV e início do século XV. A nossa pesquisa analisa uma das versões que circularam em Portugal nesse período, o códice 244, produzido pelo Frei Zacharias de Payopelle no Mosteiro de Alcobaça, um grande centro de difusão de obras no Portugal Medieval.

## **Modelos ideais de Cristãos na Trilogia das *Barcas*, do dramaturgo Gil Vicente**

A Trilogia das *Barcas* a serem analisadas, como explica o estudioso Hélio Alves (2019) é vista por muitos como sendo apenas uma obra sem grande importância, contudo, é uma das obras mais conhecidas daquele que é considerado o fundador do teatro português. Muitos perguntam se os escritos de Gil Vicente circularam fora de Portugal e da Península Ibérica, Alves diz que não acha impossível e acrescenta que a *Compilação* de 1562 (*Compilação de todas as obras*) é o primeiro grande livro de teatro da história europeia, atestando maturidade artística. O Teatro Vicentino é rico e denso de significações (ALVES, 2019, p.75).

Mas antes de adentrarmos na discussão acerca da *Trilogia das Barcas*, devemos falar primeiro do seu autor, o dramaturgo português Gil Vicente (1465?-1536?). Como já sinalizado, Gil Vicente foi um dramaturgo, poeta e teatrólogo português, que viveu entre os reinados de Dom Manuel I e Dom João III. Pouco se sabe sobre esse teatrólogo português, que teve peças com teor religioso. Destaca-se a importância das suas peças em torno da corte portuguesa: “[...] o poeta dos autos é ou não o ourives do mesmo nome e da mesma época que lavrou a custódia de Belém [...]”. (SARAIVA, [s/d], p. 241).

A respeito da vida de Gil Vicente, pouco se sabe, as maioria das informações é rodeada de “incertezas”, contudo, graças a novas pesquisas publicadas no livro *Gil Vicente Compendio* (2018), organizado por José de Camões e José Augusto Bernardes,

verificamos diversas profissões ligadas ao nome do teatrólogo, como Ourives, membro da Casa dos Vinte e Quatro, procurador dos mestres na Câmara de Lisboa, mestre da balança da Casa da Moeda de Lisboa, intérprete linguístico, e mestre da retórica das representações. Além de teatrólogo, dramaturgo, poeta, e organizador de cerimônias, nascimentos, casamentos, solenidades e algumas festas litúrgicas. Através disso, podemos verificar a importância e o envolvimento do autor dos autos na corte portuguesa.

Trabalhamos com o conceito de longa Idade Média do historiador francês Jacques Le Goff, pois Gil Vicente escreve no começo do século XVI (Modernidade). A partir desse conceito, conseguimos analisar que o Medievo vai além dos séculos V ao XV. Outro autor que defende esse conceito é o historiador Hilário Franco Júnior, que explica sobre esse alargamento da Idade Média, assim como Le Goff, mostrando que as estruturas medievais vão até a Revolução Francesa. E no Brasil podemos perceber resquícios medievais com a vinda dos portugueses através das Grandes Navegações (LE GOFF, 1998).

As obras de Gil Vicente circularam entre o final do século XV e meados do XVI, em Portugal, por meio de folhas volantes (folhetos soltos). A impressão dos textos do dramaturgo permitiu que suas peças, encenadas com frequência no espaço da corte, ampliassem seu público, estimando grande apreço entre os populares lusos. A reunião de todas as suas obras foi através da *Compilação*, que foi

realizada em duas edições, uma até mesmo com colaboração de Gil Vicente e seus filhos data-se de 1562 e a outra em 1586 já com mudanças causadas pela Inquisição. As obras analisadas possuem um curto tempo de produção entre elas, cerca de um ano de uma apresentação para outra. Na atualidade a obra mais conhecida de Gil Vicente é o *Auto da Barca do Inferno* (1517), que podemos encontrar em paradidáticos, e é encenada por alunos nas escolas.

A obra *Auto da Barca do Inferno* foi escrita durante o século XVI, pelo teatrólogo Gil Vicente, data-se de 1517 a sua publicação. Em primeira mão foi apenas um folheto avulso, mas na atualidade se encontra na Biblioteca Nacional de Madri. Sua encenação foi realizada durante o governo de Dom Manuel I. Essa obra em especial ficou bastante famosa e é encenada até os dias atuais.

O dramaturgo construiu essa peça de forma bastante dinâmica e criativa, mostrando certas situações que presenciou. Com o intuito de alertar a população dos comportamentos negativos ocultados e por consequência, perdendo a grande bênção que seria a salvação. Porém, além disso, Gil Vicente procurou ensinar virtudes que deveriam ser utilizadas aqui ainda na vida terrena.

Gil Vicente adota no *Auto da Barca do Inferno*, uma viagem ao Além, que por sua vez através de dois barcos, um em direção ao Inferno e outro em direção ao Paraíso. Os comandantes desses navios, por sua vez, são o Diabo, conduzindo o barco para o inferno e o Anjo conduzindo a barca para o céu. Os personagens (as almas), são: Fidalgo, Onzeneiro, Joane (parvo), Sapateiro, Frade, Alcoviteira,

Judeu, Corregedor, Procurador, Enforcado, Quatro Cavaleiros. Gil Vicente faz várias críticas à sociedade portuguesa da época a respeito dos seus comportamentos. O primeiro personagem de ensinamento colocado em cena por Gil Vicente é Joane, que tem um apelido chamado “parvo”, associado ao negativo. Porém o parvo na obra foi um dos personagens que servem como modelo de comportamentos ensinados por Gil Vicente.

A sequência da trilogia das Barcas é o *Auto da Barca do Purgatório* que foi produzida em 1518 e apresentada à rainha D. Leonor no Hospital de Todos-os-Santos da cidade de Lisboa, nas matinas do Natal. Na peça o menino é o único modelo educativo a ser seguido, ressaltado pelo teatrólogo; ele possuía virtudes como: pureza e ingenuidade. Gil Vicente resgata princípios que são essenciais para a salvação.

O teatrólogo novamente apresenta outra obra com teor moralizante, trazendo reflexões e ensinamentos, agora é a vez do último auto, que escrevera em 1519, titulado *Auto da Barca da Glória*. Os personagens são diferenciados, os nobres e eclesiásticos, além de figuras como o Diabo, Anjo e a Morte. Nenhum modelo educativo ideal foi encontrado. Apesar de que, no final da peça, o autor evidencia uma virtude, que foi o arrependimento, os personagens não tiveram uma boa conduta na vida terrena. Porém no final são salvos, pois se arrependeram dos seus pecados.

Através dos estudos acerca das obras analisadas, verificamos os modelos de cristãos ideais a serem seguidos, colocados por Gil

Vicente, em duas obras, *o Auto da Barca do Inferno e o Auto da Barca do Purgatório*. Essas obras foram ensinamentos de doutrinação e de incentivo para que as pessoas da sociedade tomassem como exemplo, os tais modelos propostos, fazendo também uma contraposição aos contra modelos que não eram espelhos a serem seguidos, porém ainda eram comportamentos entranhados dentro da sociedade portuguesa do século XVI.

Os modelos de comportamentos através das virtudes inseridos na obra de Gil Vicente, são ensinamentos que levariam as pessoas da sociedade a conseguirem no momento da passagem do Além-Túmulo, a sua salvação.

Algumas virtudes catalogadas nas obras, foram consideradas como agregadoras para a salvação dentre elas estão no *Auto da Barca do Inferno* cinco personagens: Joane (parvo), que possuía as virtudes da sinceridade, da humildade e do temor a Deus que o levaram ele à Barca do Paraíso, como já mencionado. Em seguida os quatro cavaleiros que possuíam virtudes como: Temor a Deus, Fidelidade à Coroa portuguesa que como retrata a narrativa tinham a certeza do seu destino, a barca do Paraíso.

Já na segunda obra analisada, o *Auto da Barca do Purgatório* verificamos em apenas um personagem que possuía virtudes a serem seguidas, virtudes essas que são: Ingenuidade e Pureza. O personagem também teve o destino a Barca do Paraíso.

A última parte desta pesquisa buscou comparar os modelos educativos de cristão nas obras *Auto da Barca do Inferno, Auto da*

*Barca do Purgatório e Auto da Barca da Glória*. Vejamos agora os modelos ideais apresentados por Gil Vicente (Quadro 1):

**Quadro 1: Modelos Educativos de Cristão Ideal na obra: *Auto da Barca do Inferno, Auto da Barca do Purgatório e Auto da Barca da Glória*.**

Obras	Modelos Educativos de Cristão ideal
<i>Auto da Barca do Inferno (1517):</i>	<b>Joane (parvo)</b>
<i>Auto da Barca do Inferno (1517):</i>	<b>Os quatros cavaleiros</b>
<i>Auto da Barca do Purgatório (1518):</i>	<b>O menino</b>
<i>Auto da Barca da Glória (1519):</i>	<b>Nenhum modelo encontrado</b>

Através da análise de comparação das obras, podemos perceber quais foram as virtudes que eram importantes a serem seguidas pelos indivíduos medievais. Na peça o *Auto da barca do Inferno* verificamos modelos como: Sinceridade, Humildade, Temor a Deus, Fidelidade à Coroa portuguesa. Em contraponto, na segunda obra analisada o *Auto da barca do Purgatório* verificamos outras virtudes encontradas, através do personagem Menino, como a Ingenuidade e Pureza.

Na última obra apresentada à corte, *Auto da Barca da Glória*, Gil Vicente não atribui a nenhum personagem uma virtude que poderia ter tido na vida terrena, porém quando terminamos de ler essa peça, percebermos que todos eles foram “salvos”, pelo verdadeiro arrependimento de todos os delitos em suas vidas.

Gil Vicente representa as conseqüências no Além desses conflitos morais e sociais dos portugueses. A intenção do dramaturgo

foi fazer o público refletir sobre sua vivência e optar por modificá-la antes do Julgamento Final, retornando com isso a práticas religiosas comprometidas e sinceras.

Deste modo, as obras de Gil Vicente são um estímulo à memória cristã, no que diz respeito à função social e pedagógica de seus textos. Para além do entretenimento, a exposição dos modelos sociais ensinava ao público os comportamentos corretos e a necessidade de resistir às tentações e ilusões do mundo, que levavam à condenação eterna.

## RESULTADOS

Usando como referencial um discurso moralizante, observa-se que a *Visão de Túndalo* e algumas obras de Gil Vicente, representam o condicionamento de uma categoria social à outra sobre uma noção de ideal proveniente do cristianismo. Sendo assim, é preciso pontuar que o modelo de bom cristão era sempre almejado pela Igreja, mas não representa a realidade histórica dos Medievos em suas práticas.

No caso da *Visão de Túndalo*, podemos observar que o testemunho do cavaleiro é algo valioso e fundamental para a normatização de um bom cavaleiro. É justamente por esse motivo que o relato de Túndalo se encerra com o jovem repartindo tudo o que tinha e dando seus bens aos pobres, indo às missas e mudando sua conduta moral. É dito também que o cavaleiro modificou suas vestimentas, costurando o sinal da cruz em suas roupas e

glorificando o nome de Deus, tendo, portanto, uma conduta daquilo, que na visão eclesiástica, seria apropriado a um cavaleiro cristão.

Por outro lado, o Teatro Vicentino apresenta obras de caráter dinâmico e criativo, mostrando certas experiências morais que o próprio Gil Vicente visava incentivar. Assim, compreendemos que grande parte das peças teatrais Vicentinas possuíam o intuito de alertar as pessoas dos comportamentos pecaminosos que estavam ocultos, e a consequente perda da salvação, bem como o acesso às glórias do Paraíso.

Para viabilizar suas ideias moralizantes, Gil Vicente procurou, de forma pedagógica, trabalhar com personagens teatrais que simbolizam os vícios e virtudes do bom cristão, que deveriam ser adotados e demonstrados no cotidiano. Portanto, o estudo das obras de Gil Vicente auxilia na compreensão da religiosidade cristã e suas práticas no contexto de Portugal nos séculos XV e XVI. Por subsequente, a análise dos personagens colabora para uma noção de indivíduo e seus hábitos (bons ou ruins), relacionados, é claro, com certas camadas sociais da época.

## CONCLUSÃO

Diante das análises, compreende-se que o modelo ideal de bom cristão, apesar de estar presente em vários momentos da Idade Média, é algo que é próprio de seu tempo; observamos peculiaridades em relação a modelo perfeito na *Visão de Túndalo* e aqueles apresentados nas peças teatrais de Gil Vicente.

Se tratarmos da *Visão de Túndalo*, chegaremos à conclusão de que o bom cavaleiro neste manuscrito é também, de certa forma, o bom cristão. Contudo, como demonstramos, a escolha do protagonista da *Visio*, algumas das penas do Além e o próprio contexto social no século XII, nos levam a crer que a mensagem da viagem imaginária, se adequa aos cavaleiros daquela época. A *Visão de Túndalo* escrita durante o contexto da reforma Gregoriana do século XII, comunica a importância da Igreja e da adoção de seus dogmas por meio do contramodelo de bom cristão, que posteriormente, se torna o próprio modelo almejado.

Túndalo é o símbolo de transformação e remissão dos pecados por meio da aceitação da moralidade pregada pelo clero, nesse caso em específico, os monges. Pelo contexto de produção da viagem imaginária de Túndalo ao Além, o relato escrito por Marcus, atende primeiro aos preceitos monásticos, compelindo a santidade da vida dos claustros, a renúncia da pobreza e obediência em relação a Deus e aos superiores eclesiásticos. A noção de santidade da vida monástica é um dos elementos salientados ao longo da obra, servindo para uma moralização dos clérigos, leigos e especificamente dos *bellatores*.

Por outro lado, com o Teatro Vicentino podemos verificar, a partir da análise dos personagens nas peças, como há uma contribuição na construção e percepção das ideais em relação ao indivíduo medieval. Os estudos sobre as obras colaboraram na

compreensão do contexto que Portugal encontrava-se na Baixa Idade Média.

Na obra *Auto da Barca do Inferno* (1517) podemos perceber diversos mecanismos de ensinamentos que serviam como doutrinações, estas construções foram levadas através de uma forma mais dinâmica os modelos de boas condutas, que eram aconselhados pela Igreja Católica; por exemplo, Joane (o parvo) mesmo sendo atribuído a ele um apelido negativo, possuía virtudes que o levaram para a Barca do Paraíso, essas virtudes são: humildade e um bom coração. Já os quatro cavaleiros, são ressaltados por Gil Vicente como modelos ideais a serem seguidos porque possuíam virtudes, como: a fidelidade à coroa portuguesa, fidelidade a Deus e à fé cristã, das quais, já tinham a certeza da sua salvação após a morte. Por isso, não olharam para Barca do Inferno e foram direto para a Barca do Paraíso.

Na obra *Auto da barca do Purgatório* (1518), temos como modelo o personagem Menino, uma criança que possuía virtudes, essas que são: Ingenuidade e Pureza. Podemos perceber através desse personagem outros tipos de modelos a serem seguidos, além de verificar que o personagem também teve como destino a Barca do Paraíso.

Já na última obra de Gil Vicente abordada na pesquisa, o *Auto da barca da Glória* (1519) que completa essa trilogia, percebemos que não há modelos a serem seguidos, apenas contramodelos que são espelhados em personagens de grupos sociais novos, trazendo

diferentes valores que o autor explorou nessa encenação. Apesar que no final da peça, o autor evidencia uma virtude, que foi o arrependimento, os personagens não tiveram uma boa conduta na vida terrena. Porém no final são salvos, pois se arrependeram dos seus pecados, sendo o arrependimento importante na salvação dos indivíduos segundo a concepção cristã.

Apesar de cada indivíduo possuir o livre-arbítrio e o poder de escolher seu destino, as peças vicentinas aqui analisadas, de forma educativa, apostavam em elementos moralizantes e religiosos para ensinar ao público os comportamentos ideais a serem seguidos para se obter uma conduta cristã regrada e conquistar salvação da alma na outra vida.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Primárias

VICENTE, Gil. **As Obras de Gil Vicente**, dir. José Camões. 5 vols. Lisboa, INCM, 2002.

*Visão de Túndalo*. Ed. de F.H. Esteves Pereira. **Revista Lusitana**, 3, 1895, p. 97-120 (Códice 244)

## ESTUDOS

ALVES, Hélio J. S. Gil Vicente e o Teatro Europeu da Primeira Modernidade. In: BERNARDES, José Augusto Cardoso (coord.); CAMÕES, José (coord). **Gil Vicente: Compêndio**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2019. p. 69-84.

BACZKO, Bronislaw. **Los Imaginarios Sociales: Memorias y Esperanzas Colectivas**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1999.

BENVENUTI, Anna. “Ordens religiosas”. In: ECO, Umberto (org.). **Idade Média: Catedrais, cavaleiros e cidades**. Introdução à Idade Média. 2ª. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote: Milão, 2016, p. 190-195.

CAMÕES, José. Gil Vicente e o Teatro Português de Quinhentos. In: BERNARDES, José Augusto Cardoso (coord.); CAMÕES, José (coord). **Gil Vicente: Compêndio**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2019. p. (51) - (66).

CARDINI, Franco. “O guerreiro e o cavaleiro”. In: LE GOFF, Jacques (Org). **O Homem Medieval**. Lisboa: Presença, 1989, p. 57-78.

CUOZZO, Errico. “A vida religiosa”. In: ECO, Umberto (org.). **Idade Média: Catedrais, cavaleiros e cidades**. Introdução à Idade Média. 2ª. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote: Milão, 2016, p. 209-213.

DAWSON, Christopher. **Criação do Ocidente: a Religião e a Civilização Medieval**. 1ª ed. São Paulo: É Realizações, 2016.

FERRARESE, Lúcio Carlos. A Transformação da Cavalaria na Idade Média: de Grupo Militar para Grupo Social Dirigente. In: **V Congresso Internacional de História**, 2011. v. 1. p. 2459-2468.

FOSSIER, Robert. **As pessoas da Idade Média**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média, nascimento do Ocidente**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. 2.ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Uma longa Idade Média.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Imaginário Medieval.** Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

\_\_\_\_\_. **O Nascimento do Purgatório.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

LICCIARDELLO, Pierluigi. “A cultura dos mosteiros e a literatura monástica”. In: ECO, Umberto (org.). **Idade Média: bárbaros, cristãos e muçulmanos.** Introdução à Idade Média. 4. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote: Milão, 2016, p. 471-474.

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. O teatro. Gil Vicente. In: MOISÉS, Massaud (Org.). **A Literatura Portuguesa em perspectiva.** Vol. I Trovadorismo, Humanismo. São Paulo: Atlas, 1992, p. 167-190.

MICCOLI, Giovanni. “Os Monges”. In: LE GOFF, Jacques (Org). **O Homem Medieval.** Lisboa: Presença, 1989, p. 33-54.

OLIVEIRA, Solange Pereira. **A Salvação como um itinerário no Além medieval:** a viagem imaginária da *Visão de Túndalo*. (Séculos XIV-XV) (Tese de doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação,** ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. **História da literatura portuguesa.** 11ª.- edição, corrigida e atualizada. S. João Nepomuceno, NA 1200 Lisboa, [S/A].

SILVA, Rosângela Divina Santos Moraes da. Teatro Português Medieval: Cenário histórico. **Revista Philologus**. Ano 16, nº46. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2010.

STORTI, Francesco. “A cavalaria”. In: ECO, Umberto (org.). Idade Média: Catedrais, cavaleiros e cidades. Introdução à Idade Média. 2ª. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote: Milão, 2016, p. 162-165.

VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média ocidental: (séculos VIII a XIII)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1995.

ZIERER, Adriana. OLIVEIRA, Solange P. **Diabo versus Salvação na Visão de Túndalo**. OPSIS (UFG), v. 10, p. 43-58, 2010.

ZIERER, Adriana. Um Monge Irlandês e suas Concepções de Inferno e Paraíso: a *Visão de Túndalo*. BRATHAIR (UEMA), v. 19, n,1, p. 52-75, 2019. Disponível em: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/2082>  
Acesso em 18/02/2022.

## OS “CRIMES DE SANGUE”: homicídios entre as notas policiais da imprensa de Caxias-MA durante a Primeira República

Lais Isabelle Rocha de Souza<sup>1</sup>  
Jakson dos Santos Ribeiro<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

A pesquisa que aqui se desenha tem escopo, homicídios cometidos por homens em Caxias-MA no início da República e eram retratados em jornais. Nesse caso, nos debruçaremos sobre a análise dos discursos jornalísticos acerca desses homicídios cometidos por esses homens para assim entender como isso reflete na constituição da masculinidade no período.

Antes de nos debruçarmos na revisão bibliográfica para entendermos a relevância do estudo das questões voltadas as relações de gênero e as masculinidades, principalmente quando tais práticas elas são elementos de formalização para atos de performances em situações de violência.

Desse modo, é válido mencionar, que tais aberturas para os estudos das masculinidades e as questões de gênero, se tornaram viáveis, em visto as necessidades de compreensão do homem e sua dinâmica. Assim, cabe lembrar, as considerações de Marc Bloch em “*Apologia da História*”, quando o mesmo nos faz um lembrete para os estudiosos da História para se atentar ao sujeito histórico e suas

---

<sup>1</sup> Graduanda em História CESC-UEMA. E-mail: [rochaisabellesouza@outlook.com](mailto:rochaisabellesouza@outlook.com)

<sup>2</sup> Professor Adjunto II da Universidade Estadual do Maranhão (CESC/UEMA). Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (2018). Email: [noskcajzaionnel@gmail.com](mailto:noskcajzaionnel@gmail.com).

experiências, não é mais desejável se que prenda apenas em documentos oficiais, para “entender” a História é necessário observar todos os lados de um mesmo fato e entender o sujeito que representa esse lado.

Além dessas prerrogativas, outro elemento que torna-se possível essa abertura dos diálogos no campo da história, é o uso de periódicos como fonte documental possível, e as escalas de observação e análise que podemos acrescentar em nossas pesquisas, como por exemplo, o uso da Micro-História, onde nos leva a compreender aspectos do cotidiano, com mais proximidade, como por exemplo, o que nos propomos neste texto, em relação ao cotidiano de Caxias, e os sujeitos sociais existentes e fatores das suas tramas.

Estabelecido isso voltamos a contextualização que é fundamental para a compreensão do espaço e tempo da pesquisa, a Primeira República ou a chamada República Velha, um recorte da história do Brasil repleto de transformações. É um período de mudanças, carregadas de transformações políticas, econômicas e principalmente cultural (CARVALHO, 2000). Um momento, onde se percebe, inserção de novos hábitos, mas que não estabelece um rompimento com os tempos do império, mas uma convivência entre o antigo e o novo. Nota-se, um crescimento urbano, e o reforço do conceito de moderno dentro do regime republicano que buscava, se estabelecer naquele momento. Como foi falado houve muitas mudanças culturais, o que poderia ser visível uma série de hábitos,

costumes, elementos que serviram para formar a representação do “novo”, como também de sujeito novo, abrindo precedentes para se projetar a ideia de sujeito conforme “os padrões republicanos”, que por sua vez, deveria estar imbuída dentro dos padrões de ordem, higienização, civilização.

Mas é claro que essa modernização não se restringiu aos grandes centros do país, pois será possível identificar que tais comportamentos, também seria incorporado, pelos sujeitos em diversos espaços, como os estabelecidos distantes dos grandes centros, como as capitais. Um exemplo, que podemos citar é o caso da cidade de Caxias, localizada a 364, 4 km da capital São Luís, que buscou incorporar novos hábitos, ou os ditos hábitos republicanos mencionados anteriormente. Tal primazia, se embasava, pelo dito reordenamento urbano, como também pelos símbolos da chamada modernidade, a chegada das indústrias, fatores que poderia tornar a cidade como “a urbe civilizada”. “Com a República, tais configurações construíram-se, simbolicamente, em São Luís, como uma cidade moderna: burguesa, progressista e materialista. Nesse sentido, civilização e progresso, palavras tão proferidas durante as celebrações”. (SOUZA, 2010, p. 435). Posto que, São Luís era a representação do Maranhão inteiro para o resto do país, além dessa mudança estrutural o ideal republicano de pessoa precisava ser implantado e disseminado no restante da província.

Isso nos leva ao espaço principal de nossa pesquisa, Caxias-MA no período descrito anteriormente, nesse momento o advento

das fábricas e as linhas férreas, tornando a cidade em um ambiente fabril, fato considerado marca da modernidade. A intensa atividade fabril, principalmente da indústria têxtil eram de grande relevância para o comércio local, Caxias também se encontrava em uma boa localização, banhada pelo Rio Itapecuru tinha-se o escoamento de produtos e o transporte de pessoas pela via fluvial (PESSOA, 2009) e a cada dia que se passava a cidade se adaptava a uma nova dinâmica, encantando os cidadãos com o progresso e a nova civilidade implantada com a República.

Percebe-se que era desejo da elite local que novas tradições e costumes fossem criados e inculcados na população para assim educá-los, sem romper com algumas tradições antigas dos aristocratas. Essa nova necessidade de formar uma sociedade ordenada seguindo os padrões republicanos tinham um desafio a ser superado, que era denominado pela Igreja, Estado e a classe medicante como “classe perigosa” que era formada pela classe popular que agia fora dos novos padrões (SANTOS, 1995). Detalhes que seguiremos nas próximas linhas para identificarmos que eram esses sujeitos, que proviam a chamada desordem, segundo o discurso da época.

## DESENVOLVIMENTO

Em seu livro *CRIME E COTIDIANO: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*, Boris Fausto estabelece dois conceitos importantíssimos para a proposta da pesquisa, esses conceitos são: de “criminalidade” “[...] se refere ao fenômeno social na sua dimensão

mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através da construção de regularidades e cortes[...]” (FAUSTO, 2000, p. 9) e logo depois, diz que “crime”, “[...] diz respeito ao fenômeno de sua singularidade cuja riqueza em certos casos não se encerra em si mesma, como caso individual, mas abre caminho para muitas percepções.” (FAUSTO, 2000, p. 9).

Mas, quem era punido pelas transgressões? Certas posturas somente são punidas se o criminoso fizer parte da classe pobres; “[...] basta pensar na embriagues, contravenção aplicável apenas aos indivíduos pouco respeitáveis, pois os demais não são bêbados, mas pessoas “tocadas” ou “um pouco altas”. (FAUSTO, 2000, p. 18).

Na sua concepção da linguagem jurídica, a criminalidade consistia/e em uma infração ao Código Penal, e a atividade policial, que vai muito além da prisão de eventuais criminosos, exercendo uma atividade de amplo controle social (FAUSTO, 2000). Nesse caso, existia uma enorme diferença entre o número de presos e o número de processos, dessa forma podemos perceber as prisões como elemento de controle social, as vezes ocorria de ser realmente um crime o motivo da detenção, porém era deixado de lado devido a sua pouca importância. Essas prisões controversas mostram a preocupação com a ordem pública, que eram infligidas por vadios que não obedeciam à ordem do trabalho, ou era contra o padrão de homem ideal do período, ou eram suspeitos (ou seja, classe pobre).

Dessa forma, cabe salientar, as ponderações de Boris Fausto, sobre o conceito de homicídio para Fausto;

O homicídio é a ação humana mais uniformemente considerada como crime em diferentes sociedades. O alcance da definição, a maior ou menor reprovação social do ato, de acordo com as circunstâncias ou contra quem se dirija, podem variar, porém a regra básica é a da cominação de pena a quem suprime uma vida. (FAUSTO, 2000, p. 92).

O homicídio é muitas vezes um ato explosivo que não teve planejamento, aconteceu determinada situação que levou a excessos que foram ao extremo de matar um ser humano, tanto que a criminologia afirma que o agressor geralmente tem alguma relação com a vítima.

Um fator que abriu precedentes, para a inserção do saber médico, para auxiliar, por exemplo na compreensão dos atos considerados como homicídios, por exemplo, que segundo Fausto, a partir da leitura do Código Penal de 1890 “[...] estado de completa privação dos sentidos e de inteligência no ato de cometer um crime.” (FAUSTO, 2000, p. 98), era uma justificativa plausível para justificar um crime tão perverso.

Nesse caso, o Código Penal de 1890 é mais próximo do tratamento contemporâneo que é dado a loucura, pois não é deduzido de imediato que essa é perigosa permanentemente. Os criminosos nesse caso seriam, portadores de uma inferioridade bioquímica, em um processo hereditário que tendia sempre a aumentar ao longo das gerações.

Seguindo, as nossas análises, homicídio e família, eram outros tópicos que merecem atenção, pois aqui se encontra muitos crimes em “defesa da honra”, onde o “motivo” em muitos casos era um

adultério ou uma fantasia de um homem psicologicamente instável onde ele via a mulher cometendo adultério. Nesses casos era perfeitamente viável o homem justificar que foi um crime provocado, para defender a sua dignidade.

Por essa ótica, podemos citar o exemplo de crimes envolvendo o álcool, visto que, nessas ocasiões “as leis, no caso alcoolismo, estiveram sempre aquém das expectativas e das pregações dos discursos médicos mais radicais [...]” (SANTOS e VERANI, 2010, p. 410.), ou seja, sempre exerceu uma postura conciliadora, e a pena era baseada em quem estava cometendo o crime. Muitos crimes eram justificados pela “loucura alcoólica”, o que reforçava a ideia de desequilíbrio mental provocado pelo álcool (MATOS, 2001). Muitos médicos e juristas defendiam que o estado de alcoolismo durante o crime, deveria ser um agravante e não atenuante.

Eram, em geral, os homens que citavam o álcool como vetor do crime. Muitos criminosos eram absorvidos ou conseguiam diminuir suas penas simulando “loucura alcoólica”, alegando não serem responsáveis pelos seus atos (completa privação dos sentidos) no momento do crime por estarem alcoolizados, essa prática acirrou em torno de saber se o alcoólatra perderia suas faculdades e por isso cometeria o crime, eximindo-se assim da sua responsabilidade criminal. (MATOS, 2001, p. 70-71.)

Nota-se que, frequentemente a loucura-alcoolismo e crime-alcoolismo, eram vinculados, acentuando o reforço da ideia, que o álcool levaria a loucura e ao delírio (SANTOS, 1995). Assim, faz necessário mencionar conforme o discurso da época reforçado pelo saber médico, que nesse momento de desequilíbrio o homem desconfiava de todos, inclusive da fidelidade da esposa, por isso

muitos crimes passionais ocorriam, posto que o homem queria comprovar essa fidelidade e manter sua honra. Por essa ótica, entendia-se -se que a virilidade vai muito além da sexualidade, ela deveria ser provada de forma constante (MATOS, 2003), Atitudes que eram compreendidas, como crimes de “defesa da honra”.

Durante a pesquisa mapeamos inúmeros casos como os supostos acima, crimes de sangue (homicídio) que algumas vezes poderiam estar relacionados a embriaguez e geralmente eram conta outros homens embriagados, suas esposas ou filhos (MATOS, 2003) os jornais de Caxias eram bastantes detalhistas nesses tipos de crimes, como pode ser percebido abaixo.

#### **Um grande crime**

Pedro Terra, moço de 24 anos de idade, que atualmente desempenhava o cargo de escrivão de policia (...) entrou em casa muito agitado de voltar de uma roleta que costumava frequentar.

Sua esposa, a sr. d. Nacisca Alves de Brito, moça ainda, pois contava apenas 21 anos de idade, fez ao marido naturais reparos por ele entrar em casa a semelhante hora.

Terra mostrou-se exasperado, impoz silencio a D. Narcisa, do contrario, disse, matal-a-lhia.

A senhora achou prudente calar-se. Pedro Terra, como que subjugado por uma ideia terrível, vendo a pobre senhora com um filhinho recém-nascido nos braços, disse-lhe:

- Deita a creança e anda cá.

D. Narcisa obedeceu.

Deitou no berço o inocente Renato e veio até junto de seu marido.

Este colocando sobre uma meza uma folha de papel, voltou-se para a esposa e disse-lhe em um tom imperativo:

- Escreve o que vou ditar

A senhora obedeceu.

E Pedro Terra, fazendo esforço sobre si, começou assim:

*Meu pai:* Eu vos peço perdão, porque procedi mal com um cometa, por conselho de minha mãe...”

D. Narcisa compreendeu em parte o intuito do miserável e perguntou:

- Que quer isto dizer!

- Não se importe, respondeu Pedro Terra. Assigna e passame para as mãos

[...]

Seguiu-se depois entre os dons esposos uma scena de recriminações em que D. Narcisa, indignada justissimamente censurava com toda a energia os desregramento de seu Marido. E este, em um dado momento, correu a um canto da sala, a buscar um revolver.

D. Narcisa compreendeu os intuitos do miserável. Rápida, ingenuamente confiada na couração que, ante o bramir da força ameaçadora, poderia encontrar em dous filhinos, toma-os do leito estonteadamente, em cada braço, e voltando à sala, mals segura, mais calma, crendo ter vencido a momentanca ferocidade do marido, gritou a este que lhe apontava um revolver:

- Por piedade, Pedro! Lembra-te do teu filho.

Mas um tiro partira direto ao coração da infeliz senhora, que instantes depois era cadáver! (Um grande crime. *Jornal de Caxias*, 11 de janeiro de 1896, p. 01.)

Terra estava em uma roleta onde a ingestão de bebida era certo, foi um crime brutal que mesmo não ocorrendo em Caxias, recebeu atenção da imprensa local, posto que o assassino cometeu tal atrocidade as vistas de seus filhos e uma das crianças estava no

colo da mãe; crimes que retratavam a crueldade do ébrio com sua companheira durante o momento de embriaguez, eram ao nosso ver pós análises dos jornais, bastante comum, tanto que encontramos outro assassinato, dessa vez Firmina que foi morta pelo seu marido Claro em Caxias, nesse caso a imprensa, referir-se a cor e a idade do autor do crime, ao analisar que de forma indireta o Jornal de Caxias, tenta construir uma justificativa pelo crime, usando a cor negra da pele de Claro como justificativa, associando-o as “classes perigosas”, ou seja, as classes pobres, essas informações mais detalhadas que o caso nos proporciona é interessante para pensar o local social desses sujeitos.

Segundo o articulista o assassinato de Firmina ocorreu depois de uma festa que ambos foram, não existe certeza sobre a embriaguez, mas os locais festivos, era esperado a prática do consumo de bebidas, assim conforme o articulista, talvez ambos estivessem embriagados. No jornal aponta que o crime ocorreu da seguinte maneira: “Claro dirigio-se a mulher e fere-a de ponta e retirando-se para fora de casa, ferio-se com a mesma faca também no ventre, arrependido do mal que havia feito.” (Ferimento homicídio e infanticídio. *Jornal de Caxias*, 04 de janeiro de 1902, p. 02.), o jornal lamenta o ocorrido chamando Claro de “desumano”, ainda mais quando é lembrado que foi um duplo homicídio, visto que Firmina estava grávida de 9 meses.

Outro típico crime de sangue envolvendo Manoel Figueiredo e sua uma mulher Thomazia de tal que foi ferida por Figueredo com

um tiro de revólver, nesse caso tratamos de um marido que conserva uma imagem muito positiva perante a sociedade e a mulher que por ser amasia, ou seja, vive com um homem sem estar casada, tinha uma reputação pautada em dúvidas sobre sua honra, principalmente nesse caso que o criminoso era casado e a vítima era sua amante. Mas prosseguindo para entender como sucedeu o crime e as justificativas do criminoso.

Praticado o crime, o assassino foi entrega-se á prisão, sendo, depois de interrogado, recolhido a cadeia pública. A polícia compareceu ao local do assassinato, fazendo o arrolamento dos objetos que encontrou na loja de alfaiate e procedendo as outras diligencias. O cadáver de Tomazia, todo banhado em sangue, foi removido para o cemitério municipal, afim de ser examinado pelos médicos legistas. (Assassinato. *Diário do Maranhão*, 8 de junho de 1909, p. 01.)

Alguns dias depois na edição de 11 de junho de 1909 o *Diário do Maranhão* publica uma matéria para atualizar sobre o crime. Primeiro é estabelecido que a justificativa para o crime foi ciúme, não é à toa que Matos (2001) chama assassinatos passionais de “crimes de ciúme”, o ciúme veio depois de Tomazia assumiu estar apaixonada por outro indivíduo, essa declaração deixa Figueiredo sem reação, mas logo após Tomazia dormir é concebido o planejamento de matar sua amante. Então a notícia no segundo momento esclarece como Figueiredo matou sua amante “[...] fora ter com um amigo, o sr. Nilo da Costa Ferreira, de quem obtivera, sem lhe comunicar a ministra intenção, um revolver Mouser [...] então, desvairado, disparára-lhe, assertando-lhe o cano na tempora esquerda [...]” (O assassinato da Rua Estrela. *Diário do Maranhão*, 11 de junho de 1909, p. 01.),

posterior ao assassinato Manoel Figueiredo tenta se matar, porém, o revólver tinha apenas uma bala, por isso o criminoso acaba se entregando, visto que não consegue conviver com a culpa, mostrando o que aparentava ser um verdadeiro arrependimento pelo ocorrido.

Outro caso semelhante foi o do assassinado de Francisca pelo seu esposo Marianno, esse assassinato tem um “tom” ainda mais sádico do que o outro, porque é descrito pela matéria que tudo estava bem na residência do casal e em sua relação, nenhum acontecimento que supusesse que haveria um crime dessa envergadura na casa. Mariano José da Cunha chegando na casa de seu cunhado pede para chamar sua esposa, depois disso o que ocorreu foi o seguinte:

D. Francisca compareceu imediatamente à sala e assentou-se no sofá ao lado de seu marido, que, com palavras meigas lhe disse que tinha ido leva-lhe um mimo. E, tirando do bolso um revolver, deu-lhe um tiro a queima roupa. Ella levantou-se e tentou fugir para a rua. Não satisfeito ainda, sedento de sangue, cego de cólera, allucinado, atira-se sobre a esposa e dispara segundo tiro. Eylla cae, morrendo aos seus pés. (Assassinato. *Pacotilha*, 10 de outubro de 1891, p. 03.)

Depois disso Mariano José da Cunha saiu a rua e pediu que o prendesse, mas quando foram fazer, Cunha disparou dois tiros contra um cabo. O que foi dito após sua prisão é que foi chamado um legista para a corpo da esposa; que constatou que um tiro atingiu a clavícula e a outra bala atingiu a região temporal esquerda, o segundo tiro foi o que causou a morte. Crimes com os descritos anteriormente caracteriza por se tratar de crime passional, ou seja, crimes que foi cometido pela paixão (RIBEIRO, 1995) para colabora com essa

perspectiva temos Pesavento que diz: “[...] conflitos familiares entre marido e mulher, fossem eles causados por ciúme ou por problemas corriqueiros do cotidiano, podiam resultar em graves ferimentos que ultrapassavam a mera briga, com tiros de revólver ou outras armas menos usuais.” (2001, p. 204).

A análise agora envereda por um lado dos assassinatos que ocorriam entre homens, alguns até que se consideravam amigos ou até irmãos, mas, por que desavenças desse tipo ocorria com tanta frequência entre homens? Essa pergunta é respondida pela maioria dos estudiosos do período da seguinte forma; “[...] esses conflitos eram recorrentes devido à prática de ingestão de líquidos alcoólicos [...]” (RIBEIRO, 2018, p. 244), posto que um homem alcoolizado perde sua noção de moral e honra, e se deixa levar pela violência.

Com essa visão definida vamos observar alguns exemplos que a ingestão de álcool era algo certo, pois em outras ocasiões algumas dessas desavenças que levaram ao assassinato não ocorreriam. O caso trata-se de uma desavença sem motivos aparentes que ocorreu nas redondezas de Timon entre três homens que resultou em um espancado, outro esfaqueado e o terceiro morto; o fato ocorreu da seguinte maneira.

José Pereira David ia para Cutin do Padre, quando, próximo a Timon, encontrou-se com os carreiros Paulo dos Santos e Athanzio de tal. Ao se encontrarem; os dois carreiros começaram a insultar José que repeliu os insultos. Nessa ocasião Paulo e Athanzio, armados, um com uma taboa do carro e o outro com uma taca, investiram contra José, que ficou gravemente ferido. [...] Não tendo com que defender-se dos seus agressores, José saca uma faca, ferindo ambos. Minutos depois

Athanzio que recebera uma profunda ferida nos rins, morre, ficando seu companheiro gravemente ferido. (Assassinato. *Diário do Maranhão*, 18 de fevereiro de 1911, p. 01.)

Uma desavença que surgiu sem motivo aparente que acabou evoluindo para um assassinato, a notícia ainda nos informa que José Pereira após perceber seu crime- em um momento que tentava não ser morto por dos sujeitos briguentos que ele teve o azar de cruzar- acaba se entregando a força policial da cidade de Timon, após confessa seu crime foi encaminhado a enfermaria para se tratar. Crimes por motivos fúteis era bem comum, como esse retratado e outro que ocorreu em Flores que Candido Martins, assassinou Candido de tal devido a um jogo, a notícia diz mais; “[...] O assassino ficou bastante ferido. Devido a não ter cadeia o assassino acha-se preso sob palavra.” (Assassinato: preso sob palavra. *Folha do Povo*, 23 de abril de 1925, p. 01.)

O próximo caso analisado é de uma violência de um homem embriagado contra outros homens, esse caso ocorreu nas redondezas de Caxias em um local chamado *Prazeres*, casos assim ocorriam muitas vezes após uma noite de bebedeira onde rixas antigas eram lembradas, e a imprensa relatava esses desvios de comportamento. E essas brigas segundo dados dos jornais eram agressões que ocorriam entre “companheiros de farra”, levando a ferimentos graves ou a homicídio. Iremos observar um tipo caso de agressão entre conhecidos, após a embriaguez, os personagens dessa história são Honorato e Francisco Ceroula; descrita no *Jornal de Caxias*.

**Que lastima!**

No lugar denominado Prazeres, distante 5 leguas desta villa, no dia 1º do corrente, estando Honorato de tal, deitado em sua casa, um pouco ébrio, chegou Francisco Ceroula, também ébrio, armado de uma canna de espingarda e derrubando a perna de Honorato, a esbordou, chegando a da com ele na cabeça, produzindo um grande ferimento do qual deitou muito sangue, e outra paneada de um lado das costelas, que fez uma grande contusão.

Honorato, vendo-se ferido, lançou mão de uma garrucha para com ella defender-se; Francisco bateu com o canno não mão de Honorato, que fez a garrucha cahir da mão, e esta, na queda disparou.

Francisco correu, dizendo que Honorato tinha atirado nelle. Honorato o que fez foi correr atraz de seu agressor, armado de um cacete, cota o qual sempre ponde aproveitar duas paneadas em Francisco.

Ficaram pagos! (Que lastima! *Jornal de Caxias*, 25 de abril de 1903, p. 03.)

Como o fim da notícia deixa claro para os padrões de comportamento da época Honorato e Francisco estavam “pagos”, porém Francisco denunciou Honorato ao delegado de polícia da localidade, fazendo assim ele ser preso por tentativa de homicídio. Honorato foi preso em Caxias e aqui ficando quatro dias, no fim do quarto dia ele teve que deixar todas as suas posses como uma espécie de “fiança”, para conseguir sua liberdade Francisco jamais foi preso.

Em outro caso desse modelo temos o assassinato de Manoel José de Freitas Bastos que teve como autor um empregado que foi demitido de nome Joaquim; o crime ocorreu muitos dias depois da demissão, no entanto, na ocasião Joaquim tinha álcool no sangue e foi atrás de Manoel dizendo que buscava seus pagamentos; “[...] Joaquim encontrou-o no quarto, onde, apoz breve discussão, sacou

um punhal, cravando-o todo do lado direito e em direção ao coração de Manoel Bastos. Este caiu, morrendo quase instantaneamente. [...]” (Assassinato. *Pacotilha*, 18 de dezembro de 1911, p. 01.), depois do ocorrido o criminoso fugiu e pensou ter escapado da “mão da justiça”, mas enquanto andava tranquilamente, foi detido por populares e levado a prisão.

Trataremos de um caso de “sensação” que foi a morte do prefeito de Codó em 1922, com o seguinte título *Bárbaro Assassinato*, trata-se de um crime que ocorreu a luz e a vista de todos, não esquecendo da importância da vítima. Podemos observar abaixo um trecho da notícia.

[...] narram que Manoel de Barros residente no Coroatá, assassinou, hontem, as 15 horas, na cidade de Codó, em plena rua, o sr. Henrique Figueiredo, disparando-lhe 5 tiros de rifle. Henrique Figueiredo que era prefeito Municipal naquela cidade, saía da Prefeitura, quando foi atingido pelas balas assassinas. Manoel de Barros, o criminoso, partira de Coroatá para o Codó na ultima terça-feira, dizendo ir tratar ali de um negocio importante. Sabe-se que o criminoso foi prezo em fragrante. (Bárbaro Assassinato. *Diário de São Luís*, 29 de agosto de 1922, p. 03.)

Nas edições seguintes que o Diário de São Luís escreve, para ser mais exata são quatro edições, o crime é tratado como muito misterioso, pois os jornais de Codó escrevem sobre o ocorrido, entretanto com muita cautela e informações pobres. Também é relatado na edição de 1 de setembro que o delegado geral da capital, dr, Freitas Carvalho vai a Codó com o objetivo de punir os responsáveis, posto que na visão das matérias sobre a notícia, o crime é insinuado que foi “mandado” e muito provavelmente foi um crime

político. Aqui temos um exemplar de um crime de “sensação”, como define Marília Oliveira “O termo “sensação”, utilizado para designar crimes que mobilizavam a opinião pública, não era de uso exclusivo da imprensa criminal.” (OLIVEIRA, 2013, p. 117).

Voltando para a justificativa inicial que foi dada ao começar a falar de assassinato de homens por outros homens, temos a notícia intitulada *O Perigo do Homem* que antes de explicar o ocorrido escreve as seguintes palavras para lembrar os perigos da ingestão de bebidas alcoólicas; “O álcool é um dos maiores flagelos da humanidade. Combater esse terrível inimigo da espécie humana é o dever de todo homem que honra as calças que veste. Quantos crimes hediondos não se tem verificado em virtude do uso abominável do álcool?” (*O Perigo do Homem. O Imparcial*, 10 de junho de 1930, p. 04.), esse questionamento confirma o que venho dizendo sobre o perigo que o álcool traz a ordem republicana, tal mal necessitava ser parado.

O que ocorreu nessa matéria que começou com esse “desabafo” sobre a bebida, foi o assassinato de Anthenor Nunes Costa por um vizinho de longa data, o Alipio de Assunção Ribeiro que estava alcoolizado, tudo começou com insultos de Alipio contra Anthenor que aguentou tudo calado, acabou saindo um pouco de casa para evitar o pior, mas foi seguido por Alipio que possuía uma faca que foi a arma que matou Anthenor, após o ocorrido o criminoso foi detido.

Nesse caso o crime poderia ser justificado como “legítima defesa da honra” ou “crime de emoção” ou outras nomenclaturas para dizer que foram crimes causados pela emoção, usando Matos (2001) fala que nesses casos diziam que: “[...] sua honra, ficava privado dos sentidos e cometia o crime em um momento de loucura momentânea.” (MATOS, 2001, p. 71).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho tem como principal intuito a análise dos discursos jornalísticos acerca dos homicídios cometidos por homens supostamente embriagados em Caxias-MA durante a Primeira República para assim entender a constituição da masculinidade no período. E para isso é necessário entender os aspectos que estavam pautados essa nova sociedade que se firmava, que tinha a “Ordem e Progreso” como base.

A nova sociedade republicana teria homens e mulheres de moral e honra inquestionáveis, dessa forma formariam uma família com os mesmos preceitos criando assim uma criança saudável, criança essa o novo centro da família, elas deveriam ser educadas pelos pais, alimentadas de forma saudável, tendo horários que deveriam ser rigidamente obedecidos e cuidados médicos. Assim sendo, a família deveria ser composta por um homem pai/marido/provedor, uma mulher mãe/esposa e uma criança obediente/saudável/educada.

Mesmo com esse planejamento de sociedade “civilizada” atos de violência eram constantes e faziam parte da constituição do que era ser homem no período. Com essa perspectiva nos deparamos com as fontes documentais dessa pesquisa que é formada por jornais que eram uma forma de produzir pontos de vistas. Como afirma Capelato (1988), os jornais falam muito de uma sociedade seus costumes, hábitos, todo o contexto diário de uma sociedade naquele período estar trabalhado nos jornais. Dado o exposto até aqui e todo o processo de mapeamento e análises dos periódicos, temos um panorama dos homicídios retratados em periódicos de Caxias durante o período da República Velha.

## REFERÊNCIAS

- BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- CAMPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.
- CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1980-1924)**. São Paulo: Edusp, 2000.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **Meu Lar é o Botequim: alcoolismo e masculinidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MORELLI, Liana Machado. Violência sexual em São Paulo na passagem do século XIX para XX. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, Florianópolis, 2013.

OLIVEIRA. Marília Rodrigues. Quando os crimes se tornam “sensação”: narrativas da imprensa, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República. **Fronteiras: Revista Catarinense de História [on-line]**, Florianópolis, n.22, p.113-135, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PESSOA, Jordânia Maria. **Entre a tradição e a modernidade**: A Belle Époque Caxiense: Práticas fabris, reordenamento urbano e padrões culturais no final do século XIX. Imperatriz: Ética, 2009.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Cor e criminalidade**: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930). Rio de Janeiro: Editora URFJ, 1995.

RIBEIRO, Jakson dos Santos. **Filhos da Princesa do Sertão**: representações da masculinidade em Caxias-MA durante a Primeira República. Tese. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos. **O alcoolismo**: a invenção de uma doença. Dissertação. IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos; VERANI, Ana Carolina. Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil no início do século XX.

**História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, V.17, supl. 2, p. 401-420, 2010.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Ordem social, Polícia Civil e justiça criminal na cidade de São Paulo (1889-1930). **Revista de História** 162, p. 179-204, 2010.

## Fontes

**Diário do Maranhão**, 8 de junho de 1909, Ano XL, número 10774, p. 01.

**Diário do Maranhão**, 11 de junho de 1909, Ano XL, número 10777, p. 01.

**Diário do Maranhão**, 18 de fevereiro de 1911, Ano XLII, número 11475, p. 01.

**Diário de São Luís**, 29 de agosto de 1922, Ano III, número 202, p. 03.

**Folha do Povo**, 23 de abril de 1925, Ano III, número 96, p. 01.

**Jornal de Caxias**, 11 de janeiro de 1896, Ano I, número 15, p. 01.

**Jornal de Caxias**, 04 de janeiro de 1902, Ano VII, número 313, p. 02.

**Jornal de Caxias**, 25 de abril de 1903, Ano VIII, número 380, p. 03.

**O Imparcial**, 10 de junho de 1930, Ano IV, número 2167, p. 04.

**Pacotilha**, 10 de outubro de 1891, Ano XI, número 276, p. 03.

**Pacotilha**, 18 de dezembro de 1911, Ano XXXI, número 296, p. 01.

## OS SONHOS DE ABRIL: a desarticulação da PIDE/DGS em meio à dissolução do império do ultramar através do Jornal O Século (1974-1976)

Monica Piccolo Almeida Chaves<sup>1</sup>

Luana dos Anjos Pereira<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

O Estado-Novo foi um regime político autoritário erguido por António Salazar que, depois de algum tempo, resistirá à própria morte política do seu mentor, continuando sob a vigência do seu sucessor Marcelo Caetano. A *Primavera Marcelista*<sup>3</sup> foi derrubada pela Revolução dos Cravos em abril de 1974 e a Polícia Política PIDE/DGS foi logo um objeto de medidas de dissolução e de criminalização de seus agentes. A Revolução dos Cravos acabou por potencializar a desarticulação do Império Ultramarino Português (Guiné-Bissau, Angola e Moçambique), uma vez que a guerra colonial esteve no epicentro da eclosão do movimento que derrubou o salazarismo.

Esse artigo faz parte de um trabalho monográfico e pretende colaborar com a ampliação e desenvolvimento das obras historiográficas em relação à história contemporânea de Portugal. Diante disso, esse trabalho almeja investigar as especificidades da

---

<sup>1</sup> Professora Doutora do curso de Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão.

<sup>2</sup> Estudante da Graduação em História-Licenciatura na Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista do PIBIC/CNPQ 2020/2021. E-mail: anjosluana1998@outlook.com.

<sup>3</sup> O acesso às publicações do jornal *O Século* deu-se durante a realização do Estágio Internacional, financiado pela FAPEMA, durante os meses de janeiro e março de 2019.

dissolução da PIDE/DGS que foi um dos sustentáculos para que o regime perdurasse por tanto tempo, que atuava em África, principalmente em Angola e Moçambique.

## A ESTRUTURA E DESMONTAGEM DA PIDE/DGS

Durante o Estado Novo, um dos sustentáculos do regime foi a sua polícia política. A historiadora Maria da Conceição Ribeiro (1995) em sua tese *A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945)* explica que o lema do regime salazarista era: “*Nada contra a Nação. Tudo pela Nação*”. Dessa forma, a ditadura implantava uma política autoritária aos denominados “inimigos da Pátria”. Nesse contexto, a partir de 1933 com a Constituição, a supressão de liberdade e direitos ficou condicionada ao que feria ou não a legitimidade do Estado. Parafraseando Giorgio Agamben (2004), o Estado de exceção, não se preocupa com a ordem, mas sim com a cultura do medo. Para Agamben, o Estado de exceção é uma estratégia para retirar os que não fazem parte do sistema da política da ordem vigente. Dessa forma, um dos pilares do Estado Novo era zelar pela segurança do regime e garantir a fidelidade ao mesmo. Isso será feito através da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE).

Nesse cenário, ainda segundo Irene Pimentel (2011), a PVDE surgiu juntamente com a existência de ditaduras em vários países da Europa no período entre guerras, tornando aparentemente evidente o fato de diversos regimes, apesar das diferenças, apresentarem características semelhantes, especificamente no que se relacionava

com a polícia política. Diante disso, “a PVDE assinou com a polícia italiana, um acordo técnico e uma troca de informações sobre pessoas <<politicamente perigosas>>, nomeadamente comunistas” (PIMENTEL, 2011, pp.28-9). A PVDE não teria uma vida muito longa, pois durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o mundo passou por uma luta territorial, travada por vários países, os quais cada um tinha que se posicionar diante o conflito armado.

A PVDE durou até 1945 e sua principal função era, segundo Irene “a repressão do comunismo, designadamente no que tocava às ligações entre elementos portugueses e agitadores estrangeiros, por isso ficando incumbida de colaborar com as polícias estrangeiras”. (PIMENTEL, 2018, p.72). Após a Segunda Guerra Mundial<sup>4</sup> a PVDE, foi remodelada, e em 1945, surge como PIDE, a nova polícia do Estado Novo, executando funções tanto no território internacional quanto no território nacional. Competia à PIDE a responsabilidade pelos serviços de passaporte, emigração e controle de fronteiras. Ainda sobre a PVDE, Pimentel (2011), explica que esse decreto concedeu a polícia política ainda mais independência:

O Decreto-Lei n° 35 046, de 22 de Outubro de 1945, que criou a PIDE, considerou-a como organismo judiciário autónomo, com a mesma orgânica interna, poderes e funções que o direito comum atribuía á PJ e formou, pela primeira vez, um quadro de funcionários e agentes. Lembre-se que, se a PVDE apenas tinha cerca de 30 agentes, em 1935, através de uma reorganização dos serviços, em 1947 (Decreto-Lei n ° 36 527), a PIDE ficou

---

<sup>4</sup>“Todas essas polícias - fascista e nacional-socialista - foram extintas com a derrota desses regimes ditatoriais e totalitários, no final da Segunda Guerra Mundial, em 1945” (PIMENTEL, 2011, p.31).

com um quadro composto por 541 funcionários de direcção e investigação e 150 de secretaria. Em 1948, o quadro tinha 726 funcionários, embora só houvesse 521 elementos colocados, faltando, sobretudo preencher as vagas do pessoal de investigação (PIMENTEL, 2011, p.31).

Além disso, de acordo com Pimentel (2011), após 1945 as prisões preventivas não tinham mais prazos de duração até a formação da culpa e o trânsito do processo, ou seja, diversos presos esperaram em média quatro anos pelo julgamento. Retomando as análises de Irene Pimentel (2011), a legislação da PIDE foi ampliada a partir de 1945, com medidas que fortaleceram a autonomia da Polícia Política, principalmente em relação aos presos considerados subversivos:

A legislação da PIDE de 1945 foi completada, nos dois anos seguintes, por outros dois diplomas, um dos quais (Decreto-Lei nº35 830, de 27 de Agosto de 1946) atribuiu competência igual à todos os funcionários superiores da administração pública, aos sub-inspectores, chefes de brigada e chefes de postos e delegações. A PIDE ficou ainda, em 1947, com a possibilidade de aplicar <<medidas de segurança>> aos condenados por crimes contra a segurança do Estado, aos quais o governo também passava a poder fixar residência ou expulsar do país. O poder da PIDE foi ainda reforçado, em 1949, com a criação do CSP, segundo o qual as <<medidas de segurança>> foram transformadas em medidas de prisão, <<em estabelecimento adequado>>, de um a três anos, ficando a PIDE com a faculdade de propor a sua aplicação e prorrogação. A PIDE passou a ter ainda o poder de encerrar tipografias que imprimissem publicações subversivas ou passíveis de perturbar a ordem pública, proibir comícios e encontros, fechar locais que servissem para facilitar actividades <<subversivas>> e vigiar trabalhadores em empresas (PIMENTEL, 2011, p.36).

A PIDE era o órgão de inteligência que tentava evitar todas as atitudes que pudessem pôr o regime em risco. Dessa forma, Pimentel (2011) afirma ainda que a legislação de 1947 e 1949 correspondeu a uma fase de contra-ataque do regime sobre as oposições. Em casos de intervenção direta a PIDE, podia penalizar os suspeitos com detenção mínima e regida por lei, ou até mesmo ampliar de forma arbitrária as penas dos detentos sem explicar o motivo, chegando ao extremo quando usava a tortura como tática de delação. Inclusive, a ocultação da tortura foi algo recorrente dos regimes ditatoriais pelo mundo. De acordo com o historiador Ruy Blanes (2013), em seu artigo *Da confusão à ironia. Expectativas e legados da Pide em Angola*, a polícia política salazarista foi um dos alicerces de um Estado nacionalista, ditatorial e fascista num período distante da Segunda Guerra mundial, representando para uma comunidade internacional, ao longo do século XX, um símbolo de combate ao comunismo.

O livro de Ana Aranha e Carlos Ademar (2014). *No limite da dor. A tortura nas prisões da PIDE* analisa e relata como funcionava a polícia política de Salazar e Caetano, trazendo alguns depoimentos de ex-presos e ex-presas da PIDE/DGS. Passados 40 anos após 1974, algumas pessoas desejaram falar sobre o que sofreram e passaram nos domínios dessa importante engrenagem no aparato ditatorial português. Essa polícia não investigava para prender, mas sim prendia para investigar. Os interrogatórios eram sob torturas, como o isolamento em cela, a privação do sono, a manutenção de um mesmo posicionamento corporal (estátua) e a prática dos

espancamentos. Ao abordar sobre as torturas que a PIDE/DGS exercia, os autores relatam que até nas torturas existia a luta de classes, uma vez que “a luta de classes tão detestada por Salazar, nunca deixou de estar presente no seio da PIDE, que tratava diferentemente operários, camponeses, intelectuais, burgueses, homens e mulheres” (ARANHA; ADEMAR, 2014, p.19).

Na década de 1950 com o aumento da ameaça comunista nas colônias o aparato repressor intensifica suas atividades em África. Diante disso. “Em 1954, com o D-L. n° 39 749, de 9 de Agosto, passou a funcionar junto do diretor da PIDE um Conselho de Polícia e foi criado um quadro de funcionários do ultramar, composto por 58 homens (26 em Angola, 27 em Moçambique e 5 na Guiné)” (PIMENTEL, 2018, p.113).

Sobre a organização dessa Polícia no ultramar<sup>5</sup>, a PIDE de Angola tinha uma estrutura hierárquica constituída pela delegação principal e subdelegações. A delegação era o órgão central que mantinha ligações com a sede em Lisboa e demais subdelegações. O objetivo desta última, era a recolha de informações. Possuíam certa autonomia e acionavam os postos sob a sua jurisdição, possibilitando um regime de troca de informações:

Nos anos seguintes, de 1961 e 1962, iniciou-se um terceiro período na vida da PIDE, devido ao despoletar da Guerra Colonial em Angola e à unificação dos princípios que deveriam reger a organização dessa

---

<sup>5</sup> O ultramar foi o nome dado às colônias portuguesas em África, para denominá-las como parte da república portuguesa e não como colônias. Além disso, essa medida foi adotada para evitar que os fóruns internacionais considerassem Portugal uma potência colonial.

polícia em Portugal e nas colónias. O Decreto-Lei nº43 582, de 4 de abril de 1961, previa a criação de subdelegações e postos de fronteira e de vigilância em Angola e Moçambique. Distribuía, por outro lado, o pessoal da metrópole e do ultramar por um quadro único, colocando a PIDE, <<em relação ao ultramar, tal como se encontravam as forças armadas>>, tal como tinha proposto Homero de Matos (PIMENTEL, 2011, p. 40).

Segundo, Anderson Mendonça (2018) no seu artigo *O Salazarismo e a PIDE: política de repressão em Angola, em 1961*, “o pessoal da PIDE a serviço na metrópole e no ultramar foi reunido num único quadro de pessoal” (MENDONÇA, 2018, p.305). Além dos postos, subpostos e delegações, o Gabinete de Negócios Ultramarinos (GNP) produzia relatórios de informações políticas internacionais, resenha de informações ultramarinas. Por sugestão da GNP:

Todos os relatórios e inspeções efetuadas por inspetores da administração ultramarina e por inspetores administrativos deveriam ser enviados para o próprio GNP, para serem fichados e aproveitados ao máximo como forma de poder contribuir para a luta colonial que era travada entre Portugal e os movimentos de libertação (MENDONÇA, 2018, p.306).

Ainda em concordância com Mendonça (2018), a PIDE estava encarregada de fiscalizar a documentação e a clandestinidade em território africano:

Art. 7.º À Polícia Internacional de Defesa e Segurança do Estado cabe organizar os processos relativos à extradição dos criminosos e colaborar com a Polícia judiciária e com as polícias estrangeiras na perseguição dos criminosos internacionais.

Art. 8.º Em matéria de prevenção criminal compete à polícia internacional e de segurança do Estado:

- 1.º Vigiar as fronteiras terrestres e marítimas, impedindo a passagem de indivíduos, indocumentados, assim como a entrada de estrangeiros indesejáveis;
- 2.º Vigiar os estrangeiros e fiscalizar as suas actividades, promovendo a expulsão dos indocumentados ou indesejáveis e bem assim dos que tiverem sido condenados por tribunais portugueses, desde que tenham cumprido as condenações;
- 3.º Fiscalizar as agências de emigração e de passagens e passaportes;
- 4.º Vigiar os terroristas, os suspeitos de atividade contra a segurança exterior e interior do Estado e as associações, organizações ou bandos destinados à Prática de crimes cuja instrução preparatória é da sua competência [...]. (MINISTÉRIO, 1945).

Segundo, Anderson Mendonça (2018) a PIDE contava com uma tripla lógica, a primeira era a prevenção-dissuasão, ou seja, antes que o indivíduo apresentasse ser uma ameaça real para o regime, a polícia prendia para investigar e torturar. A segunda lógica apresentada é a vigilância-investigação, os presos ficavam presos por tempo indeterminado sendo submetidos às torturas e a terceira punição-repressão, os principais alvos da PIDE eram os comunistas, a maioria dos desses presos após as torturas acabavam morrendo nas prisões por questões de saúde. Além disso, a PIDE agia em conjunto com outros órgãos como a igreja, a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa, para controlar a sociedade.

Ao analisar a estrutura da PIDE cabe ressaltar que a ação da polícia no ultramar tinha diferenças essenciais em relação ao funcionamento na metrópole. Nas colônias a PIDE teve que lidar diretamente com as guerrilhas, e com outros países apoiando a autodeterminação desses países no contexto da Guerra Fria. Dessa

forma isso justifica a ação conjunta da PIDE e das Unidades Militares em África e dos órgãos de informações criarem estratégias específicas para lidar com as ameaças constantes. A PIDE tinha como jurisprudência a região da Angola, Moçambique, Guine Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Em Luanda, capital de Angola, a luta de libertação aparecia como algo distante da realidade vivida:

A ação da PIDE impedia os grupos clandestinos que se formavam na capital de se fazerem ouvir, e as próprias notícias divulgadas nos periódicos tornavam-se escassas. Se olharmos para os jornais que circulavam na capital, encontraremos uma guerra entre várias outras, cujas notícias eram mais frequentes do que a própria luta relacionada ao futuro da província. (BOSSLET, 2016, *Apud*, BOSSLET, 2014, p.125-126).

No que se refere à relação entre a população dos subúrbios e os agentes policiais após 1961, mencionaremos rapidamente a série de retaliações das quais foram vítimas os habitantes dos musseques<sup>6</sup> após o 04 de fevereiro. Para compreender o aumento da repressão nessa área de Luanda, faz-se necessário chamar atenção para a população que vivia nessas regiões. Dessa forma, os musseques eram áreas na qual vivia a maior parte da população. De acordo com Rogério Guimarães (2010), cerca de 57% dos habitantes não eram naturais da cidade.

Além disso, durante a década de 1940 houve um aumento da população branca imigrante<sup>7</sup> que iam para essas regiões explorar café e aumentar a atividade econômica. Entretanto as condições de vida

---

<sup>6</sup> Os musseques são as áreas periféricas de Luanda.

<sup>7</sup> Imigrantes portugueses.

da população branca eram melhores em relação à população negra que vivia nos musseques, os residentes negros dispunham de condições precárias de residências, como por exemplo, a falta de luz elétrica ao passo que a população branca usufruía de uma melhor estrutura de vida. Sendo assim, em 1960 essas vulnerabilidades são mais acentuadas com a chegada dos movimentos anticoloniais e a repressão do regime. Por volta de 1969, quando Marcelo Caetano assume a presidência do Conselho de Ministros, essa polícia política ganha um novo nome, através do D-L n° 49 401, e passa a chamar-se Direcção-Geral de Segurança (DGS).

Havia apostas de que Caetano iria de alguma forma liberalizar o regime e diminuir a repressão com a nova “reforma”. Essas apostas eram fundamentadas em algumas atitudes contraditórias de Marcelo antes de assumir o governo. Por volta de 1943 a 1945 as declarações de Caetano sobre a polícia continham críticas à repressão e a violência excessiva. Segundo ele, isso demonstrava uma prova de fraqueza do regime. Nesse contexto, ao assumir a direcção da PIDE/DGS, acreditou-se que a mudança de nome seria uma alteração positiva.

No entanto, de acordo com Pimentel (2011):

Apesar das afirmações de Caetano, os métodos de detenção arbitrária e tortura não sofreram alterações básicas, tendo mesmo endurecido, no segundo período de críspação do marcelismo. Também é um facto que Caetano sempre soube, quer por familiares de presos, quer mesmo por elementos da própria DGS, que eram aplicadas torturas aos detidos. Por exemplo, o director da delegação do Porto (PIMENTEL, 2011, p.47).

Dessa forma compartilho das análises de Irene Pimentel (2011), quando afirma que as alterações não foram suficientes para garantir de fato que houve uma reforma, visto que, a alteração da PIDE para DGS teve uma modificação apenas nas nomenclaturas, pois na estrutura mudou-se pouca coisa ou quase nada, além disso, a repressão aumentou após o agravamento da guerra colonial e da oposição ao Estado Novo.

De fato, a PIDE/DGS foi um dos sustentáculos para manter a longevidade do regime junto com outros pilares como a igreja e as forças armadas. É na duração do regime que se pode observar a teoria do Estado Ampliado desenvolvida por Antonio Gramsci (2007), a teoria do Estado Ampliado. Ideia fundamental para explicar que o Estado não compreende somente ao aparelho jurídico de comando e repressão, caracterizado como “Sociedade Política”, mas também a “Sociedade Civil” que seria um conjunto de organizações responsáveis pela elaboração ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, sindicatos e etc. A Sociedade Civil e a Sociedade Política vão se configurar em um equilíbrio para a melhor compreensão do Estado Ampliado. Dessa forma, percebe-se a elaboração de um consenso entre essas organizações:

Mas o regime ditatorial também perdurou, porque conseguiu uma “organização do consenso”, através de aparelhos de desmobilização cívica e de inculcação ideológica, bem como diversos instrumentos, entre os quais se contaram, por exemplo, o aparelho corporativo – sindicatos nacionais e grêmios –, a organização de tempos livres, Federação Nacional da Alegria no

Trabalho (FNAT) e as organizações de enquadramento de estratos da população – por exemplo, a Mocidade Portuguesa (MP) e a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) (PIMENTEL, 2011, p.148).

Portanto, para além dessas instituições, uma das respostas para o segredo da durabilidade do salazarismo, era a sua polícia política e a sua tática de prevenção-repressão. Entretanto, o aumento dessa repressão coincide com os momentos de agonia do regime. Dessa forma, com as debilidades do regime por volta de 1973 veio também o aumento da repressão tanto em Portugal quanto no Ultramar. No entanto, o Golpe viria no ano seguinte, e abriu-se no país a oportunidade da redemocratização. Para Irene Pimentel, a transição para a democracia por ruptura, foi crucial para a dissolução das instituições do Estado Novo.

Por fim, a polícia política foi fruto de um regime de influência totalitário, mas com grande cunho paternalista que serviu de exemplo para outros países no mundo. A PIDE surge, segundo Hannah Arendt (2012), na acumulação de um processo de constituição legal dos aparatos de combate à “dissidência” e instauração e manutenção da ordem em Portugal, e remete para uma época particular na história portuguesa que acabaria por terminar através de um marcante processo revolucionário. A ação revolucionária na qual menciona Arendt acontece com a Revolução em abril de 1974. Esse processo acabaria com a PIDE/DGS, e marcaria o início do processo de descolonização. Um ano antes Guiné-Bissau conseguiu a sua independência e, um ano depois, Angola e

Moçambique conseguiram suas independências. Sem luta e resistência, as nações não poderiam encontrar sua independência frente à repressão dos aparatos policiais.

## **A GUERRA COLONIAL E O 25 DE ABRIL: a influência do processo de descolonização na revolução portuguesa**

A Guerra Colonial teve um papel crucial na destituição do Império Colonial português em África e no fim do Estado Novo. Nesse cenário, após a Revolução dos Cravos, os países ganharam ainda mais autonomia para prosseguir com seus respectivos processos de descolonização. Dessa forma, enfatizarei o início das lutas de libertação em três países, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Esses países têm em comum a intensa luta armada dos movimentos de libertações em prol da independência de seus territórios. No entanto, essa luta pela libertação começa bem antes de 1974, tendo seu início ainda no governo de Salazar:

O império colonial português na África caracterizou-se pelo seu papel subordinado e dependente dos investimentos estrangeiros. Utilizou-se de mecanismos da super exploração da mão-de-obra como o trabalho forçado, legitimado por uma forte demarcação racial entre “indígenas” e cidadãos portugueses para justificar a exploração. As lutas pela independência das colônias africanas na década de 60 são marcadas pela guerra colonial em Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Transformaram-se na questão mais crucial da sociedade portuguesa, desestruturando a estabilidade do império, levando à crise o regime político, dividindo o exército e desencadeando a “Revolução dos Cravos” em 1974 (GUILLEN, 2007, p.10).

Sendo assim, a crise do Império colonial português deu sinais mais intensos após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com o pesquisador António Costa Pinto (2001). Portugal, durante a Segunda Guerra Mundial, adotou uma imagem de neutralidade benigna com os Aliados<sup>8</sup>. Contudo, além de ser excluído de alguns eventos internacionais, como por exemplo, a Conferência de São Francisco sobre a Organização das Nações Unidas (ONU), teve também a sua candidatura vetada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1946.

Ainda nesse contexto, as relações de Salazar com os Estados Unidos eram de desconfiança uma vez que a política internacional dos EUA apontava os caminhos para o *anticolonialismo*. Sendo assim, ainda segundo António Pinto (2001), quando o presidente norte-americano John Kennedy assume o poder nos Estados Unidos a política do país em relação à África determina a pressão a favor da descolonização. A história de cada movimento não se inicia nem em 1961, nem no dia, mês e ano da data oficial da sua fundação. Sendo cada um o produto de um percurso específico e, em última instância, condicionada pelas opções das lideranças.

Em 1951 (seis anos após a reunião no Centro Republicano Almirante Reis que deu origem ao Movimento de Unidade Democrática MUD<sup>9</sup> o qual foi um verdadeiro agente da oposição ao

---

<sup>8</sup> Os países Aliados: Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos.

<sup>9</sup> Movimento político de oposição ao regime fascista em Portugal nascido a 8 de outubro de 1945, em Lisboa, no Centro Republicano Almirante Reis. Formou-se numa fase de crescente isolamento internacional do Estado Novo, na sequência

regime político da época) com origem na Casa dos Estudantes do Império (CEI), um grupo de estudantes de diferentes colônias funda o Centro de Estudos Africanos (CEA) que se tratava de reuniões onde se discutiam diferentes temas com o intuito de conscientizar e chamar a atenção para os problemas que afetavam as colônias portuguesas:

Outra forma de organização dos estudantes foi a Casa dos Estudantes do Império – CEI. Em 1961, a CEI realizou uma agitação estudantil face à recusa do Governo em aceitar a eleição democrática para a Associação da Casa dos Estudantes. A polícia política do regime fechou a CEI em 1965. Dessa geração participaram Mário de Andrade, Amílcar Cabral, Viriato da Cruz, Francisco José Tenreiro, Agostinho Neto, futuro Presidente de Angola, Marcelino dos Santos, vice-presidente da Frente de Libertação de Moçambique e Eduardo Mondlane, fundador da Frelimo, assassinado em Dar-es-Sallam em fevereiro de 1969. Todos estudaram na metrópole e participaram da fundação dos movimentos de libertação (GUILLEN, 2007, p.30).

Os estudantes que iam para metrópole estudar foram em sua grande maioria responsáveis pela fundação dos movimentos de libertação. Eles se reuniam para a produção do estudo literário, jovens estudantes africanos, contatavam autores progressistas da época, como o Jorge Amado. Embora não se possa afirmar com plena certeza, foi este grupo que estabeleceu ligações com movimentos principiantes nas colônias de Angola, Guiné e Moçambique ou em países vizinhos, que começavam a florescer. Fazendo um breve histórico desses movimentos de libertação, em 1954, no Congo Belga,

---

das vitórias aliadas na Segunda Guerra Mundial, lideradas por países com governos democráticos.

foi fundada a União dos Povos do Norte de Angola (UPNA) que deu origem à União dos Povos de Angola (UPA).

O MPLA nascido de organizações com políticas semelhantes detinha como principal objetivo a libertação de Angola e a construção de um Estado independente. No entanto, o país havia outras frentes de libertação com ideais diferentes, eram elas: Frente Nacional de Libertação (FNLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA). Esses ideais contrários vão gerar conflitos entre esses movimentos durante a luta pela libertação e também posteriormente no pós-independência.

Já na antiga colónia da Guiné, o Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING) surgiu em 1955, com curta duração. No ano seguinte, foi fundado o Partido Africano da Independência (PAI) que, quatro anos mais tarde, em 1960, deu origem ao Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Apresentava-se assim a ligação de dois movimentos para a luta pela independência conjunta de duas colónias geograficamente próximas e uma só frente.

Em relação a Moçambique, ainda de acordo com António Pinto (2001), as primeiras organizações independentistas<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> “Os fundadores dos movimentos nacionalistas moçambicanos tiveram, com a excepção de Marcelino dos Santos e alguns outros, um percurso muito menos marcado pela metrópole e o exílio europeu. No final dos anos 40, formou-se em Moçambique e o Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (NESAM), por influência de africanos que tinham estudado na África do sul e que desempenharam um papel importante na difusão dos ideais nacionalistas. Eduardo Mondlane foi um dos seus fundadores. Partindo para Portugal com uma bolsa estudo, onde contactará rapidamente com a CEI, o jovem moçambicano partiu

moçambicanas criaram-se nos países limítrofes nos finais dos anos 50 e, mais uma vez, várias siglas terão que ser rapidamente apresentadas, algumas das quais se fundirão na FRELIMO. “A FRELIMO foi fundada em Dar es Salam em junho de 1962”<sup>11</sup> (PINTO, 2001, p.40).

Os movimentos de libertação que estavam se formando nos últimos anos da década de 50 estavam sendo influenciados pelo contexto da Guerra Fria. Dessa forma existia uma área de confronto muito particular entre as duas superpotências do período: EUA e URSS. A luta ideológica entre esses dois países veio fazer com que Washington e Moscou apoiassem os movimentos que lutavam pela independência e inserissem suas ideologias.

Em resposta ao crescimento das ideologias de esquerda nas colônias o Estado Novo procurou reafirmar a unidade nacional através de medidas legislativas. Dessa forma, o Ato Colonial<sup>12</sup> foi revogado em 1951 e substituído pela Lei Orgânica do Ultramar Português, através dessa revisão legislativa as colônias passaram a “fazer parte” de Portugal através de uma estratégia de assimilação que objetivava a integração das colônias a metrópole. Inclusive no regime salazarista o lema era “Portugal não é um país pequeno” fazendo menção a essa tal integração.

---

para os EUA em 1951, onde se licenciou em Ciências Sociais, sendo funcionário das Nações Unidas no final dos anos” (PINTO, 2001, p.40).

<sup>11</sup> Cf. Malyn Newitt, *A History of Mozambique*, Bloomington, Indiana University Press, 1995, pp. 520-523.

<sup>12</sup> O Ato Colonial foi formulado em 1930 com o objetivo de definir as relações de Portugal e as colônias portuguesas.

A manobra integracionista de Salazar foi a solução para burlar as instituições internacionais, principalmente as pressões da Organização das Nações Unidas (ONU) que solicitava aos membros os planos de autodeterminação dos países com territórios coloniais. Portanto com a política ultramarina, Salazar tencionava comprovar que as colônias eram territórios integrantes sob a administração de Portugal. Segundo Adriano de Freixo (2007), as repercussões da conferência da ONU em 1955 vão ter um papel importante nos primeiros passos para os movimentos de libertação.

Além disso, no ano de 1958 em Portugal a oposição democrática apoiou o general Humberto Delgado, que concorreu como candidato independente numa tentativa de mudar o regime. A candidatura de Delgado já era um sinal do desejo de mudança e também da influência americana. Nesse cenário, o apoio dos EUA aos movimentos de libertação em África se encontrava dentro das grandes linhas que na ONU se traçavam e eram favoráveis ao nascimento de novos Estados no mundo. Tudo afluía para que o confronto diplomático fosse longo e arrastasse a uma luta armada com um final temporalmente indeterminado. Isso mesmo foi compreendido pelos líderes dos partidos que animavam a política de libertação em Angola<sup>13</sup>.

Sendo assim, no cenário internacional as pressões aumentavam ao passo que nas colônias as condições de trabalho da

---

<sup>13</sup> Cf. FRAGA, L. A. *A guerra colonial: 1961-1974*. Paper (Universidade Autónoma de Lisboa) 2014.

população negra eram precárias. Cabe recordar aqui que após a incidência dos movimentos de libertação nos territórios ultramarinos a PIDE/DGS intensifica a repressão e espionagem nesses países. Dessa forma, irei apresentar o caso da Baixa do Cassange em Angola que foi considerado como o estopim da Guerra Colonial. Na década de 1960 surgiram as primeiras manifestações:

Em dezembro, surgiram sinais de resistência dos trabalhadores da região da Baixa do Cassange frente à cultura intensiva obrigatória do algodão, resistência esta que se configurou em revolta ao longo dos dois primeiros meses do ano de 1961 (BOSSLET, 2016, p. 119 apud FREUDENTHAL, 1995-1999, p. 245-283).

A Contonang empresa responsável pelo cultivo de algodão na região do Cassange oferecia péssimas condições de trabalho, mulheres e crianças eram obrigadas a cultivar algodão. Além disso, os trabalhadores não tinham salários fixos. Entretanto essa realidade apresenta indícios de mudança a partir de dezembro de 1960.

De fato, as sublevações de Cassange não podem ser resumidas a reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida, pois foi muito mais que um protesto laboral, considerando isso, os dois meses de rebelião podem ter sido considerados um ensaio para as guerrilhas que viriam em 15 de março de 1961 no Norte de Angola.

No período em que era previsível a insurreição, os excessivos métodos repressivos utilizados só contribuíram para possibilitar ainda mais a adesão das populações à revolta. De acordo com a historiadora Raquel Varela (2014), Portugal foi o império que mais usou, das mais variadas formas, o trabalho compulsório. O trabalho

forçado trazia toda uma sociedade a ele agregada: pobreza, inexistência de mobilidade social, afastamento da família e da agricultura de subsistência, extrema desigualdade social e uma polícia política racista, a PIDE nas colônias não chateava os brancos, só os negros. Esta polarização contribuiu para transformar a população, maioritariamente camponesa, em apoiantes destemidos dos movimentos de libertação.

Nesse cenário, nos anos que se seguem as ações desses movimentos guerrilheiros aumentaram significativamente, fazendo com que Portugal enviasse cada vez mais recursos para o combate das guerrilhas. Evidencio que a ideia principal da guerra de guerrilha é conquistar aliados e deixá-los a favor dos adversários. Além disso, pode ser considerado um conflito sem fronteiras fixas, pois os guerrilheiros agem de acordo com a localização do dos seus antagonicos. Dessa forma, os conflitos iniciados em Angola, em 1961, se intensificam também nas outras colônias, em Guiné-Bissau por volta de 1963, e Moçambique em 1965.

## **ANÁLISE DOS EDITORIAIS DO O SÉCULO**

Em relação às notícias sobre a PIDE/DGS, de acordo com o que se observou nas publicações, o jornal não deu muita prioridade a esse assunto, dado que, as notícias que apareciam era sobre o andamento dos julgamentos dos ex-agentes ou então eram notas relacionados a fugitivos, ou a ex-agentes da polícia política que viviam “normalmente” foragidos da justiça e quando a polícia

desmascarava eram presos. No entanto, diante do grande processo de mobilização social que estava acontecendo, as notícias em relação a PIDE/DGS não ganharam destaques de primeira página ou divisões exclusivas para atualizar os leitores sobre o processo.

As notícias geralmente viam nas sessões de noticiários comuns do dia a dia e ocupavam um ou dois parágrafos. Em relação aos conteúdos, diferente das notícias em relação aos trabalhadores na qual as fontes eram reveladas, entrevistas e etc. Nos editoriais sobre a PIDE/DGS as fontes não eram reveladas, ou então eram apenas denominadas como “fonte segura”.

Portanto, em relação às notícias analisadas sobre a descolonização nos territórios de Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, percebe-se que dos editoriais analisados, nota-se que o jornal *O Século* em relação à descolonização, dedicou uma especial atenção aos acontecimentos nesses países, uma vez, o jornal tinha alguns dos seus redatores acompanhando nesses territórios o passo a passo do andamento das guerrilhas e dos acordos que eram assinados ou não.

Em relação a Angola observa-se que teve uma maior frequência de notícias relacionadas a esse país, dado que, os conflitos que envolviam a sua descolonização passaram por conflitos internos e internacionais, que envolviam não só as forças portuguesas, mas também agitações entre os movimentos de libertação que acabara ocasionando uma descolonização mais complicada. Em relação ao posicionamento do *O Século*, diante dos conflitos de libertação,

percebe-se que o jornal se dedicava com certa frequência em noticiar e também em colaborar com o discurso de que era necessário o reconhecimento da autodeterminação desses países. Fornecendo informações para o debate desse projeto na sociedade agindo como um aparelho privado de hegemonia.

## CONCLUSÃO

De acordo com as leituras realizadas nesses primeiros meses de pesquisa, foi possível analisar que a política de colonização se tornou o centro das questões políticas no Estado Novo. A partir disso, houve um grande investimento nas colônias ultramarinas, e após eclodir a Guerra Colonial em 1961, e com o início da atividade dos movimentos de libertação, se percebe o aumento da repressão da PIDE/DGS tanto em Portugal quanto no Ultramar em relação aos opositores do regime e de qualquer movimentação que poderia colocar o Estado Novo em declínio.

Em 1974, o Movimento das Forças Armadas, apoiado pelo povo, põe fim aos 48 anos de ditadura e à guerra colonial. Após a queda desse regime, vimos que se inicia em Portugal o período de criminalização da PIDE/DGS e o processo de redemocratização, então os olhares são voltados para as colônias em África e entra em cena o papel dos movimentos de Libertação. E isso vai ganhar um destaque maior nas páginas do periódico a partir de 1974.

Com a continuidade das análises no jornal *O Século* pode-se perceber que após o ano de 1974 quando eclodiu a Revolução de Abril

as notícias relacionadas à PIDE/DGS se concentraram na temática relacionada aos ex-agentes furtivos da extinta polícia política. Sendo assim, de acordo com os editoriais podem-se compreender melhor os caminhos do destino da criminalização da PIDE/DGS. Em relação às análises do ano de 1975 e 1976 do Jornal *O Século*, pode-se observar que no ano de 1975, os conflitos pela libertação das ex-colônias portuguesas em África tiveram continuação até o ano de 1976, no ano de 1975 foi possível mapear mais os conflitos internos entre os grupos de libertação, na qual se pode perceber através dos quadros que foi mais acentuado em Angola por conta das diferentes frentes de libertação.

## REFERÊNCIAS

### I) Fontes primárias

PORTUGAL, Ministério do Interior e da Justiça. Decreto de criação da PIDE. Cf. “Decreto lei n.º 35 046 Criação da PIDE-Polícia Internacional de Defesa do Estado”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal, 1945.

### II) Bibliografia

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ARANHA, A.; ADEMAR, C. **No limite da dor. A tortura nas prisões da PIDE**. Lisboa: Editora Parsifal Ltda, 2014.

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BLANES, R. L. Da confusão à ironia: Expectativas e legados da PIDE em Angola. **Revista Análise social**, Lisboa, v.48, p. 30-55, 2013.

BOSSLET, J. A Luanda que a Guerra deixou ou a Guerra travada pelos que ficaram: 1961- 74. **Revista TEL**, Irati, p. 118-139, 2016. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/view/9445/6062>. Acesso em: 01 dez. 2020.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: volume 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUILLEN, A. R. M. **A DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA E O LUSOTROPICALISMO: REPERCUSSÕES NO BRASIL E EM PORTUGAL**. 2007. 154 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia III) - Universidade Federal de Goiás, Goiana, 2007.

GUIMARÃES, Rogério da Silva. As vulnerabilidades nos musseques luandenses na década de 1960. **Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio**, [S. l.], p. 1-9, 23 jul. 2010. DOI 978-85-60979-08-0. Disponível em: [http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276562012\\_ARQUIVO\\_artigo\\_anp\\_uh\\_rogerioguimaraes.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276562012_ARQUIVO_artigo_anp_uh_rogerioguimaraes.pdf). Acesso em: 1 dez. 2021.

MENDONÇA, A. O Salazarismo e a PIDE: política de repressão em Angola. **Faces da História**. Assis- São Paulo, v.5, nº 2, p. 297-315, 2018.

PIMENTEL, I. F. **A Polícia Política do Estado Novo Português – PIDE/DGS História, Justiça e memória**. In: *Acervo*, v. 24, nº 1, p. 139- 156. Rio de Janeiro, 2011.

PIMENTEL, I. F. **A História da PIDE**. Lisboa: *Temas e Debates*, 2011.

**PIMENTEL, I. F. Os cinco Pilares da PIDE: Uma história da Polícia Política portuguesa a partir da biografia dos seus mais conhecidos elementos.** 1. ed. Lisboa: A esfera dos livros, 2018. 489p

**PINTO, A. C. O fim do Imperio Português: A cena internacional, a Guerra Colonial, e a Descolonização 1961-1975.** Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

**VARELA, Raquel. História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75.** 1. ed. Lisboa: Bertrand, 2014. 535 p.

# POBRES E POBREZA DO MARANHÃO NAS CRÔNICAS MISSIONÁRIAS: o olhar do Pe. João Felipe Bettendorff

Van Joseph Rodrigues Correia<sup>1</sup>

Helidacy Maria Muniz Corrêa<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

### Reflexões em torno do conceito

A condição social no Maranhão e Grão-Pará, na chamada primeira fase da colonização, em geral, foi representada pela historiografia associada a uma noção de extrema pobreza e miséria. Mas, como foi caracterizada a pobreza nos relatos da época? A quais situações socioeconômicas estavam relacionadas? Quem eram os pobres? As reflexões constantes neste texto são fruto de uma pesquisa realizada na Iniciação Científica, com o Plano de Trabalho *Pobres e pobreza do Maranhão nas crônicas missionárias: o olhar do Pe. João Felipe Bettendorff*, no âmbito do projeto de pesquisa *Brasil Profundo: cartografia histórica da pobreza no Maranhão Colonial*, coordenado pela Profa. Dra. Helidacy Maria Muniz Corrêa com recurso da FAPEMA. A finalidade do Plano de Trabalho foi reunir elementos das narrativas missionárias para uma compreensão mais alargada das dinâmicas da colonização, notadamente, quanto as condições sociais dos moradores no antigo Estado do Maranhão, ao longo do século XVII.

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão; Bolsista PIBIC/UEMA.

<sup>2</sup> Profa. Dra. da Universidade Estadual do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Maranhão e Grão-Pará (MAREGRAM); pesquisadora FAPEMA.

O estudo sobre a pobreza é amplo e exige diferentes recortes. Do ponto de vista semântico pobreza não sofreu grandes alterações ao longo da História, guardando o sentido de “deficiência ou debilidade em relação ao outro” (FRANCO, 2011, p. 12). Nessa acepção, o termo pobreza está relacionado a falta do que se julga necessário à vida, indicando um estado de carência e privação do essencial à subsistência. Na época moderna, no entanto, o termo tinha sentido amplo. Eram considerados pobres, por exemplo, “fidalgos e príncipes que tivessem “pouca renda”, faltando-lhes o necessário para sustentar com decoro a sua dignidade, sua nobreza”. Vemos então uma noção de pobreza ocupar os espaços da nobreza, atingindo, frontalmente, a qualidade daqueles que não conseguiam manter o *status quo* ao qual pertenciam. Pobreza ou riqueza, nas sociedades da época moderna, eram qualidades que designavam o indivíduo. Outra condição característica do ser pobre relacionava-se às dificuldades de uma pessoa se expressar corretamente, ou seja, o domínio da língua culta era fator preponderante na identificação e hierarquização da condição social dos indivíduos. O “falar bem” era atributo hierarquizante da sociedade. Da mesma forma, a moradia constituía-se em elemento estruturante na caracterização da pobreza e do pobre, isto é, aqueles cujas casas eram “pequenas, mal edificadas, mal adereçadas” (CORRÊA, 2017, p.6).

Com base nos preceitos sobre as condições de pauperização da época, esta pesquisa apresenta os resultados do material coligido a partir das narrativas do Pe. João Felipe Bettendorff sobre as

condições sociais vividas pelos moradores do Estado, ao longo do século XVII. A partir das percepções do missionário problematizaremos as permanências/persistência desse Maranhão pré-pombalino.

## **METODOLOGIA**

Para obtenção dos resultados desta pesquisa realizamos um levantamento bibliográfico concernente ao conceito de pobreza, às dinâmicas econômicas e sociais do Maranhão ao longo do século XVII, à retórica eclesiástica dos padres inicianos, à obra produzida pelo do padre João Felipe Bettendorff, objeto desta investigação, que nos permitiu analisar algumas situações de pobreza e reavaliar os discursos sobre a pobreza no Estado colonial do Maranhão.

## **RESULTADOS**

### **O Maranhão Ibérico e questão da pobreza**

O quadro de pobreza e miséria no Estado do Maranhão na chamada primeira fase da colonização ficou cristalizado como de extrema pobreza até o advento das políticas de Sebastião José de Carvalho e Melo — Marquês de Pombal— quando, finalmente o Estado teria saído da situação de miséria e pobreza. Por agora refletiremos sobre esses quadros e perfis de pobreza e como ela foi apresentada em alguns relatos da época, para entendermos a quê e quem se referem essas narrativas.

Como observa Helidacy Corrêa (2011), tradicionalmente, os estudos sobre o Maranhão colonial abordaram temáticas como a invasão francesa, as ações jesuíticas, a Revolta de Beckman e o enquadramento da região à política pombalina. A principal História contada e difundida sobre esse período foi a de que a Coroa ibérica abandonou seus domínios no Atlântico Norte, promovendo um quadro de constante pobreza e miséria constante entre os novos moradores da terra, em contraposição à História escrita sobre o Atlântico Sul, sinônimo de prosperidade e riqueza. O abandono da Coroa estabelecia, assim, uma diferenciação entre o Norte e o Sul da *terra brasilis*.

Dentre os principais defensores dessa tese, a autora cita Manuel Nunes Dias<sup>3</sup>, defensor de que a Coroa ibérica abandonou o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Outro ponto que é levantado por Nunes, para explicar a situação de miséria no Maranhão Colonial, era a ausência de políticas coloniais agrícolas e comercial. Refutando essa percepção, a referida autora destacou:

Nunes Dias se equivocou ao observar o Maranhão seiscentista exclusivamente sob o prisma da valorização econômica, querendo encontrar nela as mesmas experiências do Atlântico Sul. Essa análise comparativa entre o Norte pré-pombalino e a dinâmica mercantil do Atlântico Sul não dá conta da complexidade do Maranhão Seiscentista, pois ofusca a ação política da Coroa ibérica no extremo-norte e a dinâmica local dos conquistadores na disputa pelo domínio da terra e das gentes nativas (CORRÊA, 2011, p. 44).

---

<sup>3</sup> Clássico historiador da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.

Em que pese a importância da obra de Nunes Dias, o grande problema de sua interpretação é a comparação que o autor estabelece entre as dinâmicas colonizadoras do Norte e do Sul Atlântico. Este, passa a ser a referência, o ponto de partida para as análises que faz sobre o processo de conquista e ocupação do extremo-Norte. Nisto reside o equívoco, pois, são dinâmicas diferentes, processos peculiares. Não se pode tomar como base as movimentações econômicas de Pernambuco, por exemplo, ou o processo econômico vivenciado pelas capitanias do Atlântico-Sul, e comparar com o que acontecia no Maranhão e Grão-Pará. Foi, a partir dessa interpretação “enviesada” que

Difundiu-se a ideia de inexistência de atividades comerciais no Maranhão durante o período pré-pombalino, enfatizando-se a predominância de uma economia exclusivamente de subsistência e extrativismo, por extensão da pobreza e miséria da capitania. Mas não é sob as lentes do “pombalismo” que se vai entender a política ibérica de dominação no extremo norte da América, durante os Seiscentos (CORRÊA, 2011, p. 44).

O primeiro aspecto a ser considerado nessa reavaliação é a dominação do Atlântico-Norte e ocupação tardia do Maranhão e Grão-Pará. A conjuntura econômica portuguesa, ao longo do século XVII, podia arcar, concomitantemente, com financiamentos para impulsionar o comércio e colonização nas capitanias ao Atlântico-Sul e, ao mesmo tempo promover a conquista, defesa, povoamento e exploração econômica do Norte. Somente uma causa maior e urgente, como a presença francesa na Ilha Maranhão, acionaria a Monarquia Ibérica para uma série de medidas a fim de garantir o

domínio territorial, dentre as quais destacamos, as proibições de qualquer navegação e comércio na região, visando o fortalecimento da defesa e da ocupação para a consolidação da dominação luso-espanhola. O segundo aspecto são as movimentações nos portos das capitanias de Pernambuco e demais congêneres que estavam ligadas às rotas do comércio no Atlântico-Sul, como observa Alencastro (2000). As dinâmicas no Atlântico Norte ocorriam em torno das disputas pelo domínio territorial e das disputas pelas rotas marítimas que envolviam o Amazonas e o mar do caribe enquanto no Sul, o tráfico negreiro impulsionava as relações colonizadoras nos moldes mercantis.

Estabelecida a diferenciação de ritmos de colonização entre o Norte e o Sul do Brasil, cabe-nos perguntar: em que consistia a colonização do Maranhão e Grão-Pará? Como os relatos de época apresentam as condições de vida, as relações sociais e comerciais dos novos moradores do Norte?

O tema da pobreza no Maranhão Colonial esteve presente em diversos relatos, mas pouco problematizado e analisado. Conquistadores, governantes, religiosos, capitães-mores, ouvidores, camarários e demais autoridades sempre que escreviam sobre as realidades do Maranhão e Grão-Pará, de alguma forma se referiam às situações de pobreza e miséria nas quais a população estava submetida. Narrativas ora usadas para denunciar o estado de calamidade ora como recurso retórico para pressionar o poder régio a conceder mais apoio financeiro, cargos e, principalmente, em

isenções de impostos, privilégios, dentre outros, como estímulos para desenvolverem a economia local (CORRÊA, 2011).

### **A pobreza e os pobres nas narrativas do padre João Felipe Bettendorff**

João Felipe Bettendorff nasceu na cidade de Luxemburgo em 1625, entrou para a Companhia de Jesus na década de 1640 (entre 1645 e 1647), concluiu os estudos em 1644, em Artes, na Universidade de Tréveris (Cidade da Alemanha), tendo frequentado sucessivamente os cursos das humanidades, como filosofia e direito civil. Viajou para a missão do Maranhão no dia 24 de novembro de 1660, para desempenhar o trabalho missionário, junto de seu compatriota Gaspar Misch. Participou da dupla expulsão de que a Companhia havia sofrido, primeiramente no próprio ano de sua chegada ao Pará, em 1661, e depois, em 1684, na cidade de São Luís do Maranhão. De ambas as vezes regressou ao campo de sua atividade. O padre exerceu vários cargos, enquanto catequizou pela região amazônica, tendo sido duas vezes superior da Missão, uma de 1669 a 1674 e outra de 1690 a 1693. Escreveu sua obra em 1699, intitulada “*Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*” na qual descreveu suas impressões sobre o alvorecer do Maranhão.

Antes de nos debruçarmos sobre a crônica do padre inaciano João Felipe Bettendorff devemos considerar que se trata de percepções de um colonizador marcado pelo imaginário da formação religiosa. Embora fossem homens da Igreja, suas práticas religiosas

não eram incompatíveis com suas realidades de conquistadores de territórios, dominadores de gentes (nativos), produtores, comerciantes e educadores. Neste sentido, a pesquisadora Roberta Lobão Carvalho (2012) chama a atenção à construção retórica de Bettendorff, uma narrativa jesuítica que envolve o leitor nos interesses dos padres inacianos.

É possível identificar esse tipo de narrativa em dois conflitos que ocorreram no Estado do Maranhão, no século XVII, presentes na obra do padre inaciano, “*Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão (1627-1698)*”. Estes conflitos ocorreram em 1661 e 1684 e ambos tiveram como pauta a utilização do indígena como mão de obra escravizada e a narrativa sobre a situação de pobreza em que se encontra a população, segundo o missionário, em decorrência da falta de mão de obra indígena escravizada.

Ainda segundo Roberta Lobão (2012), a estrutura narrativa de Bettendorff iniciava pela valorização das dificuldades que os religiosos passavam na missionação para só depois se deter nos acontecimentos que afligiam a população. Com isso, sua narrativa estabelecia uma profunda imbricação entre História e retórica, típicas dos textos jesuíticos. Ao colocar em primeiro plano o sofrimento dos jesuítas, a narrativa de Bettendorff sensibilizava o leitor às causas da missão, adquirindo deles confiança e comprometimento. Em segundo plano da narrativa estavam as principais queixas dos moradores do Maranhão e Grão-Pará contra as ações da Companhia de Jesus.

É possível identificar essa retórica em uma narração de Bettendorff quando este descreve o aparente motivo do motim de 1661, ocorrido em São Luís do Maranhão, referindo-se a uma carta escrita pelo padre Antônio Vieira ao rei D. João IV, na qual o jesuíta relatava a situação do Maranhão e pedia medidas mais energéticas contra a população, as autoridades locais e os demais religiosos em relação ao trato dos indígenas. Essa carta fora enviada ao reino através do Bispo do Japão, André Fernandes, porém, durante um ataque de piratas à nau, quando seguiam viagem, a carta enviada por Vieira caiu nas mãos de um religioso da Ordem de Nossa Senhora do Carmo que a abriu e leu. Sobre esse ocorrido, Bettendorff, primeiro arrumou um culpado para as tensões entre religiosos para depois admitir ter sido a ação de um religioso:

Como Satanás sempre concorre para a discórdia, deu-lhe pressa de furtá-la e abri-las contra todo o direito, leu-as, e como conhecia ser grande crime que El-Rei havia de castigar se viesse a sua notícia, deteve-as em seu poder com todo o segredo dois anos inteiro, sem se atrever de sair com elas em tempo que El-Rei e o Bispo viviam (BETTENDORFF, 1990, p. 165).

No decorrer da narrativa, prossegue com a afirmativa de que após a morte do rei e do bispo, o religioso do Carmo enviou a carta ao governador da época, D. Pedro de Melo, ao Senado e aos religiosos do Maranhão. Assinalou:

Não se pode crer facilmente o que este religioso causou de cizânia, ódio e iras no coração de muitos, assim eclesiásticos como seculares, os quais fazendo desatinos tomaram estas cartas por motivo da expulsão dos padres missionários, que naquele tempo tinham a administração temporal e espiritual dos índios das aldeias todas (BETTENDORFF, 1990, P. 165).

Na situação relatada por Bettendorff, os moradores usaram dois motivos para expulsar Vieira: a carta apreendida e o fato de os padres jesuítas possuírem o controle da administração temporal e espiritual dos indígenas e das aldeias (LOBÃO, 2013, p. 56). Algo muito recorrente nos documentos da época era que a situação de pobreza e miséria do Maranhão decorria do total controle dos jesuítas sobre a mão de obra indígena, única disponível na região.

Após exigirem o abandono do governo temporal do indígenas por parte dos jesuítas, e receberem uma resposta negativa do padre Ricardo Carreo que, de acordo com Bettendorff, afirmou ser uma decisão advinda do padre Antônio Vieira, que se encontrava no Grão-Pará, o povo já com os ânimos alterados, em 15 de maio de 1661, dia do Espírito Santo, se levantou contra os padres e assanhados como bestas feras bravas, investiram à casa de N.S. da Luz, mandando e obrigando todos que nela estavam a saírem para fora (BETTENDORFF, 1990, p. 166).

O relato de Bettendorff a respeito do conflito e da expulsão dos padres da Companhia sempre afirmava que o povo estava insuflado pelo diabo e os comparava a lobos. Apesar do padre reconhecer que faltavam demandas amotinadoras para que a Câmara e o povo da cidade de Belém também se levantassem, a sua narrativa sobre os conflitos ocorridos naquela cidade continuariam a qualificar os revoltosos como “endemoniados e avessos a vontade de Deus”.

A narrativa do religioso evidencia que as premissas dos revoltosos quanto aos arrouchos provocados pelas medidas do estanco, por exemplo, não seriam tomadas como causas, enquanto o governo temporal dos indígenas estivesse a cargo dos jesuítas (BETTENDORFF, 1990).

## **Percepções portuguesas sobre o antigo Estado do Maranhão: opulência e Miséria**

É possível constatar nos documentos (cartas, relatórios, leituras, crônicas, memoriais e notícias), produzidos por colonos, capitães, governadores e demais autoridades que circulavam na capitania do Maranhão e do Pará, no século XVII, uma dualidade de pensamentos a respeito das percepções portuguesas sobre o antigo Estado do Maranhão. Ora visto como lugar de potencialidades econômicas ora como lugar infértil, cuja terra não era boa para o cultivo, sendo um ambiente de extrema pobreza pela falta de alimentos, comércio e mão de obra. Tais percepções confrontavam um mundo de opulência e a abundância com o da pobreza e a miséria (CHAMBOULEYRON, 2005).

Nesses relatos, as qualidades de riqueza do Estado do Maranhão, estava associada à abundância de suas águas, aos recursos naturais, bem como a vocação natural da terra para cultivo, o pastoreio, a construção de engenhos e criação de gado (CHAMBOULEYRON, 2005).

Mas, não eram só os portugueses a perceberem as riquezas naturais da terra. Diversos conquistadores dessa época advertiam o rei sobre “os interesses de nações estrangeiras no Estado do Maranhão, em razão das riquezas contidas na região, riquezas que eram desprezadas pelos próprios portugueses” (CHAMBOULEYRON, 2005, p. 109).

Todavia, os relatos do período colonial não minimizavam a situação de pobreza existente na terra, muito embora não podemos desconsiderar que muitos dos relatos sobre a pobreza do Estado estava condicionado por uma retórica que visava, sobretudo, obter recursos e diminuir a taxaço de impostos, bem como conseguir apoios para a escravizaço dos indígenas. A ausênca da mão de obra indígena, que até então estava sobre os domínios dos jesuítas, foi potencializada para a formaço do discurso sobre a pobreza e a miséria.

Os anos de 1662-1663 para o Maranhão e Grão-Pará foram marcados por um quadro de epidemia de bexiga que dizimou muitos índios e agravou a situação de pobreza e miséria dos indígenas e moradores. Inúmeras aldeias indígenas foram, brutalmente, atingidas pela epidemia de bexiga, ficando desertas, o que agravou ainda mais a própria situação dos portugueses que dependiam dessa mão de obra. Esse cenário foi retratado pelo padre que relata sobre os impactos da epidemia para os indígenas:

Respondeu-me que, indo para descer jurunas do mato, achara aqueles espalhados fora de sua aldeia, em busca de sustento, e assim os trouxera, por eles mesmos virem nesta sua descida, para não morrerem de fome, que naquele tempo das bexigas era tanta, por falta de roças, que os padres compravam farinhas à custa de suas residências para sustentar os índios; e isto tanto assim que o padre Antônio da Silva, missionário dos ingaíbas, onde é a mãe das farinhas, mandou buscar cem alqueires, o alqueire a cruzado, para sustentar quatro aldeias dos teirós, que ia descendo para Araparipucu, e o padre Miguel Antunes também a comprava para acudir aos pobres índios de sua aldeia, em outros tempos abundante em farinha; houve este ano tanta

falta dela em todas as partes, por não se terem feito roças, por motivo das doenças e bexigas, que no Maranhão valia no ano antecedente um alqueire dez varas de pano e ainda mal se achava, sustentando-se os índios de cocos bravos e palmitos, para não morrerem de fome testamento (BETTENDORFF, 1990, p. 717).

De fato, os indígenas foram cruelmente atingidos pela epidemia e pobreza. Mas não atingia somente os indígenas, os colonos também “provaram” do próprio veneno. Como os brancos se negavam a realizar o trabalho da lavoura e a mão de obra era cada vez mais escassa, seja pelas recorrentes epidemias ou pelas fugas e resistências dos indígenas do trabalho compulsório, as condições sociais dos colonos também eram afetadas pela diminuição da produção, pela ausência de alimentos ou de mão de obra, como demonstramos.

São inúmeros os documentos a exporem as reclamações dos moradores do Maranhão e Grão-Pará a respeito da ausência de força para o trabalho e de que os colonos da região eram pouco ambiciosos. E com a descoberta das drogas do sertão, os moradores não queriam se dedicar ao trabalho pesado da agricultura como expressa João de Moura, “se os moradores não tivessem abandonado os seus engenhos e o cultivo de cana-de-açúcar, “não experimentaríamos as misérias que hoje padecemos” (CHAMBOULEYRON, 2005, p. 117).

Além da falta de mão de obra, as epidemias e a “indisposição” portuguesa ao trabalho manual, as condutas dos governantes contribuíam para o agravamento da pobreza no Estado. Bento Maciel Parente denunciou os desmandos e abusos do governo de Jerônimo

de Albuquerque (CORRÊA, 2011); não é só nos sermões de Vieira que encontramos denúncias de religiosos a respeito dos desvios de conduta (corrupção) dos governantes. Enfim,

Não era, portanto, só o padre Antônio Vieira que se queixava dos desmandos dos governadores e capitães-mores, nem eram só os seus lamentos que chegavam aos ouvidos do rei. O padre Antunes Tomás citava explicitamente os abusos dos governadores como uma das causas da ruína do Maranhão, uma vez que chegando ao Estado, o recém-nomeado já “começa a excogitar os modos com que há de juntar cabedais”.<sup>51</sup> Simão da Costa e Sousa, que teve um sério conflito com o governador Pedro César de Meneses, relata em texto uma série de queixas contra as várias autoridades do Maranhão. Para ele, o Estado tinha quatro governadores, ou “destruidores”, que eram o governador, o vigário-geral, os oficiais das Câmaras e os clérigos (CHAMBOULEYRON, 2005, p. 118).

Como se pode perceber, a pobreza do Maranhão Colonial estava relacionada a diversas dimensões do processo colonizador, tais como a esfera econômica, administrativa e missionária também. Ao mesmo tempo em que as reclamações dos clérigos apontavam o “injusto cativo” como uma das razões para a ruína do Estado, a exploração dos indígenas não era menor nos aldeamentos ou fazendas dos jesuítas. A complexidade das situações de pobreza no Maranhão Colonial requer uma reconsideração dos papéis dos colonizadores (militares, oficiais régios ou missionários) e das políticas de dominação na estruturação da nascente sociedade do século XVII.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nesta pesquisa foi possível conhecer e compreender aspectos singulares relativos à pobreza no Estado do Maranhão colonial. Registros de cronistas, como o do padre inaciano João Felipe Bettendorff, nos permitem avaliar algumas situações enfrentadas pela população (indígenas, conquistadores, militares, missionários, dentre outros), no Norte da América português e nos instigam sobre as condições de vida nesse distante (?) Maranhão. A pobreza era reclamada por todos, seja como recurso retórico ou como lamento. A presença e ideia da pobreza extrema foram forjadas pela dinâmica peculiar do processo colonizador do Norte. A premissa por trás da ideia não esconde o jogo político das narrativas na exploração do termo pobreza, assim como a realidade da vida material marcada pela ausência não justifica o cativo (indígenas ou africano) como alternativa para a saída da pobreza. O Maranhão atravessou a primeira fase do período colonial tentando encontrar a porta de saída da pobreza, mas a mentalidade ibérica e, sobretudo, lusitana, teria que superar suas próprias concepções de trabalho e de *status quo* para enxergar o caminho. Por agora, podemos considerar que a temática da pobreza se mostra uma questão complexa e necessária, sendo tratada no presente ou no passado. Por isso, a pesquisa há que continuar a perseguir o porquê da manutenção das situações de pobreza (de ontem e de hoje), e como ela permaneceu, foi perpetuada, enraizada e naturalizada no Estado do Maranhão.

## REFERÊNCIAS

### Fonte

BETTENDORFF, João Felipe. **“Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão”**. 2. ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

### Bibliografias

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CARVALHO, Roberta Lobão. **“A construção jesuítica do levante e expulsão da Companhia de Jesus do Maranhão (161 e 1684)”**. 7Mares: Revista dos Pós-Graduandos em História Moderna da Universidade Federal Fluminense, Niterói, v.1 n.2, p. 52-63, abr.2013.

CARDOSO, Alírio Carvalho. **“Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no antigo regime Estado do Maranhão (1607-1653)”**. 2002.

CARVALHO, Roberta Lobão. **A construção jesuítica do levante e expulsão da Companhia de Jesus do Maranhão (1681 e 1684)**. 7Mares: Revista dos Pós-Graduandos em História Moderna da Universidade Federal Fluminense, Niterói, v.1 n.2, p. 52-63, abr.2013.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. **“Para aumento da Conquista e bom governo dos moradores”**: o papel da câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668). Niterói, 2011. 300 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2011.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz Corrêa. **Pobreza e Historiografia: Notas de pesquisa**. Anais-do-I-Encontro-Estadual-Habitat-Urbano-e-Rural-no-Maranhão. 2017.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “Opulência e Miséria na Amazônia Seiscentista”. In: Raízes da Amazônia. Min. Da Ciência e Tecnologia-IMPA. Manaus: Vol. I, ano. I nº. 1, jun/2005, pp. 107-124.

FARIA, Regina Helena Martins de “**Repensando a pobreza do Maranhão (1616-1755): Uma discussão preliminar**”. Ciências Humanas em Revista/Universidade Federal do Maranhão. Centro Ciências Humanas- São Luís, V.1 n.1, abril 2003.

FRANCO, Renato “**Pobreza e Caridade leiga- as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa**”. Tese defendida ao programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

LOBATO, Ana Emília da Luz. “**O tesouro da Amazônia: um estudo sobre a natureza, trabalho e riqueza na obra do jesuíta João Daniel**”. Ana Emília da Luz Lobato. —São Paulo, 2009. IX, 129f. Tese (Mestrado) — Universidade de São Paulo (USP) — Programa de Pós-graduação em História Social.

## **REGISTRANDO O ASPECTO MEMORIALÍSTICO DA FOTOGRAFIA URBANA DE CAXIAS-MA (1950-1990)**

Marinalva Aguiar Teixeira Rocha<sup>1</sup>

Max Mateus Moura da Silva<sup>2</sup>

Elas envelhecem, afetadas pelas mazelas habituais dos objetos de papel; desaparecem; tornam-se valiosas e são vendidas e compradas; são reproduzidas. Fotos que enfeixam o mundo, parecem solicitar que as enfeixemos também (SONTAG, 2004, p. 15)

### **INTRODUÇÃO**

O registro imagético possui o potencial de estabelecer intersecções entre diversas temporalidades, tornando presentes ocorrências passadas. Existe uma profunda relação entre fotografia, memória e história. Passado e presente encontram-se conectados por meio dos registros fotográficos. Histórias, eventos, lugares e costumes são rememorados por meio das imagens, o que confere a elas um caráter testemunhal. Na fotografia, são materializados fatos que, de outra forma, seriam esquecidos. Em última instância, enquanto dura o registro, o fato contido nele torna-se vicário.

Sendo a quinta maior cidade do Maranhão, Caxias é também conhecida por ser detentora de um inestimável patrimônio cultural material e imaterial. A despeito das narrativas promulgadas pelo senso comum que, frequentemente, associam a região a mazelas,

---

<sup>1</sup> Doutora em História – UNISINOS. Mestre em Letras - UERJ. Professora Adjunto II do Departamento de Letras do CESC/UEMA. E-mail: marinalvaat@hotmail.com.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Letras – Português, Inglês e suas Respectivas Literaturas – CESC/UEMA. Pesquisador do PIVIC/UEMA. Membro do Núcleo de Pesquisa em Literatura Maranhense – NuPLiM/CNPq. E-mail: max.uemalettras@gmail.com.

possui resquícios de uma imponente beleza arquitetônica de seu ciclo de opulência. Além disso, a cidade é herdeira de um estilo de época, com casarões em modelo colonial e repleta de encantos naturais.

Como exemplo da diversidade cultural caxiense, têm destaque a literatura, as danças populares, o acervo arquitetônico que se estabelece como patrimônio da sociedade e tantos outros elementos. Todos esses aspectos ora citados servem para compor a preciosa história da cidade, o que impõe a responsabilidade de preservar tal patrimônio. Para tanto, o recurso de imagem serve de grade auxílio, uma vez que resguarda, visualmente, ocorrências, como também espaços que correm o risco de se perderem com o passar do tempo. Observando registros fotográficos de outras épocas, é possível recuperar elementos que constituem a memória local.

Além disso, ao se ter contato com fotografias de espaços e ambientes de outrora, a memória é aguçada. Paralelamente, o registro fotográfico torna patente as mudanças ocorridas no local, posto que a fotografia pode ser contrastada com o estado corrente dos lugares. É nessa perspectiva que foram abordadas neste trabalho as fotografias de Sinésio Santos da Silva, fotógrafo maranhense que documentou a cidade de Caxias pelas lentes da câmera na segunda metade do século XX. Ao longo desse período, Sinésio construiu um rico acervo, o qual permanece ofertando uma visão da sociedade daquela época aos atuais habitantes.

O patrimônio de Caxias, visto nas fotografias, testifica a memória local e do viver da cidade naqueles tempos. Essas imagens salvaguardam a identidade caxiense, fazendo alusão à fase de glória da cidade. Caxias- MA, ao longo do tempo, tem revelado sua riqueza e beleza, apresentada sob variadas manifestações. Nesse sentido, a presente pesquisa analisa a fotografia urbana de Caxias-MA (1950-1990) como recurso propiciador da reelaboração da memória local. Para tanto, buscou-se, no acervo fotográfico de Sinésio Santos da Silva, imagens que servem para (re) constituir aspectos identitários da cidade.

Cabe apontar que, neste estudo, aspectos biográficos do fotógrafo ocupam espaço secundário, visto que o foco é a relação constatada entre a fotografia urbana da cidade e a memória evocada pelos registros. Na sequência, será apresentada, de forma resumida, a metodologia da pesquisa, de modo a evidenciar as etapas do projeto. Uma vez exposta a metodologia, serão apontados os principais fundamentos teóricos que norteiam o estudo, o que dá suporte aos resultados e discussões registrados.

## **METODOLOGIA**

Pontua-se que esta é uma pesquisa que reúne aspectos de cunho bibliográfico e documental, partindo da imagem-documento na tentativa de organizar a narrativa histórica do passado da cidade. Segundo Lakatos e Marconi (2001), nesse tipo de estudo, apoiando-se em teóricos que já estudaram a temática, o pesquisador atribui

significados aos fenômenos observados e coletados nos documentos. O valor documental resulta do uso feito das fotografias. De modo a estabelecer conhecimentos mais aprofundados acerca da temática, tem-se fundamentos teóricos em Ciavatta (2002), Kossoy (2014), Mauad (1996), Sontag (2004), Rocha (2017, 2019), entre outros.

A pesquisa seguiu as etapas fundamentais de seleção e estudo do referencial teórico que aborda questões referentes ao tema. Em sequência, deu-se o levantamento de trabalhos que apresentam traços em comum com a proposta em pauta, considerando a necessidade de se observar a relevância desta pesquisa para os estudos que aliam discursos de memória à fotografia. Uma vez concluídos esses estágios, foi efetivado o levantamento de fotografias no acervo do fotógrafo Sinésio Santos, assim como na obra intitulada *“Sinésio santos: a cidade e os olhos”* (2018), com vistas a selecionar imagens relevantes para a pesquisa.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Como é próprio de uma produção humana, sabe-se que a fotografia resulta de uma intencionalidade. Portanto, possível é pensar que o fotógrafo realiza o registro com base em distintas motivações, sejam elas comerciais ou não. Quando se observa as produções de Sinésio Santos, Caxias-MA é vista como uma temática recorrente, com porções significativas do viver de outrora permanentes na representação cristalizada visível nas fotografias. Rocha (2019) corrobora o que foi dito ao afirmar:

Utilizar a fotografia como suporte para discutir essa temática torna-se pertinente, considerando a possível reflexão sobre a pluralidade de sentidos que a cidade evoca para os seus moradores, o que se assemelha com as possíveis leituras de uma imagem fotográfica para seus observadores. (ROCHA, 2019, p. 200)

A imagem fotográfica carrega o potencial de estabelecer diálogos entre diferentes temporalidades. Por meio do registro da câmera, pode ver-se passado e presente de maneira simultânea. O recorte da realidade contida na fotografia funciona como testemunho visual do momento retratado, o que faz com que o ato de observar um registro resulte em um resgate da memória. Emana do recurso imagético uma força expressiva materializada em um discurso não verbal/imagético.

Portanto, analisar imagens fotográficas é relevante, uma vez que, por meio de tal recurso, pode-se encontrar suporte para compreender a própria história. Ademais, valorizar o uso da fotografia como ferramenta de estudo e pesquisa é uma forma de estabelecer um vínculo, mantendo próximos diferentes períodos, o que permite refletir acerca da construção da identidade religiosa, cultural e social da cidade. Almeida (2010) salienta o seguinte:

O desafio que emerge é o de como equacionar as diferentes formas de olhar o patrimônio construído, dando-lhes um espaço nos lugares de memórias oficiais a fim de prolongar a sua existência. Seria garantir à sociedade, que tenha oportunidade de perceber e conhecer o seu patrimônio, material e imaterial (ALMEIDA, 2010, p. 165).

Nos tempos atuais, olhar para o “patrimônio construído” é imprescindível, algo que muitas vezes só é possível por meio do

recurso imagético. Em consonância, Halbwachs (1990, p. 71) diz que “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados no presente”, o que possibilita compreender que, eventualmente, por meio de imagens antigas é, também, possível reconstruir o passado, funcionando como um suporte de memória, pois ao retratar um determinado momento ou pessoa, faz menção ao passado e, conseqüentemente, aguça as lembranças.

Nessa esteira, Rocha (2017) afirma que a fotografia fornece a possibilidade de se ter conhecimento de distintos aspectos significativos da vida. Essa compreensão alarga a utilidade da imagem fotográfica para muito além de uma mera ilustração ou recordação. Cabe ao pesquisador que trabalha com imagem, a função de interpretá-la, refletindo sobre a linguagem e as marcas histórico-culturais que ela traduz. Ademais, é necessário observar que a importância da fotografia está, sobretudo, na memória que ela busca (re) construir.

A narrativa visual, inaugurada pela fotografia, tem sido o sustentáculo de histórias e ocorrências a permearem a mente dos mais velhos. Uma vez fotografado, o evento ou espaço mantém-se preservado, documentado pela câmera. A acentuada veracidade creditada à fotografia remete a sua capacidade de congelar o tempo em um instante preciso e fugidio. Nos termos de Monteiro (2006),

A fotografia é um recorte do real. Primeiramente, um corte no fluxo do tempo real, o congelamento de um instante separado da sucessão dos acontecimentos. Em

segundo lugar, ele é um fragmento escolhido pelo fotógrafo pela seleção do tema, dos sujeitos, do entorno, do enquadramento, do sentido, da luminosidade, da forma, etc. (MONTEIRO, 2006, p. 12)

Pondo à parte aspectos mais técnicos da produção fotográfica, verifica-se que o retrato divide a realidade em pequenas porções que perdurarão, caso preservadas, mesmo após findar o momento da captura. Dessa forma, no recorte fotográfico o tempo é paralisado, práticas sociais são embaladas por novos sentidos. Nos retratos da cidade podem ser percebidos os vestígios deixados pelo avançar do tempo, as mudanças pelas quais a cidade passou, figuras importantes na política local e como estas se construíram. Além disso, é notável como as fotografias acompanham o próprio processo de urbanização do espaço, seus aspectos arquitetônicos, estilo e cultura.

Referindo-se à possibilidade de documentar o real por meio da câmera, Sontag (2004, p. 14, 15) aponta que as “imagens fotográficas não parecem manifestações a respeito do mundo, mas sim pedaços dele, miniaturas da realidade que qualquer um pode fazer ou adquirir”. Isto é, além de ser um depoimento visual acerca do mundo, as imagens, semelhantemente a relicários, preservam porções valiosas dele. O mundo passa a ser portátil, sendo carregado nas fotos.

Assim, a aceção de miniatura faz menção ao fato de a fotografia mimetizar o mundo, transpondo-o para uma superfície de projeção da imagem. Em certo sentido, pode-se concluir que a fotografia não somente discorre sobre uma realidade, mas se

constitui ela própria como realidade, isto ao ser materializada. Parafraseando a autora, é possível dizer que as fotografias comprimem o mundo em frações suscetíveis de serem arquivadas. Uma vez feitos os registros, o fugidio momento é perenizado.

Além disso, é pertinente pontuar que a fotografia é tomada como documento neste estudo, pois, para Ciavatta (2002, p. 38), “o documento apresenta-se como uma prova histórica”. Em grande medida, o valor documental que se nota sobre a fotografia resulta da narrativa em primeira pessoa por ela produzida; seu ‘testemunho ocular’. Tem-se uma prova histórica quando a imagem atesta a existência de um episódio até então narrado apenas por outros meios.

Observa-se que a câmera funciona como um crivo, resguardando o que será preservado para as gerações futuras, enquanto aquilo que não é documentado pelas lentes (ou por outras fontes documentais) tende a ser obliterado ao passar do tempo. É nesse sentido que a fotografia se liberta da ideia de simples ‘ilustração do mundo’ para passar a ser tomada como forma de estudar a construção histórica de uma sociedade. Discorrendo a esse respeito, Mauad (1996) atesta o valor da fotografia ao afirmar o seguinte:

A fotografia é uma fonte histórica que demanda por parte do historiador um novo tipo de crítica. O testemunho é válido, não importando se o registro fotográfico foi feito para documentar um fato ou representar um estilo de vida [...] há que se considerar a fotografia, simultaneamente como imagem/documento e como imagem/monumento. No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas,

lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado - condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro (MAUAD, 1996, p. 80).

Sob essa ótica, a pesquisa histórica deve também debruçar-se sobre o recurso de imagem, no intento de colocar em relevo ocorrências passadas. Para a citada autora, o binômio 'imagem/documento' x 'imagem/monumento' traz a ideia da profusão de estudos que podem resultar da fotografia como alicerce. O documento fotográfico serve para atestar, em caráter comprobatório, determinada ocorrência, enquanto o monumento demarca uma representação preservada do passado. Nesse caso, a fotografia enquanto documento pode ser considerada também como monumento, tornando essa divisão conceitual mais didática que formal. Conforme a mesma autora, "se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo" (MAUAD, 1996, p. 80).

A fotografia cristaliza um fragmento da realidade captado por um fotógrafo. Nesse sentido, ela narra acerca de uma história delimitada por imagens de épocas passadas. Quando em muitas vezes os espaços, eventos e pessoas retratados já não existem, a fotografia surge como mecanismo capaz de afiançar fatos que subjazem apenas na memória dos mais velhos e em documentos preservados. Portanto, torna-se evidente que a fotografia se constitui como importante aporte para a pesquisa histórica e memorialística.

Nos termos de Kossoy (2014, p. 153), “a fotografia está definitivamente inserida na história cultural, pois ela se faz presente como meio de comunicação e expressão em todas as atividades humanas”. A imagem fotográfica, de certa forma, democratiza a memória, uma vez que o registro visual pode ser recuperado e tomado como base para o discurso memorialístico. Em consequência, é possível dizer que fotografia, memória e história se encontram estritamente imbricadas, de sorte que uma faz menção a outra.

Como postulou Kossoy (2014, p. 172), “fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social”. Nesse aporte, ao mencionar o potencial memorialístico das fotografias, Rocha (2019) pontua que,

Ao ativarem a memória, trazendo ao presente lembranças adormecidas sobre os acontecimentos da cidade, as fotografias também colaboram para a manutenção da memória do lugar. Para tanto, faz-se necessário compreender que a fotografia se associou à memória e, com isso, propiciou uma nova dimensão do conhecimento histórico (ROCHA, 2019, p. 31).

Retomando a afirmação de Rocha (2019), verifica-se que a fotografia oportuniza diálogos ancorados na memória. De tal forma, o recurso imagético agrega valiosos contributos na busca por preservar a memória e história local. Além disso, a fotografia deixa o espaço tradicional de fonte secundária de pesquisa para estabelecer-se como seu sustentáculo. Portanto, o recurso imagético deve ser

tratado como objeto de estudo, rompendo a noção meramente ilustrativa imputada por tanto tempo à imagem.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Rica em histórias, a cidade de Caxias-MA necessita registrar sua memória para oferecer aos seus moradores um cabedal de informações que não devem ser esquecidas. Dessa forma, a fotografia constitui-se uma importante ferramenta que possibilita a manutenção de reminiscências. Ao terem sido selecionados, neste trabalho, alguns registros fotográficos de diferentes representações, observa-se a relevância das informações obtidas no que se refere não somente à compreensão do potencial presente nas imagens, mas também o quão a fotografia constitui-se uma importante ferramenta para subsidiar pesquisas acadêmicas que buscam atrelar linguagem verbal e não verbal na (re) elaboração da memória, fato que foi possível constatar com o estudo realizado.

Frente ao exposto, é válido dizer, ainda, que a fotografia funciona como fonte inesgotável de pesquisa documental por conter informações históricas sobre o processo de construção da cidade, tanto do ponto de vista arquitetônico quanto cultural. Nesse caso, Caxias de outrora é revisitada por seus moradores, por meio das imagens fotográficas reveladas, a partir de 1950, material fartamente colecionado pelo fotógrafo maranhense Sinésio Santos e contidos, ainda, nos álbuns de várias famílias caxienses.

Buscando a memória para estabelecer relações relevantes no presente, a fotografia tem a importância de manter viva a história e as lembranças do tempo passado. O recurso de imagem, desse modo, pode ser utilizado para (re) construir o passado por meio dos fragmentos preservados. Por conseguir capturar momentos que revelam características significativas de outras épocas, a fotografia tem sido utilizada como um importante recurso para tecer a ligação entre passado e presente.

Rocha (2019) registra o proeminente espaço que Caxias ocupou no cenário do Maranhão dos séculos XIX e XX, sobretudo nos aspectos político e cultural. Na atualidade, os antigos casarões da cidade valem como testemunho dos dias gloriosos. Apesar disso, considerando que muitos desses espaços tiveram sua função primária de uso modificada, por meio dos resquícios deixados, não se pode ter senão uma pálida imagem dos anos anteriores. São precisamente esses fatos e narrativas que a fotografia registra, pois quando se visualiza a imagem, é verificável o ambiente tal qual era no passado, o que serve para aguçar as lembranças e preservar a memória.

De modo a exemplificar a discussão apresentada, foram selecionadas três imagens capturadas durante a década de 1970. Cada uma delas reporta a diferentes conteúdos e análises. Vista como produção humana resultante de uma intencionalidade, a fotografia também pode arquivar ocorrências que perduraram por um continuum temporal. Como se vê, a imagem abaixo (figura 1)

documenta a celebração alusiva à Independência do Brasil, com o desfile realizado tradicionalmente no dia 07 de setembro.

**Figura 1 – Celebração da Independência do Brasil (década de 1970).**



Fonte: Acervo do fotógrafo Sinésio Santos

Perdura na data, até os dias atuais, a prática de comemorações públicas. Posto isso, é possível que a fotografia valha como meio de avivar a lembrança da significação do ato cívico ao longo das décadas. Além disso, a imagem deixa evidente a acurada e diligente organização do evento. A foto foi registrada na rua Desembargador Morato. Nota-se, de ambos os lados, a presença de pessoas com os rostos voltados em direção ao carro que precede os pelotões do desfile. Embora aparentemente desprezioso, o ato de olhar em direção ao desfile faz com que se possa pensar que o ocorrido era visto como momento de entretenimento e deleite. Diferentes

ângulos pelos quais se possa enxergar o registro desnudam componentes distintos do retrato.

As manifestações cívicas, em Caxias, vistas por meio do recurso imagético, presentifica o momento de interação entre estudantes de diferentes instituições de ensino. A respeito do espaço, ao lado esquerdo da foto percebe-se o Armazém Pernambucano, enquanto ao lado direito está o prédio dos Correios e Telégrafos, inaugurado poucos anos antes. Há, portanto, um discurso imagético que disserta também a respeito do surgimento de estabelecimento em Caxias.

Os homens colecionam esses inúmeros pedaços congelados em forma de imagens para que possam recordar, a qualquer momento, traços de suas trajetórias ao longo da vida. Apreciando essas imagens, descongelam momentaneamente seus conteúdos e contam a si mesmo e aos mais próximos suas histórias de vida (SONTAG, 2004, p. 138).

Sontag (2004) elucida o conteúdo imanentemente afetivo e memorialístico que dá sentido a uma fotografia. Ou seja, além de ser um documento, a imagem fotográfica é marcada por uma relação sentimental por parte daquele que a vê, pois, como afirma Halbwachs (1990), para que exista lembrança é necessário haver o sujeito que lembre. Berger (2017) apresenta uma visão semelhante ao salientar a diferença entre memória e fotografia. Para o estudioso, as imagens fornecem aparências instantâneas, afirmando ainda que o sentido que se atribui ao recurso imagético resulta das faculdades de compreensão. Assim, as fotografias apontam vestígios que precisam ser inquiridos para compor a narrativa na íntegra.

Observando a fotografia seguinte (figura 2) e comparando-a ao estado atual do espaço, pode-se perceber nitidamente a mudança que aconteceu no lugar. As ruas naquele momento tranquilas e pouco movimentadas deram lugar ao comércio ambulante, de modo que no dia a dia, encontram-se tomadas pelos “camelôs”, ou seja, pelo comércio informal. O ambiente tal qual retratado já não existe. A única maneira de acessá-lo é por meio de registros do passado, os quais permitem as novas gerações conhecerem o cotidiano da cidade em tempos passados, estabelecendo comparações com as novas práticas, advindas de novas demandas, da desordem administrativa, de interesses pessoais, enfim, conjecturas que podem ser levantadas pelos que observam o registro.

**Figura 2 – Centro Comercial de Caxias-MA (década de 1970).**



Fonte: Acervo do fotógrafo Sinésio Santos

Nesse caso, pode-se perceber que tal fotografia revela, ao fundo, a existência do Cine Rex, antigo cinema da cidade, espaço que deixou de divertir a população há décadas, mas sua história ficou gravada na imagem e na lembrança dos antigos moradores, informando aos mais jovens sobre a existência desse espaço e sobre a rotina da população. Por esse motivo, a fotografia, além de suporte de memória, funciona também como uma fonte de informações. Esses registros são meios de obter conteúdo, são documentos que envolvem recordações.

A esse respeito, Kossoy (2014, p. 115) destaca que “uma única imagem contém em si um inventário de informações acerca de um determinado momento passado; ela sintetiza no documento um fragmento do real visível, destacando-o do contínuo da vida”. Assim, a inteireza da vida não pode ser retida na imagem, contudo, por meio do registro há indícios que levam a questionamentos a respeito do passado, além de servirem eles próprios como provas de fatos ocorridos.

Uma foto revelada lança luz a um tempo, suscitando lembranças e aguçando a memória. Assim sendo, na fotografia sempre haverá algo que escapa ao material revelado: um contexto macro que dá sentido à ocorrência apresentada na imagem. Essa aparente limitação do recurso imagético é, na verdade, sua maior força, pois tendo a imagem como suporte, busca-se retomar o que não é contido no registro. É evidente, ao se observar uma fotografia antiga, que são trazidas à tona lembranças, sentimentos e sensações.

Portanto, contemplar um registro pode auxiliar no sentido de reelaborar e manter a memória.

Por fim, na próxima fotografia (figura 3) está preservado um ocorrido importante para os caxienses que viveram na década de 1970: a inauguração da piscina pública situada no bairro Ponte, onde desembocava um pequeno riacho. Para a comunidade, o ambiente se tornou palco de diversão, atraindo, inclusive, pessoas das redondezas. Não eram poucas as famílias que inseriram no itinerário momentos de lazer no local (ROCHA, 2019).

**Figura 3 – Inauguração da Piscina Pública de Caxias no Bairro Ponte (década de 1970).**



Fonte: Acervo do fotógrafo Sinésio Santos

O registro, em si mesmo, testifica da significação do ambiente para a população. Consta-se, na imagem, públicos de diferentes faixas etárias. O entorno era marcado pela presença de ampla

vegetação e poucas casas, fato que tem se modificado ao passar do tempo. A despeito do saudosismo que a fotografia acima pode ocasionar aos habitantes, a piscina teve sua dinâmica alterada, em virtude de as instâncias competentes a terem classificado como imprópria para banho, por conta dos elevados índices de coliformes no local.

O momento eternizado nas lembranças de quem se divertiu no espaço, além de comprovar que um dia a piscina atraiu várias pessoas, gera, necessariamente, discussões a respeito da necessidade de se preservar a natureza e o patrimônio público. A fotografia de Sinésio Santos, desse modo, conserva capítulos do viver caxiense, seus espaços, suas diversões, sua singularidade, enfim, sua história. Trata-se de um registro, mas também de um pecúlio que alberga os tempos idos.

## CONCLUSÕES

Por vezes, as imagens fotográficas funcionam como intermediárias entre diferentes épocas. Os retratos elucidam acerca de um outro tempo passível de ser revisitado no registro imagético. Visto que no mundo hodierno a mudança é nota tônica, corre-se o risco de que questões relacionadas à memória, cultura e história da cidade sejam obliteradas. Dessa forma, há uma urgente necessidade em resguardar a memória local, para que as futuras gerações possam conhecer as práticas, os costumes, as tradições de uma época passada. De forma correlata, a fotografia é um meio que favorece o

arquivamento de marcas relevantes da constituição da sociedade caxiense, o que colabora para a construção da identidade dos habitantes.

Assim, a pesquisa *Caxias em imagens: preservando a memória da cidade por meio da Fotografia*, em segunda edição, discutiu o objeto fotográfico como mecanismo para resguardar a história de Caxias e preservar a memória local. Para tanto, propôs-se a compreensão da imagem como sendo fração do real, necessitando ser atrelada a outras fontes de pesquisa, de modo a compor uma compreensão mais acertada dos fatos explicitados nos registros.

Dessa forma, é possível dizer que o projeto permitiu compreender que a fotografia está para além de uma mera representação visual de fatos narrados, sendo esta, na verdade, o próprio alicerce da elaboração de narrativas pautadas no discurso memorialístico. As fotografias, na pesquisa científica, devem ser utilizadas não como uma mera ilustração, mas como importante fonte documental ancorada em discursos de memória. Dessa forma, o recurso de imagem revelará o seu potencial comunicativo.

Por fim, cumpre destacar que algumas omissões ou simplificações podem sido feitas ao se tentar sintetizar as atividades realizadas durante a pesquisa. Sinésio Santos da Silva prestou uma valiosa contribuição para a cidade de Caxias. Seu acervo permanece ofertando múltiplas possibilidades de discussão. Assim, são ainda oportunos outros estudos que observem o acervo do fotógrafo sobre diferentes perspectivas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliane de Sousa. Patrimônio cultural e memórias: percorrendo os dias e sentindo a cidade de Caxias. In: PESSOA, Jordânia Maria; MELO, Salânia M. Barbosa. (orgs.) **Percorrendo becos e travessas das histórias de Caxias**. Teresina: Edufpi, 2010. p. 14-168.

BERGER, John. **Para entender uma fotografia**. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Clavatta, Maria. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica** (Rio de Janeiro, 1990-1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 5º ed. Revisada. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, p. 73-98, 1996.

MONTEIRO, Charles. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, vol. 5, nº. 9, p. 11-23, 2006.

ROCHA, Marinalva Aguiar Teixeira. Revelando a memória patrimonialística de Caxias-MA pela lente do fotógrafo Sinésio Santos. In: **Anais do II Congresso Internacional de Estudos Históricos Latino-americanos (CI-EHILA) PPH-UNISINOS**, São Leopoldo-RS – 2017. p. 702-712.

\_\_\_\_\_. **Caxias/MA revelada pelas lentes do fotógrafo Sinésio Santos, 1950 - 1990.** 2019. 278. Tese (Doutorado em História) PPH-UNISINOS, São Leopoldo-RS.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia.** Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

